



Esparta e suas redes políticas, no reinado de Agesilau II

Luis Filipe Bantim de
Assumpção



UNIVERSIDADE DE
vassouras



**Esparta e suas redes políticas, no
reinado de Agesilau II**

Luis Filipe Bantim de Assumpção

**Esparta e suas redes políticas, no
reinado de Agesilau II**



UNIVASSOURAS

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG)
Pró-reitoria Administrativa e de Ciências Humanas
Grupo de Pesquisa Integrada em História, Patrimônio Cultural e Educação (GHipe)
Coordenação de Pesquisa e Pós-graduação, campus Saquarema
Observatório da Educação

Vassouras-RJ
2024

© Universidade de Vassouras Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

O conteúdo desta obra é de responsabilidade de seu autor. As informações nele contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras e das demais instituições envolvidas.

Presidente da Fundação Educacional Severino Sombra

Adm. Gustavo Oliveira do Amaral

Reitor da Universidade de Vassouras

Prof. D.Sc. Marco Antonio Soares de Souza

**Pró-Reitor de Pesquisa e
Pós-Graduação**

Prof. D.Sc. Carlos Eduardo Cardoso

**Pró-Reitora de Extensão
Universitária e Desporto**

Prof.^a Consuelo Mendes

**Assessor de Relações Institucionais da
Presidência da FUSVE**

Prof. M.Sc. Hamilton Moss de Souza

Pró-Reitora de Ciências Humanas

Prof.^a D.Sc. Adriana Vasconcelos da Silva
Bernardino

**Editora-Chefe das Revistas Online da
Universidade de Vassouras**

Prof.^a M.Sc. Lígia Marcondes Rodrigues dos Santos

**Coordenador Local de Doutorado em História
e Supervisor do Observatório da Educação**

Prof. D.Sc. Luis Filipe Bantim de Assumpção

Autor

Prof. D.Sc. Luis Filipe Bantim de Assumpção

Conselho Executivo

Prof.a D.Sc. Aline Vanessa Locastre (UEMS)
Prof. D. Sc. André da Silva Bueno (UERJ)
Prof.^a D.Sc. Airan dos Santos Borges (UFRN)
Prof. D.Sc. Carlos Eduardo Cardoso (Univassouras)
Prof. D. Sc. Carlos Eduardo da Costa Campos (UFMS)
Prof. D.Sc. César Fornis (Universidade de Sevilla)
Prof.a D.Sc. Cristina de Souza Agostini (UFMS)
Prof.^a D. Sc. Dolores Puga Alves de Sousa (UFMS)
Prof.^a D.Sc. Fabiana Pereira do Amaral (UFRJ)
Prof. D. Sc. José Maria Gomes de Souza Neto (UPE)
Prof. D.Sc. Rainer Guggenberger (UFRJ)
Prof. D. Sc. Renan Marques Birro (UPE)
Prof. D. Sc. Wendell dos Reis Veloso (UERJ)
Prof.a D. Sc. Priscila Lini (UFMS)

Conselho Consultivo

Prof. D.Sc. Adiel Queiroz Ricci (Univassouras)
Prof. D. Sc. Anderson de Araujo Martins Esteves (UFRJ)
Prof. M. Sc. Angelo Ferreira Monteiro (Univassouras)
Prof. D. Sc. Claudio Umpierre Carlan (UNIFAL)
Prof.a D.Sc. Fabiana Pereira do Amaral (UFRJ)
Prof.a. M. Sc. Denize Cardim (Univassouras-Squarema)

Prof.a. D. Sc. Dilza Porto (UFMS)
Prof. D.Sc. Fábio de Souza Lessa (UFRJ)
Prof. D. Sc. João Tavares Bastos (Univassouras-Maricá)
Prof. D. Sc. Jorge Antônio Paes Lopes (DRA-BL; SEEDUC-RJ)
Prof.a M. Sc. Laura Roseli Pael Duarte (UFMS)
Prof. D. Sc. Leandro Hecko (UFMS)
Prof.a M. Sc. Leonina Avelino Barroso de Oliveira (Univassouras)
Prof.a D.Sc. Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques (UFMS)
Prof.a D. Sc. Marinete Rodrigues (UEMS)
Prof. D. Sc. Marcelo dos Santos Garcia Santana (Univassouras-Maricá)
Prof.a M.Sc. Marcia Sena Barbosa Monsorez Ribeiro (Univassouras-Maricá)
Prof. D. Sc. Marcus Vinícius Kelli (SME-RJ)
Prof.a M.Sc. Marinéa da Silva Figueira Rodrigues (Univassouras)
Prof. D. Sc. Paulo César dos Reis (Secult-Maricá)
Prof. M. Sc. Paulo Tong (Univassouras)
Prof. D. Sc. Pedro Paulo Funari (UNICAMP)
Prof.a D. Sc. Roberta Alexandrina da Silva (UFPA)
Prof. M. Sc. Rodrigo de Moura Santos (SEMED-Maricá)
Prof.a M. Sc. Rosana Gildo Vieira (SEMED-Maricá)
Prof.a D. Sc. Semíramis Corsi Silva (UFMS)
Prof.a D. Sc. Vivina Dias Sol Queiróz (UFMS)

Assessoria Executiva

Andreia Cristina Alcantara Paz (ICTIM/GHiPE)
Giselle Bastos Pereira (MHN)
João Gabriel da Silva Sanches (Lab ATRIVM / UFMS)
João Guilherme Vieira Poiati (Lab ATRIVM / UFMS)
José Natal (UPE)
Lara Fernandes (UMinho)
Lara Karinina Viana de Almeida (Lab ATRIVM / UFMS)
Leonardo Arguello Alves (Lab ATRIVM / UFMS)
Leticia Cézar Ruela (UMinho)
Luis Miguel Pereira Lacerda (Lab ATRIVM / UFMS)
Marystella Albino de Souza (UERJ / IHGAM / GHiPE)
Miguel Ângelo Oliveira de Almeida (Lab ATRIVM / UFMS)
Paula Aranha (MHN)
Pedro Collares (MHN)
Vinícius Rotheman Felipe Ortega (Lab ATRIVM / UFMS)
Wesley Guilherme Idelfoncio de Vasconcelos (URCA / GHiPE)

Diagramação e Editoração eletrônicas:

Prof. D.Sc. Luis Filipe Bantim de Assumpção
Aux. Acadêmico Luis Felipe Soares Gomes'

Idealização / Projeto Gráfico / Arte da capa:

Miguel Angelo Oliveira de Almeida (UFMS)

Revisão

Arthur Rodrigues Pereira Santos (UFF)

Editora da Universidade de Vassouras

Av. Expedicionário Oswaldo de Almeida Ramos, 280, Bloco 3, 2º andar - Centro, Vassouras-RJ, CEP:
27700-000 Tel.: (24) 2471-8367

E-mail: editorauss@universidadedevassouras.edu.br

Es62 Esparta e suas redes políticas no reinado de Agesilau II
/ Organizado por: Luis Filipe Bantim de Assumpção, -
Vassouras, RJ : Editora Universidade de Vassouras, 2024.
270 f. : il.

Formato: E-book

ISBN: 978-65-87918-82-2

1. Antiguidade clássicas. 2. Agesilau II. 3. Esparta (Cidade extinta). I. Assumpção, Luis Filipe Bantim de. II. Universidade de Vassouras. III. Título.

CDD

Lista de gráficos

Gráfico 1	Árvore genealógica da provável relação de parentesco entre Agesilau II e Antálcidas.....	69
Gráfico 2	Conexões de Agesilau com as demais magistraturas de Esparta.....	88
Gráfico 3	Conexões de Tebas após a batalha de Leuctra.....	242
Gráfico 4	Conexões de Esparta após a batalha de Leuctra.....	247

Sumário

Prefácio	21
Introdução	25
Capítulo I: As Conexões Políticas entre Lisandro, Agesilau e Esparta.....	35
1.1 Considerações sobre a Hélade na passagem do século V ao IV.....	35
1.2 As <i>póleis</i> no interior da Hélade – um espaço de conexões políticas.....	41
1.3 Lisandro e Esparta na passagem do século V para o IV – os antecedentes do poder político de Agesilau.....	48
1.4 Agesilau e as suas redes políticas na Lacedemônia....	59
1.5 Agesilau e a cooptação dos magistrados lacedemônios.....	85
1.6 Considerações Parciais.....	89
Capítulo II: As conexões de Esparta com a Hélade.....	91
2.1 As redes políticas de Esparta com o Império Aquemênida.....	91
2.2 Esparta e os helenos – assimetria política após a Guerra do Peloponeso.....	99
2.3 A inserção de Agesilau nas redes políticas de Esparta e dos bárbaros.....	109
2.4 Desfazendo conexões políticas – as tensões entre Agesilau e Lisandro.....	114
2.5 Agesilau como modelo de conduta entre os seus aliados da Hélade.....	118
2.6 As conexões políticas de Esparta com Siracusa e o Egito.....	126
2.7 O retorno de Agesilau, as novas conexões políticas na Hélade e a Guerra de Corinto.....	128
2.8 Considerações Parciais.....	144
Capítulo III: A Paz de Antálcidas e o abuso de poder espartano.....	147
3.1 Antecedentes à Paz de Antálcidas.....	147
3.2 A Paz de Antálcidas e os seus efeitos nas redes políticas de Esparta.....	159

3.3	Agesilau e a Paz de Antálcidas.....	163
3.4	A Paz de Antálcidas como instrumento político- militar de Esparta.....	169
3.5	Os excessos e a fragilidade das redes de Esparta.....	180
3.6	Considerações Parciais.....	193
	Capítulo IV: A nêmesis de Esparta e o fim do reinado de Agesilau II.....	195
4.1	O descomedimento das ações de Esparta e a retomada de Tebas.....	195
4.2	Os efeitos das ações de Esfódrias para a supremacia espartana.....	203
4.3	As novas investidas de Esparta e a fragilidade de suas conexões políticas.....	210
4.4	O desgaste da supremacia de Esparta e as resistências ao seu poder político.....	216
4.4.1	Esparta: entre excessos políticos e a batalha de Leuctra.....	227
4.5	Os efeitos de Leuctra sobre Esparta e as ações de Agesilau.....	239
4.6	O mercenarismo de Agesilau: considerações parciais.....	251
	Conclusão.....	255
	Documentação literária.....	263
	Bibliografia.....	266
	Nota Biográfica.....	275

Abreviaturas

Esta lista de abreviações segue o padrão estabelecido pelo *The Oxford Companion to Classical Civilization*, organizado por Simon Hornblower e Antony Spawforth. No entanto, para os documentos que não tiveram referência, adaptamos a abreviação com base na obra de referência¹.

Andócides² = Andoc.

Sobre a paz com os lacedemônios = 3

Anônimo

Helênica Oxirrinca = *Hell. Oxy.*

Aristóteles = Arist.

Política = *Pol.*

Constituição de Atenas = [*Ath. Pol.*]³

Cornélio Nepos = Nep.

Demóstenes = Dem.

Terceira Filípica = 9

Resposta à carta de Filipe = 13

Pela liberdade dos ródios = 15

Em defesa dos megalopolitanos = 16

Da Coroa = 18

Contra Leptines = 20

Contra Andrócion = 22

Contra Aristócrates = 23

Contra Timócrates = 24

Dinarco

Contra Demóstenes = 1

Diodoro da Sicília = Diod. Sic.

¹ Alguns autores e documentos foram citados, porém não tivemos a necessidade de abreviá-los.

² Em virtude do tamanho do *corpus* de oradores áticos, optamos por citar as suas obras conforme a numeração presente na Biblioteca Clásica Gredos e na Loeb.

³ Esta obra se encontra entre colchetes em virtude das dúvidas quanto à sua autoria, tal como sugeriu o *The Oxford Companion to Classical Civilization*.

Eliano = Ael.

Varia Historia = VH

Ésquines

Sobre a embaixada fraudulenta = 2

Contra Ctesifonte = 3

Isócrates = Iso.

Panegírico = 4

A Filipe = 5

Arquídamos = 6

Areopagítico = 7

Sobre a paz = 8

Evágoras = 9

Panatenáico = 12

Plataico = 14

Antídosis = 15

Carta a Arquídamos = C. Arq.

Lísias

Contra Eratóstenes = 12

Contra Agorato = 13

Sobre o confisco de bens do irmão de Nícias = 18

Discurso Olímpico = 33

Contra a subversão da Constituição Ancestral de Atenas = 34

Pausânias = Paus.

Platão = Plt.

Primeiro Alcibiades = Alc. I

Fédon = Pbd.

Menéxeno = Men.

Plutarco = Plut.

Ditos de Mulheres Espartanas = Dit. Mulh. Esp.

Moralia = Mor.

Vida de Agesilau = Ages.

Vida de Artaxerxes = Art.

Vida de Licurgo = *Lyc.*
Vida de Lisandro = *Lys.*
Vida de Pelópidas = *Pel.*

Tucídides = *Thuc.*

Xenofonte = *Xen.*

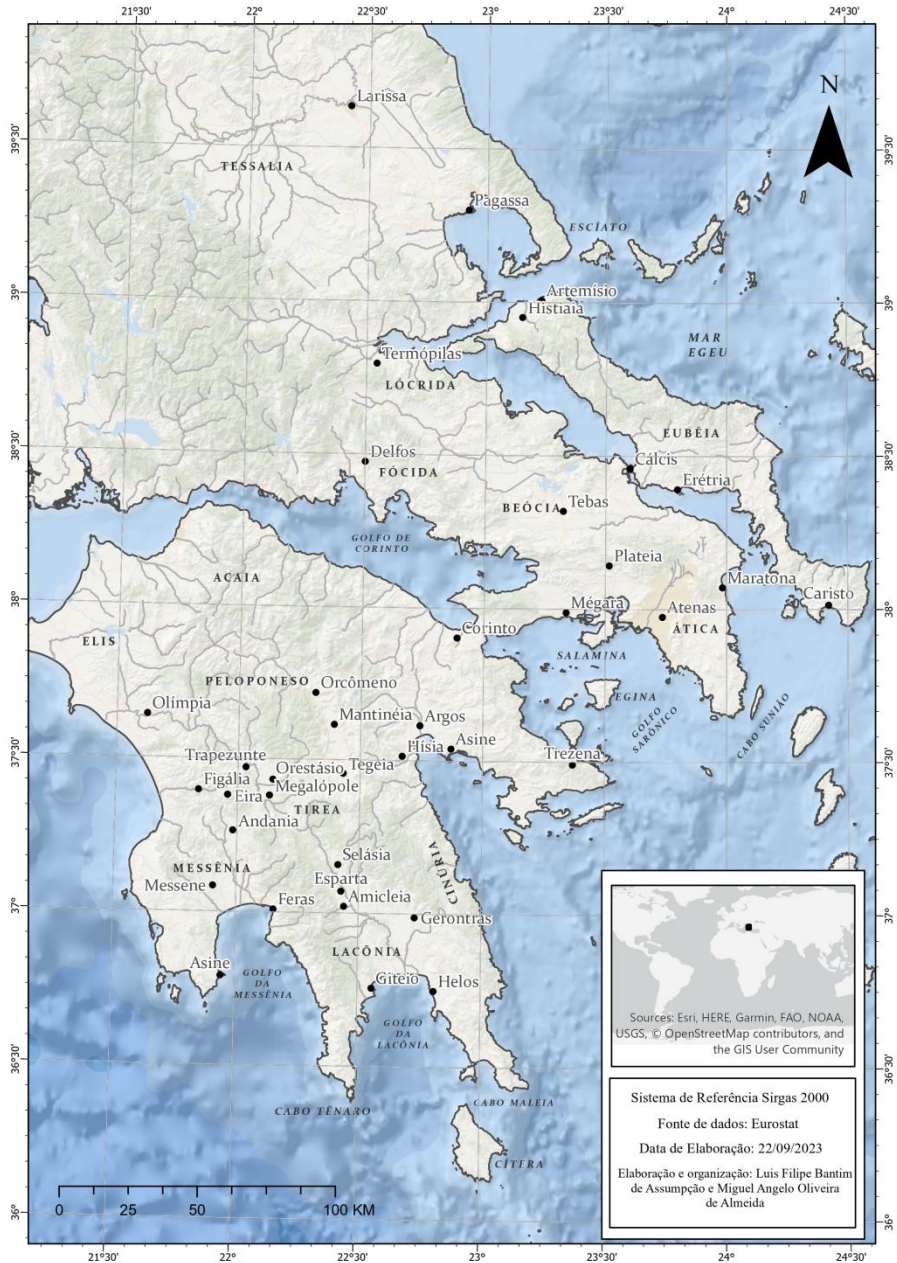
Agesilau = *Ages.*

Anábase = *An.*

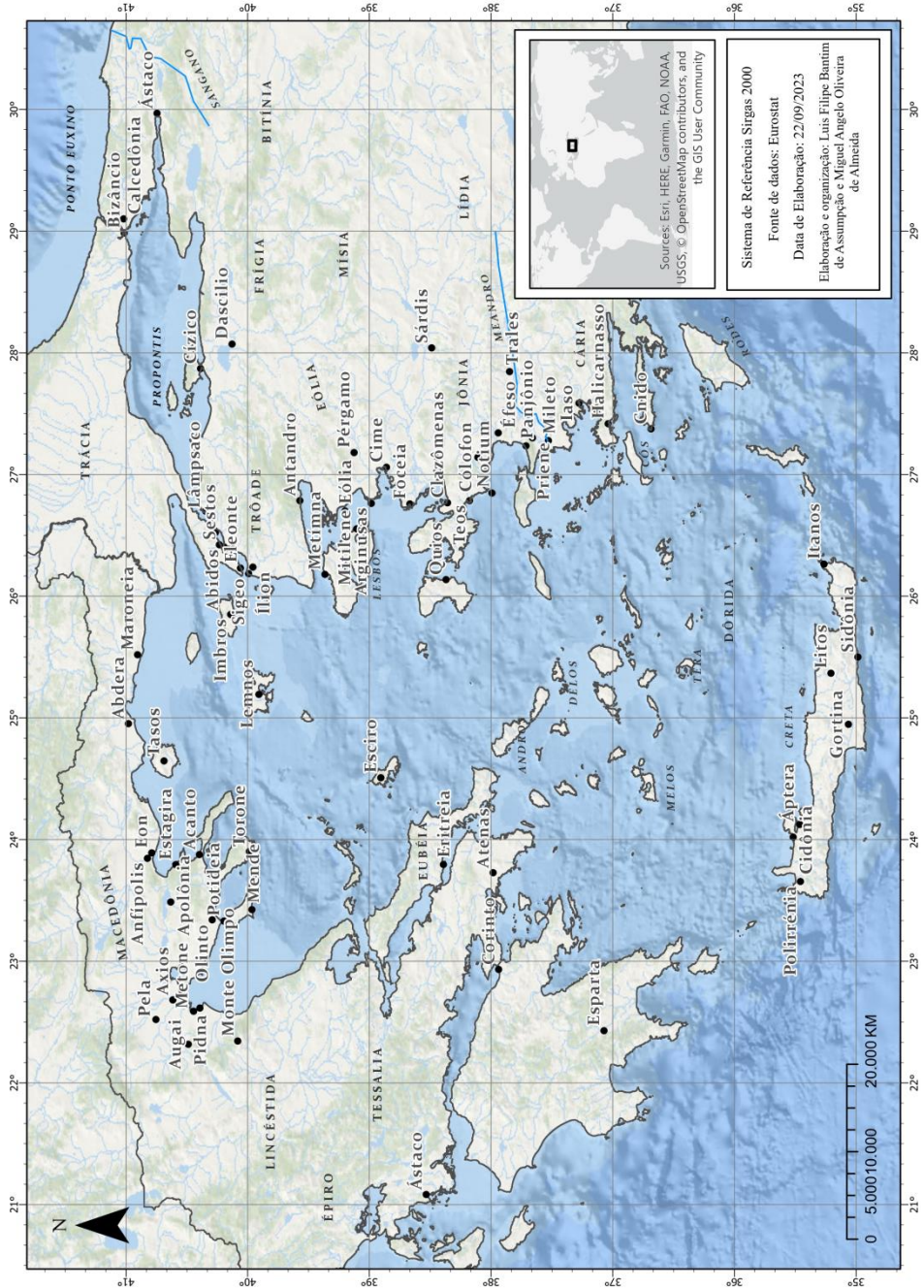
Constituição dos Lacedemônios = *Lac.*

Helênicas = *Hell.*

Mapa 1 – O Peloponeso, a Ática e o Norte da Hélade



Mapa 2 – O Mar Egeu e as suas imediações



Prefácio

Podemos verificar que nas últimas décadas a produção brasileira sobre Antiguidade e, em especial, Antiguidade clássica, tem apresentado expressivo crescimento. Se, por um lado, no que se refere à Grécia antiga, há uma primazia das publicações sobre Atenas; por outro, Esparta vem ganhando espaço relevante no contexto de crescimento das produções nacionais sobre História Antiga. E é exatamente nessa conjuntura que a obra de Luis Filipe Bantim de Assumpção, resultante de sua Tese de Doutorado defendida em 2019 e orientada por mim, ganha destaque. Vale ressaltar ainda que o interesse contemporâneo por Esparta é diverso, tendo se renovado e excedendo às produções acadêmicas, conforme Luis Filipe destaca logo no início da introdução da obra.

Luis Filipe se dedica à pesquisa sobre Esparta desde o curso de graduação em História e tem contribuído regularmente para a ampliação de nossos conhecimentos sobre a sociedade espartana e a sua interação no Peloponeso e no Mediterrâneo. Ao propor uma análise sobre os espartanos, a partir da Teoria de Redes, a obra inova na sua abordagem e evidencia o quanto os estudos sobre as sociedades antigas estão conectados à dinâmica do mundo atual. A obra colabora rompendo com a predominância do atenocentrismo nos estudos sobre o mundo antigo grego. A maior abundância de documentação oriundas de Atenas para o período clássico (séc. V e IV a.C.) não deve por si só justificar a posição marginalizada das demais *pólis* nas pesquisas helênicas. O presente trabalho é um exemplo claro da possibilidade de alargamento dos estudos da Grécia antiga para além de Atenas.

A proposta deste livro é, desta forma, investigar as conexões de Agesilau II na Lacedemônia, no Peloponeso e nas imediações do Mediterrâneo. O pressuposto da escolha por essa abordagem se justifica pelo fato de a História de Esparta ser tratada muitas vezes de forma unilateral. A hipótese defendida pelo autor é a “de que Agesilau e a elite espartana integravam uma estrutura políade que os superava. Assim, embora as atitudes de Agesilau e dos membros de suas redes influenciassem as decisões de Esparta, foram as transformações político-econômicas externas que deterioraram a sua posição e *status* nas imediações do Mar Egeu” (p. 21).

Para além de uma bibliografia ampla, pertinente e atualizada, Luis Filipe argumenta a sua hipótese central a partir de uma análise apurada dos textos literários produzidos pelos autores Xenofonte, historiador de Oxirrinco, Diodoro da Sicília e Plutarco, aplicando a Análise do Discurso

francesa de Dominique Maingueneau. Ao operacionalizar os textos literários em sua pesquisa, ele também colabora na desconstrução de uma premissa de Chester Starr (1965, p. 258-260), a saber, de que não poderíamos falar nada de *verdadeiro* sobre Esparta através dos textos literários.

A obra inova também pela aplicação da proposta metodológica do comparativismo a partir da História Cruzada, desenvolvida por Michael Werner e Bénédicte Zimmermann. Ressalta-se que o interesse da História Cruzada é analisar as conexões e a circulação que pessoas, objetos e entidades político-culturais estabeleceram entre si, sem deixar de considerar as suas particularidades (p. 17). A proposta da História Cruzada também permite o cruzamento dos indícios documentais – de gêneros literários diversificados – sobre um dado objeto de estudo.

Logo, **Esparta e suas redes políticas, no reinado de Agesilau II** se insere nos campos da História Comparada e da História Política, com ênfase em discussões mais contemporâneas sobre redes e conexões. Redes entre Esparta, o mundo grego como um todo e o Mediterrâneo, conforme já mencionamos. Esta obra ainda contribui para a compreensão dos desdobramentos políticos e socioeconômicos presentes na Grécia após o fim da Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), sobretudo o século IV a.C., tão pouco estudado pelos helenistas que comumente centram as suas pesquisas em um recorte temporal que se restringe ao século V a.C. A desestruturação de Esparta ao longo do século IV a.C. é tratada na obra a partir de um enfoque plural, tendo as redes e as conexões políticas como os fios condutores desse processo.

A estrutura dos quatro capítulos evidencia a coesão do recorte temático proposto, bem como a operacionalização dos conceitos teórico-metodológicos. É um texto que articula muito bem a historiografia contemporânea (contextualização), o quadro teórico-metodológico e a análise documental. Há um cuidado expressivo com a construção das argumentações às hipóteses e aos objetivos propostos.

Através do que apresentamos até o momento, entendo ser conveniente destacar que esta publicação apresenta uma abordagem atual e condizente com as discussões mais recentes acerca das novas abordagens no campo da História, em especial, da História Antiga. A contribuição da pesquisa de Luis Filipe é expressiva, ampliando os conhecimentos sobre o mundo helênico de forma mais holística e sobre os espartanos de maneira mais particular. Cumpre também um papel relevante na diversificação de abordagens sobre o mundo antigo grego na historiografia brasileira. Assim

sendo, convido o público em geral e os especialistas em História Antiga grega para uma leitura enriquecedora e atual sobre a sociedade espartana antiga, em especial, e sobre a sociedade grega, em geral. Acredito que com a publicação dessa obra, uma lacuna nos estudos sobre os espartanos será preenchida.

Fábio de Souza Lessa
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade de São Paulo
São Paulo, outubro de 2023.

Referência Bibliográfica

STARR, Chester. The Credibility of Early Spartan History. *Historia*. Vol. 14, n. 3, p. 257-272, 1965.

Introdução

Nas últimas três décadas, houve um crescimento substancial nos estudos sobre Esparta. Tal conjuntura permitiu que novas perspectivas e interpretações fossem lançadas sobre a sua trajetória histórica. Numa publicação recente, César Fornis (2020, p. 124-130) nos lembra que a cultura popular ocidental se utilizou recorrentemente das representações de Esparta ao longo do século XX. Elas se fazem presentes no mundo dos quadrinhos, dos mais antigos como *Mort Cinder* (1962)⁴ e *Asterix nos Jogos Olímpicos* (1968)⁵ até o recente *300 de Esparta*⁶ de Frank Miller (1998), que ganhou uma releitura homônima para o cinema, dirigida por Zack Snyder (2006). Temos também o romance *Gates of Fire* de Steven Pressfield (1998), que se utiliza do famoso episódio da Batalha das Termópilas como cenário da sua narrativa ficcional. Outro exemplo interessante seria o jogo *God of War* (2005), desenvolvido pela Sony Computer Entertainment, em que vemos as ações de um guerreiro espartano em busca de vingança contra os deuses do Olimpo. Os espartanos e as suas técnicas de combate aparecem até mesmo na banda de *power metal* Sabaton, que lançou em seu álbum *Last Stand* (2016) um *single* chamado *Sparta*.

Essas diversas representações reforçam a importância de Esparta para o imaginário ocidental, ora servindo de paradigma de conduta ora como um exemplo a ser evitado pelos seus excessos. Ainda assim, arriscamos dizer que elas⁷ atraíram o interesse de muitos acadêmicos,

⁴ A HQ *Mort Cinder* é da autoria de Alberto Breccia (arte) e Héctor Germán Oesterheld (roteiro), originalmente publicada na revista argentina *Misterix* em formato horizontal. Os capítulos sobre as Termópilas foram publicados na mesma revista entre os números 794 e 800, em 1964. No Brasil, a sua última publicação foi lançada em 2018 pela Figura Edições e Produções, no formato luxo. Para uma análise sobre os usos de Esparta em *Mort Cinder*, vide Assumpção (2023).

⁵ A versão original de *Asterix e os Jogos Olímpicos* foi publicada em 1968. Aqui nos utilizamos da versão publicada pela Editora Record, em 2015.

⁶ Em 2014, Kieron Gillen publicou a HQ *Three* como alternativa aos equívocos históricos propagados por Frank Miller em *300 de Esparta*. Gillen se utilizou da consultoria de Stephen Hodkinson, professor emérito da Universidade de Nottingham e Diretor Adjunto do Centre for Spartan and Peloponnesian Studies, como um meio de legitimar o seu lugar de fala e o caráter pedagógico de sua produção quadrinística, reforçando o seu compromisso profissional com a historicidade de Esparta.

⁷ Visando os nossos objetivos, selecionamos apenas algumas representações de Esparta na cultura popular ocidental. Entretanto, elas se manifestam também na cultura japonesa, através de *mangás* como *Hokuto no Ken* de Buronson e Tetsuo Hara (1983-1988) e *The Ghost in the Shell* de Shirow Masamune (1989-1991) ou mesmo em linhas de *action figure*, como *Batman Timeless* (2016) da Square Enix.

propiciando grande visibilidade para um tema sem expressão historiográfica entre as décadas de 1940 e 1980. Isso não quer dizer que Esparta foi negligenciada pelos pesquisadores desse período, mas que, na maior parte das vezes, estes tomaram as práticas culturais espartanas como excessivas, chegando a vinculá-las aos regimes nazista e stalinista. Stephen Hodkinson (2006, p. 112-113) esclarece que Esparta foi apropriada pelo partido nazista devido ao seu *ideal guerreiro*, à sua preocupação com o território ancestral e à necessidade de se morrer pelo seu líder. Quanto à associação entre Esparta e União Soviética, Hodkinson (2012, *passim*) afirma que ela foi desenvolvida por pensadores e políticos norte-americanos, pois havia pouco interesse dos soviéticos nesse tipo de representação. Portanto, a visão acadêmica hegemônica sobre Esparta foi promovida por pesquisadores de matriz anglófona e francófona, que tentavam buscar referenciais da Antiguidade para as medidas políticas, sociais e militares de seus principais antagonistas no século XX.

Kostas Vlassopoulos (2009, p. 13-14) denuncia que a história da Hélade⁸ vem sendo pensada e desenvolvida de forma assimétrica, em que é considerada unicamente a trajetória das comunidades helênicas, sem levar em conta as entidades culturais com as quais essas mesmas comunidades se relacionaram no Mediterrâneo. Diante disso, Vlassopoulos enfatiza que precisamos romper as divisões e polaridades estáticas ainda presentes nos estudos acadêmicos — mestres e escravos, cidadãos e estrangeiros, homens e mulheres, helenos e “bárbaros” —, muito embora essas categorias possam servir de chaves analíticas úteis, desde que sejam devidamente ponderadas e problematizadas.

Devemos, portanto, considerar as práticas político-culturais de Esparta dentro da sua interação com outras *póleis* e o Império Aquemênida, abordando as estruturas e as dinâmicas engendradas entre eles. Para tanto, a Teoria de Redes, sob a perspectiva de Charles Kadushin (2012, p. 3-8), torna-se fundamental para o nosso trabalho, pois, através dela, percebemos

⁸ Aqui a concepção de Hélade se refere às áreas de influência de Esparta e Atenas, no decorrer do século V e na primeira metade do IV. No entanto, reconhecemos que nem todas as comunidades helênicas foram afetadas pelas tensões entre espartanos, atenienses e os seus respectivos aliados, posto que não havia uma unidade territorial na Hélade e nem a sua cultura se estendia por todo o Mediterrâneo. Logo, para fins didáticos, essa referência se restringe às imediações do Mar Egeu (incluindo a Beócia) e ao Peloponeso, incluindo-se também a Sicília e alguns domínios do Império Aquemênida. Nesse sentido, as representações dos persas, bem como a sua cultura, foram caracterizadas como parte integrante da Hélade e das conexões estabelecidas pelas *póleis*.

de modo inequívoco que as relações entre pessoas e comunidades geram redes de conexões baseadas em interesses mútuos num dado período histórico. Esse arcabouço teórico-metodológico reforça a importância desta pesquisa sobre Esparta, cujo recorte temporal é a passagem do século V até meados do século IV⁹.

Com o final da Guerra do Peloponeso, Esparta alcançou a supremacia política entre os helenos e teve de se adequar às demandas surgidas das conexões com outras *póleis* ao redor do Mar Egeu. David Lewis (2006, p. 24) argumenta que, entre as transformações mais sensíveis que a Hélade vivenciou, a desestruturação do poder ateniense foi uma das mais emblemáticas, sendo esta transferida para Esparta, que passou a ocupar, desde então, uma posição central nas redes políticas que existiam não só entre aquelas *póleis*, mas também no Império Aquemênida. No entanto, as novas conexões de Esparta evidenciaram a fragilidade de suas instituições políticas, cujo equilíbrio figurou somente no discurso de pensadores inclinados aos ideais aristocráticos, os quais visavam combater o avanço da democracia nos moldes atenienses. Não por acaso, muitos autores, desde a Antiguidade, veem os espartanos como homens atrasados diante de conexões políticas em rápida transformação.

Dois outros importantes instrumentos de análise para este trabalho são o método comparativo da História Cruzada, proposto por Michael Werner e Bénédicte Zimmermann, e o arcabouço teórico-conceitual da Análise do Discurso francesa (AD) de Dominique Maingueneau. O primeiro nos permite escapar da *dimensão unilateral* que simplifica e nivela as interseções históricas, visto que o seu interesse é analisar as conexões e a circulação — de ideias, bens, informações, poder etc. — que pessoas, objetos e entidades político-culturais estabeleceram entre si, sem desconsiderar, no entanto, as suas particularidades (Werner; Zimmermann, 2006, p. 37-38). A História Cruzada também nos evidencia as possibilidades investigativas oriundas do cruzamento dos mais variados indícios documentais, valorizando as múltiplas escalas de observação entre os elementos analisados. Para uma pesquisa sobre as conexões políticas de Esparta, o cruzamento dos indícios documentais dos mais diversos períodos e gêneros, ao respeitar o contexto histórico e o lugar social de seus autores, propicia interpretações mais adequadas que minimizam

⁹ Todas as datas relativas à Antiguidade serão anteriores à Era Comum, salvo indicação em contrário.

anacronismos e expandem o nosso entendimento das relações políticas do mundo antigo.

Já a AD, tomada aqui sob um viés interdisciplinar¹⁰, permitiu-nos superar a leitura superficial que geralmente se faz dos textos e dos discursos da Antiguidade. Dominique Maingueneau (1997, p. 14) afirma que os discursos literários devem ser interpretados segundo o seu lugar social de produção e a *intencionalidade* dos seus respectivos autores. Isso reforça a necessidade de aprofundarmos o nosso conhecimento sobre o contexto histórico-social dos autores antigos (cujos textos foram utilizados em nossa análise) e a sua *formação discursiva*, manifestada nas vinculações com um público-alvo que certamente exercia uma forte influência no que poderia ser dito ou não numa determinada obra. Essa relação faz com que sejam criadas *cenas enunciativas*, as quais, seguindo a metáfora teatral, se constituem em representações que mobilizam a realidade para alcançar o sentido esperado por um ato de enunciação. Em outras palavras, as cenas enunciativas são um recurso que visa criar uma imagem sobre um objeto, pessoa ou situação para corresponder ao interesse do público-alvo num momento adequado.

Dessa forma, as conexões mantidas pelos autores clássicos — gregos e romanos — em suas comunidades demonstram a relevância da Teoria de Redes e da História Cruzada para a interpretação de suas cenas enunciativas. De fato, como a documentação literária aborda reiteradas vezes ao longo dos séculos as conexões espartanas no Mediterrâneo, defendemos que, somente por meio de uma visão diacrônica e do cruzamento de indícios, podemos analisar de modo satisfatório aquelas conexões, o que certamente ampliará as nossas possibilidades interpretativas.

Ao aproximarmos a História Cruzada, o arcabouço teórico de Kadushin e os conceitos da AD, declaramos que o nosso objetivo fundamental é pensar as conexões políticas desenvolvidas por Esparta no reinado de Agesilau II. Isso porque este governante foi considerado pela documentação da época como um dos homens mais poderosos de seu tempo e, segundo a historiografia atual, contribuiu para a desestruturação

¹⁰ Como esclarece José D'Assunção Barros (2019, p. 12, 33), a interdisciplinaridade renova o conhecimento acadêmico, uma vez que incorpora métodos e teorias de outras áreas de pesquisa. Logo, empregaremos alguns elementos conceituais da AD para auxiliar os estudos desenvolvidos neste livro sem considerarmos essa disciplina um método próprio da historiografia.

de sua *pólis*. Portanto, investigaremos as conexões de Agesilau II na Lacedemônia¹¹, no Peloponeso e nas imediações do Mediterrâneo. O pressuposto de nossa abordagem se justifica pelo fato de a História de Esparta ser tratada muitas vezes de forma unilateral. Isso se verifica, por exemplo, em obras como *Agesilaos and the Crisis of Sparta* (1987), de Paul Cartledge e *Agesilaos and the Failure of Spartan Hegemony* (1991), de Charles Hamilton¹². Tais abordagens, segundo Daniel Stewart (2018, p. 375), estão preocupadas apenas com as “ambições” dos reis espartanos, o que propiciou uma história elitizada de Esparta. De fato, os textos antigos que analisaram a Esparta do século IV estiveram voltados, quase exclusivamente, para os seus grandes governantes, comandantes e pensadores, o que certamente favoreceu análises unilaterais e tendenciosas, preocupadas com os interesses de um segmento restrito daquela comunidade.

Além disso, embora Hamilton e Cartledge partam de premissas historiográficas distintas para desenvolver as suas obras, ambos são casualistas ao considerar as atitudes de Agesilau como determinantes para a desestruturação de Esparta. Cartledge se utiliza dos estudos biográficos para entender a conexão direta entre o sujeito e o seu meio social. Assim, o contexto que antecedeu o nascimento de Agesilau, a sua formação educacional e, por fim, a ascensão ao trono foram tomados como determinantes para as suas decisões político-militares, exprimindo a noção de que as suas escolhas foram condicionadas por suas experiências de vida (Cartledge, 1987, p. 8-33, 399). Sob tal perspectiva, Agesilau seria o reflexo dos desvios de uma Esparta marcada pela má formação educacional concedida aos seus governantes e cidadãos.

Já Hamilton (1991, p. x-xi) realiza uma psico-história desse governante para demonstrar que as suas decisões pessoais exerceram forte

¹¹ Esparta era a *pólis* que atuava como centro de poder político da Lacedemônia, região que abarcava a Lacônia, entre os montes Parnon e Taigeto, no vale do rio Eurotas, e a Messênia, no vale do Pamisos, a oeste do Taigeto. Na Lacedemônia, havia inúmeras *póleis*, que estavam submetidas a Esparta e eram identificadas como *periecas*, isto é, “periféricas” e tributárias dos espartanos.

¹² Em 2018, Françoise Ruzé publicou o texto *The Empire of the Spartans (404-371)*, em *A Companion to Sparta*, da editora Blackwell. Chama a atenção o fato de a autora também conservar uma perspectiva historiográfica casualista, comum às décadas de 1980 e 1990. Ela se diferencia dos autores citados pelo fato de não considerar Agesilau o único elemento responsável pela desestruturação de Esparta. Entretanto, as suas conclusões reforçam que as decisões político-sociais do *basileús* tiveram forte influência sobre a manutenção das conexões políticas espartanas na Hélade.

influência sobre as conexões e as redes políticas de sua *pólis*. Segundo, Ernst Breisach (2007, p. 384-385), a psico-história deseja abordar como a personalidade dos grandes agentes dita os acontecimentos de sua época; portanto, Hamilton se valeu de uma lógica previsível de causa e efeito para ressaltar que Agesilau foi o elemento determinante para o desgaste dos valores ancestrais vivenciado por Esparta.

Entretanto, o fato de Agesilau ter sido um dos homens mais proeminentes e poderosos de seu tempo não significa que as suas decisões e interesses políticos foram unilaterais e absolutos. Lynette Mitchell (2013, p. 1-3) reforça que, nas monarquias do período Clássico, o poder e a governabilidade eram consensuais e envolviam uma constante negociação entre governantes e governados. Se considerarmos que Agesilau integrava a diarquia espartana como *basileús*, a negociação política era fundamental para que ele mantivesse a sua influência. Além disso, a realeza de Esparta tinha bases políticas familiares, que se ampliavam e se consolidavam por meio do matrimônio. Embora o casamento endêmico não fosse incomum, Agesilau não poderia beneficiar somente a sua família; pelo contrário, ele deveria atender aos interesses de grupos e pessoas influentes para aumentar a sua autoridade numa *pólis* onde os governantes tinham poder político diminuto se comparados aos éforos e gerontes.

Munidos dos indícios documentais e das considerações historiográficas de Mitchell, refutamos, portanto, aquela tendência casualista exposta por Cartledge e Hamilton. Com isso, conseguiremos responder aos seguintes questionamentos: em que medida Agesilau foi o responsável pelo colapso das redes políticas de Esparta? Qual a relação entre as suas atitudes pessoais e o desenvolvimento de buracos estruturais nas conexões de Esparta? Podemos perceber Agesilau como o promotor da crise político-econômica de Esparta ou ela foi o resultado das transformações vivenciadas no decorrer do período Clássico?

Para a nossa documentação, recorreremos fundamentalmente a Xenofonte, ao historiador de Oxirrínco, a Diodoro da Sicília e a Plutarco. Ateniese de família abastada, Xenofonte vivenciou a Guerra do Peloponeso e o desgaste que ela causou em grande parte da Hélade. De acordo com George Cawkwell (1979, p. 8-9) e Luciano Canfora (1994, p. 369-371, 375-379), as experiências de vida de Xenofonte transformaram a sua visão de mundo e contribuíram para que tivesse uma percepção crítica

— e socrática¹³ — da realidade que o cercava. Dessa forma, as suas obras nos fornecem um panorama dos eventos políticos de seu tempo e das suas escolhas como ator social. O historiador de Oxirrinco, por sua vez, desenvolveu um relato que, embora fragmentário, contribui amplamente para a nossa compreensão sobre alguns dos eventos omitidos por Xenofonte (Lens Tuero, 1988, p. 584-585). Assim, o seu texto apresenta um caráter complementar e, por isso, também relevante para a análise das conexões políticas de Esparta com os demais helenos no início do século IV.

Com o intuito de fazer uma *história do mundo*, Diodoro da Sicília consultou e citou inúmeras obras que haviam se perdido, dando-nos acesso a autores como Éforo, Teopompo e Posidônio, os quais poderiam contrapor inúmeras considerações de autores como Tucídides e Xenofonte (Lesky, 1989, p. 809). Nesse sentido, o texto de Diodoro vem a acrescentar informações àquelas de Xenofonte e do historiador de Oxirrinco, tornando a nossa análise sobre as conexões e as redes políticas de Esparta ainda mais densas.

Já Plutarco foi um autor helênico do período romano com uma vasta produção literária, cuja importância para os estudos sobre Esparta reside principalmente em biografias que descrevem os valores, as instituições e a conduta de pessoas ilustres dessa *pólis* (Losemann, 2010, p. 224). Embora a sua obra tenha se tornado bastante popular, há pesquisadores que desqualificam o seu uso na produção do conhecimento histórico, visto que os escritos biográficos teriam pouco compromisso com a “realidade” do passado. Por outro lado, José García López (1988, p. 1033), Philip Stadter (2007, p. 529) e Luis Filipe de Assumpção (2016, p. 279-281) defendem que as biografias plutarqueanas contribuem para o ofício do historiador por se basearem em documentos antigos dos quais temos hoje, infelizmente, apenas o título e a autoria. Portanto, ainda que precisemos ter cuidado para lidar com a representação de Plutarco do mundo clássico, não podemos desprezar os dados que ele nos fornece.

Ao cruzarmos esses indícios documentais e os nossos pressupostos investigativos, levantamos a hipótese de que Agesilau e a elite espartana integravam uma estrutura poliade que os superava. Assim, embora as atitudes de Agesilau e dos membros de suas redes influenciassem as decisões de Esparta, foram as transformações político-econômicas externas

¹³ Para uma análise socrática da *Constituição dos Lacedemônios* de Xenofonte, vide Assumpção (2021).

que deterioraram a sua posição e *status* nas imediações do Mar Egeu. Para confirmar essa hipótese, abordamos no **primeiro capítulo** como Agesilau desenvolveu suas redes políticas com o auxílio do navarco¹⁴ Lisandro. Nesse momento, a posição de Esparta diante das outras *pólis* foi uma variável importante na atuação político-militar de Lisandro e no fluxo de bens e informações de que ele dispunha para alcançar os seus objetivos.

No **segundo capítulo**, trataremos a posição hegemônica de Esparta em parte da Hélade e as conexões que estabeleceu com Siracusa e o Império Aquemênida, ampliando substancialmente a densidade de suas redes políticas. Por outro lado, as suas escolhas e demandas político-institucionais, fragilizaram o seu vínculo com os persas, culminando na Guerra de Corinto. Já o **terceiro capítulo** investigou o impacto desse conflito sobre Esparta. Entram em cena atores sociais importantes como Antálcidas, Agesípolis e Agesilau, os quais determinaram os rumos de nossas investigações, pois todas as suas escolhas estavam atreladas aos interesses de Esparta, ainda que eles se beneficiassem diretamente de suas conexões.

Por fim, o **quarto e último capítulo** trata de como os excessos de Esparta — tanto de ordem política quanto militar e econômica — para com os seus aliados culminaram na batalha de Leuctra (371) e na sua infrutífera tentativa de recuperar a região da Messênia. Aqui, Agesilau teria reforçado o seu papel como ator social e evidenciado a sua sujeição aos desígnios de sua *pólis*.

Em suma, enfatizamos que Esparta esteve conectada com uma boa parcela da Hélade, levando-nos a considerar as suas práticas conforme os interesses de seus aliados e a busca pela conservação de sua supremacia entre os helenos. Portanto, Agesilau não era capaz de agir sem o conhecimento dos magistrados espartanos, o que o levou (e os demais cidadãos) a atuar junto aos interesses de uma *pólis* que conhecia e apoiava as medidas de seus homens mais influentes visando a expansão de suas redes pelo Mediterrâneo. Tal abordagem nos permite romper com a tendência historiográfica que caracterizou Esparta como belicosa, opressora e atrasada se comparada à “democrática” Atenas. Não por acaso, em pleno século XXI, muitos livros didáticos e manuais historiográficos brasileiros ainda compartilham essa visão estereotipada da história

¹⁴ Entre os lacedemônios, o título de navarco correspondia à magistratura responsável pelo comando das embarcações de guerra.

espartana, uma visão que apenas reforça preconceitos e equívocos entre os estudantes dos Ensinos Básico¹⁵ e Superior.

¹⁵ Para maiores informações sobre o tratamento de Esparta no Ensino Básico brasileiro, ver Assumpção (2020, p. 50-61).

Capítulo I

As Conexões Políticas entre Lisandro, Agesilau e Esparta

Neste momento, analisaremos os efeitos da Guerra do Peloponeso nas redes políticas de Esparta. Para isso, problematizamos a figura de Lisandro, o navarco esparciata que liderou a Confederação do Peloponeso em sua última batalha, e como a sua conexão com Agesilau favoreceu a emergência deste como *basileús*. Assim, abordamos as atitudes empregadas por Agesilau para angariar conexões no interior de Esparta e tornar as suas redes políticas pessoais ainda mais densas, tendo a possibilidade de influenciar a dinâmica do governo espartano. Nesse sentido, fazemos referência ao matrimônio, à pederastia e a outros jogos políticos inerentes à postura de Agesilau enquanto líder de uma Esparta que se caracterizava como um Pequeno Mundo. Utilizaremos a documentação de Tucídides, Xenofonte, os Oradores Áticos¹, Diodoro e Plutarco, os quais nos ajudaram a compreender os mecanismos políticos de Esparta e de seus atores políticos para ampliar o seu poder e influência na Lacedemônia e no Peloponeso.

1.1 Considerações sobre a Hélade na passagem do século V ao IV

A Guerra do Peloponeso (431-404) foi um grande marco na história da Hélade. No entanto, poucos pesquisadores brasileiros se dedicaram às relações políticas, sociais, culturais e econômicas dos helenos após esse conflito². Roger Brock (2013, p. 8) afirmou que o século IV manifestaria a

¹ Destacamos que o contexto histórico e o posicionamento político de cada um dos oradores áticos citados foram singulares, afinal, alguns se mostravam favoráveis à democracia de Atenas no decorrer do século IV, enquanto outros eram adeptos de governos oligárquicos. Isócrates é um caso específico pela sua longevidade e por modificar a sua percepção de mundo no decorrer do tempo. Ainda que tenha elogiado os feitos de Atenas na maioria de suas obras, o orador enaltece Esparta, Evágoras e Nicocles do Chipre e Filipe da Macedônia conforme a circunstância de sua vida e o período em que se encontrava.

² Poderíamos estender essa percepção para o próprio tratamento dado ao pós-Guerra do Peloponeso nos livros didáticos brasileiros, os quais citam a vitória dos peloponésios liderados por Esparta e fazem um salto cronológico para a expansão macedônica com Filipe e Alexandre.

ideia de como uma guerra tende a transformar as estruturas de poder das comunidades envolvidas. Assim, esperava-se que o equilíbrio entre as partes garantisse a ordem cósmica, algo que não acontecerá de fato³. Desse modo, discutiremos sobre os mecanismos adotados pelo *basileús* lacedemônio Agesilau II para promover a sua autoridade em uma Esparta que vivenciava os efeitos da Guerra do Peloponeso. Para tanto, Agesilau agiu segundo os interesses de sua *pólis*, de grupos políticos influentes entre os esparciatas e de pessoas influentes para além dos limites geográficos do Peloponeso.

A conclusão da Guerra do Peloponeso transformou a percepção que os helenos tinham do seu lugar no Mediterrâneo, afinal, se com as Guerras Greco-pérsicas⁴ havia um inimigo comum que legitimava a identidade helênica, a Guerra do Peloponeso restabeleceu as fronteiras étnicas da Hélade. No enfrentamento que se deu entre a Confederação de Delos e a Confederação do Peloponeso, os persas já não eram aqueles que deveriam ser combatidos, mas os grandes financiadores dos conflitos, cujos investimentos permitiram que atenienses, espartanos e os seus respectivos aliados se enfrentassem por quase 27 anos⁵. Portanto, a Guerra do Peloponeso teria servido como um *divisor de águas* na trajetória histórica da Hélade.

³ Autores como Platão (*Men.* 243 b), Lísias (13.5; 33.7-9; 34.7-11), Isócrates (4.1-2, 16-18, 25-27, 115; 7.6-7, 64-65; 8.67-69, 97-99; 14.5), Licurgo (1.61) e Aristóteles [*Ath. Pol.* 34.2-3] destacaram como a supremacia espartana foi obtida com a Guerra do Peloponeso e o desequilíbrio que ela gerou na Hélade. Esses indícios demarcam como a intervenção forçada em outras comunidades levou a uma tensão político-social que desgastou os helenos de modo irreversível. Portanto, a glória herdada das Guerras Greco-pérsicas foi perdida quando os poderes hegemônicos se desequilibraram em tentativas de supremacia, o que inviabilizou à ordem cósmica das comunidades helênicas (Brock, 2013, p. 8).

⁴ As Guerras Greco-pérsicas marcaram o momento no qual os helenos se empenharam em derrotar o Império Aquemênida que, liderado por Xerxes I, tinha a pretensão de submeter a Hélade em virtude de uma ofensa ateniense. Elas se iniciaram em 499 com a Revolta da Jônia e terminaram com a Paz de Cálías, em 449, quando Atenas e a Confederação de Delos estabeleceram um tratado de paz. No entanto, o conflito não ocorreu por um período ininterrupto, mas, se deu em momentos distintos e, por vezes, distantes no tempo. Isso fez com que os pesquisadores considerassem que as Guerras Greco-pérsicas terminou, efetivamente, com a batalha de Mícale, em 479.

⁵ Isócrates (4.94, 134) denunciou os persas por estarem interessados em financiar os conflitos entre os helenos para enfraquecê-los. Essa postura permitiria que as *pólis* se mantivessem ocupadas, enquanto o *grande rei* ampliava os seus domínios no Mediterrâneo.

De acordo com Charles Kadushin (2012, p. 9), a relação entre os helenos se caracterizou como uma rede de homofilia⁶, em que os sujeitos se unem por compartilharem gostos e características em comum. No entanto, com o desenrolar das Guerras Greco-pérsicas, as relações de influência entre as *póleis* mudou as feições dessa rede político-social entre os helenos. Um grupo acabou modificando a sua posição diante dos demais nós da rede e obteve uma preponderância que afrouxou a simetria entre os líderes helênicos, o que teria culminado na Guerra do Peloponeso.

A vitória dos helenos nas Guerras Greco-pérsicas (499-479)⁷ não somente reafirmou a sua identidade como também promoveu o enriquecimento progressivo de algumas *póleis*, como foi o caso de Atenas. Entretanto, o momento de paz que se seguiu à derrota dos persas não durou muito tempo. As divergências político-econômicas entre os atenienses e os coríntios fizeram com que os espartanos, líderes da Confederação do Peloponeso, se envolvessem em escaramuças com Atenas, líder da Confederação de Delos. Afinal, Corinto era membro da Confederação do Peloponeso e a regra entre as cidades confederadas era que os seus membros deveriam ter os mesmos inimigos e aliados. Esse posicionamento sugere uma alternativa à tendência historiográfica, que via a Guerra do Peloponeso como um conflito exclusivamente ideológico entre Atenas, Esparta e os seus respectivos parceiros⁸.

Se considerarmos a ideia de relações simétricas na rede político-social formada pelos helenos a partir das Guerras Greco-pérsicas, a riqueza de Atenas desequilibrou as relações no interior desse Pequeno Mundo que era a Hélade. Por isso, ao expandir o seu *status* e, conseqüentemente, o seu

⁶ Este é um conceito proposto por Kadushin (2012, p. 9), que demonstra a tendência de pessoas com gostos comuns e características semelhantes estarem mais propensas a se conectarem.

⁷ Essa datação marca o início do enfrentamento com a Revolta da Jônia e a sua aparente conclusão com a batalha de Mícale, na qual os helenos — liderados por Esparta — tiveram uma vitória decisiva sobre o que havia restado da frota persa. Entretanto, até 449, outras escaramuças continuaram ocorrendo no Egeu, lideradas por Atenas e a Confederação de Delos.

⁸ Para o estudo da Guerra do Peloponeso como conflito ideológico, citamos: *Athens and Sparta: Constructing Greek Political and Social History, from 478 BC.* de Anton Powell (2001); em certa medida a série elaborada por Donald Kagan, que inclui *The Outbreak of the Peloponnesian War* (1969), *The Archidamian War* (1974), *The Peace of Nicias and the Sicilian Expedition* (1981) e *The Fall of the Athenian Empire* (1987); e Victor Davis Hanson com *Uma Guerra Sem Igual* (2012). Ressalte-se que essa tendência ideológica é comumente encontrada nos livros didáticos do Ensino Básico brasileiro.

poder, Atenas se tornou preponderante entre os helenos e uma força centrípeta graças aos seus recursos e influência. Tal situação fez com que muitas *póleis* se distanciassem ou se aproximassem de Atenas, o que impactou no equilíbrio dos nós centrais da aliança inicial que combateu os persas, levando ao conflito de interesses entre redes político-sociais específicas e fundamentadas em interesses comuns, a saber, as Confederações de Delos e do Peloponeso.

Esparta liderava a Confederação do Peloponeso, que se constituía de redes de alianças defensivas entre as *póleis* e as regiões da península peloponésia — com exceção de Argos. Portanto, uma ameaça direcionada a algum dos seus membros levaria o líder da confederação a um enfrentamento militar visando aos interesses dos seus aliados⁹. Tucídides (1.80-85) nos ajuda a endossar esse fato ao mencionar que os coríntios enviaram uma embaixada à Esparta para que ela, como líder (*hēgemón*)¹⁰ da Confederação do Peloponeso, tomasse alguma providência junto aos atenienses. Caso o governo espartano se negasse a atuar, a postura de Corinto ameaçaria o reconhecimento da liderança de Esparta perante os demais membros da confederação.

Vale destacar que Atenas havia se tornado a maior potência marítima do Egeu e captava grande parte dos recursos advindos das atividades navais, o que ameaçava a economia coríntia. Quando os atenienses atacaram Potideia, colônia¹¹ de Corinto com a qual mantinha

⁹ Aqui percebemos que a Confederação do Peloponeso foi uma rede que se constituiu por um princípio híbrido de simetria e assimetria, porém de compromissos mútuos (Kadushin, 2012, p. 14-15). Isso ocorria, pois todos os seus membros tinham o direito de se manifestar sempre que houvesse a necessidade. Entretanto, o fato de Esparta ser a líder reforçava a assimetria de poderes dessa *pólis* junto aos demais membros da confederação. Por outro lado, ao adaptarmos a teoria de Kadushin (2012, p. 31-33) e considerarmos as conexões como os princípios de análise desse livro, o compromisso mútuo entre as *póleis* tornava a Confederação do Peloponeso uma aliança simétrica composta por nós imersos em uma *zona de primeira ordem*. Afinal, todos os envolvidos se conectavam, se conheciam e eram proibidos de agirem em prejuízo de algum dos outros membros. Em virtude desses vínculos, afirmamos que a Confederação do Peloponeso foi uma rede político-social densa.

¹⁰ O termo utilizado por Tucídides, cujo significado seria “o condutor de algo ou alguém” e, em um contexto militar, “o comandante e soberano do(s) exército(s)” (Chantraine, 1970, p. 405; Liddell; Scott, 1996, p. 763).

¹¹ O termo grego para colônia seria *apoikía*, cuja acepção não se assemelha à concepção moderna de colonização (Vlassopoulos, 2007, p. 151). As *apoikíai* eram fundadas por representantes de outras *póleis* que, ao se estabelecerem, poderiam ou não manter relações com a cidade que lhe serviu de matriz cultural. No caso da Antiguidade helênica, a

relações econômicas, Esparta foi mobilizada para evitar que Atenas se tornasse mais proeminente entre os helenos. O discurso atribuído ao *basileús* Arquídamos II¹² por Tucídides (1.80-85) ressalta a prudência do governante numa comunidade lacedemônia, cujos jovens pretendiam demonstrar o seu valor. Segundo o autor ateniense, Arquídamos era demasiadamente cauteloso e preferia que Esparta se mantivesse isolada no interior da Lacedemônia, não participando, portanto, de um conflito de grandes proporções que escapava às pretensões tradicionais da *pólis*. Ainda assim, o éforo Estenelaidas, ao se manifestar diante do *demos*¹³ lacedemônio — que já havia escutado as palavras de Arquídamos II —, expôs aquilo que jovens esparciatas desejavam, induzindo a *ekklésia* a votar pelo conflito contra Atenas.

Tucídides demonstrou que uma parcela da comunidade espartana era completamente avessa à guerra por (re)conhecer os seus malefícios, tais como a morte de seus cidadãos, a perda de recursos ou mesmo a escravidão pela qual os derrotados eram submetidos. Por outro lado, a juventude espartana ansiava por enfrentamentos a fim de provar o seu valor, como já o fizeram seus pais e avós. Ela também buscava a distinção social que uma guerra poderia trazer. Partindo de Brock (2013, p. xi), a guerra estava sendo utilizada como um mecanismo de promoção político-social para Estenelaidas, pois, ao falar aquilo que a juventude do *demos* queria ouvir, ele poderia ampliar as suas conexões no interior de Esparta com aqueles que futuramente exerceriam cargos políticos.

Esse tipo de conflito asseguraria a proeminência para aqueles que realizassem grandes feitos, ampliando a distinção social entre os guerreiros e as possibilidades de acesso a cargos militares de prestígio. Portanto, a busca por influência e *status* era um instrumento para os esparciatas obterem privilégios oriundos da guerra que, normalmente, não teriam acesso. Outra possibilidade interpretativa trata do impacto que as Guerras Greco-pérsicas tiveram entre os lacedemônios, entre os quais muitos perderam familiares, recursos e propriedades, culminando na privação dos seus direitos político-sociais. Nesse cenário, a guerra seria não somente uma forma de se obter

fundação de uma colônia culminava numa nova *pólis* que mesclava elementos autóctones das regiões onde foram formadas e das de sua *pólis* fundadora.

¹² Arquídamos II foi um dos *basileús* da dinastia Euripôntida e o pai de Ágis II e Agesilau II.

¹³ A ideia fundamental de *demos* pressupõe o povo de uma *pólis*, o qual também seria compreendido como o corpo de cidadãos de uma *pólis*. No caso de Esparta, somente os esparciatas eram cidadãos e, por isso, são eles que correspondem ao *demos* da Lacedemônia.

reconhecimento, mas também recursos para se manterem na condição de esparciatas. Com isso, a perspectiva historiográfica que tratou Esparta como estritamente belicosa deve ser repensada, sobretudo por haver diversos grupos políticos nesta *pólis*, cada qual com os seus respectivos interesses e motivações. A pluralidade político-social espartana foi simplificada por uma visão generalista responsável por limitar a nossa percepção das práticas e relações políticas espartanas no interior da Hélade, geralmente como um contraponto à conduta ateniense.

Por sua vez, quer Esparta tenha sido considerada uma *pólis* voltada unicamente para a guerra, quer Atenas tenha sido um marco da cultura helênica, os efeitos da Guerra do Peloponeso modificaram a trajetória histórica dos helenos. Se tomarmos as Guerras Greco-pérsicas como um referencial de desenvolvimento étnico, econômico e social da Hélade, a Guerra do Peloponeso teria transformado esse cenário e promovido tensões entre os nós que equilibravam as redes políticas na Hélade.

Segundo Fornis (2008, p. 9), a Guerra do Peloponeso foi *sui generis* por se desenvolver entre *póleis* helênicas e mobilizar povos e culturas oriundas de outras regiões do Mediterrâneo — especialmente os persas e as comunidades do norte da África, como o Egito. Isso demonstrou aos helenos o quanto um confronto poderia ser desgastante para as suas *póleis*. Para Stephen Hodkinson (1995, p. 146-148), a Guerra do Peloponeso modificou a dinâmica das comunidades mediterrâneas, fazendo com que elas adaptassem as suas práticas político-sociais em virtude dos anos sucessivos de combate.

O posicionamento de Fornis e Hodkinson reforça a ideia de que o Mediterrâneo se constituía num Pequeno Mundo, pois a conectividade assegurada pelo mar e a interação das redes entre as *póleis* ao longo do tempo facilitaram o envolvimento de muitas comunidades helênicas e não-helênicas. Essa situação também indica que muitas das *póleis* envolvidas na Guerra do Peloponeso almejavam benefícios próprios, e até mesmo aquelas que não estavam envolvidas diretamente viram-se diante de mudanças qualitativas em suas relações político-sociais no interior da Hélade, devido à mudança da centralidade das redes políticas então existentes.

Vale destacar que havia um aparente equilíbrio de forças entre a Confederação do Peloponeso e a de Delos. Contudo, como destacou Kadushin (2012, p. 37), as redes se organizam em função das circunstâncias estruturais e culturais. Dessa forma, quando os peloponésios se aliaram aos aquemênidas, temos aí a manifestação dos interesses desses últimos com a

Guerra do Peloponeso¹⁴, levando à formação de uma rede político-militar ainda maior — formada por peloponésios e os seus aliados — frente a uma já desgastada Confederação de Delos. A vitória da Confederação do Peloponeso modificou a estrutura das redes existentes na Hélade continental e nas Cíclades, tornando Esparta um dos seus nós centrais, exigindo-lhe, muitas vezes, uma postura incapaz de ser mantida¹⁵.

De todo modo, propomos que a Guerra do Peloponeso exauriu todas as *póleis* envolvidas, ainda que os conflitos não tenham ocorrido por vinte e sete anos ininterruptos. Não nos admira que a documentação do período Clássico sublinhou que a Guerra do Peloponeso trouxe drásticas mudanças para a Hélade, a qual vivenciou a hegemonia de Esparta diante dos helenos, mas também um progressivo empobrecimento de suas outras *póleis* — culminando na conquista macedônica em 338/337.

1.2 As *póleis* no interior da Hélade – um espaço de conexões políticas

Na *História da Guerra do Peloponeso*, Tucídides (2.39.1) promoveu uma cena enunciativa diante de sua audiência. Uma das personagens que articula o ambiente *cenográfico* – e acaba ocupando um papel central na representação tucidideana – é o ateniense Péricles. Esse ator social foi um político e comandante de Atenas em meio à Guerra do Peloponeso, cujo lugar social lhe garantia a credibilidade na cena enunciativa criada por Tucídides. Segundo Dominique Maingueneau (1997, p. 34), a cena enunciativa se utiliza da metáfora teatral para refletir uma parte da realidade, mobilizando uma cronografia (a Guerra do Peloponeso), uma topografia (Atenas) e um momento propício para o surgimento do discurso (a tentativa de mobilizar os atenienses a continuar combatendo na guerra contra os peloponésios).

Maingueneau nos permite correlacionar a cena enunciativa com o conceito de representação, ambos tomados como referência ao espaço teatral. Tucídides construiu uma representação de Péricles que partiu das imagens mentais que a sua audiência teria do verdadeiro Péricles e de sua oração fúnebre. Assim, o historiógrafo veiculou a imagem de que Esparta era uma *pólis* isolada que, para assegurar os seus costumes tradicionais,

¹⁴ Vide a nota 23.

¹⁵ Daniel Stewart (2018, p. 376) defende que Esparta não soube aproveitar as mudanças como algo favorável à sua política, diferentemente da democracia de Atenas e das técnicas militares de Tebas, deixando-a incapaz para enfrentar a realidade que se sucedeu à Guerra do Peloponeso.

expulsava os estrangeiros de seu território. Essa ideia do isolamento espartano já teria sido desenvolvida numa passagem anterior:

As cidades fundadas mais recentemente, quando a navegação afinal tornou-se mais segura, e que estavam conseqüentemente começando a ter recursos excedentes, foram construídas no litoral e nos istmos ocupados e isolados por muralhas, com vistas ao comércio e à proteção dos habitantes contra seus vizinhos. As cidades mais antigas, todavia, tanto nas ilhas quanto no continente, haviam sido construídas a maior distância do mar por causa da pirataria que predominou por longo tempo, pois os piratas não somente pilhavam-se uns aos outros, mas também os habitantes do litoral, mesmo os que não viajavam por mar e até hoje permanecem no interior (Thuc. 1.7)¹⁶.

Tucídides nos informa que a posição geográfica de Esparta tinha um objetivo específico, além de ressaltar que esta seria uma das *póleis* mais antigas do continente. A partir disso, o autor exaltou os “feitos inovadores” de Atenas que, além de ser uma *pólis* mais nova, pôde se estabelecer no litoral, em contato com outras regiões e enriquecendo com as suas atividades marítimas.

Diante de sua comunidade discursiva¹⁷, o posicionamento de Péricles na obra de Tucídides é um elogio à identidade de Atenas em detrimento da espartana. Se considerarmos o lugar social de Tucídides e o fato de ser um ateniense no meio de um conflito que se propôs a relatar, muito do seu posicionamento se torna justificável diante de sua comunidade discursiva. Ainda assim, Tucídides destacou a importância da

¹⁶: “τῶν δὲ πόλεων ὅσαι μὲν νεώτατα ᾠκίσθησαν καὶ ἤδη πλωιμωτέρων ὄντων, περιουσίας μᾶλλον ἔχουσαι χρημάτων ἐπ’ αὐτοῖς τοῖς αἰγιαλοῖς τεύχεσιν ἐκτιζοντο καὶ τοὺς ἰσθμοὺς ἀπελάμβανον ἐμπορίας τε ἔνεκα καὶ τῆς πρὸς τοὺς προσοίκους ἕκαστοι ἰσχύος· αἱ δὲ παλαιαὶ διὰ τὴν ληστείαν ἐπὶ πολὺ ἀντίσχευον ἀπὸ θαλάσσης μᾶλλον ᾠκίσθησαν, αἱ τε ἐν ταῖς νήσοις καὶ ἐν ταῖς ἡπειροῖς (ἔφερον γὰρ ἀλλήλους τε καὶ τῶν ἄλλων ὅσοι ὄντες οὐ θαλάσσιοι κάτω ᾄκουσιν), καὶ μέχρι τοῦδε ἔτι ἀνφισιμένοι εἰσὶν”.

¹⁷ Este conceito foi concebido por Maingueneau (1997, p. 56) como o grupo ou a organização de grupos no interior dos quais são produzidos os discursos. Entretanto, a comunidade discursiva não corresponde somente aos grupos (instituições e relações entre agentes sociais), mas também a tudo aquilo que se refere à organização material dos modos de vida.

interação das *póleis* para o estabelecimento de práticas políticas, sociais e econômicas, chegando a sugerir uma relação de causa e efeito entre a cidade, o seu território e os espaços geograficamente contíguos. De todo modo, Esparta, assim como as demais *póleis*, somente existiu em virtude da interação com outras comunidades.

Tudo o que vimos nos mostra a importância das redes político-sociais para a organização das *póleis*. A identidade espartana teria se edificado em função do lugar que ocupou no interior das redes políticas, sociais, econômicas e culturais na Hélade continental e no mar Egeu. Tal proposição nos ajuda a romper com a tendência documental e historiográfica de isolamento de Esparta. A própria organização da rede político-militar conhecida como Confederação do Peloponeso se deu com a expansão dos interesses espartanos para além de seu território. No que concerne às conexões entre os nós da Confederação do Peloponeso e da Hélade enquanto um Pequeno Mundo, entendemos que o papel de cada comunidade nesse ambiente de interação influenciava na configuração das redes e de suas conexões. Com Esparta, não foi diferente e os anos em que vivenciou a Guerra do Peloponeso transformaram as suas práticas, costumes e valores de modo irreversível.

O fato de as *póleis* serem caracterizadas como helênicas impediu que muitos estudiosos abordassem as diferenças imediatas que existiram entre elas, levando-nos a pensar a Hélade como uma unidade territorial distinta das outras que a rodeava. No entanto, os recentes estudos sobre as relações *interpoliadas* nos permitiram investigar as redes que as comunidades helênicas desenvolveram na Antiguidade por outra perspectiva. Lawrence Tritle (1997, p. 1-3) enfatizou que a Guerra do Peloponeso foi um conflito de características *interpoliadas*, ou seja, não pode ser compreendido fora do contexto das relações políticas entre as *póleis*. Essa perspectiva teórica foi trabalhada por Polly Low (2007, p. 1-3), ao pontuar que os helenos do período Clássico não chegaram a desenvolver um manual que discorresse sobre as relações políticas entre as *póleis*. Todavia, quase a totalidade de seus escritos abordou as interações entre as *póleis* da Hélade, ressaltando que os helenos se representavam de forma conectada e relacional com as demais comunidades do Mediterrâneo.

Tucídides, por outro lado, optou por caracterizar a dinâmica político-social de Esparta como marcada de excessos e práticas inadequadas à *ennomía*. Sendo um ateniense em meio a um conflito político-militar de grandes proporções, era de se esperar que Tucídides estivesse alinhado com a sua formação discursiva e os interesses de Atenas. Dominique

Maingueneau (1997, p. 14) argumenta que a formação discursiva seria um conjunto de regras anônimas expressas segundo o contexto e o território num dado período histórico, sendo responsável por fornecer e assegurar as condições de exercício de sua enunciação discursiva. Essa concepção se vincula diretamente ao conceito de lugar social de Michel de Certeau (2008, p. 66), definido como o ambiente que estabelece o que pode e o que não pode ser feito ou dito. No caso de Tucídides, o seu lugar social seria o posto de comandante assumido durante a Guerra do Peloponeso, o grupo social no qual esteve inserido entre os atenienses, o próprio contexto de guerra e as obrigações inerentes à sua cidadania.

De todo modo, Tucídides se utilizou dos seus escritos como uma propaganda política ou mesmo uma denúncia aos problemas vivenciados ou perpetrados por sua pátria, mas também, daqueles feitos militares realizados pelos espartanos¹⁸. Para Tucídides, era adequado representar as práticas político-culturais de Esparta como imperfeitas, para que assim Atenas se tornasse um contraponto ideal aos espartanos no Pequeno Mundo helênico durante a Guerra do Peloponeso. Assim, Tucídides estaria interessado em edificar uma visão otimista dos feitos atenienses nos últimos anos de conflito, em detrimento das atitudes da Confederação do Peloponeso. Como os peloponésios angariaram o apoio de Dario II e Atenas passou por inúmeros reveses – como o desastre da expedição da Sicília em 413 e a revolta oligárquica de 411 –, o discurso de Tucídides tentou enaltecer os feitos de sua *pólis* de forma que a sua audiência interiorizasse os motivos daquele conflito e o que representaria perdê-lo¹⁹. Ainda assim, toda a obra de Tucídides destaca a natureza relacional dos helenos, seja na guerra, seja na paz.

Essa lógica relacional nos remete ao *Fédon* de Platão, em que Sócrates afirmou acreditar que o mundo era muito maior do que o

¹⁸ Isócrates (14.5) chegou a denunciar, na figura de um exilado de Plateia, que a supremacia de uma *pólis* sobre outras tendia a gerar infortúnio a todos. Esse trecho serve de crítica aos problemas da assimetria de poderes no interior das redes políticas helênicas. Em outros discursos, Isócrates (4.16-18, 87-95) reforça a importância de uma liderança conjunta entre Esparta e Atenas para acabar com as contendas do século IV.

¹⁹ Se considerarmos que Tucídides viveu até o final da Guerra do Peloponeso, mas se negou a relatar o seu desfecho, temos a hipótese de que os seus objetivos iniciais foram frustrados com a derrota ateniense. Afinal, de que adiantaria justificar os feitos de Atenas diante de seus aliados e de seus inimigos se o resultado foi a derrota e a perda de sua supremacia?

conhecido na época e, por isso, os helenos seriam como formigas ou sapos ao redor de uma pequena poça, o Mediterrâneo:

Eu acredito que a Terra é muito grande e nós que moramos entre as colunas de Hércules e o rio Fásis vivemos em uma pequena parte desta sobre o mar, como formigas ou sapos em uma poça, e que muitas pessoas vivem em muitas outras regiões (Plt. *Phd.* 109a–109b)²⁰.

As considerações atribuídas a Sócrates por Platão nos permitem conjecturar que as relações políticas entre as *póleis* eram inevitáveis, visto que ocupavam um espaço geográfico muito bem delimitado. Como bem diz Irad Malkin (2011, p. 10-11), as relações políticas entre as *póleis* do Mediterrâneo eram irremediavelmente necessárias, tendo em vista que o mar atuava como um recipiente relativo e relacional, no qual os helenos fizeram cruzar os seus interesses, valores e identidades. Malkin ainda chama a atenção para a pluralidade das *póleis* e o fato das suas interações ocorrerem de forma simultânea.

Diante disso, o método comparativo adotado nesta obra é fundamental para percebermos as relações políticas que Esparta desenvolveu com outras comunidades do Mediterrâneo. Uma vez que as ações *poliades* ocorriam de forma simultânea, necessitamos do cruzamento de dados e dos discursos documentais para aprofundarmos a percepção de nosso objeto. Em outras palavras, temos de investigar como Esparta articulou as suas relações políticas com outras *póleis* e como essas interações fomentaram redes políticas densas²¹ com outras comunidades mediterrâneas.

²⁰ “ἔτι τοίνυν, ἔφη, πάμμεγά τι εἶναι αὐτό, καὶ ἡμᾶς οἰκεῖν τοὺς μέγροι Ἡρακλείων στηλῶν ἀπὸ Φάσιδος ἐν σμικρῷ τι μορίῳ, ὥσπερ περὶ τέλμα μύρμηκας ἢ βατραχούς περὶ τὴν θάλατταν οἰκοῦντας, καὶ ἄλλους ἄλλοι πολλοὺς ἐν πολλοῖσι τοιοῦτοις τόποις οἰκεῖν”.

²¹ Kadushin (2012, p. 32) afirmou que as redes densas são mais comuns em pequenos grupos de nós, sendo adjetivada desta forma em virtude da multiplicidade de relações que os seus nós mantêm entre si. A teoria e o método estabelecido por Kadushin foram desenvolvidos para se pensar as redes em sociedades contemporâneas, fazendo com que o autor chame de *tradicionais* as relações estabelecidas anteriormente a contemporaneidade. Uma vez que Kadushin aborda sociedades em meio a globalização, as redes formadas na Antiguidade nas imediações do Mediterrâneo podem ser definidas como pequenas e densas.

Isso nos demonstra que o mar Mediterrâneo se constituiu num espaço relacional por excelência, um espaço que tornava inevitável o contato entre helenos e não-helenos. A singularidade de nossa abordagem reside na sincronia com a qual tratamos as interações de Esparta e Agesilau no século IV com as atividades político-sociais de outras *póleis* e comunidades no Mediterrâneo. Por sua vez, o uso de documentos literários oriundos de períodos históricos para além do Clássico revela o plano diacrônico da nossa proposta de análise, a partir da História Cruzada. Sendo assim, é importante que o pesquisador mantenha um ponto de vista externo ao objeto, sendo capaz de abranger e problematizar a totalidade dos indícios documentais na elaboração de sua análise (Werner; Zimmermann, 2003, p. 90-91). Embora a diacronia documental seja criticada por muitos especialistas sobre a História de Esparta, reforçamos que cada texto foi/é/será produzido de acordo com o seu contexto, sendo produto de um tempo determinado e o resultado do esforço de muitas mentes (Maingueneau, 1997, p. 11-12, 17). Ao utilizarmos os conceitos da AD visando ao tratamento de nosso *corpus* documental, defendemos que a diacronia não inviabiliza a produção do conhecimento historiográfico, desde que as variáveis espaço-temporais nas quais as obras antigas se inserem sejam consideradas em suas especificidades.

Para evitarmos anacronismos históricos, adotamos uma visão assimétrica de análise que têm a Esparta do século IV e Agesilau II como os elementos centrais de nossa abordagem, mas que também considera essencial a análise relacional de outras *póleis* e atores sociais nas imediações do Mediterrâneo. Com isso, as trajetórias políticas de Esparta e de Agesilau se modificaram em virtude da interação que estabeleceram com as *póleis* do Egeu e do continente, bem como através da relação com a dinastia Aquemênida. Sendo assim, o cruzamento como um princípio ativo e dinâmico é importantíssimo para entendermos a interação, a circulação e as relações inerentes ao nosso objeto e aos grupos/atores sociais com os quais se vincularam no período Clássico (Werner; Zimmermann, 2003, p. 96). Ressaltamos também que a nossa abordagem, além de estar formalmente atrelada ao estudo das redes e relações políticas de Esparta no século IV, tem como pressuposto confrontar uma concepção particular promovida pela historiografia contemporânea, a partir dos indícios documentais da Antiguidade.

Autores como Paul Cartledge, Charles Hamilton, Françoise Ruzé e John Buckler²² foram alguns dos que se debruçaram sobre a realidade político-social da Hélade no século IV. Dentre eles, somente Buckler manteve o seu enfoque nas relações políticas de Tebas, enquanto os demais se dedicaram apenas à comunidade espartana. Entretanto, todos eles consideraram que a desestruturação de Esparta se deu pelas ações do *basileus* Agesilau II. É intrigante o fato de não deixarem de considerar que Esparta estava inserida num processo político de grandes proporções que envolvia as elites esparciatas e uma parcela significativa das *pólis* do Egeu. Afinal, as suas obras demonstram que Esparta perdeu a sua hegemonia graças ao ímpeto *infantil* de um governante despreparado e impulsivo.

Sem dúvida, esses autores²³ desenvolveram análises elementares para o nosso estudo, porém, a nosso ver, as suas observações são demasiadamente parciais. É nítido que eles se mostraram mais inclinados às considerações de Isócrates, Diodoro da Sicília e Plutarco, os quais enxergaram em Agesilau um homem ganancioso, implacável e desejoso de controlar toda a Hélade. Tal procedimento produziu um julgamento de uma

²² As obras aqui referidas são *Agesilaos and the Crisis of Sparta* de Paul Cartledge (1987), *Agesilaos and the Failure of Spartan Hegemony* de Charles Hamilton (1991), o artigo *The Empire of the Spartans (404-371)* de Françoise Ruzé (2018) e *Aegean Greece in the Fourth Century BC.*, de John Buckler (2003). Buckler não foi utilizado como um dos pressupostos desta pesquisa porque o seu enfoque não foi Agesilau, e sim, a depreciação dos seus feitos para enaltecer os de Tebas e da Beócia no século IV.

²³ Tanto Hamilton (1991) quanto Cartledge (1987) e Buckler (2003) também devem ser considerados em conformidade ao seu lugar social. Quanto aos dois primeiros, os seus estudos sobre Esparta foram realizados em países anglófonos após a Segunda Guerra Mundial, época em que os valores espartanos foram associados ao ideário nazista. Nesse sentido, ambos atribuíram os excessos de Esparta ao navarco Lisandro e a Agesilau, para minimizar a imagem negativa que ainda havia sobre os espartanos, uma vez que esta comunidade não seria completamente responsável pela ambição desmedida de seus comandantes. Já Buckler tenta defender o seu objeto de pesquisa, isto é, a Beócia e a *pólis* de Tebas. Ainda que os estudos sobre Esparta sejam pouquíssimos se comparados aos de Atenas, as pesquisas sobre Tebas e a Beócia conseguem ser ainda menores. Portanto, o tratamento que os seus estudos deram à Esparta e a Agesilau II como dotados de excessos de conduta política e militar, seria um meio de enaltecer e justificar os estudos sobre Tebas. Por sua vez, Ruzé esteve inserida no processo de eleição de Emmanuel Macron na França, em 2017, que disputou o segundo turno com Marianne Le Pen. A tensão europeia com a possibilidade de Le Pen ser eleita se somava ao sucesso de Donald Trump e Theresa May, todos interessados em adotar práticas nacionalistas e de oposição a grupos estrangeiros. Portanto, caracterizar Agesilau como um governante de extremos poderia emular o que se esperava dos governos europeus e estadunidenses contemporâneos, com a emergência de grupos nacionalistas e conservadores.

personagem histórica sem considerar as diversas variáveis existentes. Em vista disso, as relações e as redes políticas de Agesilau estiveram diretamente vinculadas aos interesses de sua *pólis*, num momento em que a Hélade vivenciava os efeitos de décadas de conflito e desgaste sócio-econômico.

Claire Lemerrier (2015, p. 285-291) afirmou que a Teoria de Redes está voltada para os vínculos formados com as relações entre os sujeitos/comunidades. Sendo assim, somente uma análise qualitativa da documentação nos permitirá conceber e reconhecer uma rede “padronizada” de abordagem passível de uma investigação adequada. A autora defendeu que as análises de redes cruzam estruturas e instituições, não somente seres humanos e as suas dinâmicas. Charles Kadushin (2012, p. 3-15) corrobora o ponto de vista de Lemerrier e o amplia, destacando que o propósito das redes é formar conexões entre pessoas, comunidades, sociedades e instituições.

Além disso, as redes se constituem de relações mútuas de dependência que vinculam as pessoas. Segundo Kadushin (2012, p. 10-15), as relações entre os atores sociais surtem efeitos concomitantes em outras áreas de atuação através da sua dinâmica e do poder exercidos sobre outros indivíduos. Portanto, as relações entre sujeitos geram resultados inesperados e para além do controle dos pontos de maior preponderância de uma rede. Isso pode culminar no desenvolvimento de relações e/ou redes de tensão, as quais são pensadas como uma correspondência direta de relações de reciprocidade.

Tanto Lemerrier quanto Kadushin nos levam a conjecturar que a amplitude das redes políticas e das relações que as fundamenta depende do cruzamento de indícios documentais. Sustentamos, então, que a compreensão das relações políticas de Agesilau e Esparta na primeira metade do século IV se tornou possível através do método comparativo proposto pela História Cruzada. Isso destaca a associação direta entre os pressupostos da Teoria de Redes e os instrumentos relacionais inerentes aos métodos da História Cruzada. Portanto, abordaremos brevemente as redes políticas que Esparta edificou com a passagem do século V ao IV, dando ênfase às relações políticas do esparciata Lisandro e como elas contribuíram para que Agesilau se tornasse rei.

1.3 Lisandro e Esparta na passagem do século V para o IV – os antecedentes do poder político de Agesilau II

Os últimos anos da guerra do Peloponeso já evidenciavam os desgastes de todas as *póleis* envolvidas no conflito²⁴. Contudo, os recursos persas investidos na Confederação do Peloponeso, somados à habilidade político-militar do esparciata Lisandro, foram determinantes para a conclusão desse enfrentamento²⁵. Não somente Lisandro se destacará pelo bom desempenho junto à frota dos peloponésios, mas também pelo poder político que angariou com homens influentes em toda a Hélade. No entanto, a maior de todas as relações políticas que Lisandro construiu foi com o irmão mais novo de Ágis II, Agesilau, ampliando as redes políticas do euripôntida pela Hélade e obtendo destaque pessoal entre os lacedemônios.

Esparta iniciou o século IV como a detentora da hegemonia militar entre os helenos, ao vencer os atenienses na batalha de Egospótamo (405). Esse evento encerrou a Guerra do Peloponeso e marcou a ascensão política de Lisandro²⁶. A figura de Lisandro também pode ser identificada como o efeito direto das transformações pelas quais Esparta e a Hélade passaram ao longo da segunda metade do século V. Não estaríamos exagerando ao afirmarmos que Lisandro foi um ator social cujas ações ajudaram a modificar a dinâmica política espartana, uma vez que o seu prestígio causou forte impacto na realeza lacedemônia²⁷.

Muito embora Esparta e a sua aristocracia mantivessem relações políticas de cunho diplomático com toda a Hélade e com uma parte da elite persa, Lisandro ampliou essa realidade promovendo uma rede política ainda mais densa e difusora de poderes relacionais. Se considerarmos que Esparta integrava uma rede pequena e densa, no Mediterrâneo, não seria estranho que a sua vitória tenha alterado o cenário político-social da Hélade. Charles Kadushin (2012, p. 89) destacou que, em redes assimétricas, a intensidade

²⁴ Ésquines (2.76-77) expôs que os lacedemônios queriam realizar um tratado de paz com Atenas, nos últimos anos da Guerra do Peloponeso. Entretanto, os democratas foram convencidos por Cleofonte de continuarem o conflito. O orador não nos informa as características do tratado, mas sugerimos que tenha sido algo semelhante à aliança entre Esparta e os persas. Essa hipótese se fundamenta em Tucídides (8.58.7), ao destacar que, nos termos do acordo persa-espartano, havia a possibilidade de que ambos os lados, caso quisessem, firmassem uma aliança conjunta com Atenas.

²⁵ Isócrates (15.128), por sua vez, afirmou que Lisandro venceu em Egospótamo por pura sorte, desmerecendo a habilidade do esparciata para exaltar os feitos do ateniense Timóteo.

²⁶ Para uma análise sobre Lisandro e a sua *métis* (astúcia) na batalha de Egospótamo, vide Assumpção (2019, p. 127-142).

²⁷ Lisandro e as suas conexões políticas serão responsáveis pela escolha de Agesilau como *basileús* da dinastia euripôntida, muito embora este não fosse o herdeiro imediato ao trono.

das conexões entre os elos influencia em toda a sua estrutura. Desse modo, ainda que a Confederação do Peloponeso tenha se caracterizado como uma rede híbrida, devido à mescla entre simetria e assimetria na autoridade de seus membros, a conclusão da Guerra do Peloponeso, tendo Lisandro como o ator social de maior proeminência, alterou a intensidade das conexões espartanas junto aos helenos.

Isso nos leva a problematizar a motivação dos jovens espartanos, já citada por Tucídides (1.80-85), pois a possibilidade de sucesso na guerra fomentaria a preponderância política de suas respectivas famílias, seja no interior de Esparta, seja em relação à aristocracia da Hélade. Como a rede espartana era pequena e densa, as relações políticas de Lisandro impactaram diretamente nas determinações do governo de sua *pólis*. Afinal, não se podia negar a influência obtida pelo navarco e nem a repercussão de suas ações para a Hélade e a Lacedemônia.

No final da década de 410, o Império Aquemênida governado por Dario II se aproximou dos helenos e financiou grande parte dos gastos espartanos na guerra contra Atenas. Isso porque Dario II não via com bons olhos a influência ateniense em parte dos seus domínios no Egeu. Em 405, o *grande rei* dos persas enviou o seu filho mais novo, Ciro, na condição de *káranos*²⁸ dos domínios aquemênidas no Mediterrâneo, para que auxiliasse os espartanos no que fosse necessário. Nesse momento, Lisandro – representante dos interesses de Esparta – formou laços/conexões pessoais com Ciro, que, em troca, beneficiou o navarco da melhor maneira que pôde com os recursos aquemênidas (Xen. *Hell.* 1.5.6). Essa aproximação levou à criação de redes políticas por Lisandro que, ao receber o apoio do *káranos* persa, assegurou os interesses da aristocracia da Jônia. A relação política entre Lisandro e Ciro, por sua vez, foi um nítido desdobramento da rede política existente entre Esparta e o Império Aquemênida.

Ao adaptarmos a proposta de Kadushin (2012, p. 82-83), notamos que a relação de Lisandro e Ciro se deu por uma via informal²⁹, cujas características fundamentais seriam a busca por segurança, a efetividade nas relações políticas e o *status* dos envolvidos. Contudo, a rede informal está sujeita a certas intempéries, o que justificaria a necessidade de Lisandro

²⁸ Segundo Rüdiger Schmitt (2011), *káranos* seria uma derivação do termo persa *kara* (exército). Em Xenofonte, o *káranos* foi o grande comandante dos exércitos persas.

²⁹ Aqui destacamos que os benefícios assegurados mutuamente por Lisandro e Ciro eram informais, uma vez que a Lacedemônia e o Império Aquemênida haviam firmado uma aliança, entre 412-411.

tomar decisões visando ao benefício de Esparta e dos seus companheiros. Esse posicionamento nos permite afirmar que Lisandro era um nó que participava das conexões em diversas redes pequenas, a saber: a rede de Esparta, a dos seus aliados helenos e a dos persas. Quanto a Ciro, a situação se dava na mesma proporção, haja vista que a sua liderança sobre as satrápias da Ásia Menor aumentou o poder dos aquemênidas contra a expansão ateniense, mas também lhe fez angariar apoiadores para os seus interesses pessoais³⁰.

Lisandro, portanto, não perdeu as oportunidades que apareceram, pois a sua presença entre os aristocratas jônios se tornou necessária e fundamental para assegurar as relações políticas junto a Ciro, em prol da Hélade. Já a posição que a elite jônica ocupava nas relações de forças mediterrânicas fez com que ela reconhecesse a debilidade de sua situação e tentasse obter a segurança mínima necessária para conservar os seus interesses políticos na rede que envolvia Esparta e o Império Aquemênida. Nesse contexto, as redes políticas de Lisandro junto a homens de renome além da Lacedemônia permitiram que a influência de Esparta também se difundisse. No entanto, não podemos negligenciar que alguns inimigos de Lisandro também se tornaram opositores de Esparta³¹. Nesse caso em particular, a relação política que Lisandro e Ciro estabeleceram foi de *xenia*³², pressupondo que os lados envolvidos auxiliassem o *amigo estrangeiro* em momentos de dificuldade sempre que houvesse a necessidade.

No interior das redes políticas³³ do Império Aquemênida, Ciro rivalizava com o sátrapa Tissafernes, cujas pretensões pessoais fizeram com

³⁰ Defendemos que, em algumas ocasiões, as redes de um sujeito sobrepujam ou eram sobrepostas por outras redes. No caso de Lisandro e Ciro, as suas respectivas redes pessoais tinham o potencial para ampliar as conexões de suas comunidades, mas também atuariam como contrapesos aos seus respectivos governos em situações de tensão.

³¹ Como Lisandro representava os interesses de Esparta no Egeu e na Ásia Menor, as suas decisões político-militares foram consideradas – até certo ponto – como reflexos das decisões espartanas. Portanto, os inimigos de Lisandro se tornaram inimigos de Esparta e vice-versa. Do mesmo modo, como Lisandro aumentou a densidade de suas conexões na Hélade, isso gerou tensões no interior de Esparta. Essa situação se deu porque o fortalecimento do navarco representava o enfraquecimento de alguém e/ou algum grupo.

³² A *xenia* seria uma forma de *amizade ritualizada* estabelecida entre sujeitos de territórios e comunidades diferentes, a qual pressupunha a solidariedade mútua e a troca de bens e serviços. Retornaremos a esse conceito no decorrer desse livro.

³³ A expressão está no plural porque as redes do Império Aquemênida se constituíam por redes menores, isto é, as conexões políticas desenvolvidas pelos seus sátrapas, que visavam o fortalecimento persa eram redes particulares que se tornavam parte integrante de uma

que se tornasse aliado dos atenienses. Isso levou os lacedemônios, líderes dos peloponésios, a denunciarem Tissafernes a Ciro que, enquanto *káranos*, tinha o poder sobre todos os governantes persas da Jônia (Xen. *Hell.* 1.5.2). As possíveis motivações de Tissafernes foram relatadas por Plutarco, tanto na *Vida de Alcibíades* (25.1) quanto na *Vida de Lisandro* (4.1). Para o biografista beócio, Tissafernes foi enviado por Dario II para auxiliar os espartanos em seu conflito contra os atenienses, e não o contrário. Além disso, a sua pretensão seria a de enfraquecer os helenos para que assim fossem dominados mais facilmente, ao invés de fortalecê-los uns contra os outros.

A postura circunstancial de Tissafernes fez com que diversos autores da Antiguidade o qualificassem como um modelo de homem sem honra, incapaz de obedecer às determinações de seu *basileús* em decorrência de seus próprios interesses político-econômicos. Embora as críticas a Tissafernes sejam amplas e oriundas de diversos momentos da Antiguidade, recordamos que a comunidade discursiva na qual autores como Tucídides, Xenofonte, Platão, Diodoro e Plutarco estiveram inseridos ainda considerava os persas um modelo de descomedimento político, social, econômico e cultural. Dessa forma, a figura de Tissafernes cumpria a função de materializar todos os excessos esperados de um *bárbaro*. Por isso, o papel de Tissafernes na documentação corresponde ao de um *αλγοζ*, cujas atitudes são ruins e geram efeitos negativos mesmo quando pensadas em prol de sua cidade/reino.

Lisandro se destacou entre os helenos ao dar-lhes esperanças contra os atenienses com a vitória na batalha de Notium, em 406 (Xen. *Hell.* 1.5.11; *Hell. Oxy.* 4.3; Diod. Sic. 13. 71.1-4; Plut. *Lys.* 5.1-2). O seu êxito foi recompensado pelo apoio dos homens mais influentes da Jônia, do Egeu e da Trácia. A principal controvérsia acerca de Lisandro e das inúmeras formas pelas quais foi representado refere-se à sua aparente ânsia pelo poder, seja ele político, econômico ou militar. Como o navarco manifestava uma parcela do poderio militar de Esparta fora do Peloponeso, muitos aristocratas se aproximaram dele almejando benefícios com a *pólis* lacedemônia.

rede muito maior. Com isso, o governo do Império Aquemênida foi o nó central dessas conexões.

As redes políticas que Lisandro formou junto à aristocracia helênica da Ásia foram compreendidas como *betairéai*³⁴. Nessas *confrarias*, os homens de uma mesma estirpe ou detentores de poderes políticos, sociais e/ou econômicos semelhantes se reuniam para discutir assuntos de interesse comum, beneficiando-se mutuamente sempre que necessário. Charles Hamilton (1979, p. 37-39) afirmou que os aristocratas jônios se vincularam a Lisandro devido à boa relação que mantinha com Ciro, além de acreditarem que os peloponésios poderiam vencer a guerra, o que lhes daria algum tipo de privilégio político-econômico. Essa situação justifica o que havíamos comentado anteriormente, pois os líderes jônios, reconhecendo a posição desprestigiada em que se encontravam junto aos nós de maior proeminência entre Esparta e o Império Aquemênida, aproximaram-se de Lisandro para obter benefícios e segurança. Além disso, as redes políticas de Lisandro também teriam se estendido à Sicília, onde manteve vínculos pessoais com Dionísio I (Plut. *Lys.* 2.5), o que fez dele um dos homens mais poderosos da Hélade em decorrência de suas ações e de suas relações políticas nos últimos anos da Guerra do Peloponeso.

Plutarco (*Lys.* 2.4) nos informou que Lisandro foi o responsável por introduzir riquezas em abundância no interior de sua *pólis*, fazendo com que os esparciatas desenvolvessem o vício da ambição. Xenofonte (*Lac.* 14.3) destacou que os esparciatas do século IV se orgulhavam de possuírem riquezas, o que outrora era reprovado e desdenhado. Verificamos, portanto, que Xenofonte endossa a perspectiva de Plutarco sem mencionar o nome dos responsáveis pela introdução de riquezas em Esparta. Platão (*Alc. I.* 122 d), por sua vez, enfatizou que os ricos de Atenas eram inferiores aos ricos de Esparta. Embora Platão tenha escrito a maior parte dos seus diálogos no século IV, a sua citação se passa no *Alcibiades I*, o que nos permite afirmar que a riqueza dos esparciatas – considerando que os *basileis* possuíam grandes riquezas móveis e propriedades – era reconhecida no século V, mesmo com as restrições impostas pela constituição de Licurgo. Portanto, se considerarmos o posicionamento platônico, os espartanos valorizavam a

³⁴ James DeVoto (1982, p. 28) definiu as *betairéai* como uma associação de homens de tendência política oligárquica detentores de uma idade aproximada e que partilhavam interesses comuns em arte, música e política. Eles se reuniram para se protegerem dos excessos dos democratas radicais, estando interessados na estabilidade social e na paz. Dessa maneira, as associações oligárquicas que Lisandro formou com a elite da Jônia se fundamentaram na promessa de uma estabilidade político-social caso Esparta saísse vitoriosa na Guerra do Peloponeso. Isso justificaria o apoio incondicional que o navarco recebeu na Ásia Menor.

riqueza mesmo antes de Lisandro se tornar navarco. No século IV, no entanto, os esparciatas foram considerados gananciosos, que ansiavam pelo poder político e militar fora de sua *pólis* como *harmostai*³⁵, pois assim não estariam limitados por suas leis (Xen. *Lac.* 14.4).

No que concerne a Lisandro, a sua posição política em Esparta e a maneira de agir diante dos aliados de sua *pólis* e dos seus próprios *philoí*³⁶ era o reflexo da proeminência que a navarquia logrou no cenário geopolítico da Hélade. Nas palavras de Aristóteles, o cargo de navarco acabou adquirindo influência o suficiente para rivalizar com os diarcas³⁷ da Lacedemônia (Arist. *Pol.* 1271a40). César Fornis (2016, p. 188) ressaltou que a autoridade e a influência da navarquia em Esparta se tornaram amplas graças à importância do combate marítimo nos últimos anos da Guerra do Peloponeso. Com efeito, sem a estratégia marítima adotada por Lisandro, os atenienses teriam prolongado a Guerra do Peloponeso por mais tempo. Ainda que Isócrates (15.128) afirme que Lisandro teve sorte em seu combate em Egospótamos, foram as suas habilidades como comandante que lhe rendeu esta posição militar. Considerando que Alcibiades voltara a atuar na frota ateniense, havia a necessidade de um navarco capaz de fazer frente ao comando do alcmeônida (Assumpção, 2019, p. 129).

Sendo assim, a vitória peloponésia só foi possível devido à atuação singular de Lisandro como navarco (Xen. *Hell.* 2.1.20-31). Por meio do cruzamento dos vestígios documentais e da historiografia, observamos parte da motivação dos autores clássicos e contemporâneos ao considerarem Lisandro como um *grande problema* para Esparta. A postura e as decisões de Lisandro impactaram as relações de poder no interior de Esparta e desta com os demais nós que compunham as suas redes. Nesse sentido, Lisandro não só representava os interesses de inúmeros grupos, mas também a discórdia de outros tanto em Esparta quanto na Hélade.

Em Eurípides (*Andrômaca*, v. 147-154), por exemplo, a riqueza era tida como um dos atributos fundamentais da comunidade espartana³⁸.

³⁵ Entre os lacedemônios, os *harmostai* eram os intermediários político-militares que atuavam no estrangeiro em benefício de sua *pólis*. Em certos casos, eles eram enviados para exercer o poder político com o auxílio de guarnições militares, o que levou a historiografia a designá-los como governadores.

³⁶ Substantivo cuja acepção seria *amigos*. O seu singular é *phílos*.

³⁷ Essa palavra seria um composto formado pelo prefixo *di* + *arkeíá*, um nominativo plural neutro que provém de *arkeíon* (magistratura).

³⁸ De acordo com Jacqueline de Romilly (1998, p. 166-167), a peça *Andrômaca* teria sido encenada entre 426 e 424. Considerando que Eurípides fez uma denúncia aos excessos

Isócrates, por sua vez, afirma que o descomedimento financeiro foi um problema para todas as *póleis* que constituíram uma hegemonia, tais como Atenas e Esparta:

[...] a dominação operou ruínas não somente em Atenas, mas também na *pólis* dos lacedemônios, de tal maneira que aqueles que têm o hábito de exaltar as virtudes de Esparta não podem argumentar que nós administramos mal os nossos negócios devido ao governo democrático, enquanto que os lacedemônios assumiram a supremacia e tiveram resultados felizes para todos e para si mesmos. Isso porque esse poder [a dominação] revelou a sua natureza [a ruína] muito mais rápido do que no nosso caso (Isoc. 8.95)³⁹.

O que nos chamou a atenção foi o fato de autores, de diferentes épocas, destacarem que a riqueza foi um dos maiores problemas para os lacedemônios do período Clássico, sem que o nome de Lisandro fosse citado. Se Lisandro foi de fato um homem ganancioso, cujas atitudes prejudicaram Esparta direta ou indiretamente, o que teria motivado essa comunidade a mantê-lo como comandante em diversas circunstâncias, mesmo após a Guerra do Peloponeso? Aqui tangenciamos uma parte do nosso pressuposto de análise junto a Agesilau II. Tanto Lisandro quanto Agesilau teriam sido culpados por colocarem Esparta e os seus cidadãos numa condição de crise, da qual nunca mais puderam sair. Não partilhamos desse posicionamento tão recorrente na historiografia contemporânea, pois, como Lisandro e Agesilau poderiam ser o reflexo das mazelas espartanas se as suas ações estavam diretamente vinculadas aos interesses e as redes de poder de sua *pólis*?

Se as afirmações de Xenofonte (*Lac.* 8.1-5) estiverem corretas, o que diferenciava as autoridades de Esparta daquelas que existiam em outras *póleis* era o fato de que mesmo os seus magistrados mais proeminentes se

espartanos, a riqueza seria um problema em Esparta já no início da Guerra do Peloponeso, antecedendo as ações de Lisandro. Para uma análise sobre *Andrômaca* e Esparta, vide Assumpção (2018, p. 196-213).

³⁹ “οὐ γὰρ μόνον ἡμᾶς ἀλλὰ καὶ τὴν Λακεδαιμονίων πόλιν διέφθειρεν, ὥστε τοῖς εἰθισμένοις ἐπαινεῖν τὰς ἐκείνων ἀρετὰς οὐχ οἷόν τ' ἐστὶν εἰπεῖν τοῦτον τὸν λόγον, ὡς ἡμεῖς μὲν διὰ τὸ δημοκρατεῖσθαι κακῶς ἐχρησάμεθα τοῖς πράγμασιν, εἰ δὲ Λακεδαιμόνιοι ταύτην τὴν δύναμιν παρέλαβον, εὐδαιμόνας ἂν καὶ τοὺς ἄλλους καὶ σφᾶς αὐτοὺς ἐποίησαν. πολὺ γὰρ θᾶπτον ἐν ἐκείνοις ἐπεδείξατο τὴν φύσιν τὴν αὐτῆς:”

preocupavam em obedecer às leis⁴⁰. Com os *basileús* não seria diferente, pois, quando um dos heráclidas descumpria as determinações legais, poderia ser multado e até mesmo condenado à morte⁴¹.

Diante disso, vemos que Lisandro e Agesilau estariam submetidos aos valores e às prescrições que as leis de Esparta estabeleciam. De fato, seríamos ingênuos se acreditássemos plenamente que os dois não subverteram ou adaptaram as ordens de sua *pólis* visando ao benefício pessoal. Entretanto, qualquer atitude de proporções exacerbadas e exponencialmente contrária aos interesses de Esparta levaria certamente à sua punição. Portanto, acusar Lisandro e Agesilau por suas ações nos levaria a concluir, de maneira precipitada, que Esparta era indiferente a qualquer medida política tomada pelos seus cidadãos e magistrados em território estrangeiro.

Apesar disso, Esparta e os *éforos* foram os responsáveis por apoiarem a conduta e as atitudes que ambos os comandantes tiveram ao longo de suas vidas. Até mesmo as alianças que Lisandro estabeleceu com persas, trácios e jônios tiveram o consentimento dos magistrados lacedemônios. Do mesmo modo, Agesilau recebeu todo o respaldo necessário para realizar uma expedição à Jônia no início do seu reinado, além de atuar como mercenário no Egito já no final de sua vida⁴². Tais argumentos pretendem minimizar a forma como a historiografia interpretou as atitudes de Lisandro e Agesilau, uma vez que Esparta se beneficiou amplamente com as conquistas obtidas por esses atores sociais. Logo, munidos do arcabouço teórico das redes políticas, vemos que Agesilau e Lisandro⁴³ foram sujeitos submetidos à dinâmica política, social,

⁴⁰ Roger Brock (2013, p. 10) pontuou que, para a grande maioria dos pensadores socráticos, a constituição de uma *pólis* era sagrada. Portanto, ao representar um governante ou mesmo uma comunidade, submetendo-se às leis, teríamos um exemplo de governo preocupado com os deuses e um modelo de piedade.

⁴¹ No que se refere à submissão dos *basileús* à constituição espartana, destacamos o caso de Ágis II, que foi multado pelos éforos ao negligenciar um sacrifício (Plut. *Lyc.* 12.3). Outro exemplo emblemático foi a condenação à morte sofrida pelo *basileús* Pausânias, acusado de não cumprir os interesses de sua *pólis* diante de Atenas e Tebas (Xen. *Hell.* 3.5.25). Temos também Agesilau, multado por manipular os cidadãos de Esparta e torná-los seus clientes (Plut. *Ages.* 2.3).

⁴² As conexões políticas de Agesilau no interior de Esparta serão analisadas ainda neste capítulo.

⁴³ Vale destacar que Lisandro será abordado com maior ênfase no decorrer desse capítulo devido à conexão política e à relação de pederastia que manteve com Agesilau II. Para maiores informações, consultar *Lysandre de Sparte: Histoire et Traditions* de Jean-François

econômica, militar e cultural de sua *pólis*, e agiram de acordo com os interesses espartanos na maioria das circunstâncias.

Independentemente de qualquer ameaça que Lisandro representasse, muitas de suas atitudes receberam o apoio e o respaldo do *basileús* Ágis II, que foi um dos homens mais poderosos de sua época, em virtude de sua experiência militar e por ter herdado as redes políticas de seu pai, Arquídamos II. Nas *Helênicas* (2.2.7-8), Xenofonte forneceu indícios da relação política que havia entre o navarco e Ágis II. Ao vencer os atenienses em Egospótamo, Lisandro se dirigiu a Samos e, dali, enviou uma mensagem direta ao *basileús* euripôntida, notificando-o do feito militar. Em seguida, Lisandro pontuou que estava partindo para o Pireu a fim de promover um cerco a Atenas. Nesse período, a dinastia ágida era governada por Pausânias, que foi designado por Esparta para liderar um contingente de apoio militar para ampliar a ofensiva aos atenienses. Esse trecho do discurso de Xenofonte merece atenção pelo fato de Lisandro notificar, primeiramente, Ágis e só depois a sua *pólis* sobre a vitória em Egospótamo. Mesmo assim, se o navarco não tivesse relações políticas com o Ágis II, nada o impediria de avisar Pausânias de suas ações militares.

De todo modo, a documentação literária nos chama a atenção para o fato de que Lisandro, por ter nascido numa família sem recursos, não tinha direitos políticos em Esparta (Plut. *Lys.* 2.1, 2.3). Essa tradição era conhecida no período Clássico, afinal, em sua denúncia aos excessos da supremacia espartana, Isócrates (4.111) chamou Lisandro de *bilota*⁴⁴. Paul Cartledge (2003, p. 183-184) destacou que ele obteve mais tarde a cidadania e a indicação para um cargo militar importante justamente por ter integrado

Bommelaer (1981), em que o autor desenvolveu um estudo voltado unicamente para Lisandro e sua dinâmica política no interior da Hélade.

⁴⁴ Essa ideia se baseava na possibilidade de Lisandro ser um *mothax*, isto é, o filho de um servo que auxiliava os descendentes dos esparciatas no processo de *paideia* (Ael. *VH.* 12.43). Essa informação contrasta com Plutarco (*Lys.* 2.1), quando este afirma que o pai de Lisandro era descendente dos heráclidas, mas não provinha da linhagem da realeza. Timothy Doran (2018, p. 68-70) destacou que o *mothax* tinha importância para Esparta, pois era formado na *paideia* espartana, o que lhe permitia galgar posições proeminentes em cargos militares lacedemônios. A partir de Doran e contrapondo Isócrates, Eliano e Plutarco, sugerimos que Lisandro seria filho de pai esparciata e mãe *bilota*, tornando-se um filho bastardo que, com o declínio do número de cidadãos espartanos, poderia ser utilizado por sua *pólis*. Para maiores informações sobre os *bilotas*, vide Assumpção (2013, p. 100-111).

a rede política de clientelismo⁴⁵ da dinastia euripôntida. Jacqueline Christien e Françoise Ruzé (2007, p. 129) afirmaram que a prática do clientelismo era comum entre os membros da realeza lacedemônia, através da qual ampliaram as suas redes políticas. Como em Esparta os jovens que não realizassem a *paideia* esparciata estavam excluídos da cidadania, homens de recursos e/ou da realeza financiavam a educação e os gastos que esses sujeitos teriam para se tornar cidadãos em troca da sua lealdade e de suas famílias. Essas considerações ressaltam que, entre os espartanos e lacedemônios, a formação de redes políticas era o mecanismo adequado para se alcançar objetivos políticos, sociais e econômicos.

No interior da Teoria de Redes, em vez de abordarmos essa prática como clientelismo, poderíamos falar de auxílio social, sendo comum em redes densas, nas quais os seus membros tentam obter benefícios daqueles que estão num nível político-social mais elevado. Para os líderes (nós centrais) de uma rede, são interessantes os benefícios atribuídos aos atores de menores recursos, tendo em vista a importância deles para que se desenvolva sentimentos com a sua liderança e legitimem o seu poder junto aos demais nós da rede. Afinal, a autoridade de um líder se amplia pela influência social que exerce junto ao seu grupo social (Kadushin, 2012, p. 60-61, 87). Diante do cenário político de Esparta e tomando o exemplo das casas reais da Lacedemônia, o financiamento de jovens oriundos de famílias sem recursos era uma estratégia política admirável, haja vista que os *basileis* lacedemônios careciam de plenos poderes políticos. Essa atitude garantia-lhes, portanto, a ampliação da sua autoridade através da influência sobre os cidadãos mais pobres e pela confiança que eles atribuíam aos seus benfeitores.

Com isso, destacamos que as redes políticas são compostas pelas relações/conexões promovidas por um sujeito e/ou seu grupo social. Essas relações atuam como os nós/ligações dessas redes. Por outro lado, uma vez

⁴⁵ Susan Stokes (2007, p. 605) definiu o clientelismo como um mecanismo político no qual as pessoas com recursos e de grande influência fornecem benefícios a outros para ampliarem a sua preponderância política. Entretanto, Stokes destacou que o critério para essa aparente *doação* de benesses seria a capacidade dos favorecidos em assegurar o apoio ao seu *patrão*. David Konstan (2005, p. 192-197) advertiu que existia uma diferença entre a amizade e o clientelismo, afinal as pessoas buscam amigos que tenham posições sociais semelhantes. Na relação de amizade (*philia*), não haveria uma hierarquia entre os seus membros. Já no clientelismo, temos uma nítida distinção entre os envolvidos, em que o mais poderoso se torna o protetor dos interesses de seus clientes, enquanto estes favorecem e ampliam a autoridade de seu senhor.

que um grupo de pessoas junto de seus principais representantes forma relações políticas, estas acabam sendo o reflexo, direto ou indireto, de sua autoridade no interior da comunidade ou de seu período histórico. Nesse caso, sugerimos que Arquídamos II, cujo governo durou de aproximadamente 469 a 427, teria posto Lisandro e a sua família em sua rede política de clientelismo. A partir de então, todas as atitudes promovidas por Lisandro e os seus parentes mais próximos estariam vinculadas à dinastia dos euripôntidas. Com a morte de Arquídamos, o cargo de *basileús* coube ao seu filho mais velho, Ágis II, que herdou todas as suas redes políticas – tanto dentro quanto fora da Lacedemônia. Essa conjuntura fez com que Lisandro se aproximasse de Ágis II, passando a representar-lo e a obedecer-lo como uma dívida de gratidão hereditária.

1.4 Agesilau e as suas redes políticas na Lacedemônia

Aqui iniciamos a nossa análise de Agesilau, afinal a sua primeira aparição na documentação literária se deu pela associação direta que manteve com Lisandro. Contudo, o futuro *basileús* dos euripôntidas apenas se inseriu no discurso de Xenofonte no terceiro livro das *Helênicas*. Antes de chegarmos a esse momento, as redes políticas de Lisandro haviam se expandido para grupos políticos na Líbia⁴⁶, o governante Dionísio I de Siracusa⁴⁷, quase a totalidade da Trácia e da Jônia, além de *betairéai* no Egeu e na Hélade central. Sendo assim, Agesilau se beneficiou com o poder político e a influência que as conexões de Lisandro exerciam na Hélade, entre o final do século V e início do IV.

⁴⁶ Plutarco (*Lys.* 20.5-6, 25.3) expôs que Lisandro mantinha relações políticas com homens importantes da Líbia. Esse indício poderia ser endossado pelo fato de o irmão de Lisandro se chamar Líbis, sendo isso uma possível comprovação de que o pai do navarco tenha tentado honrar um território que o beneficiara com a condição de *próxenos* (Xen. *Hell.* 2.4.28).

⁴⁷ Quanto à relação política entre Lisandro e Dionísio I, Plutarco (*Lys.* 2.5) faz referência ao momento no qual Lisandro foi à corte de Dionísio I, na condição de embaixador (*presbutéi*). Devemos considerar que uma *pólis* escolheria como seu representante alguém dotado de atributos diplomáticos evidentes ou que tivesse boas relações com a comunidade da qual se pretendia tornar aliada. Nesse contexto, afirmamos que Lisandro se enquadrava nas duas condições, afinal, após a visita realizada a Siracusa, o navarco pôde fortalecer as conexões políticas que já tinha ou estabeleceu uma conexão marcada por novos parâmetros e demandas com Dionísio.

Agesilau era o filho mais novo de Arquídamos II, proveniente do seu segundo casamento com Eupolia, filha de Melessípidas. Plutarco (*Ages.* 1.1, 2.3) chega a afirmar, citando Teofrasto, que o casamento de Arquídamos com Eupolia não foi apoiado pelos magistrados de Esparta. Por isso, os éforos multaram o *basileús* por se casar com uma mulher de baixa estatura, que geraria *pequenos basileús* à Lacedemônia. Como os helenos da Antiguidade compreendiam a aparência física como um reflexo do interior de uma pessoa, uma mulher baixa não seria capaz de gerar nada grandioso. Entretanto, Arquídamos teria bons motivos para contrair laços de matrimônio com Eupolia.

Pausânias, na *Descrição da Grécia* (3.9.3), afirmou que o pai de Eupolia se chamava Aristoméidas, em vez de Melessípidas. Se ele estiver correto, Aristoméidas era *próxenos* dos tebanos já no século V, tendo influência sobre o destino dos sobreviventes da batalha de Plateia, em 427. Em virtude da importância política que um *próxenos* detém junto às *pólis* e reinos estrangeiros, o casamento de Arquídamos com Eupolia permitiria que ele se aproximasse dos tebanos, os quais vinham se consolidando como uma potência militar na Hélade. O fato de Agesilau ser mais novo que Ágis tornava mínima a sua possibilidade de ascensão ao trono. Em vias normais, o que poderia ocorrer era Agesilau ocupar o cargo de regente (*pródikos*) se Ágis falecesse e o seu herdeiro ainda fosse muito jovem para assumir a *basileía*. Algumas situações, entretanto, favoreceram a atuação política de Agesilau entre os lacedemônios.

No ano 400, Ágis II faleceu a caminho de casa após realizar uma expedição militar contra Élis⁴⁸. Na ocasião, Ágis teria afirmado diante de muitas testemunhas que o jovem Leotíquidas não era seu filho legítimo (*Xen. Hell.* 3.3.1-2). Essa passagem acaba fazendo mais sentido quando relacionada aos escritos de Plutarco, ao declarar que Leotíquidas era considerado filho do ateniense Alcibíades, o qual seduzira a esposa de Ágis II enquanto este realizava alguma expedição militar (*Plut. Ages.* 3.1-2). Como Ágis II duvidava da paternidade de Leotíquidas, este só foi

⁴⁸ A expedição contra Élis foi promovida quando Esparta já havia sido reconhecida como a *pólis* detentora da hegemonia militar entre os helenos, ainda que Corinto e Tebas estivessem receosas com esse posicionamento. Em um artigo singular, James Roy (2009, p. 39-40) afirma que a mobilização espartana contra Élis buscava assegurar a influência lacedemônia sobre grande parte do Peloponeso. Portanto, Ágis II promoveu a liberação de uma parcela significativa das *pólis periecas* de Élis para que se tornassem parte das redes políticas de Esparta e formassem um *cinturão* contra as pretensões político-militares dos eleus.

reconhecido como filho legítimo no leito de morte de seu pai. A decisão de Ágis II pode ser problematizada diante da conjuntura política na qual a dinastia dos euripôntidas se encontrava, ou seja, a influência desmedida das conexões de Lisandro e as possíveis pretensões de Agesilau. Isso são apenas especulações, mas a atitude de Ágis parece ter sido um tanto precipitada por saber o que aconteceria com Leotíquidas, caso Agesilau e Lisandro intervissem no processo de sucessão real.

Com o início da disputa pelo trono, o argumento de Leotíquidas diante da assembleia se fundamentou no conhecimento que a sua mãe, Timeia (Xen. *Hell.* 3.3.2), tinha das coisas relativas ao universo feminino – como o período de gestação, que só as mulheres sabiam –, enquanto Agesilau se serviu dos deuses para endossar a sua causa, afinal, o terremoto⁴⁹ de Posidão (Howatson, 2011, p. 469-470) funcionaria como uma testemunha acusadora do adultério de Timeia.

Entretanto, Leotíquidas recebeu o apoio das conexões de seu pai, que eram contrárias aos interesses de Agesilau. Assim, o advinho Diopites surgiu na cena enunciativa criada por Xenofonte (*Hell.* 3.3.3)⁵⁰. Diopites argumentou haver um oráculo de Apolo Pítio aconselhando os espartanos sobre os riscos de uma realeza defeituosa, uma vez que Agesilau era coxo de uma das pernas. A disputa fomentada por Agesilau e Leotíquidas demonstra a existência de grupos políticos distintos em Esparta e que rivalizavam pelo poder. Tais grupos podem ser considerados redes políticas cujas conexões centrais eram vinculadas a Ágis II. Com a morte deste, iniciou-se uma contenda em busca da centralidade dessas redes. Em certa medida, como nos esclareceu Kadushin (2012, p. 27-34), quando um nó dotado de conexões de alta densidade deixa de existir, temos aí um buraco estrutural, que se manifesta quando as relações dos nós com o seu líder ocorrem através do *ego*, sendo esta denominada sendo esta denominada *rede-ego*, uma vez que a sua centralidade reside em um único indivíduo em particular.

Devido ao desequilíbrio ocasionado pela morte de Ágis, o nó com o maior apelo e popularidade poderia ocupar essa posição. Considerando o *status* de Lisandro e as suas conexões dentro e fora da Lacedemônia, a sua proximidade com Agesilau favoreceu a escolha deste como governante, pois Lisandro argumentou que uma realeza defeituosa seria ter um *basileús* oriundo de uma estirpe que não fosse heráclida. A cena enunciativa criada

⁴⁹ Esse seria o terremoto citado por Tucídides (8.6.5) (Marincola, 2010, p. 96).

⁵⁰ Plutarco (*Lys.* 22.5; *Ages.* 3.4) fez referência a essa mesma situação.

por Xenofonte se fundamentou num artifício retórico, típico dos sofistas, para legitimar a coroação de Agesilau. Verificamos que a representação proposta por Lisandro o caracterizou como um ator social atípico para os parâmetros espartanos, o que favorecia a sua caracterização como um sujeito excessivo diante de uma dada audiência.

A vitória de Lisandro em Egospótamo e a sua influência no cenário político helênico – em virtude das suas conexões com homens poderosos das Cíclades, da Ásia Menor e do Império Aquemênida – garantiu a projeção de um dos nós com os quais mantinha conexões. Consequentemente, as redes políticas de Lisandro na Lacedemônia contribuíram para que Agesilau fosse aclamado *basileús* pelos esparciatas (Xen. *Hell.* 3.3.4; Plut. *Lys.* 22.6).

A conexão entre Agesilau e Lisandro legitima a ideia de que o poder é relacional, pois seria impossível que um ou outro exercesse influência e autoridade sem o reconhecimento de todo um grupo de pessoas. Assim, embora Lisandro estivesse conectado com muitos atores sociais, faltava-lhe a prerrogativa real para obter um *status* sem precedentes entre os lacedemônios, lugar que foi ocupado por Agesilau enquanto um nó na rede de Lisandro. Por outro lado, a vinculação entre Agesilau e Lisandro merece um pouco mais de nossa atenção. Plutarco (*Lys* 22.3; *Agex.* 2.1) garantiu que ambos mantiveram relações de pederastia na juventude. Mas, o que isso pressupunha?

Em linhas gerais, a pederastia seria uma relação entre duas pessoas do mesmo sexo, sendo uma delas mais velha (*erastés*) que a outra (*erómenos/paidiká*). Esse tipo de interação presumia meios para assegurar a plena formação do indivíduo mais jovem, embora o seu caráter sexual fosse inquestionável. Na *Constituição dos Lacedemônios* (2.13), Xenofonte pontuou que a pederastia em Esparta era um meio de garantir ao jovem uma formação mais adequada, por não desonrar os envolvidos. A singularidade da pederastia lida com o período no qual essa prática deveria ocorrer, isto é, durante a juventude. No entanto, para os homens adultos, era politicamente vantajoso manter relações eróticas com cidadãos proeminentes após o período da pederastia. Assim, salientamos que a pederastia integrava o processo educacional formal dos jovens, identificado como *paideía*, bem como a dinâmica *políade* de reciprocidade entre homens da aristocracia.

David Halperin (1990, p. 30-33) nos esclarece que a relação erótica entre os helenos do sexo masculino manifestava aspectos de sua vida político-social, expressando as suas experiências e anseios como agentes

sexuais e homens políticos. Desse modo, as identidades sexuais dos helenos do período Clássico pareciam inseparáveis de suas respectivas posições políticas. Segundo Daniel Barbo (2008), o erotismo na Hélade refletia as relações de poder dos sujeitos envolvidos através das categorias de ativo e passivo. Entre os helenos, o ato erótico era exclusivista e de dominação pessoal, o que ressaltava as hierarquias político-sociais da *pólis*.

Diante disso, a relação erótica configurava a superioridade e a subordinação nas esferas políticas e sociais dos envolvidos, cabendo ao cidadão adulto iniciar o ato sexual e ter o direito de sentir prazer com ele. Dentro da pederastia, enquanto uma prática institucionalizada, notamos a isomorfia entre o papel erótico de um cidadão e a sua condição político-social. Assim, cabia ao homem adulto e agente erótico (*erastés*) iniciar a relação com o jovem e paciente⁵¹ erótico (*erómenos*), para daí legitimar o seu poder e preponderância política, social e sexual, além de ensinar ao jovem a maneira de agir quando futuramente estivesse na condição de adulto e ativo.

Segundo Xenofonte (*Lac.* 2.2), os jovens espartanos eram educados em conjunto por um magistrado designado para vigiá-los, ao longo de toda a sua formação⁵². A presença de um cidadão adulto, ao invés de um escravo ou um mestre contratado, como ocorria em Atenas, fazia com que os valores *poliades* fossem inculcados com veemência na conduta do jovem. Isso porque o magistrado era o responsável por estabelecer o que o jovem deveria aprender para ser reconhecido como um cidadão no futuro. A autoridade de um cidadão ao designar as atribuições dos jovens em formação se vincula com a sua experiência por ter vivenciado este mesmo sistema educacional quando mais novo. Entre os espartanos, a pederastia fazia com que um homem adulto se responsabilizasse em complementar

⁵¹ Os conceitos de agente erótico e paciente erótico foram utilizados por Daniel Barbo (2008).

⁵² Não podemos esquecer que Xenofonte promoveu uma cena enunciativa na qual os esparciatas e os seus governantes eram tomados como modelo de conduta ao longo de toda a *Constituição dos Lacedemônios*, em que a única exceção se encontra no capítulo quatorze. Por isso, toda e qualquer afirmação elogiosa vinda de Xenofonte pode ser pensada de forma crítica no sentido da tentativa de atribuir papéis de destaque aos homens de Esparta diante de uma audiência tipicamente ateniense e aristocrática. Recentemente, desenvolvemos a hipótese de que a *Constituição dos Lacedemônios* representou a formação dos esparciatas por uma via socrática, utilizada como instrumento de crítica à democracia ateniense que havia exilado Xenofonte e condenado Sócrates à morte (Assumpção, 2021).

esse processo de formação, atuando como um modelo de conduta para o seu jovem amado e com ele partilhando da honra e da vergonha.

Assim, temos por hipótese que Lisandro percebeu o quanto os seus benefícios político-sociais se ampliariam se mantivesse a sua proximidade com um membro direto da realeza. De forma semelhante, Agesilau teria investido numa relação com Lisandro pelas características pessoais que este apresentava quando jovem, as quais poderiam ser úteis para uma intensa vida política no futuro. Charles Kadushin (2012, p. 13, 18) destaca que a proximidade é um fator determinante para as relações pessoais, sendo o fundamento para a organização de *betairéiai*. A proximidade se forma por meio de interesses comuns, uma vez que as pessoas integram os mesmos espaços geográficos e de convivência ao longo da vida. Com isso, Lisandro e Agesilau se associaram para obter benefícios pessoais e mútuos, porém a sua as redes do navarco se tornaram muito maiores e complexas quando este último se tornou *basileús*.

Outro aspecto que merece a nossa análise diz respeito ao reconhecimento que muitos esparciatas tiveram das virtudes de Agesilau, uma vez que foram educados com ele (Plut. *Ages.* 3.3). A relevância dessa passagem se manifesta pelas conexões que Agesilau fomentou quando jovem com os esparciatas da sua faixa etária. Embora Agesilau tenha se tornado *basileús*, a probabilidade de que isso viesse a ocorrer era pequena, logo ele recebeu a *paideía* comum a todos os cidadãos espartanos. Consequentemente, a afirmação de Plutarco ressalta que a convivência dos espartanos durante a juventude formava laços de proximidade que poderiam se estender pelo resto de suas vidas. Como Agesilau era membro da realeza, seria correto que muitos tenham se associado a ele em busca de benefícios futuros e familiares, o que ocorreu com a sua ascensão ao trono. Em vista disso, quando os esparciatas tiveram que escolher entre Leotíquidas e Agesilau, as conexões deste último se mesclaram as de Lisandro fazendo com que o interesse comum de ambos os grupos se materializasse.

O relato de Xenofonte já havia atestado que a sucessão ao trono dos euripôntidas não foi tranquila, fazendo-se necessárias medidas para ofuscar a atenção dos cidadãos de modo que naturalizassem a autoridade de Agesilau. A habilidade política de Agesilau também se manifestou quando ele recebeu a herança de Ágis II. Xenofonte (*Ages.* 4.5) afirmou que, entre as suas primeiras medidas, Agesilau tomou metade da fortuna que herdara e doou aos seus parentes maternos, os quais eram homens dignos, mas extremamente pobres (Plutarco, *Ages.* 4.1).

Uma leitura superficial do discurso de Plutarco poderia fazer com que acreditássemos no quão altruísta foi Agesilau II. No entanto, ao partilhar os seus bens com familiares o *basileús* evitou que estes perdessem a sua cidadania, dada a incapacidade de arcarem com os gastos inerentes à sua manutenção, tornando-os seus clientes (Fornis, 2018, p. 128). Charles Kadushin (2012, p. 36, 75) acrescentou que os grupos de parentesco reforçam os papéis ocupados pelos seus líderes/representantes segundo os pressupostos culturais de uma dada comunidade. Lynette Mitchell (2013, p. 91-92) esclareceu que a família era um instrumento importante para se governar, por assegurar redes de poder e legitimidade ao governante, no interior de uma dinastia. Fornis (2018, p. 128) complementa dizendo que os membros masculinos da família de Agesilau foram favorecidos por meio de comandos militares e atividades diplomáticas, os quais poderiam lhes garantir fama, prestígio e recursos, ao mesmo tempo que ampliava a influência do próprio Agesilau.

Sendo assim, a atitude de Agesilau fez com que um grupo ainda maior de atores sociais o reconhecessem como um benfeitor, tornando as suas conexões densas e múltiplas. Essa multiplicidade se constituiu no momento em que as prerrogativas de Agesilau deixaram de se limitar a uma única instância político-social, tendo em vista que ele reforçou a sua posição/*status* de *basileús* com esses súditos, atuando como um benfeitor e cumpridor das obrigações sociais relativas aos laços de parentesco.

Entre os gastos atrelados à cidadania espartana, Aristóteles (*Pol.* 1271a) citou o *philtion*, isto é, os repastos coletivos que aconteciam diariamente entre os esparciatas. Quando um esparciata não poderia financiar o seu *philtion*, este era privado dos seus direitos políticos. De acordo com Xenofonte (*Lac.* 7.2), a constituição espartana impedia os esparciatas de realizarem qualquer atividade manual, a qual não era considerada digna de homens livres. Então, como os cidadãos de Esparta foram capazes de corresponder às demandas econômicas do seu dia a dia? Através da exploração do trabalho de outros grupos sociais. Tomando como referência a documentação de Xenofonte, Mogens Herman Hansen (2009, p. 389-393) definiu os esparciatas como ociosos proprietários de terras e guerreiros em tempo integral, cujas atividades agrícolas e comerciais ficavam aos encargos dos *hilotas* e *periecos*⁵³.

Em todo caso, Stephen Hodkinson (1995, p. 148-150) elucidou que a comunidade espartana do século IV já vivenciava um problema em sua

⁵³ Os *periecos* eram lacedemônios livres, embora não fossem cidadãos espartanos.

estrutura socioeconômica, culminando na oligantropia⁵⁴, ou seja, a drástica diminuição no número de homens/cidadãos. Hodkinson explicita que a oligantropia foi sintomática e se iniciou no século VI, mas se agravou com o desenrolar do período Clássico. Como em Esparta os filhos de ambos os sexos dividiam a herança paterna, ocorreu uma dilapidação das propriedades familiares. Com o passar do tempo, muitos homens perderam a capacidade de produzirem o mínimo necessário para a contribuição mensal nas *philitia* (Doran, 2018, p. 88-92). Algumas famílias, por outro lado, acabaram concentrando terras através das conexões políticas formadas pelo matrimônio. Diante disso, os esparciatas que não tiveram grandes problemas com a produção econômica de suas propriedades se utilizaram destas para engendrar conexões políticas assimétricas, tais como o clientelismo.

Xenofonte nos informou que os esparciatas de maiores recursos poderiam levar uma contribuição adicional de alimentos, com a qual beneficiaria os seus companheiros de refeição:

A quantidade de comida estabelecida por ele [Licurgo] foi o suficiente para prevenir que tivessem em excesso ou muito pouco para comer. No entanto, muitos suprimentos extras vinham dos espólios das caçadas, fazendo com que os homens ricos os substituíssem o pão de trigo [...] (Xen. *Lac.* 5.3)⁵⁵.

Novamente, Xenofonte promoveu uma cena enunciativa em que a singularidade dos valores político-culturais espartanos se destacava quando comparada à conduta de outras *póleis*. Logo, o humanitarismo de muitos esparciatas ricos pretendia fortalecer as suas redes de dependência diante dos seus companheiros de repasto⁵⁶. No que concerne a Xenofonte, a noção de comunidade discursiva proposta por Dominique Maingueneau

⁵⁴ Para se ter uma ideia dos custos da manutenção da cidadania espartana, por meio do *philition*, vide Hodkinson (2000, p. 190-201).

⁵⁵ “καὶ σῖτόν γε ἔταξεν αὐτοῖς ὡς μῆτε ὑπερπληροῦσθαι μῆτε ἐνδεεῖς γίνεσθαι. πολλὰ δὲ καὶ παρὰ λόγῳ γίνεται ἀπὸ τῶν ἀγρευομένων: οἱ δὲ πλούσιοι ἔστιν ὅτε καὶ ἄρτον ἀντιπαρὰ βάλουσιν: ὥστε οὔτε ἔρημός ποτε ἢ τράπεζα βρωτῶν γίνεται, ἔστ’ ἂν διασκηῶσιν, οὔτε πολυδάπανος.”

⁵⁶ Gabriel Bernardo (2018, p. 209-211) explicitou que as *philitiai* eram espaços adequados para a disputa entre os esparciatas, pois, ao prover alimentos para além do esperado, o cidadão se destacaria em sua honra, ampliando o seu valor social junto aos membros de suas redes pessoais.

(1997, p. 56) se mostrou pertinente. Isso porque o lugar social de Xenofonte, logo após a Guerra do Peloponeso, determinou o modo como a sua enunciação foi produzida para a comunidade discursiva receptora de seus escritos.

Plutarco (*Ages.* 4.1) afirmou que o gesto de Agesilau fez com que a riqueza lhe trouxesse boa vontade e reputação, pois ele garantiu aos seus familiares a renda necessária para manterem a sua cidadania e estabeleceu uma dívida de gratidão irreparável com eles. Concluímos que as atitudes de Agesilau diante dos parentes de sua mãe tinham as mesmas pretensões que os esparciatas mais ricos durante as *philtia*, isto é, ampliar e fortalecer as suas conexões com homens que poderiam servir de apoio político em situações futuras.

Considerando que a sua ascensão ao trono foi relativamente conturbada, a promoção de uma base de apoio familiar poderia ser sólida o suficiente para se conseguir um sustentáculo político eficiente numa Esparta abalada pelas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais advindas dos anos de Guerra do Peloponeso e da posição que passou a ocupar junto aos helenos⁵⁷. Nesse caso, as conexões familiares ampliaram a confiança que outros esparciatas tinham na liderança de Agesilau, expandindo o seu *status* e a sua influência no âmbito *poliade*. Sendo assim, o *basileús* atuou como uma *força centrípeta* que atraía a todos para as suas *zonas de influência política* no interior de Esparta. Esse gesto serviu para aumentar o poder de suas conexões e debilitar as conexões de seus adversários políticos.

O nosso argumento se confirma com a emergência de Teleutias no cenário militar lacedemônio. Teleutias era meio irmão de Agesilau por parte materna. Diodoro da Sicília (15.21.1) ressaltou que ele foi um homem distinto e muito admirado pelos cidadãos de Esparta. Xenofonte se refere a Teleutias⁵⁸ como um dos maiores apoiadores de Agesilau, chegando a ser indicado como navarco numa expedição contra Argos. Sem sombra de

⁵⁷ Fornis (2018, p.127) nos diz que não somente a disputa política com Leotíquidas como também a revolta de Cinádon determinavam que Agesilau fortalecesse a sua autoridade, a qual se ampliou por meio de um séquito de clientes e amigos. Nesse cenário, todos eles estariam numa situação de assimetria e de dependência para com Agesilau. Portanto, sempre que o *basileús* precisasse dos seus clientes, estes deveriam retribuir os benefícios materiais que recebiam com ações político-militares e simbólicas.

⁵⁸ Em Plutarco (*Ages.* 21.1), o responsável por nomear Teleutias como navarco foi o próprio Agesilau, o que seria possível num ambiente externo a Esparta e no qual caberia ao *basileús* indicar os seus comandantes. Ver o caso de Pisandro no decorrer desse capítulo.

dúvidas, o que nos intriga foi Xenofonte (*Hell.* 4.4.19) expor o sentimento de orgulho da mãe de Agesilau e Teleutias quando ambos estavam liderando uma parcela do contingente militar lacedemônio e peloponésio.

Como um ator social na dinâmica espartana, Teleutias foi uma *peça* importante no *jogo político* promovido por Agesilau. Podemos definir o papel político-militar de Teleutias como o nítido exemplo da postura “altruísta” de Agesilau e do seu efeito em Esparta. Portanto, Teleutias seria um dos esparciatas que manteve a sua cidadania graças ao montante obtido com a doação de Agesilau. Era de se esperar que Teleutias auxiliasse o *basileús* em mais de uma ocasião e atuasse como uma extensão de sua autoridade política junto a Esparta e de seu poder militar em áreas externas. Se tomarmos a rede política de Agesilau em Esparta como uma *rede-ego*, era fundamental que ele ampliasse o número de seus dependentes, cujos esforços e atitudes refletiriam a sua própria conduta. O contexto social de Agesilau fez com que ele mobilizasse um conjunto de práticas e posturas para ampliar a sua autoridade entre os lacedemônios. Logo, a percepção dessas variáveis inerentes à boa atuação no cenário político espartano culminará nas intencionalidades das ações de Agesilau diante das suas conexões assimétricas.

Ao cruzarmos os indícios documentais e as análises historiográficas, temos que a densidade da rede política de Agesilau em Esparta permitiu a formação de conexões ramificadas e mutuamente associadas. Paul Cartledge (1987, p. 146) destacou que Agesilau obteve grande influência política em Esparta ao favorecer a família de sua mãe, além de assegurar a sua estirpe e a posição político-social de esparciatas proeminentes. Para tanto, temos uma referência importante acerca da linhagem de Teleutias na *Antologia Palatina* (7.426), pois, na parte destinada aos epítafios, temos a menção do nome de Teodoro como o seu pai. Este Teodoro foi o segundo marido da mãe de Agesilau e, através dos recursos obtidos com a doação de Agesilau, também teria assegurado a sua própria cidadania. Daí inferimos que a família da mãe de Agesilau não se restringia aos seus parentes imediatos, mas também aos familiares de seu segundo marido.

Cartledge (1987, p. 145-146) ainda levantou a hipótese de que o nome Teleutias era uma homenagem à Teleutia, à irmã de seu pai Teodoro. Ela teria sido a mãe de um navarco esparciata chamado Pedarito, morto em 411 numa expedição a Quios. Tucídides (8.28.5) nos informou que o pai de Pedarito se chamava Leon (*Plut. Dit. Mulh. Esp.* 6.11; *Mor.* 241e), um dos esparciatas enviados para fundar Heracleia Traquínia, em 426 (*Thuc.* 3.92.5). Em sua *Vida de Artaxerxes* (21.5), Plutarco relatou que o esparciata

Antálcidas também seria filho de um Leon. Devido à imprecisão documental e à escassez de informações mais aprofundadas sobre as famílias esparciatas, a historiografia considerou que o pai de Pedarito e o de Antálcidas seriam a mesma pessoa, fazendo com que este último fosse filho de Teleutia e, portanto, primo de de Teleutias e aparentado, indiretamente, com Agesilau pelo lado materno.

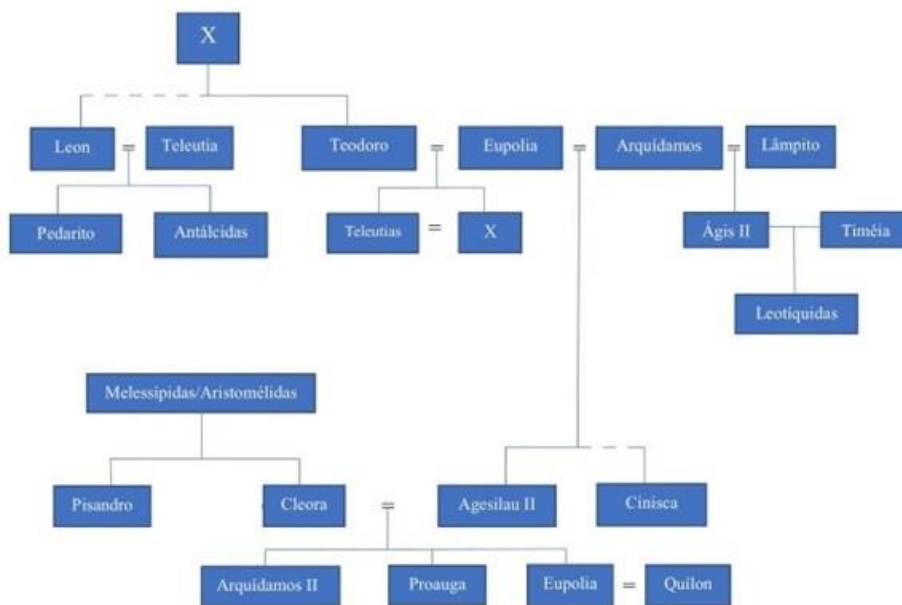


Gráfico 1 – Árvore genealógica da provável relação de parentesco entre Agesilau II e Antálcidas⁵⁹.

Aqui nos cabe tecer breves considerações sobre quem foi Antálcidas, embora este personagem histórico seja analisado ao tratarmos das redes políticas de Esparta com as demais *póleis* e a dinastia aquemênida nos próximos capítulos desse livro.

Segundo Xenofonte (*Hell.* 5.1.28), Antálcidas foi um esparciata proeminente e oriundo de uma família abastada que mantinha relações de *xenia* com o sátrapa Ariobarzanes. Num passo anterior, Xenofonte (*Hell.*

⁵⁹ Este gráfico se baseou na árvore genealógica presente em Cartledge (1987, p. 146). As linhas tracejadas correspondem a relações prováveis, enquanto o sinal (=) indica as relações de matrimônio.

4.8.12-16) informou que Antálcidas foi enviado como embaixador junto ao sátrapa Tiríbazos em Sárdis e, nessa ocasião, recebeu recursos para fortalecer a frota dos peloponésios (Plut. *Ages.* 23.1). Antálcidas chegou a ocupar o cargo de navarco entre 388 e 387, sendo nomeado éforo entre 370 e 369, mas o maior dos feitos de Antálcidas foi atuar como um intermediário direto entre os interesses de Esparta e de Artaxerxes II, governante do Império Persa, levando ao estabelecimento da Paz do Rei ou Paz de Antálcidas em 387⁶⁰.

A documentação literária demonstra que Antálcidas foi um homem singular, cujos atributos e conexões foram empregados por Esparta em situações delicadas. Supomos que a postura da comunidade espartana diante de Antálcidas provinha de sua linhagem familiar, cujos traços peculiares e a relação de intimidade que mantinha com homens influentes na Hélade e no Império Persa favoreceram o seu reconhecimento entre os lacedemônios. Isso ficaria evidente com o provável pai de Antálcidas, Leon, que devido ao seu prestígio junto aos esparciatas, foi escolhido como um dos fundadores de Heracleia Traquínia. Esse panorama demonstra que Leon foi um homem apreciado e detentor de amplos poderes políticos na Lacedemônia, fazendo com que os seus concidadãos almejassem estabelecer conexões políticas através de laços de matrimônio com a sua família, como aconteceu com a família de Teodoro, que concedeu Teletia ao *fundador* de Heracleia Traquínia.

Podemos afirmar que a família de Teodoro se utilizou das circunstâncias para fortalecer a sua autoridade no interior de Esparta, o que se verifica pelo seu matrimônio com a viúva de Arquídamos II, mãe de Agesilau. De fato, não acreditamos que a ramificação familiar de Antálcidas tenha sido uma das beneficiárias da doação promovida por Agesilau, sobretudo pela aparente riqueza de seu pai Leon. Ainda assim, afirmamos que os familiares imediatos de Teodoro acabaram integrando as conexões das redes políticas de Agesilau. Isso nos leva a propor que a gratidão dos familiares maternos de Agesilau tenha se manifestado entre os membros agregados dessa ramificação familiar, culminando no próprio Antálcidas.

Tal discussão nos interessa pela representação que Plutarco construiu da relação política de Agesilau e Antálcidas. No decorrer de suas considerações, Plutarco salientou que Agesilau rivalizou com Antálcidas no

⁶⁰ Vide Xen. *Hell.* 5.1.6, 25, 36; Diod. Sic. 14.110.2-3; Plut. *Art.* 21.5; *Ages.* 32.1; Dem. 9.47; 15.29; 20.54; 23.140; Andoc. 3.12-19, 27-28, 34-37; Isoc. 4.1.2, 119-141, 175-180; 6.50-51; 8.20, 67-69, 100-101; 14.39-41; 15.128.

cenário político espartano (Plut. *Agés.* 23.2-3). Essa ideia foi defendida por Charles Hamilton (1991, p. 182), que tratou as decisões de Antálcidas como uma afronta e uma crítica direta a Agésilau. Por outro lado, John Buckler (2003, p. 164) manifestou que as tradições documentais e historiográficas construíram a ideia de que Antálcidas e Agésilau eram inimigos. No entanto, Buckler assinalou que Agésilau foi um dos que mais se beneficiou com as ações diplomáticas de Antálcidas, por não precisar tomar nenhuma medida *deturpada*⁶¹ para alcançar os seus objetivos político-militares.

O juízo de valor de Buckler foi minimizado pela análise de César Fornis (2008, p. 207-208), segundo a qual o parentesco de Agésilau e Antálcidas era evidente, o que não lhes impedia de desenvolverem relações de animosidade. Entretanto, exceto Plutarco, nenhum outro indício documental fez referência a uma inimizade entre os dois. Fornis (2008, p. 207-211) acrescentou que, entre o final da década de 390 e o início de 380, os helenos desejavam um tratado de paz para reduzir as perdas humanas e materiais ininterruptas desde a Guerra do Peloponeso. Nesse momento, a incapacidade espartana de atuar em diversas frentes militares fez com que os seus magistrados, dentre eles o próprio Agésilau, vissem no tratado de paz com a dinastia aquemênida uma ótima estratégia política.

Sendo assim, concordamos com Fornis e refutamos a hipótese de Hamilton por verificarmos que os indícios de Plutarco são insuficientes para se assegurar uma rivalidade ou a inimizade entre Agésilau e Antálcidas. Em virtude do gênero literário de sua obra, Plutarco foi levado a obedecer às suas coerções enunciativas inerentes. Segundo Maingueneau (1997, p. 38), essas coerções enunciativas são aspectos que determinam as características fundamentais do gênero literário, tentando assegurar-lhe o lugar de fala e a veracidade de seu discurso. Como as *Vidas Paralelas* pertencem ao gênero biográfico, Plutarco obedeceu a essas coerções enunciativas, levando em consideração o lugar social que ocupava na condição de heleno de cidadania romana. Portanto, Plutarco escreveu uma obra dotada de funcionalidade político-social, na qual Agésilau atuou como um contra modelo de atitudes, tendo Antálcidas como o seu ponto de equilíbrio. Essa caracterização de Agésilau e Antálcidas produzida por

⁶¹ Na obra *Aegean Greece in the Fourth Century BC*, John Buckler adotou uma postura ofensiva em relação a Agésilau, chegando a chamá-lo de estúpido em mais de uma ocasião e defendendo que ele foi o maior motivo para a desestruturação de Esparta após a batalha de Leuctra em 371.

Plutarco esteve associada à sua comunidade/formação discursiva e aos objetivos que detinha com a sua audiência romana.

Ainda que o parentesco entre os dois não impeça a existência de um enfrentamento político, consideramos que Antálcidas e Agesilau atuaram em concomitância para a plena realização dos interesses políticos de sua *pólis*. Embora a diplomacia fosse um atributo fundamental das ações de Antálcidas, seria ingênuo acreditarmos numa polarização entre as suas atitudes e a aparente altivez de Agesilau. Dessa maneira, as conexões políticas de Antálcidas em Esparta detinham poder suficiente para desempenhar uma relação simétrica com as conexões de Agesilau. O fato haver laços de parentesco teria facilitado uma aproximação entre eles, principalmente após a doação de riquezas realizada por Agesilau aos seus parentes maternos. Por isso, a relação política que Antálcidas e Agesilau desenvolveram, ainda que não fosse evidente, foi capaz de beneficiá-los mutuamente. Esse gesto permitia que cada um dos *elos centrais* de suas redes – os quais atuavam como forças centrípetas – não interferisse nas *áreas de atuação* do outro, além de se fortalecerem com as medidas político-militares promovidas pelos seus respectivos grupos.

Considerando as conexões da rede política de Agesilau em Esparta, passemos para o seu laço de matrimônio e a maneira como este ampliou a sua influência entre os esparciatas. Não temos muitas informações sobre a família da esposa de Agesilau, mas sabemos o seu nome através de Plutarco (*Ages.* 19.6), que afirmou ter sido Cleora. Seria interessante se tivéssemos acesso ao nome do pai de Cleora, para tentarmos mapear a sua influência em Esparta e no Peloponeso, embora saibamos que o irmão, e cunhado de Agesilau, se chamasse Pisandro.

Pisandro foi um homem de família proeminente e de espírito enérgico (*Xen. Hell.* 3.4.29). Ele recebeu de Agesilau o comando da frota dos peloponésios e dos demais aliados, destinada a enfrentar a aliança entre o Império Aquemênida e o ateniense Cónon. Entretanto, a sua inexperiência em assuntos marítimos fez com que Esparta sofresse a sua maior derrota marítima – batalha de Cnido⁶² – e nunca mais recuperasse a

⁶² A batalha de Cnido foi celebrada por diversos autores como uma retribuição ateniense aos desmandos de Esparta, após obter a supremacia entre os helenos. Isócrates (4.119, 142; 5.61-64; 7.64-65), por exemplo, exalta a atuação de Cónon e deixa de mencionar os recursos que este recebera de Artaxerxes para organizar uma frota, cujo comando cabia ao sátrapa Farnábazo. Em outra ocasião, Isócrates (9.55-56, 67-68), exalta Evágoras, *basileús* do Chipre, como o responsável pela estratégia marítima que assegurou a vitória em Cnido. Vale destacar que Evágoras recebeu a cidadania ateniense em função de seus bons serviços.

sua influência nas *póleis* do Egeu. Plutarco foi mais enfático que Xenofonte quanto à escolha de Pisandro:

[...] ao colocar Pisandro no comando da marinha, ele [Agesilau] cometeu um engano; pois havia muitos homens mais velhos e competentes para serem escolhidos e, mesmo assim, ele cedeu o almirantado a ele, não por se preocupar com o bem público, mas, em reconhecimento às demandas de sua relação e para agradar a sua esposa, que era irmã de Pisandro (Plut. *Ages.* 10.6)⁶³.

O erro de Agesilau foi pensar unicamente no seu benefício particular, ao invés de considerar o bem de toda a comunidade lacedemônia e peloponésia. Nesse sentido, levantamos a hipótese de que, ao escolher Pisandro, Agesilau pretendesse manter um cargo de tamanho poder sob controle e no interior de sua rede familiar, minimizando as possibilidades de que uma autoridade semelhante a Lisandro se desenvolvesse na marinha peloponésia.

Cheryl A. Cox (2011, p. 232-243) afirmou que uma relação de matrimônio pressupunha inúmeras estratégias políticas, sociais e econômicas, visto que o casamento entre membros de famílias poderosas objetivava unir bens, riquezas e conexões políticas. Sendo assim, quanto maior fosse o dote da mulher, maiores as suas chances de se casar com um homem influente disposto a ampliar os seus bens e participar da propriedade da sua família. Pisandro, possivelmente, foi o responsável por organizar o casamento de sua irmã com Agesilau. Dessa forma, os dois firmaram conexões político-familiares que exigiam o auxílio mútuo, haja vista que Pisandro não vinha de uma família qualquer. Assim, Agesilau

Dinarco (1.14, 75-76) cita Cónon como o libertador da Hélade, enquanto Demóstenes (22.72-73) menciona a epígrafe que homenageava Cónon pela vitória sobre os lacedemônios e peloponésios em Cnido. É interessante verificar que Xenofonte e Plutarco caracterizaram Pisandro como despreparado, enquanto Diodoro (14.83.5-7) elogiou a maneira brilhante como o cunhado de Agesilau lutou em Cnido. Percebe-se que Xenofonte e Plutarco ignoraram a possível falta de preparo de Pisandro para celebrarem os feitos de Cónon na condição de ateniense e libertador dos helenos.

⁶³ “τότε δὲ τοῦ ναυτικοῦ καταστήσας ἄρχοντα Πείσανδρον ἀμαρτεῖν ἔδοξεν, ὅτι πρεσβυτέρων καὶ φρονιμωτέρων παρόντων οὐ σκεψάμενος τὸ τῆς πατρίδος, ἀλλὰ τὴν οἰκειότητα τιμῶν καὶ τῆ γυναικὶ χαριζόμενος, ἧς ἀδελφὸς ἦν ὁ Πείσανδρος, ἐκείνῳ παρέδωκε τὴν ναυαρχίαν.”

manteve vínculos familiares com Pisandro os quais requeriam a retribuição por algum privilégio e/ou suporte recebido anteriormente. A nomeação de Pisandro como navarco foi, portanto, um meio de Agesilau compensar todo o apoio político e econômico que recebera do cunhado e dos membros de sua família. Se Pisandro fosse bem-sucedido na batalha, Agesilau ampliaria o seu *status*, influência e riqueza, mas se falhasse, o *basileús* se veria livre de obrigações futuras para com o cunhado.

Dito isso, o matrimônio foi um dos mecanismos mais eficientes empregados por Agesilau para desenvolver conexões que amplificassem a densidade de suas redes políticas em Esparta e na Lacedemônia, além de minimizar possíveis oposições internas ao seu governo. Contudo, embora Agesilau ocupasse uma posição proeminente junto aos seus *phíloi*, o ato de beneficiar Pisandro pressupunha certa correspondência entre poderes. Ainda que Agesilau fosse o *basileús* lacedemônio de maior destaque na passagem do século V ao IV, a sua autoridade dependia de boas conexões políticas para evitar que o seu nome e a sua influência fossem desgastados entre os lacedemônios. A manutenção dessa rede política voltada à promoção de uma imagem positiva de um governante caberia aos seus parentes mais próximos do sexo masculino e aos seus amigos mais confiáveis, cujas ações seriam identificadas como um desdobramento das atitudes do próprio *basileús*.

A rede política de Agesilau nos interessa pela densidade adquirida por diversas vias junto à aristocracia lacedemônia. Como havíamos pontuado, a rede política de Agesilau em Esparta poderia ser mapeada da seguinte maneira: a) conexões de *phília* com homens que foram educados junto a ele; b) laços de parentesco e vínculos obtidos através do matrimônio; c) conexões políticas advindas de sua relação pessoal com Lisandro e d) conexões políticas oriundas de sua posição e atuação como *basileús*. Basicamente estes vínculos edificaram as redes políticas de Agesilau, as

quais lhe permitiram manter a sua autoridade numa Esparta repleta de múltiplos grupos⁶⁴ e interesses políticos⁶⁵.

Xenofonte (*Agês.* 4.3-4) destacou que Agesilau tinha como atributo fundamental a generosidade. Portanto, todos os benefícios que Agesilau direcionou aos esparciatas almejavam algum tipo de benefício. Nesse caso, além de um homem indulgente e justo, Agesilau foi qualificado como um sujeito sem ambição. Os estudos de Rosie Harman (2012) corroboram a nossa perspectiva ao destacar que Xenofonte tentou projetar uma imagem de Agesilau como benfeitor dos helenos. Harman (2012, p. 427-428) defende que Xenofonte queria que os seus interlocutores se identificassem com as atitudes de Agesilau, idealizadas como pan-helênicas. Dessa forma, a justiça de Agesilau foi caracterizada como incomum para o período de desestruturação político-cultural que a Hélade vivenciava. Seguindo essa ótica, Xenofonte elaborou a imagem de um Agesilau marcado pela falta de ambição e pela supressão dos próprios interesses em benefício dos amigos e concidadãos⁶⁶. Roger Brock (2013, p. 29-30) pontuou que Xenofonte

⁶⁴ A investigação das *facções* (termo utilizado por Hamilton) políticas de Esparta no século IV não seria uma novidade acadêmica, visto que Charles Hamilton desenvolveu uma obra voltada para a percepção das atitudes de Agesilau em concomitância aos grupos políticos existentes em Esparta. Ainda que os escritos de Hamilton tenham sido promissores, ele enxergou mais do que a documentação pôde nos fornecer. Possivelmente, o maior problema da obra *Agesilaus and the Failure of Spartan Hegemony* tenha sido a sua tentativa de representar atores sociais como reflexos de todo um segmento político. César Fornis pontua que Hamilton se excedeu ao definir o papel de cada grupo político em Esparta. Para tanto, Fornis (2008, p. 209-210) citou o exemplo de um grupo com tendências expansionistas/imperialistas liderado primeiramente por Lisandro e depois por Agesilau, outro que almejava a hegemonia espartana no Peloponeso, sendo orientado por Pausânias e, posteriormente, Cleômbroto, bem como pelos tradicionalistas que pretendiam a renovação da tradição de Licurgo, sendo chefiados por Antálcidas. Fornis declarou que a proposta de Hamilton tem certa legitimidade, mas carece de bases sólidas para a sua comprovação. De todo modo, consideramos que a postura política de Agesilau em Esparta ressaltava a existência de grupos políticos com interesses distintos aos seus. Entretanto, somos incapazes de analisar o enquadramento de cada uma dessas *facções*, uma vez que o nosso objetivo fundamental é problematizar as conexões inerentes ao cenário político espartano como um todo.

⁶⁵ Poderíamos citar ainda as conexões políticas de *xenia* que Agesilau herdou de seu pai Arquídamos II com uma parcela da aristocracia de Mantineia (*Xen. Hell.* 5.2.3) e de Fliunte (*Xen. Hell.* 5.3.13).

⁶⁶ A política de Agesilau, ao favorecer os seus aliados da elite espartana, foi compreendida como uma conexão de *philia*. David Konstan destacou que a *philia* – enquanto uma forma de conexão interpessoal – seria adquirida voluntariamente entre os indivíduos, ocupando um espaço intermediário entre a consanguinidade e a pátria. Contudo, segundo Konstan

havia representado Agesilau, sobretudo no encômio, como um pai protetor e preocupado com os seus subordinados, o que se manifesta na representação da *pólis* como propriedade ou parte da família do governante.

Em linhas gerais, as conexões políticas de Agesilau com os esparciatas nos permite entender a dinâmica social *políade* numa instância mais aprofundada. Isso porque consideramos as relações promovidas e estabelecidas numa *pólis* como mecanismos para se entender os jogos políticos que ali se desenvolviam, além de fornecer indícios da organização e da composição das redes que foram estabelecidas nesse ambiente social. Assim, reiteramos que Agesilau atuou de uma maneira evidente quanto aos seus desígnios políticos. Afinal, ao favorecer os esparciatas, Agesilau assegurou que estes integrassem as suas redes políticas por meio da troca de favores e benefícios. No caso dos esparciatas menos favorecidos, qualquer tipo de riqueza obtida junto ao *basileús* assegurava-lhes a cidadania espartana. Quanto aos homens mais ricos de Esparta, estes faziam parte de uma dinâmica de troca de gentilezas que fortalecia Agesilau por meio de presentes e benefícios – tanto materiais quanto simbólicos.

Plutarco já havia notado a intenção de Agesilau em favorecer os seus concidadãos. Segundo o autor (Plut. *Ages.* 5.1-2), Agesilau se unia aos seus amigos em todas as suas atitudes, ainda que fossem injustas, por honrar as suas amizades acima de qualquer coisa e por acreditar que nenhuma ajuda seria vergonhosa quando dedicada a um amigo (*phílos*). A postura de Agesilau se destaca pela forma como agia com os seus rivais políticos, pois os elogiava quando faziam coisas boas e os criticava em situações pertinentes. Plutarco encerra afirmando que Agesilau era o primeiro a ajudar os seus inimigos quando havia a necessidade e esses o quisessem. Isso fez com que Agesilau obtivesse a fidelidade de grande parte dos esparciatas de seu tempo de governo.

(2005, p. 77-80), ainda que a *phília* fosse um laço de afeição e boa vontade, ela normalmente excluía os vínculos de parentesco, bem como os relacionamentos com conhecidos mais distantes, vizinhos e/ou concidadãos. Matthew Trundle adota uma perspectiva distinta da de Konstan, ao considerar que a *phília* seria uma conexão de reciprocidade estabelecida entre dois ou mais indivíduos, entre um território e outro entre de uma pessoa e uma *pólis*. Trundle (2004, p. 160) declarou que as bases da *phília* seriam os amigos e a família, por meio de um caráter político ou privado de benefícios mútuos. Do mesmo modo, a *phília* primava por questões vinculadas ao parentesco, à consanguinidade e à ancestralidade na tentativa de legitimar e ratificar a reciprocidade entre os sujeitos envolvidos. Diante disso, afirmamos que a *phília* foi uma forma específica de conexão entre indivíduos na Antiguidade mediterrânea, que visava à formação de redes de mutualidade. As conexões entre amigos provenientes de *póleis* distintas se constituíam em *xenia*.

O comportamento de Agesilau não passou ileso às autoridades espartanas, pois ele foi multado por tentar tornar os cidadãos espartanos parte de sua propriedade particular (Plut. *Ages.* 5.2). Esse fato nos interessa sobremaneira, pois, afinal, como poderíamos julgar Agesilau pela desestruturação de Esparta se os seus magistrados mais poderosos o multaram por reunir demasiada influência político-social? Efetivamente, Agesilau tinha pleno discernimento das medidas a serem tomadas para angariar poder político e tornar as suas conexões mais densas em Esparta.

O fato de ter sido educado com os cidadãos comuns, no lugar de receber a formação dos *basileís*, fez com que Agesilau desenvolvesse certa percepção política que carecia aos demais governantes heráclidas. Do mesmo modo, a experiência política que obteve com Lisandro fez com que Agesilau amadurecesse, ampliando a sua influência e *status* político-social entre os lacedemônios. Portanto, a importância de Lisandro para a projeção política de Agesilau e o aumento da densidade de suas conexões políticas com esparciatas influentes foram de suma importância, pois levaram a sua aclamação como *basileís* na Lacedemônia.

Com o auxílio de Lisandro, Agesilau teve uma visão do *todo* de sua *pólis* e daquilo que se fazia necessário para governar com plenos poderes. A proximidade que manteve com os esparciatas e o pertencimento à linhagem real garantiram a Agesilau a possibilidade de interagir com todas as esferas sociais, seja através da *paideía*, seja por meio do *philition* ou do convívio familiar. Ressalte-se que Plutarco não informou o período no qual Agesilau foi multado pelos éforos, sendo esta uma informação oriunda de possíveis arquivos espartanos, dos quais não temos qualquer vestígio. Apesar disso, sugerimos que esses éforos, muito provavelmente, não eram partidários de Agesilau. Embora, em algum momento, os membros do eforato fossem contrários à política de Agesilau, recordamos que este era um cargo anual. Portanto, a postura de Agesilau em favorecer os esparciatas era uma aposta de que obteria os favores destes cidadãos quando estivessem ocupando o cargo de éforo.

Antes de analisarmos os artifícios adotados por Agesilau para obter o apoio de, praticamente, todas as magistraturas de Esparta, teceremos algumas considerações sobre dois casos particulares das conexões políticas que ele promoveu com outros esparciatas proeminentes. O primeiro caso se deu com Fêbidas e o segundo com Esfódrias. Cabe advertir que faremos reflexões sobre as conexões políticas que estes estabeleceram com Agesilau, embora as repercussões de suas atitudes tenham um impacto imenso sobre toda Esparta e em sua supremacia sobre a Hélade. O nosso posicionamento

obedece às delimitações temáticas de cada um dos capítulos, por isso toda e qualquer interação política que tenha reflexos externos à comunidade espartana será abordada mais adiante.

O caso de Fébidas se inicia em 383, quando o governo espartano decidiu convocar um contingente de guerreiros para ajudar a *pólis* de Acanto contra Olinto. Na ocasião, o seu irmão, Eudâmidas, foi convocado como comandante dessa expedição e não recebeu todo o contingente de guerreiros designado, devido à urgência da situação. Eudâmidas conseguiu a autorização dos éforos para que o seu irmão Fébidas prosseguisse com os guerreiros restantes. Ao iniciar a marcha, Fébidas se deteve em Tebas e se aproveitou de uma disputa política local para obter o apoio de um grupo de cidadãos tebanos e sitiou a acrópolis da cidade – Cadmeia – com a sua guarnição militar⁶⁷ (Xen. *Hell.* 5.2.25-27; Diod. Sic. 15.20.2; Plut. *Agés.* 23.3-4).

As atitudes de Fébidas se tornaram aviltantes por constituir uma transgressão à Paz de Antálcidas, muito embora este tenha firmado conexões com aristocratas tebanos favoráveis à ocupação de Tebas por Esparta. Aqui nos interessa a postura de Esparta diante da ação de Fébidas, bem como às medidas de Agésilau nessa situação. Xenofonte (*Hell.* 5.2.8) caracterizou Fébidas como um sujeito ganancioso que pretendia realizar grandes feitos, embora não tivesse atitudes prudentes. A cena criada por Xenofonte manifesta a situação em que Esparta se encontrava no cenário político helênico. Por um lado, os espartanos eram tidos como os líderes e os benfeitores da Paz de Antálcidas, mas, por outro, rivalizavam com Tebas pela hegemonia de inúmeras *pólis* – sobretudo na região central e ao norte da Hélade continental. Para Esparta, a submissão de Tebas reforçava a sua autoridade político-militar, porém uma ofensiva direta ameaçava a sua imagem como *pólis* protetora da paz comum entre os helenos.

Devido à sua influência e *status*, Agésilau participou ativamente do processo de Fébidas. O artifício retórico empregado por Agésilau, segundo Xenofonte (*Hell.* 5.2.32), fez com que Fébidas fosse absolvido de sua acusação mesmo atuando contra a Paz de Antálcidas. Agésilau afirmou que

⁶⁷ Isócrates (4.124-126) cita todo o projeto expansionista espartano durante a Paz de Antálcidas, o qual pretendia consolidar a sua preponderância político-militar em vias terrestres em toda a Hélade continental e firmar conexões com governantes poderosos, tais como o aquemênida Artaxerxes II, Dionísio I de Siracusa e Amintas da Macedônia. Já Dinarco (1.38) cita a tomada de Cadmeia sem fazer referências a Fébidas e reforça o modo como os atenienses ajudaram os exilados tebanos. No entanto, essas relações para além da Lacedemônia serão estudadas nos próximos capítulos.

Fébidas merecia ser punido somente se tivesse causado males à Lacedemônia. A postura de Agesilau permitiu que todo e qualquer esparciata, interessado em agir por conta própria, tivesse apoio político, desde que defendesse o bem-estar de sua *pólis*, mantendo-se próximo as pessoas certas e pronunciando-se de forma adequada diante dos magistrados. As ações de Agesilau fizeram com que Fébidas e o seu irmão Eudâmidas integrassem as suas conexões políticas, pois, em outra ocasião, o primeiro teria sido condenado à morte.

A postura de Agesilau demarca, portanto, a esfera de atuação dos *basileús* em Esparta. Como nos chamou atenção Paul Rahe (2016, p. 43-47), os *basileús* espartanos careciam de influência política direta e, por isso, buscavam outros meios para edificarem as suas conexões políticas, fortalecerem as suas redes e assim fazerem valer os seus interesses. Já Marcello Lupi (2017, p. 69-70) argumentou que a carestia de atribuições políticas aos diarcas seria o efeito de uma escolha ancestral para que a magistratura dos *basileús* heráclidas fosse mantida entre os cidadãos. Os apontamentos da historiografia convergem para esse mesmo ponto, ou seja, a ideia de que os *basileús* lacedemônios tinham poderes políticos limitados. Apesar disso, Rahe e Lupi afirmam que isso não impedia os diarcas de exercerem qualquer tipo de proeminência junto a esparciatas e lacedemônios. Conseqüentemente, a posição social, militar e religiosa que detinham permitia-lhes atuar num jogo político cotidiano visando à realização de suas necessidades na Lacedemônia e fora dela.

Consideramos que a centralidade de Agesilau no julgamento de Fébidas se deu pela intenção discursiva de Xenofonte em tornar os feitos do *basileús* dignos de menção. Essa cena enunciativa representou Agesilau diante do *dêmos* espartano, antes do julgamento de Fébidas. Logo, Agesilau não sustentou as atitudes relativas à absolvição de Fébidas, ele apenas fez com que os seus concidadãos, bem como os magistrados presentes, pensassem na condição de Esparta diante dos helenos e no quão perturbadora seria a emergência político-militar dos tebanos na Hélade.

Longe de querermos inocentar Agesilau de qualquer responsabilidade política atrelada às determinações espartanas, a sua postura influenciou os rumos do julgamento de Fébidas. Apesar disso, as

principais magistraturas espartanas – a gerontía⁶⁸ e o eforato⁶⁹ – agiram em concomitância para a absolvição de Fébidas. Sendo assim, a preponderância de Agesilau na década de 380 era significativa, porém dependia da interação com os nós de sua rede política e das trocas de benefícios advindas de suas conexões; caso contrário, nenhum dos seus interesses seria alcançado. Nesse sentido, não temos como mensurar a extensão das conexões da família de Fébidas, a qual teria a sua honra manchada caso ele fosse condenado por traição. De fato, Agesilau agiu obtendo benefícios e tornando as suas conexões políticas mais densas entre os espartanos, mas é provável que outros nós de suas redes tenham solicitado que Fébidas fosse absolvido.

Já no episódio relacionado a Esfódrias, outros aspectos devem ser considerados. De imediato, Esfódrias foi um esparciata que integrou as conexões políticas do *basileús* ágida Cleômbroto I, irmão e sucessor de Agesípolis. Esfódrias se encontrava nas proximidades de Tebas, a qual foi libertada da autoridade espartana. Nessa ocasião, Cleômbroto confiou o cargo de *harmostés* a Esfódrias e este deveria manter a ordem em Téspia – nas imediações tebanas (Xen. *Hell.* 5.4.15). A perda do controle de Tebas foi uma grande ameaça para Esparta, tanto em sua esfera política quanto militar, uma vez que a sua reputação estaria ameaçada perante a Hélade, ao mesmo tempo em que a confiança dos tebanos era insuflada.

O território de Téspia era estratégico para qualquer tipo de ação militar proposta pelo governo espartano junto a Tebas. Por isso, consideramos Esfódrias como um homem de confiança de Cleômbroto. Assim como Fébidas, Xenofonte caracterizou Esfódrias como homem de ação e impulsivo, obstinado a realizar alguma coisa grandiosa:

Os tebanos, por sua vez, estavam temerosos de que fossem os únicos desejosos de realizarem uma guerra contra os lacedemônios, então criaram o recurso que se segue. Eles persuadiram Esfódrias, o lacedemônio

⁶⁸ Como esclareceu Michael Lipka (2002, p. 180), o termo gerontía seria o equivalente espartano para o termo ático gerousía. Todavia, a historiografia adotou como convenção o uso deste para se referir àquela magistratura lacedemônia.

⁶⁹ Para estabelecermos um posicionamento acerca da presença dos gérontes e éforos no julgamento de Fébidas, convergimos com a investigação de Fornis (2016, p. 68-69, 73-74), a qual destacou que, em situações de grande gravidade, os membros de ambas as magistraturas atuavam em conjunto. Como as ações de Fébidas influíam num cenário político exterior, tornou-se coerente considerá-las nessa conjuntura.

harmostés de Téspia, dando-lhe riquezas – como se suspeitou – para que invadisse a Ática, de modo que fosse capaz de envolver os atenienses em uma guerra contra os lacedemônios. E ele, para corresponder a convicção dos tebanos, professou que iria capturar o Pireu; à medida que este estava sem os portões, ele conduziu as suas tropas de Téspia após cearem antecipadamente, pois pretendia terminar a viagem ao Pireu antes de amanhecer (Xen. *Hell.* 5.4.20)⁷⁰.

Os recém-libertados tebanos almejavam uma oportunidade para fazer com que os atenienses ficassem receosos de Esparta e se dispusessem a promover uma guerra contra ela. Para tanto, eles incitaram Esfódrias a atacar o Pireu de Atenas, partindo de Téspia. Xenofonte (*Hell.* 5.4.21-23) afirma que Esfódrias foi subornado com riquezas e, embora não tenha chegado ao destino esperado, saqueou o território ático de Thria. Esfódrias não esperava que houvesse embaixadores espartanos em Atenas, os quais, após serem detidos, afirmaram desconhecer às ações de Esfódrias e que este seria punido com a morte.

As atitudes de Esfódrias se assemelham às de Fébidas, realizada anos antes. Essa situação e os seus efeitos se inserem na fissura que Agesilau abriu na estrutura político-social espartana, pois, como vimos, qualquer esparciata poderia ser absolvido num julgamento se alegasse que as suas ações visavam ao bem-estar de sua *pólis*. Nesse contexto, caberia às autoridades responsáveis avaliar se tais ações foram benéficas e ponderar em que medida isso prejudicaria a comunidade de Esparta.

Embora as atitudes de Fébidas e de Esfódrias, bem como a conivência de Agesilau para com ambos, possam se submeter a uma crítica desmedida por parte de alguns historiadores, elas próprias devem ser identificadas em consonância à realidade político-social em que a Hélade se encontrava nesse período. A Paz de Antálcidas mostrou-se necessária pelo desgaste socioeconômico da Hélade, porém, sem as atividades militares, muitos esparciatas deixaram de enriquecer com serviços – comandantes,

⁷⁰ “οἱ δ’ αὖ Ἐθηβαῖοι καὶ αὐτοὶ φοβούμενοι, εἰ μηδένες ἄλλοι ἢ αὐτοὶ πολεμήσοιεν τοῖς Λακεδαιμονίοις, τοιόνδε εὐρίσκουσι μηχανήματα. πείθουσι τὸν ἐν ταῖς Θεσπιάς ἄρμοστήν Σφοδρίαν, χρήματα δόντες, ὡς ὑπώπτεβeto, ἐμβαλεῖν εἰς τὴν Ἀττικὴν, ἵν’ ἐπιπολεμώσῃε τοὺς Ἀθηναίους πρὸς τοὺς Λακεδαιμονίους. κάκεινος πειθόμενος αὐτοῖς, προσποιησάμενος τὸν Πειραιᾶ καταλήψεσθαι, ὅτι δὴ ἀπύλωτος ἦν, ἤγεν ἐκ τῶν Θεσπιῶν πρῶν δειπνήσαντας τοὺς στρατιώτας, φάσκων πρὸ ἡμέρας καθανύσειν εἰς τὸν Πειραιᾶ.”

governantes – em território estrangeiro. Como havíamos citado, Xenofonte (*Lac.* 14.3-4) criticou os cidadãos espartanos do século IV por ansiarem o posto de *harmostés* e, com isso, comandar tropas no exterior. Xenofonte destacou que os esparciatas de sua época se vangloriavam por suas riquezas. A partir daí, admitimos que muitos cidadãos de Esparta viam nas atividades externas uma possibilidade de enriquecimento e manutenção dos seus direitos políticos.

Stephen Hodkinson (1995, p. 149) analisou de forma aprofundada os fatores que influenciaram a crise social, política e econômica de Esparta, do início da Guerra do Peloponeso (431) até a batalha de Leuctra (371). Como já mencionamos, a desigualdade social espartana se deu por inúmeros fatores, dentre eles a possibilidade de os filhos – de ambos os sexos – herdarem e dilapidarem a propriedade paterna e, a médio prazo, não serem capazes de arcar com as despesas de sua cidadania – nesse caso, os homens. Hodkinson também destacou que as famílias ricas se sobrepunham aos demais cidadãos pelo matrimônio. Sabemos que Esparta vivenciava um processo de desestruturação social em virtude dos efeitos diretos de anos de enfrentamento militar, os quais modificaram as demandas dos esparciatas e as formas pelas quais estes alcançavam a plena realização de suas necessidades socioeconômicas.

Nesse sentido, Agesilau se utilizou da circunstância para assegurar a sua influência junto àqueles que serviriam de apoio político. A situação de Esfódrias era ainda mais significativa, afinal ele era um dos homens de confiança de Cleômbroto I e um possível opositor da política de Agesilau. Logo, absolver Esfódrias poderia angariar a gratidão de homens influentes que até aquele momento atuaram como seus rivais políticos.

Hodkinson (2017, p. 197-98) informou que Esfódrias teria sido subornado por tebanos. Se as suas considerações estiverem corretas, o suborno de Esfódrias era compatível com a realidade político-social espartana, que permitia a determinados cidadãos enriquecerem com atividades militares no exterior. Diodoro da Sicília (15.29.5) não faz qualquer menção à corrupção de Esfódrias, destacando que ele agiu contra Atenas sem o consentimento dos éforos por ser apoiado por ambos os heráclidas de Esparta, isto é, os diarcas. A citação de Diodoro manifesta a tentativa de Xenofonte em minimizar as ações espartanas ao longo de sua narrativa, sendo este um reflexo da gratidão do ateniense por Esparta após ter sido exilado.

Victor Parker (2007, p. 24-25) evidenciou que Diodoro estaria parafraseando, ou apenas relatando, os escritos de Éforo de Cime. Diodoro

exibe elementos que Xenofonte negligenciou, tal como a formação da segunda confederação marítima de Atenas⁷¹. Parker complementou os apontamentos de Diodoro, ressaltando que Atenas ajudou os tebanos em seu processo de libertação de Esparta⁷². A perspectiva de Parker também foi considerada por John Buckler e Hans Beck (2008, p. 82-83), em que as ações de Esfódrias foram planejadas por Cleômbroto I para alertar Esparta sobre a ameaça que a confederação de Atenas representava para a hegemonia espartana. Embora a relação entre tebanos e atenienses não fosse um mistério, vemos em Esfódrias – apoiado por Cleômbroto – o reflexo de todo um segmento político que se opunha à relação entre exilados de Tebas e o governo ateniense.

Como o nosso enfoque são as relações políticas no interior de Esparta, os elementos associados à sua dinâmica externa serão abordados nos próximos capítulos. Hodkinson chamou atenção para o fato de as atitudes de Esfódrias serem compreendidas por uma lógica ainda mais ampla. Considerando as conexões políticas inerentes à comunidade espartana, a acusação de Esfódrias comprometeria muitos outros homens, inclusive Cleômbroto I. Se nos lembrarmos que ele fora um oponente político de Agesilau, seria profícuo para este submetê-lo à sua autoridade por vias informais, inserindo-o numa conexão assimétrica em sua rede

⁷¹ Cynthia Schwenk (1997, p. 20-21) afirma que Atenas se beneficiou da Paz de Antálcidas, promovendo tratados de aliança defensiva, respectivamente, com Quios, Bizâncio, Metimna, Mitilene de Lesbos e com o *basileús* dos odrísios Hebrizelmis, no ano de 384. Essas alianças foram a base da segunda confederação marítima de Atenas. No entanto, em 379, os atenienses contribuíram para a expulsão da guarnição lacedemônia da acrópolis de Tebas, a Cadmeia. Do mesmo modo, Atenas firmou acordos com todos os aliados insatisfeitos com as ações espartanas. O ataque de Esfódrias à Ática apenas agilizou um processo que vinha se fortalecendo e foi ratificado com a sua absolvição. Assim, em 377, foi firmado um decreto, denominado de *Decreto de Aristóteles* (IG II² 43), que firmava o compromisso de Atenas em proteger a autonomia dos helenos diante de Esparta. Xenofonte omitiu completamente a existência dessa confederação marítima ateniense em suas *Helênicas*.

⁷² Na ocasião da libertação de Cadmeia de Esparta e do grupo filoespartano de Tebas, os atenienses foram exaltados como justos por atuarem contra ações iníquas, ainda que isso lhes causasse malefícios. Para tanto, Isócrates (14.28-29) exaltou as atitudes de Atenas na figura de um exilado anônimo de Plateia, enquanto Dinarco (1.38) chegou a nomear alguns atenienses que ajudaram os tebanos, com o risco da própria vida. Ainda que o contexto desses autores seja singular e, no caso de Dinarco, após a supremacia espartana, os atenienses defendiam a sua posição perante os demais helenos. Logo, as atitudes dos espartanos, dos tebanos e, posteriormente, dos macedônios foram concebidas como indignas e injustas por não estarem compromissadas com a liberdade da Hélade.

política com espartanos proeminentes. Para isso, a acusação de Esfódrias ocorreu no momento oportuno aos interesses de Agesilau.

Para Xenofonte (*Hell.* 5.4.24-25), Esfódrias recebeu a pena capital e estava ansioso por se livrar dela. O fato de seu filho, Cleônimo, manter-se conectado através da pederastia com Arquídamos, filho e herdeiro de Agesilau II, permitiu que Esfódrias se utilizasse dos recursos e benefícios inerentes a esta relação para obter o auxílio de Agesilau (*Xen. Hell.* 5.4.26). Nessa ocasião, sugerimos que a influência de Arquídamos sobre o processo de formação de Cleônimo forjaria novas conexões políticas entre os membros da elite espartana, ainda que oriundas de grupos políticos distintos⁷³.

Portanto, Esfódrias estava consciente dos benefícios advindos da pederastia e a considerava uma conexão política, mas ele não esperava que a relação de pederastia de Cleônimo criasse uma possibilidade para a sua salvação. Segundo Hodkinson (2017, p. 202-203), Agesilau teria, nesse momento, cerca de sessenta e seis anos de idade e vinte e um de *basileia*, o que demonstra a amplitude de suas redes políticas em virtude do tempo de governo. Hodkinson (2017, p. 214-219) afirmou que o fato de Agesilau sempre permitir que todos se aproximassem para conversar ou pedir-lhe algo, mesmo durante as suas caminhadas matinais, ampliou as suas redes informais com esparciatas de todos os níveis socioeconômicos (*Xen. Hell.* 5.4.28; *Ages.* 9.2). Afinal, a sua proximidade com pessoas comuns faria irradiar novas conexões por meio do sentimento e da proximidade com esses atores sociais, beneficiando as suas decisões políticas.

Por isso, consideramos que a relação de pederastia entre Arquídamos e Cleônimo foi apoiada – ou até mesmo suscitada – por Agesilau. Ao conjeturarmos a perspectiva de Hodkinson (2017, p. 214-217), constatamos que Agesilau conseguiria uma aproximação com o grupo político de Esfódrias, gerando assim conexões com um *esparciata* influente de uma nova geração — o jovem Cleônimo⁷⁴. Ao cruzarmos os indícios documentais, identificamos que este episódio rendeu a Agesilau a ampliação de sua rede política, tendo em vista que Esfódrias, Cleônimo, Cleômbroto

⁷³ Baseados em Fornis (2018, p. 138), defendemos que os interesses desses atores sociais não se resumiam a uma ideologia política fixa ou específica, mas sim às suas necessidades mais imediatas diante do cenário político-social em que se inseriam.

⁷⁴ Plutarco informou que Agesilau havia optado em auxiliar na absolvição de Esfódrias por ser um homem afeiçoado ao próprio filho – Arquídamos – e por não querer vê-lo sofrer pela perda familiar de seu *erômenos* (*Plut. Ages.* 25.5). Plutarco tentou minimizar os efeitos advindos do processo de Esfódrias ou humanizar as atitudes de Agesilau.

I e os seus respectivos partidários políticos passaram a apoiá-lo em suas determinações políticas.

As medidas de Agesilau foram identificadas como mecanismos para consolidar a sua imagem como um bom *basileús*, mas também para reforçar uma autoridade política que não era característica dos heráclidas lacedemônios. Até aqui, dissemos que Agesilau soube se aproveitar das circunstâncias para ampliar as suas conexões políticas, assegurando que grande parte das decisões do governo espartano fossem do seu conhecimento. Ainda assim, Agesilau não agia como bem entendesse, pois, mesmo cooptando homens influentes e gerando a dependência de tantos outros esparciatas, ainda poderiam existir grupos de oposição. Embora Agesilau integrasse a gerontía antes dos sessenta anos, destacando que o euripôntida tinha o poder político desta magistratura, a sua autoridade coexistia com a dos outros vinte e oito gérontes, evidenciando a necessidade de negociar e cooptar outros homens influentes para alcançar os seus objetivos políticos.

1.5 Agesilau e a cooptação dos magistrados lacedemônios

Para ampliar a sua participação e a sua influência no cenário político de Esparta, Agesilau adotou outras medidas que devem ser discutidas aqui. Basicamente, havia em Esparta quatro instituições que exerciam, direta ou indiretamente, o poder político, sendo elas a gerontía, o eforato, a *ekklésia* e a *basileía*.

A gerontía seria o conselho dos anciãos da Lacedemônia. Os seus membros eram esparciatas que haviam completado os quarenta anos de serviço militar e poderiam ocupar esse cargo político vitalício. Xenofonte (*Lac.* 10.1) observa que a experiência social e militar dos anciãos lhes permitia o discernimento necessário para ocupar uma função tão importante no cenário político espartano. Embora não tenhamos muitos indícios sobre a escolha dos homens para a gerontía, Plutarco (*Lyc.* 26.2) esclareceu que eles eram nomeados por aclamação dos cidadãos de Esparta. Consequentemente, eram os esparciatas provenientes das famílias mais abastadas e com ótima aceitação pública que acabavam integrando essa instituição.

Cabia à gerontía deliberar sobre as determinações legais a serem apresentadas para a votação da *ekklésia* (Plut. *Lyc.* 6.3) e decidir sobre as penas capitais e os decretos de exílio (Xen. *Lac.* 10.2). Paul Rahe (2016, p.

53-54) enfatizou que a gerontía se tornava um instrumento magnífico de governo, cuja preponderância estava associada à influência dos anciãos junto aos esparciatas. Rahe acrescentou que os gérontes atuavam com os éforos nas decisões sobre penas de morte e nas declarações de guerra. Por isso, a gerontía deveria se caracterizar pela prudência que se manifestava com a idade dos seus integrantes.

Os éforos eram os magistrados de maior autoridade e poder em Esparta. O termo provém do verbo *ephoráo*, cuja acepção seria vigiar, olhar, observar. Portanto, os éforos eram os responsáveis por vigiar Esparta e todos os seus membros. César Fornis (2016, p.73) declarou que os éforos eram escolhidos de forma semelhante aos gérontes, ou seja, por aclamação. Este colegiado era responsável por presidir a *ekklésia*, receber embaixadas, inspecionar serviços e administrar as finanças da *pólis*, garantir a realização da *paideia* dos jovens, além de interpretar e proteger as leis. Xenofonte (*Lac.* 8.3-4) nos diz que esse cargo foi criado em comum acordo pelos melhores cidadãos no sentido de fazer com que todos obedecessem às leis espartanas. Ainda segundo Xenofonte, os éforos tinham a autoridade para multar com penalidade imediata qualquer pessoa, depor e prender qualquer magistrado, além de julgá-los e condená-los à morte se necessário. Para Aristóteles (*Pol.* 1272 a 30-35), o eforato foi concebido para equilibrar a política espartana, uma vez que os seus membros eram escolhidos entre os esparciatas como um todo. Contudo, isso fazia com que os mais pobres se tornassem suscetíveis a subornos (Arist. *Pol.*1270 b 1-10, 1271 a 1-5). Como era um cargo anual, nenhum cidadão o ocuparia mais de uma vez na vida e, por isso, muitos se aproveitavam do poder político do mesmo para alcançarem os seus objetivos pessoais, com ênfase à formação de conexões informais.

A *ekklésia* foi a assembleia onde todos os demais esparciatas adultos poderiam manifestar o seu voto acerca das propostas apresentadas pelos *gérontes*. Ela tinha um caráter meramente consultivo e qualquer manifestação de opinião era vetada (Plut. *Lyc.* 6.4). Segundo Tucídides (1.87.1-3), as decisões da *ekklésia* espartana também eram tomadas por aclamação. Ainda que a essa assembleia não tivesse grande relevância política, a possibilidade de aceitar ou rejeitar as moções dos *gérontes* lhe outorgava algum tipo de autoridade. Isso explicaria parte das motivações de Agesilau em cooptar o *démos* espartano.

Já a *basileia* seria uma magistratura cujas prerrogativas residiam na esfera militar e na sagrada. Por serem considerados descendentes de Hércules, os governantes de ambas as dinastias – euripôntida e ágida – tinham a responsabilidade de realizarem os sacrifícios públicos (Xen. *Lac.*

15.2). Essa postura assegurava a satisfação dos deuses com Esparta, além de ser um meio de obter os favores divinos. Xenofonte (*Lac.* 15.4) comenta que os *basileis* recebiam uma dupla porção de comida nos repastos coletivos, de modo que pudessem beneficiar algum cidadão que tivesse se destacado em alguma atividade *poliade*. Eram os governantes heráclidas os responsáveis por consultarem o oráculo de Apolo em Delfos e, para isso, dispunham de magistrados (os *pítios*) encarregados de consultarem a pitonisa (Hdt. 6.57; Xen. *Lac.* 15.5). No relato xenofonteano, o mítico legislador Licurgo cuidou para que os *basileis* tivessem todos os recursos necessários para nunca negligenciarem as suas responsabilidades com o sagrado, mantendo a *pólis* equilibrada.

Os governantes heráclidas lideravam as expedições militares, devendo imolar as vítimas sacrificiais durante as expedições (Hdt. 6.56). A partir de Xenofonte (*Lac.* 13.1-11) verificamos que os reis são educados para comandar os exércitos, além de se responsabilizarem pelas determinações diplomáticas da *pólis*, tanto na paz, quanto na guerra. Nesse sentido, ainda que estivessem limitados politicamente, a capacidade de beneficiarem os seus concidadãos nas *philitia* e de indica-los a cargos militares, era um instrumento eficiente de negociação.

A definição dessas magistraturas se tornou necessária pela interação que Agesilau II promoveu com cada uma delas. Em sua *Vida de Agesilau* (4.2), Plutarco indicou que os magistrados espartanos tinham por hábito disputar a autoridade política em Esparta. Os cargos dos gérontes e dos éforos foram criados para restringir o poder político dos *basileis*. Posto isso, a diarquia seria uma reminiscência das antigas realezas helênicas, representadas de modo singular nos poemas homéricos. A diminuição das atribuições políticas dos *basileis* foi uma estratégia de seus membros para que a magistratura e uma parcela de seus benefícios fossem mantidos mesmo após o período Arcaico.

A originalidade das práticas de Agesilau reside no tratamento dado a esses magistrados. Mesmo sendo comum o enfrentamento direto entre *basileis*, éforos e gérontes, Agesilau se utilizou de uma estratégia de reconhecimento e admiração que agia sobre a personalidade desses homens tão poderosos. Xenofonte (*Ages.* 6.4) descreveu esta característica de Agesilau como um indício de sua sabedoria. Por sua vez, Plutarco (*Ages.* 4.3-4) expôs que Agesilau tinha angariado o favor dos magistrados espartanos e buscado o seu apoio antes de realizar qualquer atividade. E acrescentou que Agesilau honrava os éforos sempre que iam visitá-lo, chegando a levantar de seu assento em sinal de reverência. Quanto aos

gérontes, Agesilau os presenteava com um boi e uma capa – sendo estes dons representações simbólicas da honra que detinham. Plutarco declarou que Agesilau agia inconscientemente e ampliou o seu poder político. Dessa forma, no gráfico abaixo, vemos Agesilau ao centro conectado a todos os demais nós que compõem a política espartana. Todos esses nós se encontram a uma distância equivalente de Agesilau, porém estes não estão conectados entre si. Logo, Agesilau se beneficiou de todas as principais magistraturas espartanas, enquanto elas preferiam se distanciar uma das outras em busca de mais poder e influência.

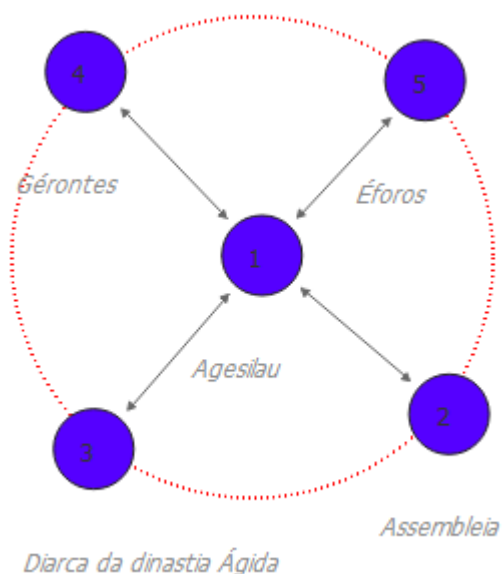


Gráfico 2 – Conexões de Agesilau com as demais magistraturas de Esparta⁷⁵.

O que podemos dizer desses procedimentos adotados por Agesilau? De fato, Ele possuía certa habilidade política, embora isso tenha levado a historiografia moderna a culpá-lo por grande parte das intervenções

⁷⁵ Nesse gráfico, existe uma linha tracejada em vermelho que liga os pontos de 2 a 5, indicando que estes integravam as magistraturas de Esparta e atuavam em prol da *pólis*, mas sem dialogarem diretamente na tomada de decisões. Agesilau, por sua vez, cooptou esses grupos com o intuito de fortalecer as suas conexões e aumentar o seu *status* na Lacedemônia.

político-militares de Esparta em outras *póleis*. O cenário conturbado da ascensão de Agesilau à *basileia* nos fornece indícios das suas motivações em promover conexões políticas com um número amplo de esparciatas, haja vista que ele precisava da aceitação e do reconhecimento de seu poder político perante os lacedemônios. A sua dependência de Lisandro para se tornar o *basileús* evidenciou as bases relacionais do poder em Esparta. Agesilau, portanto, sabia como era importante se conectar com homens influentes, do contrário as suas decisões seriam incipientes e a sua aceitação, irrisória. Numa Esparta composta de um corpo de cidadãos enriquecido e limitado, era fundamental engendrar conexões políticas⁷⁶ e obter a dependência de muitos indivíduos para que as decisões da *basileia* fossem aceitas.

A documentação ressalta que Agesilau buscou os meios necessários para exercer a sua autoridade política sem muitos opositores. No entanto, o ato contínuo de cooptar e se conectar à maioria dos magistrados lacedemônios correspondia à incessante alternância dos membros destes cargos – os éforos, pela duração, e os gérontes pela possibilidade de morrerem de velhice, enquanto os *basileús* poderiam falecer em campanha, causas naturais, doenças e no exílio.

1.6 Considerações Parciais

Nosso objetivo neste capítulo foi demonstrar os instrumentos políticos adotados por Agesilau II para assegurar a sua proeminência política numa comunidade espartana marcada pela hegemonia militar entre os helenos, mas que vivenciava uma intensa crise político-social. No decorrer de nossa exposição, refutamos a premissa historiográfica que

⁷⁶ Um exemplo notório foi a tentativa de Agesilau em cooptar Agesípolis, *basileús* da dinastia Ágida, que reinou por um curto espaço de tempo em virtude de sua morte prematura. Plutarco descreveu que Agesípolis, ao se tornar *basileús*, vivenciou uma realidade adversa por causa do exílio de seu pai, Pausânias. Devido a isso e por ser menor de idade, Agesípolis pouco se envolveu nos assuntos políticos de Esparta. Como os *basileús* deveriam realizar o jantar em conjunto no *philtion*, Agesípolis passou a conviver diariamente com Agesilau, que se beneficiou da inocência e juventude de Agesípolis para se aproximar dele, possivelmente, influenciá-lo (Plut. *Ages.* 20.6). A proximidade entre estes *basileús* foi atestada por Xenofonte (*Hell.* 5.3.20), destacando que Agesilau e Agesípolis conversavam sobre atividades dignas de homens livres e abastados – como a caça, atividades atléticas, cavalos e os assuntos amorosos. Xenofonte ainda acrescentou que Agesípolis respeitava Agesilau pelo fato de ser mais velho.

tomou Agesilau II como o ponto fundamental da instabilidade vivenciada por Esparta.

Verificamos que a cena enunciativa proposta por seus autores representou a conduta de Agesilau de maneira diversa, embora a maioria dos lacedemônios e de seus aliados reconhecesse a sua habilidade político-militar. O meio pelo qual este *basileús* se inseriu na dinâmica da comunidade espartana e desenvolveu as conexões de suas redes políticas foi considerado um gesto audacioso, embora necessário. Agesilau foi um homem que soube convergir interesses diversos para alcançar os seus próprios objetivos.

Assim, as conexões políticas de Agesilau permitiram que a sua influência, *status* e autoridade se tornassem possíveis graças à densidade das redes então estabelecidas. O elemento carismático de sua liderança, somado aos contatos e às trocas de benefícios com homens proeminentes de Esparta, fez com que Agesilau se tornasse um *basileús* influente e com prestígio em todas as instâncias de sua *pólis*. Embora essa capacidade de se conectar com pessoas poderosas tenha favorecido o julgamento dos pesquisadores contemporâneos sobre a repercussão de suas ações nas transformações de Esparta, o ato de ser multado pelos *éforos* ao exceder o seu domínio político sobre o *démos* ressalta o conhecimento e a capacidade de monitoração que Esparta exercia sobre o corpo social como um todo, incluindo os *basileús*.

Para tanto, afirmamos que Agesilau não foi um fantoche das famílias poderosas de Esparta. Reconhecemos que as suas atitudes influenciaram muitas decisões de sua *pólis*, porém estas foram julgadas pelos demais magistrados como a melhor das decisões a serem tomadas para o bem de Esparta. Logo, se Agesilau foi o culpado pelo desequilíbrio de sua *pólis*, os demais cidadãos seriam seus cúmplices, tendo, portanto, uma parcela de responsabilidade proporcional ao *basileús* nos rumos políticos de Esparta. Ainda assim, destacamos que grande parte das suas atitudes foram tomadas pela “segurança da Lacedemônia”, uma vez que o *basileús* era um representante dos valores ancestrais de sua comunidade e deveria protegê-la em todas as circunstâncias – até mesmo no plano sagrado.

Capítulo II

As conexões de Esparta com a Hélade

Neste capítulo, analisamos como Lisandro e, posteriormente, Agesilau firmaram conexões políticas além do Peloponeso. Discutimos o impacto dessas conexões nas redes espartanas no Pequeno Mundo helênico e os buracos estruturais formados com a tensão entre Agesilau e Lisandro. A partir daí, a nossa atenção foi direcionada às atitudes do primeiro para ampliar o seu *status* e influência, de modo que a sua posição política fosse reconhecida entre os espartanos. Paralelamente, temos as estratégias políticas de Agesilau para reafirmar o seu poder entre os jônios como um reflexo da imagem de Esparta, enaltecendo a propaganda de liberdade da Hélade, que levou à Guerra de Corinto com os seus efeitos diretos nos recursos das *póleis*. Por meio do cruzamento dos indícios documentais com os argumentos historiográficos, observamos que Esparta já não era o nó mais poderoso nas redes do Mediterrâneo, culminando em inúmeros enfrentamentos bélicos, os quais fragilizaram as condições socioeconômicas das *póleis* e culminou na Paz de Antálcidas. Assim, consideramos as obras *Helênicas* e *Agesilau* de Xenofonte, a *Helênica Oxirrinca* de autoria anônima, Diodoro da Sicília com a sua *Biblioteca de História* e Plutarco com a *Vida de Lisandro* e a *Vida de Agesilau*, as quais foram complementadas com o uso de outros indícios da Antiguidade.

2.1 As redes políticas de Esparta com o Império Aquemênida

O capítulo anterior demonstrou como a aristocracia espartana agiu em benefício de seus interesses políticos. Verificamos que Agesilau II empregou o seu *status* e a sua influência para ampliar as suas conexões políticas com homens influentes de Esparta, culminando em uma rede política densa cujos nós legitimavam a sua autoridade.

Contudo, Esparta fazia parte do Pequeno Mundo helênico e isso acarretava o contato com diversas redes de pequenos grupos, cujas conexões impactavam diretamente em sua estrutura. Portanto, nesse capítulo discorreremos sobre as conexões e as redes políticas que Agesilau e Esparta engendraram para consolidarem a sua autoridade e hegemonia entre os helenos, com ênfase no período entre 399 e 386 – cujo marco é o fim da Guerra de Corinto. Por sua vez, cabe-nos analisar como a dinâmica

política de Esparta e Lisandro edificou conexões que influenciaram na organização política da Lacedemônia.

No que se refere à vitória de espartanos e peloponésios contra Atenas em Egospótamo, esta se deu pela conexão entre Lisandro e Ciro *o jovem*:

[...] os lacedemônios enviaram Lisandro como navarco, uma vez terminada a navarquia de Cratesípidas. Lisandro chegou a Rodes, e ali tomou algumas embarcações e, em seguida, partiu para Cós e Mileto, e dali para Éfeso. Permaneceu ali com setenta embarcações até Ciro chegar a Sardis. Quando Ciro chegou, Lisandro foi encontrá-lo junto aos embaixadores lacedemônios (Xen. *Hell.* 1.5.1)⁷⁷.

Essa passagem expôs o cuidado de Lisandro ao se encontrar com Ciro, pois ele reuniu todo o contingente de que dispunha para que o governante persa percebesse o empenho de sua *pólis* com a desestruturação do poder ateniense. A interação entre ambos seria um desdobramento da conexão entre as redes políticas de Esparta e do Império Aquemênida, iniciada em 413, quando Tissafernes atuou como emissário de Dario II para angariar o apoio dos espartanos contra os atenienses. Nesse caso, os referidos *diplomatas* – Lisandro e Ciro – poderiam firmar acordos que complementassem a meta fundamental de seus governos, ou seja, derrotar Atenas. Portanto, o benefício pessoal dos envolvidos seria algo secundário e inevitável, uma vez que os interesses de seus governos tinham maior importância nas negociações. Aqui Lisandro e Ciro representavam, respectivamente, os interesses de Esparta e da dinastia Aquemênida, uma vez que possuíam autonomia para decidir o que julgassem necessário. Entretanto, dado o contexto particular do período, as comunidades espartana e persa não se importaram com as conexões políticas particulares desses sujeitos, desde que não interferissem diretamente em seus respectivos governos.

Assim, as conexões de Esparta com a dinastia aquemênida eram simétricas, pois um nó não exercia mais poder que o outro no interior da rede. Charles Kadushin (2012, p. 60-61, 77) adverte que as interações entre

⁷⁷ “οἱ δὲ Λακεδαιμόνιοι πρότερον τούτων οὐ πολλῷ χρόνῳ Κρατησιπίδα τῆς ναυαρχίας παρεληλυθυίας Λύσανδρον ἐξέπεμψαν ναύαρχον. ὁ δὲ ἀφικόμενος εἰς Ῥόδον καὶ ναῦς ἐκεῖθεν λαβών, εἰς Κῶ καὶ Μίλητον ἔπλευσεν, ἐκεῖθεν δ’ εἰς Ἔφeson, καὶ ἐκεῖ ἔμεινε ναῦς ἔχων ἑβδομήκοντα μέχρι οὗ Κῦρος εἰς Σάρδεϊς ἀφίκετο.”

essas conexões eram complexas por estarem submetidas a redes externas. Isso porque o acesso a bens e recursos entre os nós conectados rapidamente acabaria com o equilíbrio e a simetria de suas relações. Ainda assim, toda conexão política pressupõe um interesse, o qual impactará – imediatamente, ou não – na dinâmica social dos envolvidos. Muito embora a confiança fosse uma característica da formação de conexões, a distância geográfica e cultural tornava as conexões entre Esparta e o Império Aquemênida muito frágeis, por não haver meios de se confirmar a lealdade e a palavra dos envolvidos. Contudo, tal relação foi promissora em toda a sua composição, seja ao nível social seja ao individual.

O estabelecimento de uma conexão entre as redes políticas dos espartanos e dos persas foi essencial para que a Guerra do Peloponeso terminasse. Todos os envolvidos desejavam o término desse conflito por inúmeros motivos. No caso de Esparta, o desgaste de seus recursos expunha as suas limitações político-militares. Embora muitos esparciatas se beneficiassem com as atividades bélicas fora do Peloponeso, não parecia ser do interesse de seu governo inclinar-se a estes empreendimentos por um longo período. Afinal, a atuação espartana em território estrangeiro dependia da contribuição de seus aliados, o que nos revela a sua limitação logística. Como os membros da Confederação do Peloponeso arcavam com grande parte dos gastos materiais e humanos do conflito, isso geraria tensões em suas conexões com Esparta e fragilizaria a rede política que constituía essa aliança defensiva entre os peloponésios.

Já a dinastia aquemênida ambicionava o final dessa guerra, a favor de Esparta, para que os atenienses fossem privados do domínio que exerciam na Jônia. Se Atenas perdesse a sua supremacia nas *pólis* jônias, estas seriam, conseqüentemente, tributárias dos persas. Simon Hornblower (2008, p. 47-49) também comenta que o Império Aquemênida desejava o fim da Guerra do Peloponeso para recrutar mercenários helenos e sobrepujar os levantes *revolucionários* do Egito, iniciados em 407. Nesse sentido, o final do conflito beneficiaria duplamente o Império Aquemênida, pois não somente reconquistaria o seu domínio sobre a Jônia como receberia recursos humanos como parte do tributo exigido de cada *satrápia*, ajudando a consolidar os seus domínios no Egito e sobre qualquer outra região revoltosa no Egeu.

Com base nos pressupostos da História Cruzada, observamos que a conexão entre as redes políticas de Esparta e as da dinastia aquemênida pretendia derrotar Atenas e pôr um fim à Guerra do Peloponeso. No entanto, Esparta e os seus aliados careciam de recursos para investir no

conflito, enquanto os persas não pareciam se interessar com o início de uma oposição política direta a Atenas. Nesse caso, os espartanos já estavam inseridos numa realidade militar contrária aos interesses expansionistas atenienses, enquanto os persas detinham a riqueza necessária para investir em um dos lados da guerra, fazendo com que este tivesse uma aparente vantagem sobre o seu opositor⁷⁸.

Ao se aproximar de Ciro, Lisandro conseguiria recursos pessoais para beneficiar os seus aliados jônios, enquanto o *káranos* persa atrairia para si a gratidão do esparciata e de sua *pólis*, podendo se utilizar desta conexão informal para fins particulares num momento oportuno. Nesse momento, tanto Ciro quanto Lisandro engendraram redes pessoais através de suas conexões com homens poderosos da Ásia Menor. Para o Ciro, os aristocratas da Jônia seriam como elos fracos (*weak ties*) que, segundo Charles Kadushin (2012, p. 31), facilitavam a circularidade de informações em partes distantes de uma rede, ajudando a integrá-los. Para Lisandro, temos a formação de uma rede pessoal (*rede-ego*) além da Lacedemônia, que impactaria não somente o seu *status*, mas também a preponderância que ocupava no interior das redes espartanas. Portanto, os aristocratas jônios serviram de conectores para os interesses dos nós que Lisandro e Ciro representavam nas redes que existiam em suas comunidades. Com isso, os jônios obteriam benefícios pessoais no interior de suas *póleis* e minimizariam os gastos e as perdas que tinham com a Guerra do Peloponeso.

O fato de Ciro ser filho e irmão de *basileús* aquemênidas garantia-lhe benefícios dos quais Lisandro não viria a usufruir. Portanto, Ciro se favoreceria das ações político-militares na Jônia, ainda que fossem concomitantes aos interesses de seu governante. Por outro lado, Lisandro obteve o auxílio de Ciro para corresponder às necessidades de sua *pólis* e, posteriormente, às suas ambições pessoais. Assim, Lisandro recebeu recursos para financiar os gastos de sua cidade na Guerra do Peloponeso, bem como um montante necessário para favorecer a aristocracia jônica das Cíclades e da Trácia. Isso permitiu ao navarco formar conexões políticas assimétricas em suas redes pessoais com os diversos segmentos hegemônicos ao redor do Egeu (Xen. *Hell.* 1.6.3-4; 2.1.7-12; Plut. *Lys.* 5.3-4). Sendo assim, todos os aristocratas helênicos que se aproximaram de

⁷⁸ Isócrates (4.134) defendeu que os persas pretendiam conservar os conflitos entre os helenos, pois isso ajudaria a enfraquecê-los e os impediria de atuarem contra a expansão aquemênida para o Mediterrâneo.

Lisandro e com ele formaram *betaireíai* almejavam benefícios pessoais junto a Esparta e ao navarco ao fim do conflito.

Diodoro da Sicília (13.70.1) relata que Lisandro foi escolhido para o cargo devido à sua habilidade como comandante e ousadia, as quais permitiriam que atendesse a todas as situações que se apresentassem. Ao problematizar os escritos de Diodoro, Nigel Kennell (2010, p. 127) declara que a conexão entre Lisandro e Ciro foi intensa ao ponto de esparciata se colocar como defensor dos interesses do persa, tendo recebido de Ciro, inclusive, a administração de todas as suas satrápias no período em que permaneceria ausente de suas funções. A decisão de Ciro não foi inocente; de fato, ele pretendia gerar o sentimento de gratidão de Lisandro a fim de tornar a conexão entre ambos múltipla e assimétrica. Ainda assim, as habilidades políticas de Lisandro foram reconhecidas por Ciro e pelo governo espartano; caso contrário, ele seria retirado de seu posto e punido por qualquer excesso.

Desse modo, cabe-nos refletir sobre a culpa de Lisandro diante das medidas tomadas enquanto ocupou um cargo político-militar a mando de Esparta. Plutarco alega que Ciro foi o responsável pelo fluxo de riquezas a Esparta após a vitória na Guerra do Peloponeso:

Entretanto, o que existe de mais peculiar no caso de Lisandro é que, suportando a pobreza sem jamais se deixar corromper pela riqueza, encheu o seu território de riquezas e de amor às riquezas. Deixou de ser admirado por não admirar a riqueza, e trazendo ouro e prata em abundância, após a guerra com Atenas, sem que mantivesse um único dracma para si (Plut. *Lys.* 2.4)⁷⁹.

Essa questão foi analisada no primeiro capítulo deste livro e debatida por Stephen Hodkinson (1995, p. 150-152). Assim, atribuir a Lisandro – e posteriormente a Agesilau – a culpa pelo uso desmedido de riquezas em Esparta foi um equívoco histórico. Essa prática vinha ocorrendo com o desenrolar da Guerra do Peloponeso, uma vez que os investimentos em espécie eram necessários para o pagamento de

⁷⁹ “ἴδιον δὲ αὐτοῦ μάλιστα τὸ καλῶς πενίαν φέροντα, καὶ μηδαμοῦ κρατηθέντα μηδὲ διαφθαρόντα χρήμασιν αὐτόν, ἐμπλήσαι τὴν πατρίδα πλοῦτου καὶ φιλοπλουτίας καὶ παῦσαι θαυμάζομένην ἐπὶ τῷ μὴ θαυμάζειν πλοῦτον, εἰσάγοντα χρυσοῦ καὶ ἀργυρίου πλῆθος μετὰ τὸν Ἀττικὸν πόλεμον, ἑαυτῷ δὲ μηδεμίαν δραχμὴν ὑπολειπόμενον.”

mercenários e a manutenção de embarcações, bem como de tropas regulares de cidadãos. Com o fim do conflito, havia agora a necessidade de custear os gastos inerentes à posição e ao *status* ocupado por Esparta no Pequeno Mundo helênico, tornando inevitável o uso de grandes somas de riquezas.

Anteriormente, George Cawkwell (2002, p. 250-253) defende que Esparta teria proibido veementemente a cunhagem de moedas em seu interior. No entanto, a utilidade prática do recurso monetário fez com que o seu governo se adaptasse e empregasse moedas estrangeiras para transações comerciais. Cawkwell afirmou que Lisandro foi um dos maiores empreendedores espartanos, ao perceber a importância da riqueza para a preservação da hegemonia de Esparta em suas conexões com os helenos.

O discurso moralizante de Plutarco representou Lisandro como um modelo de conduta política para explicitar como Esparta evitou os prejuízos advindos de recursos desmedidos e pouco habituais. Embora Lisandro tenha se beneficiado político-economicamente das suas conexões políticas – com Ciro e a aristocracia jônica – recordamos que a comunidade espartana tinha conhecimento de grande parte de suas ações e daquilo que elas poderiam alcançar. Charles Kadushin (2012, p. 11) esclarece que em conexões densas, porém compostas de pequenos grupos, é possível que os nós centrais tenham visibilidade de grande parte dos vínculos de seus nós periféricos. Ainda que estes se desdobrem em novas conexões e alcancem outros nós – imersos em *zonas de segunda e terceira ordens* –, as mudanças ocorridas nas periferias da rede são percebidas pelos nós situados ao centro.

Se considerarmos Esparta como o nó central de sua rede e que Lisandro passou a atuar no exterior, ou seja, na periferia, os efeitos que as suas conexões causaram em suas atitudes e recursos eram perceptíveis pelo governo espartano, o qual atuava como uma força centrípeta com os nós a ele conectados. Ao acreditarmos que Lisandro operou de modo descomedido visando unicamente ao seu benefício, ignoramos os nós ainda mais poderosos que integravam as suas conexões em Esparta – como o *basileús* Ágis II da dinastia euripôntida e possíveis membros da *gerontía*.

Por meio do cruzamento do *corpus* documental e das considerações historiográficas, estabelecemos que Esparta empregou os serviços *diplomáticos* de Lisandro por reconhecer a sua habilidade nessa esfera de atuação política. Embora ele não tivesse a mesma liberdade de decisão que Ciro, a sua *pólis* estava consciente de que as suas medidas e conexões políticas gerariam efeitos inesperados nas relações de poder espartanas, como de fato aconteceu. Ainda assim, culpar Lisandro pelo ocorrido nas

conexões das redes políticas de Esparta seria um anacronismo histórico. Portanto, o governo espartano e os nós de maior proeminência política deveriam ser tomados com maior ênfase para mensurarmos a responsabilidade das atitudes de Lisandro.

No que diz respeito à conexão entre Ciro e Lisandro, as evidências documentais denotam a possível responsabilidade deste último quanto às ações de sua *pólis* na Jônia. Ao pontuar que Ciro se rebelou contra o irmão Artaxerxes II por não ter obtido o trono persa, Xenofonte (*Hell.* 3.1.1) destaca que o *káranos* solicitou o apoio de Esparta. Em outra obra, Xenofonte (*An.* 1.1.1-4) esclarece que Ciro foi caluniado por Tissafernes diante do novo *grande rei* e, com isso, decidiu nunca mais estar submetido a ninguém. Plutarco (*Art.* 2.1-2) acrescenta o relato, destacando que a mãe de Ciro, Parisatis, desejava que este se tornasse *basileús* no lugar de Artaxerxes, devido à sua natureza impetuosa.

A documentação descreve, portanto, as disputas políticas no interior da dinastia Aquemênida, levando-nos a supor que as conexões políticas projetadas por Ciro tivessem uma utilidade prática, isto é, vencer as suas contendas familiares. O cruzamento desses indícios destacou a singularidade das cenas enunciativas produzidas. O lugar social de Xenofonte e o fato de ter sido um mercenário no exército de Ciro fez com que as personagens de sua obra tivessem um papel marcado, isto é, o *káranos* foi um modelo de liderança e moralidade que, em virtude de seu *status* e de sua formação, não aceitou a submissão injusta. Notemos que a ambição de Ciro foi justificada pelo argumento de utilidade político-social, afinal ele seria um melhor governante que o seu irmão Artaxerxes.

Já em Plutarco, a imagem de Artaxerxes foi menos hostilizada, cabendo a Tissafernes representar o contra-modelo de uma comunidade coesa e politicamente organizada nos parâmetros greco-latinos. Sendo assim, as cenas enunciativas de Xenofonte e Plutarco pretendiam corresponder à formação discursiva que estes autores integravam. Por isso, a atitude de Ciro, ao fomentar conexões de interesses pessoais, não o tornava indigno devido aos benefícios que garantiu aos seus nós aliados, posto que ele visava a um bem maior para a sua comunidade e, indiretamente, para os próprios helenos.

Ao ser ludibriado por Tissafernes – que obteve benefícios com Artaxerxes II –, Ciro decidiu tomar o reino de seu irmão e, para isso, mobilizou os lacedemônios ao rememorar todo o auxílio prestado a eles durante a Guerra do Peloponeso (*Xen. Hell.* 3.1.1). A solicitação de Ciro se deu em 401, ou seja, cerca de quatro anos após a vitória de Esparta na

Guerra do Peloponeso. Talvez esse seja o melhor exemplo de como as conexões políticas individuais se relacionavam às redes políticas de toda uma *pólis*. Ao solicitar o auxílio de Esparta para os seus objetivos particulares, Ciro se utilizou de sua prerrogativa política como sátrapa, visto que uma conexão política densa havia se formado entre a *pólis* espartana e os persas ainda no reinado de Dario II. No entanto, Ciro empregou a seu favor os investimentos pessoais que fez a Esparta, sobretudo, por meio de Lisandro.

Como Esparta conquistou a posição de *hégemôn* entre os helenos após a vitória na Guerra do Peloponeso, esta deveria ter uma conduta exemplar diante de seus aliados. Portanto, ignorar o pedido de Ciro seria visto como ingratidão e injustiça para com um benfeitor e amigo estrangeiro (*xénos*). Mas o compromisso que Ciro construiu com o governo espartano era arriscado, pois uma eventual derrota a derrota de Ciro colocaria em risco a múltipla conexão política entre Esparta e o Império Aquemênida. Entretanto, o senso de confiança atrelado à visibilidade das conexões pelos nós envolvidos nas redes de Esparta e do Império Aquemênida fazia com que o ato de não se retribuir as *boas ações* de Ciro fosse considerado ingratidão. Com isso, Ciro se utilizou dos valores culturais helênicos para obter apoio político-militar mesmo contra a vontade de muitos dos nós de suas conexões, dentre os quais poderíamos incluir Esparta e Lisandro.

O resultado desse investimento político-militar não foi o esperado e Ciro acabou falecendo na batalha de Cunaxa, em 401. Embora os mercenários helênicos contratados pelo jovem persa tenham vencido a batalha contra os guerreiros de Artaxerxes, a morte de Ciro fez com que a expedição perdesse todo o seu propósito (Xen. *An.* 1.9.24-29; 2.1.1). O ato de lealdade que os espartanos tiveram com Ciro representou uma grande traição para Artaxerxes que, a partir de então, considerou Esparta uma *pólis* inimiga. Com a sua morte, temos um buraco estrutural nesta rede e nas conexões em que Ciro atuava como intermediário para além dos domínios persas. O buraco estrutural (Kadushin, 2012, p. 29-30) leva o fluxo entre os nós a se perder, tornando-os passíveis a conexões com outros atores sociais, aspecto que tende a culminar na inimizade entre antigos aliados.

Marcello Lupi (2017, p. 158-159) aborda essa questão ao enfatizar que as boas relações políticas de Esparta e Ciro fizeram com que Artaxerxes revisse a sua posição na dinâmica mediterrânea e manifestasse com maior intensidade os seus interesses junto às comunidades helênicas. Assim, a

postura de Esparta diante de Ciro pode ser identificada como a matriz da Guerra de Corinto⁸⁰.

Ampliando o nosso escopo de análise, Xenofonte destacou que os jônios apoiadores da expedição de Ciro foram ameaçados por Tisafernes que, devido à lealdade despendida a Artaxerxes, herdou a posição político-militar de *káranos* das possessões ocidentais do Império Persa. Como Esparta era a *pólis* hegemônica junto aos helenos, cabia-lhe agir em benefício dos jônios, os quais eram na sua maioria membros das conexões políticas de Lisandro (Xen. *Hell.* 3.1.3; Diod. Sic. 14.35.6), cuja influência obtida nos anos em que atuou na Ásia Menor foi essencial para as atitudes de Esparta diante de uma comunidade persa declaradamente contrária aos interesses helênicos na Jônia. Nesse caso, Lisandro foi fundamental para a realização dos objetivos de Esparta entre os helenos, mesmo que ele não agradasse a todos os grupos políticos espartanos.

2.2 Esparta e os helenos – assimetria política após a Guerra do Peloponeso

A emergência de Esparta como líder das *póleis* da Hélade foi outro acontecimento que merece destaque em nossa análise. A relevância desse momento recai tanto nas conexões políticas formadas por Esparta quanto em toda a oposição que ela obteve por não aceitar a vontade de aliados poderosos como Tebas e Corinto. Isso nos leva a considerar os possíveis efeitos que a tomada de decisões de um dos nós de uma rede política pode acarretar em toda a sua estrutura.

Considerando as medidas de Esparta a partir das ações de Lisandro, a vitória na Guerra do Peloponeso fez com que as intervenções políticas do navarco se tornassem uma desmedida para muitas *póleis*. Por exemplo, Plutarco (*Lys.* 13.4-5) cita o comediógrafo Teopompo, que enfatizou como os espartanos foram enganosos com os helenos e, após lhes fornecer o doce

⁸⁰ César Fornis (2008, p. 34-35) esclarece que Esparta já havia se utilizado dos jônios como *moeda de barganha* com o final da Guerra do Peloponeso ao aceitar os recursos de Dario II e Ciro contra Atenas. A situação se inverteu quando Ciro faleceu em sua expedição para destronar o irmão Artaxerxes II. Como Esparta forneceu apoio a Ciro em sua missão pessoal, o *grande rei* passou a considerar a *pólis* espartana como inimiga e, por isso, Agessilau se utilizou da propaganda de *libertador* dos helenos para realizar um empreendimento contra o Império Aquemênida. Logo, a propaganda desenvolvida por Esparta foi o resultado de uma conjuntura política na qual os jônios poderiam lhe render recursos para assegurar um império marítimo, liderado pelos lacedemônios.

vinho da vitória e da liberdade, serviram uma bebida muito mais amarga – ou seja, o controle de suas determinações políticas. Plutarco se utilizou dessa metáfora para afirmar que a promessa de liberdade defendida pelos espartanos, no decorrer de toda a Guerra do Peloponeso, tornou-se algo muito pior que as atitudes atenienses. A postura de Plutarco deve ser tratada com cautela, pois em certas ocasiões ele tenta atribuir a responsabilidade de toda uma conjuntura política às suas personagens biografadas. Nesse caso, em sua *Vida de Lisandro*, o biógrafo direcionou a Lisandro a responsabilidade pela tentativa espartana de firmar um *império* sobre a Hélade.

Isócrates (4.122-123) destaca que a supremacia de Atenas sobre os helenos foi legítima e justa, enquanto a autoridade espartana submeteu à Hélade aos persas. De forma semelhante, Platão (*Men.* 243 b) pontua que os helenos se esforçaram para acabar com a supremacia de Atenas por conta da rivalidade que desenvolveram com a Ática, preferindo assim se aliar aos persas. Considerando que Platão e Isócrates foram atenienses que vivenciaram o desgaste ocasionado pela Guerra do Peloponeso e que ouviram os seus concidadãos sobre as motivações desse conflito, é evidente que tomaram as atitudes de Atenas como justas e a representaram como vítima de seus rivais. Nenhum dos autores atribuiu a Lisandro a responsabilidade por essa medida, uma vez que o gênero literário e o contexto histórico em que viveram foram distintos dos de Plutarco.

A cena discursiva elaborada por Plutarco difundiu uma representação de Lisandro e Esparta como dotados de ações descomedidas. Isócrates, por ter vivenciado o pós-Guerra do Peloponeso e os esforços atenienses para a recuperação da Confederação Marítima, atribuiu aos espartanos a responsabilidade pela derrota de Atenas e pela submissão dos jônios aos persas. Já Platão ressaltou que os helenos, de um modo geral, opuseram-se a Atenas, sem mencionar Esparta. Charles Kadushin (2012, p. 60-62) demarca que o senso de confiança era inerente aos membros da rede política espartana, porém nenhum deles poderia afirmar com precisão que Esparta seria leal com as suas atitudes. Isso porque a ampliação de suas conexões para além do Peloponeso criou fluxos de recursos – tanto materiais quanto não materiais – para a Lacedemônia. Nesse sentido, uma rede híbrida, como era a Confederação do Peloponeso, tornou-se totalmente assimétrica, levando os espartanos a negociarem o seu benefício particular com os nós de sua rede peloponésia. A partir de Plutarco, concluímos que os helenos esperavam o fim da Guerra do Peloponeso para se verem livres de obrigações militares e tributárias, fossem elas com Atenas

fossem com a dinastia aquemênida; contudo, eles ignoraram o *preço* de estarem imersos na dinâmica de poder espartana, a qual os submeteu para além de suas expectativas.

César Fornis (2016, p. 191) afirma que a imposição de regimes oligárquicos sobre as comunidades submetidas foi uma estratégia de Lisandro para garantir a preponderância de Esparta na Hélade, bem como a lealdade e a dependência das *póleis* aliadas. As palavras de Fornis se vinculam ao nosso arcabouço teórico, visto que o comportamento *impositivo* de Lisandro obedecia aos interesses de Esparta. Não sem motivos, o controle exercido pelos amigos estrangeiros (*philóxenois*) de Lisandro no Egeu e na Jônia assegurava as suas conexões e ampliava a densidade das redes políticas de Esparta, tanto no Peloponeso quanto na Hélade como um todo.

Essa perspectiva pode ser endossada por Plutarco (*Lys.* 13.3-5), quando este destaca que Lisandro estabeleceu nas *póleis* do Egeu um governo formado por dez arcontes escolhidos dentre os seus *betaíroi* e supervisionados por um *harmostés* espartano. A escolha desses magistrados por Lisandro se deu pela proximidade que mantinham com o esparciata, ou se eram partidários de suas crenças e valores. Isso ampliou a influência de Lisandro com homens poderosos e difundiu a supremacia de Esparta junto aos helenos com o fim da Guerra do Peloponeso. A historiografia denominou o governo dos partidários de Lisandro como decarquias⁸¹, as quais eram de inclinação oligárquica e/ou antidemocráticas.

César Fornis (2018, p. 138) pontua que o fato de Lisandro optar por indivíduos que compartilhavam interesses políticos semelhantes aos seus não resumia a sua ideologia política. Afinal, o historiador de Oxirrínco (7.2-3) nos revela que havia oligarcas coríntios contrários a Esparta. Portanto, é provável que os aliados de Lisandro – por serem poucos e membros de uma elite tradicional – acabassem se adequando à oligarquia. Do mesmo modo, as *póleis* do Egeu e da Jônia, que vivenciaram a democracia sob a influência de Atenas, utilizaram-se da emergência de Esparta para se afastar de regimes mais populares, sem que defendessem plenamente um governo oligárquico.

⁸¹ Raphael Sealey (1976, p. 377) corrobora nossos apontamentos ao expor que as decarquias eram compostas por *betaíroi* de Lisandro ou partidários de suas práticas político-administrativas. Conjeturando Arnold Hugh Jones (1967, p. 92), o comportamento de Lisandro não seria apenas uma tentativa de legitimar a influência das conexões de Esparta sobre a Hélade, mas também um meio de evidenciar aos helenos que foi graças ele que Esparta alcançou a vitória sobre a Confederação de Delos.

Charles Hamilton (1991, p. 2) afirma que as atitudes de Lisandro demonstravam como ele tinha consciência do que representava a derrota de Atenas para a Hélade e qual seria o papel de Esparta nesse cenário. Com isso, Lisandro fez com que a *pólis* espartana ocupasse o buraco estrutural deixado por Atenas em sua rede ao redor do Egeu, além de estabelecer tributos para arcar com as despesas do Império Espartano⁸² que se formava. Paul Cartledge (2003, p. 229) informa que os tributos⁸³ estipulados por Lisandro aos arcontes das decarquias eram pagos em espécie e em serviços militares, uma vez que Esparta precisaria de todos os mecanismos disponíveis para assegurar a densidade de suas conexões com os helenos submetidos à sua liderança.

Em outra ocasião, Charles Hamilton (1979, p. 38-39) aponta que Esparta vivenciou dificuldades com a destruição do Império de Atenas. O governo espartano poderia optar em se abster da responsabilidade com as comunidades que integravam o império (*arkhḗ*) ateniense, deixando-as à própria sorte, ou firmar conexões regionais pautadas na simetria das suas interações. Hamilton, no entanto, destaca que essas possibilidades se referiam mais a uma tentativa de Esparta de encontrar uma *salvação* para o seu recém conquistado Império ateniense do que em atitudes plausíveis diante da realidade vivenciada. Isso porque Hamilton defendeu que a supremacia que Esparta passou a exercer entre os helenos modificou as suas instituições político-sociais. Embora as considerações historiográficas convirjam para uma opinião comum, a perspectiva de Hamilton⁸⁴ se

⁸² Embora a historiografia, por vezes, considere a existência de um Império Espartano, não corroboramos este viés devido à configuração político-militar que Esparta desenvolveu na Hélade. Ainda que algumas *pólis* fossem tributárias de Esparta, a sua relação diferia daquela proposta por Atenas no século V. De fato, os espartanos dominaram alguns territórios, mas o tempo e a extensão dessa autoridade nunca foram significativos para que fossem considerados um império.

⁸³ Isócrates (4.132-133; 12.67-68) faz alusão à injustiça dos tributos cobrados por Esparta para garantir a sua supremacia marítima. César Fornis (2016, p. 191) ainda destacou que este tributo foi denominado *syntéleia*, ou seja, uma *contribuição comum* em detrimento de *phóros* que obteve uma conotação negativa, com a Guerra do Peloponeso.

⁸⁴ Em certa medida, Charles Hamilton e Paul Cartledge se inserem no bojo da historiografia tradicionalista, da qual fazem parte autores como Ephraim David, Moses Finley, Geoffrey de Ste Croix, Victor Ehrenberg, entre outros. Esta tendência considerou unicamente o momento da vitória espartana sobre os atenienses na Guerra do Peloponeso como fundamento de uma análise objetiva das ações e interações de Esparta com a Hélade. Estes especialistas consideraram Agesilau o culpado pela desestruturação dos valores e da organização político-social espartana. Em vista disso, optamos pela abordagem de Stephen Hodkinson (1995), César Fornis (2016) e Daniel Stewart (2018), os quais ressaltaram que

mostrou imediatista e simplista para o contexto helênico do pós-Guerra do Peloponeso.

De acordo com Charles Kadushin (2012, p. 8), as redes e as suas conexões são conduítes de fluxos desejados e indesejados que enfatizam a lógica da troca de bens e informações. Tal proposição, ainda que imediatista, destaca a importância das modificações sofridas por Esparta, ao se tornar o nó central de uma rede política que não se limitava aos seus domínios político-geográficos imediatos.

Logo, se o governo espartano mantivesse as suas atividades políticas tal como eram antes da Guerra do Peloponeso, em que o *status*, a influência e a autoridade de Esparta eram limitadas, a sua supremacia sobre os helenos teria ruído antes mesmo de se iniciar. Defendemos que Esparta adaptou as suas posturas a partir do momento em que os seus interesses políticos, sociais e econômicos passaram a se relacionar com a Hélade e com o Império Aquemênida. Nesse sentido, é provável que a elite de espartana promoveu transformações em suas leis para que os seus valores culturais mantivessem a falsa impressão de ancestralidade – pelo menos para os estrangeiros. Isso tira a responsabilidade de atores sociais individuais e demonstra a responsabilidade da *pólis* em organizar o equilíbrio de suas preferências conforme a coesão dos seus membros⁸⁵.

De todo modo, os autores clássicos demonstraram que Lisandro difundiu a sua política pela extensão do Egeu, assegurando a autoridade, o poder e a influência de Esparta por meio da conexão com os seus *betaíroi* acompanhados de *harmostai* de sua confiança. Entretanto, a trajetória de Lisandro ressalta que ele estruturou todas as bases necessárias para exercer a sua influência individual no Egeu. Ao entregar o comando de diversas *póleis* a representantes espartanos e aos helenos da Jônia, Lisandro direcionou o seu caminho a Atenas e a Esparta com demasiada segurança nos resultados de seus feitos e na posição que havia adquirido nas redes políticas de Esparta.

A chegada de Lisandro aos portos atenienses foi um grande marco na sua trajetória política e no início de um novo momento para Esparta. Lisandro ficou responsável por decidir o *destino* de Atenas e, depois de uma longa interação com Terâmenes, recebeu por fim o aval de Esparta para

a *pólis* espartana sofreu um intenso processo de transformação e adaptação ao longo dos vinte e sete anos da Guerra do Peloponeso.

⁸⁵ Em certa medida, identificamos essas questões no caso de Licurgo. Para tanto, vide Assumpção (2016, p. 56-87) e David (2020, p. 203-222).

implementar o governo dos Trinta (Xen. *Hell.* 2, 2.16-20). Plutarco comenta que, ao tomarem conhecimento do ocorrido em Atenas, os *éforos* de Esparta determinaram que as muralhas atenienses fossem demolidas, que todas as embarcações – com exceção de doze – seriam apreendidas e que todos os cidadãos de Atenas residentes em outras *póleis* e o exilados deveriam retornar a sua pátria. Plutarco (*Lys.* 14.4-6) também ressalta que essas cláusulas foram recebidas por Terâmenes, que convenceu o *dêmos* de Atenas da necessidade em se obedecer a Esparta. Diodoro da Sicília (14.3.6-7, 4.1-2) nos indica uma versão distinta, na qual Terâmenes era contrário a Lisandro e a favor da política ateniense, sendo escolhido pela população como um dos seus representantes junto aos Trinta Tiranos – governo estabelecido entre os atenienses por Esparta.

Segundo Aristóteles [*Ath. Pol.* 34.2-3], Terâmenes foi um político que agiu conforme as circunstâncias, embora estivesse inclinado à oligarquia. Lísias (12.63-74), por outro lado, denunciou-o como alguém que ludibriou os atenienses para que compactuassem com Esparta, seguindo assim as determinações de Lisandro. Um elemento interessante foi que, independentemente da inclinação política de Terâmenes, este foi responsável por discutir com Lisandro os termos da rendição ateniense. Embora a denúncia de Lísias tenha ligações com as suas perdas pessoais – tanto materiais quanto familiares – durante o governo dos Trinta – e Terâmenes integrou esse grupo – recordamos que o posicionamento de Aristóteles coaduna a postura de Terâmenes, afinal, este dialogou com Lisandro, atuou a favor do *dêmos* e, por fim, foi condenado à morte pelos Trinta.

Os estudos de Dominique Maingueneau (1997, p. 14) demonstram que as formações discursivas são importantes para entendermos a motivação dos autores clássicos ao elaborarem cenas enunciativas específicas acerca de um dado momento histórico. Em linhas gerais, a formação discursiva é um conjunto de regras anônimas que determinam as condições sociais, econômicas, políticas e culturais para o exercício da enunciação discursiva. O fato de a formação discursiva se modificar conforme a realidade espaço-temporal destaca a sua função enquanto uma variável investigativa em nossa pesquisa. Embora os nossos apontamentos sejam apenas hipóteses, eles são mecanismos para pensarmos a cena enunciativa proposta por cada um desses autores antigos. Em Xenofonte temos um conjunto de interesses, pois não somente o pensador destacou a habilidade de Lisandro como também a maneira como ela foi reconhecida pelo governo de sua *pólis*. Xenofonte não se preocupou em estabelecer um

culpado para quaisquer situações apresentadas, mesmo que a sua denúncia sobre excessos espartanos se faça presente em suas obras.

Em Plutarco, por sua vez, temos a representação de Lisandro e Terâmenes como dois atores sociais preocupados com a submissão dos atenienses, postura aceitável diante do gênero literário de sua obra e da tentativa de criar modelos de conduta política. É possível que Plutarco tenha tomado Lísias como um interdiscurso para a sua imagem, pois ele enfatizou a falta de envolvimento de Terâmenes com interesses que não fossem os espartanos. Em Diodoro, os excessos de Lisandro eram completamente condenáveis pelos atenienses, cabendo à figura de Terâmenes impedir que Atenas sofresse ainda mais nas mãos de Esparta. Por outro lado, consideramos que Lisandro e Terâmenes firmaram conexões para se beneficiarem na conjuntura em que se encontravam. A posição de Terâmenes, no entanto, era delicada por ser ateniense e estar negociando com o representante de uma conexão assimétrica para a sua *pólis*.

Logo, tanto Lisandro quanto Terâmenes atuaram para que os seus gestos não fossem condenáveis em seus governos e as determinações estivessem razoáveis para o gosto dos interessados no fluxo dessa rede. Por fim, a conexão e a proximidade de Lisandro e Terâmenes levaram Atenas a acabar com a democracia, posto que muitos aristocratas atenienses eram contrários a essa forma de governo e detinham grande proeminência nesse momento. Seguindo esse viés, era adequado a Esparta que a forma de governo de seus aliados se assemelhasse a sua para facilitar as negociações inerentes as suas conexões.

As medidas de Lisandro em nome de Esparta foram o *embrião* da Guerra de Corinto, a qual se iniciou por volta de 395. Durante a tomada de decisões entre espartanos e aliados sobre o destino de Atenas e dos seus habitantes, as autoridades tebanas e coríntias estavam interessadas na devastação da Ática e na escravização dos atenienses. Entretanto, os lacedemônios defenderam que isso não seria uma postura adequada para com uma *pólis* que tanto contribuiu com a Hélade, sobretudo quando esta esteve em grandes perigos⁸⁶ (Xen. *Hell.* 2.2.19-20). Plutarco (*Lys.* 15.2)

⁸⁶ Isócrates (8.105) reforça que os espartanos salvaram Atenas, tal como outrora os atenienses salvaram Esparta. O contexto social de Isócrates e a sua busca por uma paz comum demonstraram que os ressentimentos deveriam acabar para que os helenos alcançassem uma trégua duradoura. No entanto, a opinião de Isócrates se modificou com o tempo e os objetivos de seus discursos.

salienta que os tebanos tinham a pretensão de tornar a Ática uma pastagem para ovelhas.

Embora as atitudes de Lisandro e dos demais espartanos tenham sido significativas para a sobrevivência dos atenienses, recordamos que a Ática fazia fronteira direta com a Beócia. Neste momento, a região beócia tinha Tebas como o seu centro de poder político-militar e mantinha o objetivo de dominar toda a Ática caso ela fosse destruída. Para tanto, a preservação de Atenas não foi uma atitude altruísta, uma vez que o governo espartano tornou os atenienses membros da Confederação do Peloponeso e passaram a dispor de um território capaz de observar a movimentação tebana na Hélade.

As considerações de Michael Werner e Bénédicte Zimmermann (2006, p. 32) nos permite complementar os pressupostos de Charles Kadushin (2012, p. 62) e Dominique Maingueneau (1997, p. 39-40). Segundo aqueles autores, essa multiplicidade de pontos de vista, que favorece outras interpretações, além das tradicionais, é fundamental para o desenvolvimento do comparativismo histórico. Munidos dessa premissa, defendemos que a destruição de Atenas representaria um buraco estrutural com o qual Esparta não saberia lidar, isso porque, mesmo derrotados, a existência dos atenienses legitimava o *status* e a influência espartanas. Como membro das conexões espartanas, Atenas se tornou um entreposto diante das *póleis* imediatamente contíguas ao seu território, servindo de barreira para os possíveis interesses de Tebas e Corinto. A preservação de Atenas, nesse cenário, era estrategicamente relevante para a densidade da rede espartana e para a conservação da sua influência e assimetria frente aos tebanos e coríntios.

Tendo sujeitado a *pólis* ateniense e estabelecido uma forma de governo oligárquica aos moldes de Lisandro, Esparta se utilizou de sua centralidade nas conexões com os helenos para impor a sua autoridade contra as comunidades tidas como traidoras. A primeira delas foi Élis. Xenofonte (*Hell.* 3.2.21) nos informa que Esparta vinha nutrindo certo ressentimento por Élis devido ao tratamento inadequado que dera ao *esparciata* Licas⁸⁷ e por ter proibido os espartanos de participarem das

⁸⁷ De acordo com Xenofonte (*Hell.* 3.2.21), Licas foi um *esparciata* que, já na velhice, venceu uma prova de corrida com quatro cavalos nas Olimpíadas. Tucídides (5.50.4) relata que os cavalos de Licas foram vitoriosos, porém eram guiados por um cocheiro tebano. Sob a alegação de que os espartanos não poderiam estar ali, o cocheiro foi coroado vencedor e Licas, surrado, mesmo sendo idoso. Paul Poralla e Alfred Bradford (1985, p. 86) destacam que a Olimpíada na qual ocorreu esse incidente foi a de 420.

Olimpíadas a partir de 420. Tais fatos foram agravados pela aliança que os eleus estabeleceram com atenienses, argivos e mantineus. Já Diodoro da Sicília (14.17.4-5) argumentou sobre os interesses de Esparta em subtrair a influência territorial de Élis⁸⁸, pois ambas foram inimigas durante a Guerra do Peloponeso⁸⁹.

James Roy (2009, p. 40-41) destaca que a comunidade espartana tinha o objetivo de diminuir a autoridade de Élis junto as suas *póleis periecas*, de modo que estas passassem a apoiar o poder político espartano. A postura de Esparta foi um meio de punir os eleus pela falta de apoio militar contra a Confederação de Delos, além de um mecanismo político para assegurar um controle mais efetivo ao norte do Peloponeso, o que incluía o Golfo de Corinto. Para Caroline Falkner (1996, p. 17), a dominação de Élis foi uma tentativa de recriar a tradicional base da rede de poder político espartano no Peloponeso. Segundo a pesquisadora, essa ideia estaria atrelada às tendências políticas de Ágis II e dos membros de sua rede política.

Esse evento foi significativo por ampliar as relações políticas de Esparta e Ágis II com a oligarquia de Élis, a qual concordou em derrubar as muralhas de sua *pólis*, entregar as suas trirremes aos espartanos e libertar uma parcela significativa de comunidades *periecas*. As intervenções militares de Esparta sobre Élis⁹⁰ não só foram estratégicas por aumentarem as áreas de autoridade lacedemônia no Peloponeso, mas também por afetarem Corinto, sem que isso parecesse uma transgressão ao princípio de aliança preconizado pela Confederação do Peloponeso.

Ao expor que a conectividade entre os helenos afetava diretamente as relações políticas de outras culturas mediterrânicas, Caroline Falkner (1996, p. 22-23) nos leva a promover os pressupostos de uma História Cruzada. Charles Kadushin (2012, p. 60-62) declara ser impossível pensarmos numa rede cujas ações de um nó não venham a afetar

⁸⁸ Isócrates (8.100-101) denuncia os espartanos pelas ações que desempenharam em Élis e, posteriormente, em Mantinea, Fliunte e Argos. Estas ações geraram a resistência de seus aliados e a mobilização para que Esparta fosse destituída de sua supremacia na Hélade.

⁸⁹ Cabe pontuar que, para Diodoro, a última expedição espartana contra Élis se deu com o *basileús* Pausânias e não com Ágis. Françoise Ruzé (2018, p. 332) propõe que essa possível expedição tenha ocorrido em 398.

⁹⁰ As palavras de Diodoro (14.34.1-3) demonstram que, a partir de Élis, Esparta direcionou um ataque a Cefalênia, a Naupacto e a Heracleia. A região eleia garantia um acesso facilitado a essas cidades, as quais também seriam estratégicas para a ação espartana contra Tebas e Corinto. Falkner (1996, p. 23) afirma que Cefalênia e Naupacto afetavam diretamente o acesso de Corinto ao Ocidente e a sua antiga colônia, Siracusa. Já Heracleia era uma ameaça direta aos interesses tebanos na Hélade Central.

diretamente outro. Nesse caso, a localização dos portos de Élis levaria Esparta a corresponder aos seus interesses político-militares com Siracusa⁹¹, sendo esta uma das conexões políticas mais poderosas dos espartanos⁹².

Como Esparta não tinha tradição em atividades marítimas, a contratação de marinheiros (mercenários) experientes garantiria a legitimação de sua supremacia nas conexões do Pequeno Mundo helênico. Atenas ainda permanecia sob a influência de Esparta e garantia a manutenção da autoridade espartana entre os helenos do Egeu. A essa altura, os persas se mobilizaram para retribuir a Esparta todo o auxílio prestado a Ciro em sua tentativa de tomar o poder de seu irmão, o *grande rei* Artaxerxes II, reiterando a necessidade de um corpo naval sólido para lidar com as demandas espartanas na Ásia.

Mas no momento em que Esparta e o Império Aquemênida romperam as suas conexões – densas e múltiplas –, eles começaram a direcionar os seus recursos um contra o outro. O interessante nessa perspectiva é pensarmos na disposição de duas redes de poderes respeitáveis em um enfrentamento. No entanto, uma vez que os persas detinham recursos suficientes para conservar os enfrentamentos por um longo período, Esparta precisou rever as suas estratégias para suprir a demanda por pessoas e bens materiais. Essa situação justifica os seus esforços para aprimorar as suas conexões políticas e geográficas com Siracusa. Em suma, embora Esparta tenha manifestado indícios que justificassem a submissão de Élis, as evidências documentais e as análises historiográficas ressaltaram que ela tinha interesses pessoais e específicos em relação aos eleus. Com isso, os espartanos demonstraram o seu interesse para consolidar o poder político no Peloponeso, evitando assim as ameaças externas, como Corinto e Tebas.

⁹¹ Diodoro (14.42.4) nos permite levantar a hipótese de que os espartanos pretendiam obter toda a madeira siracusana necessária para a construção e o reparo de suas embarcações, bem como o acesso a uma quantidade razoável de mercenários.

⁹² Através do **Mapa 1**, no início da obra, vemos que Élis – a noroeste no Peloponeso – estava na desembocadura do golfo de Corinto para o mar Jônico, o qual facilitava o acesso a Siracusa. O domínio de Esparta na região afetava diretamente a movimentação de Corinto e Tebas para o mar Jônico, além de restringir o escoamento de bens através do golfo.

2.3 A inserção de Agesilau nas redes políticas de Esparta e dos bárbaros⁹³

Xenofonte (*Hell.* 3.3.1) narra que, ao conseguir sucesso em sua expedição em Élis, Ágis II foi a Delfos para dedicar a *décima parte* – dízimo – do seu botim a Apolo. No caminho de volta, próximo a Heraia, o *basileús* ficou doente e faleceu já na Lacedemônia. O falecimento de Ágis trouxe Agesilau ao cenário político espartano em grande parte graças à influência de Lisandro. No entanto, a emergência de Agesilau à categoria de *basileús* não ocorreu sem disputas, sendo isso um indício dos desafios para legitimar o seu poder e *status* em uma *pólis* com ideias diversas quanto à sua estirpe heráclida.

Os autores antigos afirmam que Lisandro persuadiu Agesilau a liderar uma expedição à Ásia para ajudar os jônios diante da ameaça persa (*Xen. Hell.* 3.4.2; *Diod. Sic.* 14.79.1; *Plut. Lys.* 23.1; *Ages.* 6.1). Depois do empreendimento malsucedido de Ciro, Artaxerxes se dedicou em ampliar a sua influência e autoridade na Jônia, o que tangenciava as conexões espartanas na região. Para garantir os seus objetivos, Artaxerxes investiu na construção de embarcações de guerra na Fenícia, procurando afastar Esparta da Ásia Menor e do mar⁹⁴ (*Xen. Hell.* 3.4.1). Para complementar o seu empenho, Artaxerxes entregou o comando da frota a Fárnazo e o elemento estratégico ao ateniense Cónon, que, desde a sua fuga de Egospótamo, vivia na corte de Evágoras no Chipre (*Isoc.* 9.53-56; *Diod. Sic.* 14.39.1). A experiência marítima de Cónon atrelada à riqueza persa foi determinante para minar a instável influência espartana sobre as *pólis* do Egeu e, conseqüentemente, da Jônia.

A documentação literária reforça a intenção dos seus autores dentro de suas respectivas comunidades discursivas. Uma vez que todo discurso pressupõe uma intenção (Maingueneau, 1997, p. 29), a postura de

⁹³ A concepção de *bárbaro*, para Xenofonte, diz respeito ao seu lugar social e aos objetivos que pretendia alcançar com a sua obra. A sua perspectiva sobre os *bárbaros* se deu pela proximidade que manteve com Esparta e a rivalidade desta com os persas, no início do século IV. Portanto, utilizamos esse termo para caracterizar as conexões de Agesilau com os não-gregos.

⁹⁴ Durante esse período, os sátrapas da Ásia Menor, sobretudo Farnábazo e Tissafernes, estavam combatendo na região os comandantes espartanos Tíbron e Dercílicas. Quando Farnábazo conseguiu uma trégua com Tíbron, este partiu ao encontro de Artaxerxes e sugeriu o investimento em navios que pudessem enfraquecer o poderio de Esparta no Egeu (*Xen. Hell.* 3. 2.1).

Xenofonte fornece uma caracterização dos feitos político-militares por uma ótica de *causa e efeito*, ou seja, as atitudes de todos os envolvidos se justificariam pelas ações dos demais. Isócrates se utiliza de Cónon e da sua relação com Evágoras para exaltar os feitos atenienses em sua resistência a Esparta. Na obra *Evágoras*, a pretensão era reforçar as capacidades militares deste governante e ressaltar como resistiu ao assédio do Império Aquemênida, tornando-se um modelo de governante capaz de unir os helenos contra os *bárbaros*. Diodoro se interessou em destacar a preponderância dos atenienses nas atividades marítimas, de tal maneira que Cónon atuou como o componente estratégico da frota persa em virtude da sua formação e de suas habilidades. Em sua cena enunciativa, Diodoro mobiliza o interdiscurso de autores interessados em tornar os persas como sujeitos militarmente inferiores se comparados aos helenos, sobretudo, os atenienses. É possível que Diodoro tenha tido acesso aos textos de oradores como Isócrates, o qual se esforçou por exaltar a liderança ateniense em detrimento de Esparta e dos persas.

Scott Rusch (2011, p. 158-159) defende que os espartanos se encontraram com os seus aliados para decidirem o que fazer quanto à Jônia, após tomarem conhecimento de que os persas pretendiam atacar a região. Rusch pontua que coube a Agesilau tomar a iniciativa de liderar os helenos contra uma nova ameaça persa, visando à liberdade da Hélade. O posicionamento de Rusch não foi compartilhado por César Fornis (2016, p. 214-215) que, ao analisar as obras de Xenofonte, expôs as manobras de Lisandro para levar Agesilau a tomar o mando da expedição. Consideramos que Agesilau tinha o conhecimento das práticas que deveria adotar diante de suas conexões espartanas, legitimando o seu *status* como líder. Entretanto, embora se afastar de Esparta fosse uma estratégia interessante para Lisandro e Agesilau, a inserção de sua *pólis* no Pequeno Mundo helênico requeria a conexão do *basileús* com nós importantes e desconhecidos. Diante disso, Lisandro ocupou esse buraco estrutural que a rede política de Agesilau conservava em virtude do seu aparente isolamento no Peloponeso.

A ideia de um *basileús* helênico a frente de um exército amplo e destinado a submeter os persas em seu próprio território serviu de mote para que Xenofonte (*Hell.* 3.4.3) caracterizasse Agesilau como um *novo Agamémnon*. Essa representação garantiria prestígio e legitimidade ao *basileús*

lacedemônio frente aos interlocutores do pensador ateniense⁹⁵. Por outro lado, propomos que Xenofonte se utilizou de Homero como o seu arquiteito⁹⁶ para realçar a legitimidade das ações de Agesilau, visto que os feitos de Agamêmnon eram históricos e a sua representação um modelo de conduta para os governantes helênicos⁹⁷.

Dessa forma, a tradição homérica integrava a formação discursiva⁹⁸ helênica, mesmo no período Clássico. Portanto, a atitude de Agesilau em atuar como Agamêmnon repercutiria na imagem que os seus aliados teriam de suas atitudes. Esse gesto não foi somente simbólico e político, mas também sagrado por tomar os deuses como testemunhas de uma atitude justa: levar guerreiros contra os persas que pretendiam submeter a Hélade⁹⁹. Essas atitudes podem ser consideradas segundo a necessidade de Agesilau em legitimar o seu poder político no trono dos euripôntidas, possivelmente abalado pelo seu conturbado processo de sucessão.

⁹⁵ É interessante que autores posteriores a Xenofonte se utilizaram do interdiscurso para referendarem o momento em que Agesilau se representa como Agamêmnon, pois a ideia de um *basileús* unificador dos interesses helênicos contra a ameaça *bárbara* acabou ruindo com a Paz de Antálcidas. Logo, homens como Diodoro e Plutarco, que viveram muitos anos depois de Xenofonte, modificaram essa imagem pelo conhecimento que tinham de toda a trajetória de Esparta e de Agesilau junto aos jônios.

⁹⁶ Segundo Maingueneau (2014, p. 64), o arquiteito seria uma obra com um estatuto exemplar, servindo de referência para discursos posteriores que dela se utilizariam. No caso de Xenofonte, consideramos Homero o seu arquiteito em função do caráter exemplar de seus escritos para uma parcela significativa de autores mediterrânicos.

⁹⁷ Partindo de uma premissa distinta, Plutarco (*Ages.* 6.4-5) afirma que Agesilau tomou essa atitude devido a um sonho, o qual atribuía-lhe as prerrogativas de Agamêmnon antes de partir na expedição contra Tróia. Lynette Mitchell (2013, p. 35, 122) diz que Agamêmnon seria o parâmetro de realeza helênica, por se fundamentar nas ações e nas prerrogativas de Zeus. Para Roger Brock (2013, p. 44-45) a representação de Agamêmnon como ideal ocorre por ele se caracterizar como um pastor que sabe guiar o seu rebanho pelo melhor caminho, visando à segurança e à vitória em batalha. Dito isso, é justificável a tentativa de Xenofonte em aproximar Agesilau de Agamêmnon, como líder e comandante político-militar, sendo essa imagem empregada posteriormente por Plutarco.

⁹⁸ Isso porque a tradição homérica foi um elemento fundamental na constituição da identidade helênica já no período Arcaico. Sendo assim, a literatura homérica serviu de referencial para o desenvolvimento da tradição literária do período Clássico.

⁹⁹ O discurso de Xenofonte tende a representar as atitudes persas, sobretudo no século IV, como uma herança das Guerras Greco-pérsicas, ou seja, era uma tentativa de enfraquecer a Hélade para dominá-la. No entanto, não parecia interessante para Artaxerxes II ampliar os seus domínios para além da Jônia. Dessa forma, a ideia de uma *dominação persa* se tornou um artifício literário para Xenofonte propor a representação de Agesilau como um herói pan-helênico e de Esparta como libertadora da Hélade.

A postura de Agesilau teve um profundo teor propagandístico que, além de promover a identificação dos seus aliados, colocava em cena um inimigo a ser combatido em benefício de todos os helenos: os persas. Ao trazer o foco das tensões helênicas para o Império Aquemênida, Agesilau e Lisandro pretendiam retirar a atenção que as *póleis* da Hélade davam ao imperialismo espartano e direcioná-lo aos excessos persas em sua tentativa de *submeter* os helenos. Assim, Xenofonte desenvolverá um *encômio* a Agesilau após a sua morte *basileus*, destacando o caráter pan-helênico de seus empreendimentos na Jônia.

Tal como Agamêmnon, Agesilau se dirigiu a Áulis, na Beócia, para realizar os sacrifícios à Ártemis visando a uma expedição favorável. Entretanto, essa atitude gerou tensão entre o *basileús* e os beotarcas:

Quando ele [Agesilau] chegou a Áulis, os beotarcas souberam que estava realizando sacrifícios e enviaram cavaleiros para ordenar que ele [Agesilau] parasse de sacrificar. Eles [os cavaleiros] retiraram do altar as vítimas que ali se encontravam como oferendas. Então, chamando os deuses como testemunhas, Agesilau embarcou em sua trirreme e navegou (Xen. *Hell.* 3.4.4)¹⁰⁰.

Segundo a tradição, todo e qualquer sacrifício realizado em Áulis era da responsabilidade dos sacerdotes beócios. A autonomia das atitudes de Agesilau¹⁰¹ fez os beotarcas retirarem os seus sacrifícios do altar e não permitirem que as suas oferendas fossem feitas.

¹⁰⁰ “ὡς δ’ ἐκεῖ ἐγένετο, πυθόμενοι οἱ βοιωτάρχοι ὅτι θύοι, πέμψαντες ἰπέεας τοῦ τε λοιποῦ εἶπαν μὴ θύειν καὶ οἷς ἐνέτυχον ἱεροῖς τεθυμένοις διέδροψαν ἀπὸ τοῦ βωμοῦ. ὁ δ’ ἐπιμαρτυράμενος τοὺς θεοὺς καὶ ὀργιζόμενος, ἀναβὰς ἐπὶ τὴν τριήρη ἀπέπλει.”

¹⁰¹ John Buckler (2003, p. 60) se refere à atitude de Agesilau como a primeira manifestação pública de toda uma longa carreira marcada pela falta de julgamentos. O posicionamento de Buckler destacou que o *basileús* sabia dos interditos relativos aos sacrifícios na região de Áulis, porém, para ressaltar a sua preponderância político-militar, preferiu atuar mesmo diante dos riscos da retaliação beócia. A perspectiva de Buckler não somente foi radical como também tentou caracterizar Agesilau como um homem impulsivo e despreparado para o governo. Não partilhamos da premissa de Buckler, a qual pontuou que Agesilau desenvolveu um ódio pessoal pela Beócia, fazendo com que este operasse sem discernimento para prejudicar as comunidades dessa região. Apesar de não ter adotado um viés radical como o de John Buckler, Paul Cartledge (1987, p. 291) afirma que o procedimento dos beotarcas culminou na ojeriza pessoal de Agesilau pelos beócios, com ênfase aos tebanos. Charles Hamilton (1991, p. 95) corrobora Cartledge, destacando que

Nicolas Richer (2012, p. 212) salienta que uma das características dos lacedemônios era a de buscar o favor dos deuses para a realização de toda e qualquer atividade, seja dentro de seu território seja no exterior. Ainda assim, recordamos que a cena enunciativa proposta por Xenofonte alçaria Agesilau à posição de um modelo heroico a ser imitado (Noël, 2014, p. 263). Portanto, existe uma ambiguidade na interpretação desses escritos devido à polissemia que se apresenta, afinal não somente as interpretações permitem que Agesilau seja visto como uma vítima dos excessos dos beotarcas como também ele teria desrespeitado a tradição local da Beócia.

Nesse contexto, Agesilau teria se ressentido com as ações dos beotarcas por causa da quebra do processo de realização de um sacrifício antes de uma expedição de grandes proporções. Contudo, alguém experiente como Agesilau não conduziria o resto de sua vida pelo rancor que tinha dos beócios. Recordamos que a conduta de Agesilau, fora da Lacedemônia, tinha um caráter oficial, ainda que ele tenha ficado ressentido acerca da atitude de terceiros. Sugerimos, também, que a sua tentativa em realizar os sacrifícios sem a presença de um sacerdote da Beócia era para verificar a lealdade beócia, diante toda a retaliação que esta vinha fazendo às redes de Esparta. Em suma, a atitude de Agesilau diante dos beotarcas serviu de referencial para que Esparta obtivesse a certeza da oposição beócia contra sua supremacia junto aos helenos. Assim, verificamos que o gesto de Agesilau, ao tomar o sagrado como testemunha, fazia dos deuses os responsáveis pelas variáveis da expedição, ou seja, se ela fosse justa, o sucesso era inevitável, caso contrário, a morte era certa para todos os envolvidos.

Ao mesmo tempo que Agesilau obteve o repúdio da Beócia, outras comunidades helênicas reforçaram as suas conexões com Esparta devido à postura e ao respeito que o *basileús* tinha pelo sagrado. Para James DeVoto (1982, p. 61), a única fraqueza de Agesilau como comandante foi a maneira como protegia excessivamente os seus amigos e o fato de demonstrar pouca afinidade com as forças navais e as atividades marítimas.

A expedição contra as ambições do Império Aquemênida foi bem aceita pelos espartanos e aliados do Peloponeso. Entretanto, as ações de Lisandro e Agesilau em direção à Jônia pretendiam assegurar a

Agesilau não poderia se opor aos beotarcas, porém isso permitiu que os sentimentos do *basileús* se tornassem intensos e almejassem uma invasão ao território da Beócia para submetê-los. A historiografia apresentada ressaltou que Agesilau passou a agir visando retribuir a ofensa dos beócios num momento de importância política para o lacedemônio.

preponderância das oligarquias da Ásia Menor ao evitar que Tissafernes devastasse a região (Xen. *Hell.* 3.1.3). Isso ajudaria a fortalecer as conexões imediatas de Lisandro além do Peloponeso, além de ampliar a densidade das conexões de Agesilau – algo fundamental para a promoção de sua imagem como líder entre os helenos. Logo, a expedição à Ásia foi um mecanismo convincente para edificar a ideia de que Agesilau representava a salvação da Hélade e dos helenos. Essa postura criaria uma imagem positiva entre os espartanos e os helenos de um modo geral, ofuscando as tensões advindas de sua emergência a um dos tronos de Esparta. No entanto, um elemento precisava ser neutralizado para ratificar a densidade das conexões de Agesilau, tanto em Esparta quanto na Hélade: o próprio navarco Lisandro.

2.4 Desfazendo conexões políticas – as tensões entre Agesilau e Lisandro

A morte de Ágis II permitiu que Agesilau herdasse grande parte das conexões políticas de seu irmão mais velho, bem como daquelas que permaneciam no seio dos euripôntidas por gerações, por meio das relações de *xenia*. Outro aspecto que inseriu Agesilau na rede política de Esparta no Peloponeso e na Hélade foi a sua proximidade com Lisandro. A influência político-militar que este exerceu com o fim da Guerra do Peloponeso lhe permitiu atuar em benefício de seu *erômenos* no processo de sucessão espartana. Sendo assim, era questão de tempo para que Agesilau percebesse o potencial de Lisandro para atuar como seu inimigo, caso não fosse combatido.

Xenofonte destacou que Lisandro almejava restabelecer os seus aliados nos governos da Jônia, as chamadas decarquias, o que ampliaria as suas conexões no cenário político helênico com a presença de Agesilau. Como um dos *basileús* heráclidas numa expedição de características extraordinárias, Agesilau teria prerrogativas políticas singulares e relativamente amplas se comparadas ao âmbito *poliade*. Diante da aparente inexperiência política de Agesilau, supomos que Lisandro tenha promovido esse empreendimento visando a falta de prestígio do *basileús* lacedemônio entre os jônios. Ter Agesilau ao seu lado na Ásia Menor legitimaria as suas atitudes diante de seus aliados e ajudaria a promover a imagem do controle de suas conexões sobre os espartanos.

Quando o *basileús* Pausânias acabou com o governo dos Trinta em Atenas¹⁰², os *éforos* promulgaram uma lei que reestabelecia a constituição ancestral em todos os locais sob a influência de Esparta. Para Lisandro, essa medida significou uma perda considerável de poder relacional em virtude do enfraquecimento de suas conexões políticas que, embora continuassem existindo, não tinham a mesma densidade de antes. Como Agesilau obteve grande parte do apoio político das conexões de Ágis II, somadas aos membros de suas conexões individuais, Lisandro teve a possibilidade de assegurar os seus interesses particulares dentro e fora de Esparta. Lisandro foi um homem poderoso entre os *esparciatas*, mas faltava-lhe o *status* e a posição de *basileús* ou de *éforo* para tomar decisões mais objetivas, como se pode ver abaixo:

Imediatamente, Lisandro tentou incitá-lo [Agesilau] a empreender uma expedição na Ásia, demonstrando a esperança que ele teria de submeter os persas, a qual o tornaria um grande homem [Agesilau]. Ele [Lisandro] também escreveu cartas aos seus amigos da Ásia, ordenando-lhes que pedissem aos lacedemônios por Agesilau como estrategista para as suas guerras contra os bárbaros (Plut. *Lys.* 23.1)¹⁰³.

Portanto, defendemos que Lisandro tornou Agesilau um nó dependente em sua rede política, ao mesmo tempo em que endossou as suas atitudes diante das *betaireíai* da Jônia. A chegada de Agesilau e do seu contingente em Éfeso se deu em 396 e, nessa ocasião, ele aceitou a trégua de Tissafernes para que recebesse um posicionamento de Artaxerxes quanto à conexão política entre o Império Aquemênida e os helenos. Xenofonte (*Hell.* 3.5.5)¹⁰⁴ pontua que Agesilau almejava a autonomia das

¹⁰² Lísias (18.10-12, 22) nos informou que as medidas de Pausânias em prol dos democratas do Pireu se deram de acordo com a relação de *xenia* que mantinha com a família de Nícias. Sem fazer referências à relação entre a família de Nícias e Pausânias, Aristóteles [*Ath. Pol.* 38.1-4] expõe que o *basileús* Ágida foi fundamental para o restabelecimento da democracia em Atenas.

¹⁰³ “εὐθὺς οὖν αὐτὸν ἐξώρμα καὶ προὔτρειπεν ὁ Λύσανδρος εἰς τὴν Ἀσίαν στρατεῦν, ὑποτιθεὶς ἐλπίδας ὡς καταλύσονται Πέρσας καὶ μεγίστω γενησομένω, πρὸς τε τοὺς ἐν Ἀσίᾳ φίλους ἐγράφεν αἰτεῖσθαι κελεύων παρὰ Λακεδαιμονίων στρατηγὸν Ἀγησίλαον ἐπὶ τὸν πρὸς τοὺς βαρβάρους πόλεμον.”

¹⁰⁴ Em certa medida, o discurso de Xenofonte, nesse momento das *Helênicas*, converge com a postura pan-helênica que atribuiu ao *basileús* em *Agesilau*.

póleis da Ásia Menor e o *káranos* persa parecia concordar com esse posicionamento. Afinal, a autonomia dos jônios em relação aos persas permitiria que eles integrassem unicamente a rede política espartana na Ásia Menor. Diante de uma audiência helênica desejosa de paz diante de ameaças externas – após os trinta e um anos de Guerra do Peloponeso – ter um comandante que lutasse pela autonomia da Hélade era quase um devaneio. A representação dessa expedição como uma atitude pan-helênica fez com que Agesilau e Lisandro angariassem um número cada vez maior de apoiadores e possíveis conexões políticas para as redes de Esparta.

Nesse caso, Xenofonte (*Ages.* 1.33) destaca que Agesilau soube firmar conexões com homens poderosos das áreas sob o comando do *grande rei*, ao declarar que estava ali para garantir a paz daqueles que a desejassem. Xenofonte acrescenta que Agesilau devastava o território dos seus inimigos e mantinha intactos aqueles dos seus aliados¹⁰⁵ (*Xen. Ages.* 1.34). Não é difícil percebermos que Agesilau adotou uma postura direta acerca de suas ações nas áreas do Império Aquemênida; assim, bastava um território jurar lealdade a Agesilau e aos helenos que não sofreria represálias. O jogo mental e a pressão advinda desse posicionamento político-militar permitiram que muitas regiões não se opusessem à marcha de Agesilau. Possivelmente, estas até apoiaram as suas investidas na expectativa de manter os seus domínios.

Enquanto aguardava a resposta de Tissafernes, Agesilau permaneceu em Éfeso até obter as informações necessárias para promover as medidas militares mais eficientes. Nesse período, a influência de Lisandro sobrepujava a autoridade de Agesilau e isso era algo que, segundo os indícios documentais, incomodava o *basileús* (*Xen. Hell.* 3.4.7-8; *Plut. Lys.* 23.3-5; *Ages.* 7.2-3).

Para Paul Cartledge (1987, p. 152) a falta de empatia da elite jônica para com Agesilau fez com que esta buscasse o auxílio de Lisandro quando houvesse a necessidade. Cartledge explicitou que os homens mais influentes da Jônia não haviam estabelecido conexões de *xenia* com Agesilau e a sua família, tornando a sua interação uma mera formalidade. As vinculações formais entre Agesilau e os jônios impediam que estes confiassem na autoridade do *basileús* e se sentissem seguros quanto às suas atitudes.

Como a aristocracia jônica já conhecia Lisandro, com quem já tinha estabelecido conexões, havia um compromisso mútuo entre eles, o que

¹⁰⁵ Isócrates (*C. Arq.* 11-14) denuncia os excessos de Agesilau na Ásia ao beneficiar os seus aliados, em vez de pensar no bem-estar da Hélade.

ofuscava a imagem de Agesilau como líder dos helenos na Ásia Menor. Diante disso, Agesilau passou a desdenhar de Lisandro, humilhando-o em público para ressaltar a sua autoridade. Nesse momento, Lisandro pediu aos seus amigos (*philoí*) que se dirigissem unicamente a Agesilau quando fosse necessário angariar algum tipo de apoio. Por fim, Lisandro solicitou que fosse enviado para um local onde pudesse ser útil a Agesilau e a Esparta, mas não sem antes reforçar o quanto a ingratidão¹⁰⁶ do *basiléus* foi intensa. Lisandro então foi enviado para o Helesponto e lá obteve a conexão com o persa Espitridates, que havia sido rebaixado pelo sátrapa Farnábazo e estava disposto a se separar de Artaxerxes com todas as riquezas que possuía (Xen. *Hell.* 3.4.7-10).

Percebe-se, portanto, que a conduta de Agesilau pode ser interpretada como inadequada diante do homem que foi o seu amante e que o auxiliou a se projetar politicamente. No entanto, Agesilau se encontrava em Éfeso acompanhado de homens da Confederação do Peloponeso e de outros vinte e nove esparciatas; assim, ainda que a elite da Jônia não o reconhecesse como a maior das autoridades entre os helenos pela presença de Lisandro, ele não poderia macular a impressão que os peloponésios teriam de si mesmo. Embora o *esparciata vencedor de Egospótamo* tenha contribuído em demasia para a densidade das conexões políticas de Agesilau, no momento em que este subiu ao trono, a hierarquia entre ambos se inverteu.

Em suma, Xenofonte tentou promover uma imagem de Agesilau, contrapondo-a com os excessos de Lisandro. Apesar disso, com base na Teoria de Redes, verificamos que Agesilau foi precipitado, pois ele perdeu proeminência sobre muitos atores sociais e angariou o rancor de um dos seus maiores benfeitores. Em certa medida, Agesilau teve uma postura dotada de *hýbris*, pois afastou Lisandro de sua principal base de apoio como também acreditou que a sua autoridade bastava no interior das conexões em rede da Hélade. Nesse sentido, Agesilau e Lisandro poderiam ser considerados como os nós centrais de suas respectivas *redes-ego*, mas o *status* superior que o primeiro possuía em Esparta fez com que a imagem do segundo fosse suplantada.

Christopher Tuplin (1993, p. 57) declara que o fato de Agesilau ser representado na documentação clássica como um homem justo e leal aos seus *philoí* era um meio de demonstrar que este heráclida respeitava os *bons*

¹⁰⁶ Ao analisarmos a documentação, concluímos que a atitude de Agesilau foi de ingratidão para com Lisandro.

costumes de sua *pólis*. Portanto, Agesilau reconhecia as ações de seus companheiros à medida que estes sabiam honrá-lo na categoria de comandante e governante. Dessa maneira, convergimos com Vivienne Gray (1989, p. 46-49) e César Fornis (2016, p. 215), no sentido de que houve a necessidade de Lisandro ser colocado no seu devido lugar como esparciata. Entretanto, mantemos a posição de que Agesilau poderia ter sido comedido em suas atitudes, não por uma questão de gratidão, mas por identificar que tinha muito o que aprender com o seu *erastês* no que concernia ao jogo político entre líderes.

Com isso, o próprio gesto do *vencedor de Egospótamo*¹⁰⁷ permitiu que uma parcela significativa das suas conexões fosse transmitida a Agesilau. Esses vínculos políticos produziram uma rede política de densidade moderada, uma vez que Agesilau beneficiou os jônios e Lisandro saiu dessa arena política. Em vista disso, o poder e o *status* de Agesilau se ampliaram na Ásia Menor, o que lhe garantia certa estabilidade político-militar para fazer com que as ordens e os interesses de Esparta fossem interiorizados pela elite jônia sem intermediários. Contudo, essas conexões não eram sólidas e apenas se conservaram devido aos benefícios materiais que muitos homens poderosos receberam de Agesilau.

2.5 Agesilau como modelo de conduta entre os seus aliados da Hélade

Ao caracterizar a interação entre Agesilau e Tissafernes, Xenofonte (*Hell.* 3.4.6; *Ages.* 1.12-13) se vale da cena enunciativa de seu discurso para exaltar a conduta do *basiléus* e criticar o *káranos* persa, sendo ela a reverência aos deuses. As qualidades de Agesilau foram apresentadas por Xenofonte como o seu melhor atributo político-militar¹⁰⁸. Ao considerarmos a

¹⁰⁷ Depois de atuar com sucesso no Helesponto, Lisandro terminou o período estabelecido de serviço na região e regressou ao Peloponeso, atuando na batalha de Haliarto como um dos comandantes lacedemônios.

¹⁰⁸ Recordamos que Xenofonte nutria certa antipatia por Tissafernes pelo fato de ter sido considerado o *delator* de Ciro diante do irmão Artaxerxes. Após a morte de Ciro, Tissafernes assumiu a sua posição político-militar e passou a fustigar os mercenários helenos em seu retorno à Jônia. Logo, Tissafernes foi representado como um modelo de conduta a ser evitado, por ser um traidor e um enganador sempre que a circunstância lhe parecia favorável. Tais considerações foram desenvolvidas de forma mais ampla por Rosie Harman (2012, p. 427-452) e Assumpção (2014, p. 316-330).

verossimilhança inerente aos escritos de Xenofonte, sugerimos que Agesilau projetou uma imagem pessoal de homem compromissado com o sagrado, o que reforçaria os seus vínculos com muitos homens que o acompanhavam ou mesmo com aqueles que pretendiam acompanhá-lo.

O fato de Tisafernes não ser respeitoso com os deuses – tendo em vista que não cumpriu um juramento com Agesilau – tornava-o inadequado para o comando por atrair o ódio da esfera divina para si. Agesilau, por sua vez, ao se portar de maneira justa e reverente às divindades, obteve a admiração dos seus aliados, sejam eles persas sejam helenos (Xen. *Ages.* 1.13). O intuito dessa representação elogiosa que Xenofonte teceu de Agesilau era torná-lo um exemplo de conduta pan-helênica, o que nos interessa para pensarmos a construção de relações e redes políticas entre o ele e a elite jônica¹⁰⁹.

Vincent Azoulay (2004, p. 156) advertiu sobre os perigos de considerarmos essas relações políticas de Agesilau durante a expedição na Ásia como exemplos de conexões densas. Ao citar Xenofonte (*Ages.* 8.4-5), Azoulay destaca que essas conexões eram fracas (*weak ties*) e com um alto potencial para se desdobrarem em gestos de corrupção, os quais beneficiariam ambas as partes ou estabeleceriam o domínio de uma parte pela outra devido à assimetria de suas conexões e a diferença na circularidade de recursos entre os sujeitos envolvidos. O trecho de Xenofonte selecionado por Azoulay trata da tentativa de Artaxerxes em se conectar com Agesilau.

Xenofonte afirma que Agesilau preferiu rejeitar a *xenia* do *grande rei* para beneficiar os helenos, para que estes jamais suspeitassem de suas atitudes junto aos persas (Xen. *Ages.* 8.4-5). Analisando o discurso de Xenofonte e considerando os apontamentos de Vincent Azoulay, não seria interessante para Agesilau estabelecer qualquer tipo de conexão política direta com Artaxerxes II, do contrário, toda a imagem pan-helênica e libertadora de suas atividades na Jônia seria arruinada. Nesse momento, o apoio dos helenos da Ásia Menor e das Cíclades era fundamental para

¹⁰⁹ Plutarco (*Ages.* 9.3) ampliou as considerações de Xenofonte ao destacar que Agesilau passou a fomentar a conquista de riquezas e a devastação dos territórios pertencentes ao *grande rei*, demonstrando aos seus companheiros (*philoi*) que o ato de Tisafernes em romper um juramento tornava adequada toda e qualquer atitude tomada contra este. Dessa forma, enganar Tisafernes ou mesmo espoliar as suas propriedades eram punições adequadas a alguém desrespeitoso com deuses. Portanto, a moralidade de Agesilau tornava-o ideal para se formar conexões políticas com homens influentes da Ásia Menor, conexões estas que se desdobravam em redes políticas de trocas de benefícios mútuos.

legitimar a posição política de Esparta como *hēgemōn* da Hélade, após a derrota de Atenas em 405. Embora Xenofonte tenha afirmado que Agesilau rejeitou se associar a Artaxerxes II por meio da *xenia*, levantamos a hipótese de que isso conectou Agesilau aos homens influentes da Jônia em particular e da Ásia Menor como um todo. Por sua vez, a rede política formada nessa situação exigia que o *basileús* projetasse a imagem de sua *pólis* e angariasse novas e densas conexões numa realidade helênica demasiadamente conturbada¹¹⁰.

Por outro lado, recordamos que essa representação de Agesilau foi projetada pelo discurso de Xenofonte. Portanto, se acreditarmos piamente em tudo o que ali se encontra escrito, ignoraremos a formação discursiva deste autor e o lugar social de sua obra: *Agesilau*¹¹¹. Devido à animosidade que Xenofonte nutria por Tissafernes e Artaxerxes II, era compreensível que a sua cena discursiva caracterizasse o distanciamento político de Agesilau como a melhor das estratégias militares a serem tomadas na Ásia Menor. Contudo, nos parece que Agesilau ignorou o impacto que a sua atitude teria na Hélade, posto que a dinastia aquemênida tinha conexões com todo o Pequeno Mundo helênico.

Isso nos remete a Stephen Hodkinson (2011-2014, p. 11), ao enfatizar que estudos de caso sobre as pequenas atitudes e gestos dos espartanos são fundamentais para rompermos com o generalismo e a normatividade que a *miragem espartana*¹¹² desenvolveu já na Antiguidade sobre o comportamento dos homens de Esparta. A abordagem desenvolvida pela atuação pessoal de Agesilau nos fornece uma impressão distinta do comportamento do seu comportamento segundo cada circunstância, os interesses de sua *pólis* e os seus objetivos políticos.

¹¹⁰ Essa afirmação nos remete a um trecho da *Oração Fúnebre de Péricles* na obra de Tucídides (2.39.2), na qual os espartanos são acusados de sempre dependerem de seus aliados para a realização de qualquer atividade militar externa ao Peloponeso. Essa informação ressalta a dependência que os *esparciatas* mantinham com as comunidades que integravam as suas redes políticas. Sendo assim, endossamos a premissa exposta acima pela opção de Agesilau em manter de conexões políticas com os helenos das ilhas do Egeu e da Jônia, em vez de aceitar a *xenia* de Artaxerxes II.

¹¹¹ Rosie Harman (2012, p. 434) pontua que o gênero literário do *Agesilau* de Xenofonte, ou seja, o encômio, permitia ao autor estabelecer colocações e considerações polarizadas para que assim os escritos alcançassem os seus devidos objetivos diante de sua comunidade discursiva. Perspectiva endossada por Vincent Azoulay (2004, p. 157).

¹¹² Termo cunhado por François Ollier que destaca as distorções e as invenções sobre Esparta e os espartanos que foram desenvolvidas ao longo do tempo, desde a Antiga Hélade.

Ao cruzarmos os indícios documentais, notamos que somente Xenofonte tratou da rejeição de Agesilau à *xenia* com Artaxerxes. O mais próximo de *Agesilau* foi Diodoro da Sicília (14.80.7-8), ao pontuar que Agesilau e os seus guerreiros derrotaram Tissafernes na região da Cária, levando o *káranos* a ser julgado como o culpado pelo fracasso e sentenciado à morte por Artaxerxes. Nesse caso, Titraustes foi nomeado o novo *káranos* com a responsabilidade de decapitar Tissafernes e acabar com a ameaça de Agesilau sobre os seus territórios. Diodoro destacou que Titraustes havia concluído uma trégua de seis meses com Agesilau para que assim este negociasse com Artaxerxes. Ainda que Diodoro ressalte a possibilidade de um acordo entre Agesilau e o *grande rei*, não temos qualquer menção ao estabelecimento de uma conexão nos moldes da *xenia*. Na verdade, o *káranos* estaria ali para negociar com o *basileús* espartano as condições adequadas para que este parasse de prejudicar as propriedades persas na Ásia Menor¹¹³.

Apesar de refutarmos a perspectiva de Xenofonte quanto às conexões de Agesilau e Artaxerxes, defendemos que o *basileús* se manteve a favor dos helenos em toda a sua negociação com os persas. Sendo assim, conservar a imagem de defensor da Hélade – e garantir o apoio político-militar desses homens – ampliaria as suas conexões políticas pessoais para além do Peloponeso e fortaleceria, ao mesmo tempo, a posição que Esparta vinha conservando como *libertadora dos helenos*. As ações de Agesilau ressaltaram que era mais adequado priorizar os helenos em detrimento dos persas. Logo, a escolha do *basileús* gerou uma reação correspondente, visto que os persas mantiveram a sua postura de oposição a Esparta.

Em seu elogio a Agesilau, Xenofonte afirma que Agesilau não vendeu os seus favores a ninguém e nem mesmo tomou qualquer pagamento pelos benefícios que concedia e, ainda que o tivesse feito, ninguém se sentiria injustiçado com essa atitude. Em seguida, Xenofonte (*Ages.* 4.4) complementa: “[...] aqueles que são tratados com grande

¹¹³ Nas *Helênicas* (3.4.25), Xenofonte declara que Titraustes tinha a missão de punir Tissafernes pela derrota na Cária e não tecer uma conexão de *xenia* com Agesilau. Em certa medida, Plutarco tangencia o argumento de Diodoro e estabelece sentido à narrativa de Xenofonte em *Agesilau*. Plutarco (*Ages.* 10.4) explicita que Titraustes teve a permissão do *grande rei* para criar condições adequadas para que Agesilau retornasse a Esparta. Dessa maneira, o discurso de Plutarco indica o momento para a tentativa de trégua entre Titraustes e Agesilau, além de esclarecer que o governo persa não tinha o interesse de firmar conexões simétricas com Esparta naquela ocasião.

generosidade sempre servem com satisfação o seu benfeitor”¹¹⁴. Essa citação foi ampliada pelo argumento de que todos os beneficiários de uma gentileza deveriam se esforçar para retribuí-la. Portanto, Xenofonte nos fornece os aspectos fundamentais das conexões pautadas num sistema de suporte, tendo a confiança como o fio condutor das relações de Agesilau em grande parte da Jônia e da Ásia Menor.

John Kinloch Anderson (1974, p. 154) reforça que Agesilau, enquanto esteve em Éfeso, estendeu as suas conexões com os guerreiros que o acompanhavam na linha de frente, promovendo concursos e exposições esportivas para presentear os mais habilidosos em cada especialidade. Ao citar as *Helênicas* (3.4.16-17), Anderson relata que Agesilau difundiu o seu *carisma* por meio de um conjunto de práticas político-sociais que não se restringiam à elite oligárquica da Jônia e da Pérsia. De forma semelhante, o fato de Agesilau se comportar – segundo Xenofonte (*Ages.* 1.12) – como um modelo de conduta e honra fez com que todos, helenos ou *bárbaros*, quisessem se aliar a ele. Anderson ainda destaca que Agesilau se aproveitava das circunstâncias para enriquecer os seus amigos (*phílois*), o que levou muitos a ansiarem pela sua amizade (*Xen. Ages.* 1.17-19).

A postura de Agesilau pode ser vista em contraponto com a sua contenda com Lisandro. Uma vez que o *basileús* perdeu um dos seus maiores suportes políticos estando em território estrangeiro, a busca por conexões numerosas e frágeis asseguraria o apoio mínimo necessário para conservar as suas prerrogativas na Ásia. De fato, as conexões criadas por Agesilau foram numerosas, mas carentes de qualidade, pois a aproximação com guerreiros de menores recursos não lhe dava garantias sólidas de benefícios mútuos após a sua retirada para Esparta.

Poucas exceções foram as conexões de Agesilau com Espitridates e Otis que, em virtude da preponderância que detinham na Ásia Menor, propiciaram relações aparentemente simétricas. Como dissemos, Lisandro foi o responsável pela aproximação entre Agesilau e Espitridates. Este persa de origem nobre foi humilhado pelo sátrapa Farnábazo e pelo *grande rei*, tornando-o apto a estabelecer novas conexões político-militares. A documentação revela que as ações de Lisandro foram essenciais nessa negociação, garantindo recursos e guerreiros para os helenos em sua contenda com o Império Aquemênida (*Xen. Hell.* 3.4.10; *Plut. Ages.* 8.3). De acordo com Xenofonte (*Ages.* 3.2-3), Farnábazo negociava o seu

¹¹⁴ “ἀλλ’ οἱ προῖτα εὖ πεπονθότες, οὗτοι ἀεὶ ἠδέως ὑπηρετοῦσι τῷ εὐεργέτῃ, καὶ διότι εὖ ἔπαθον καὶ διότι προεπιστεύθησαν ἄξιοι εἶναι παρακαταθήκην χάριτος φυλάττειν.”

casamento com a filha de Artaxerxes II e almejava tomar a filha de Espitrídates como concubina, ultrajando este persa. Na *Helênica Oxirrinca* (21.3), Espitrídates contribuiu em demasia com a campanha de Agesilau, pois atuou como guia dos helenos em suas incursões ao território asiático.

A conexão entre Agesilau e Espitrídates se tornou densa por dois aspectos: o primeiro foi a relação de pederastia que o *basileús* estabeleceu – ou tentou estabelecer – com o filho de Espitrídates; e o segundo, a conexão que ambos constituíram com Otis¹¹⁵ da Paflagônia. O vínculo entre Agesilau, Espitrídates e Otis tinha alguma simetria, afinal os dois últimos pretendiam obter o apoio militar necessário para impedir qualquer ataque de Artaxerxes, enquanto Agesilau precisava de guerreiros que conhecessem a região da Ásia Menor para lidar com os sátrapas do *grande rei*.

Um marco interessante nessa conexão política foi Agesilau tentar ampliar o laço entre os dois *bárbaros* através do matrimônio (Xen. *Hell.* 4.1.4-7). De fato, se Agesilau conseguisse promover o casamento de Otis com a filha de Espitrídates, ele seria o *benfeitor* de ambos, visto que garantiria vínculos densos para a sua rede sem almejar *nada* em troca¹¹⁶. Entretanto, se considerarmos que Farnábazo queria a jovem como sua concubina, o gesto de Agesilau valorizava a figura de Espitrídates e a estirpe de sua família, minimizando o ultraje sofrido por este diante do sátrapa de Artaxerxes. Em linhas gerais, Agesilau seria o beneficiário de todo o processo de matrimônio por atuar como o protetor do interesse de homens de bem, sendo eles persas ou não. Nessa ocasião, a influência e o *status* advindos dessas conexões beneficiariam particularmente a Agesilau, sem contar que, ao favorecer Espitrídates, o ele estaria promovendo a sua imagem como um aliado de confiança, em detrimento de Lisandro.

A *xenia* de Agesilau com o filho de Farnábazo é um caso que merece atenção, pois evidencia a tentativa do primeiro em criar conexões políticas

¹¹⁵ Na *Helênica Oxirrinca* (22.1), Otis foi denominado Gyes. Nas palavras de Iain Anthon Bruce (2006, p. 143), isso se deu pelas tentativas de grafar um nome *bárbaro* em caracteres helênicos, fazendo com que nas *Helênicas* fosse Otis, enquanto no *Agesilau* seria Cotis. Já em Cornélio Nepos (14.2-3) temos Thuys.

¹¹⁶ Ainda que oriundos de comunidades e culturas diferentes, Agesilau, Otis e Espitrídates integravam a realeza. Logo, é possível que a conectividade mediterrânea tenha estabelecido práticas culturais comuns e reconhecíveis entre esses indivíduos. Para Mitchell (2013, p. 96-98), o casamento foi um instrumento comum de promoção política entre famílias poderosas e influentes. Nesses casos, os intermediários da relação matrimonial entre as famílias se qualificavam como benfeitores e recebiam privilégios de ambos os grupos.

com o Farnábazo. Xenofonte (*Hell.* 4.1.29-33) e Plutarco (*Ages.* 12.1) esclarecem que Apolófanes de Cízico era um antigo *xénos* de Farnábazo e, naquele momento, estabeleceu vínculos de *xenia* com Agesilau. Ao precisar as condições do entre o sátrapa e o *basileús* lacedemônio, Apolófanes levou Farnábazo ao local indicado para discorrer com Agesilau sobre os meios de criarem vínculos mútuos. Em sua cena enunciativa, Xenofonte (*Hell.* 4.1.34-38)¹¹⁷ manifesta a insatisfação de Farnábazo com Agesilau, afinal este havia realizado incursões em seus domínios. Farnábazo argumentou que, quando os espartanos eram inimigos dos atenienses, ele não tinha medido esforços em auxiliar os peloponésios. Em resposta, Agesilau ressaltou o seu interesse em satisfazer as demandas inerentes à conjuntura em que se encontravam, no lugar de agir em função da gratidão; no entanto, se Farnábazo abandonasse a causa de Artaxerxes e se aliasse a ele, tudo seria diferente.

Embora a lealdade de Farnábazo com Artaxerxes tenha lhe impedido de estabelecer um acordo formal com Agesilau, o seu filho com Parapita aproveitou a oportunidade e criou uma conexão de *xenia* com o *basileús* lacedemônio (Xen. *Hell.* 4.1.40; Plut. *Ages.* 13.1-2). Gabriel Herman (1987, p. 46-47) assinala que, na ocasião do encontro entre Farnábazo e Agesilau, aquele mantinha laços de dependência com Artaxerxes e não poderia firmar qualquer vínculo formal com o espartano. Por sua vez, Herman sugere que Farnábazo organizou as circunstâncias para que o seu filho estabelecesse conexões políticas com Agesilau¹¹⁸. Convergindo os indícios documentais, levantamos a hipótese de que a conexão de *xenia* entre Agesilau e o filho de Farnábazo permitiu que ao *basileús* criar vínculos indiretos com o próprio sátrapa, facilitando a aproximação de ambos, caso fosse necessário.

Por outro lado, o gesto do sátrapa com Agesilau visava interesses mútuos, uma vez que Farnábazo teve a garantia da preservação de seus domínios político-geográficos e Agesilau assegurou que nenhuma ofensiva partiria da Ásia Menor. Nesse sentido, a conexão informal entre Farnábazo e Agesilau, bem como o vínculo formal de *xenia*, foram simétricas ao garantir que os recursos, os benefícios e as informações circuladas de ambos os lados permanecessem num aparente equilíbrio.

¹¹⁷ Na *Helênica Oxirrinca* (21.4), temos outra cena enunciativa acerca desse diálogo.

¹¹⁸ A documentação literária não caracteriza como *xenia* a conexão de Espitridates e Otis com Agesilau, mas sim uma aliança de finalidades militares. Todavia, o vínculo entre os três lhes foi produtivo, dada a situação desfavorável em que se encontrariam se estivessem sozinhos diante de Artaxerxes II e os seus sátrapas., permitindo que esta se caracterizasse como uma conexão homofílica.

Gabriel Herman (1987, p. 10-11) reitera que a *xenia* seria uma *amizade ritualizada* baseada em vínculos de solidariedade mútua que se manifestava pela troca de bens e serviços. Esse tipo de conexão política pressupunha a amizade, a confiança, a lealdade, a reciprocidade e o auxílio entre homens da aristocracia mediterrânea. Contudo, a *xenia* se fundamentou num período anterior a *pólis*, em que os interesses individuais dos homens de recursos sobrepunham as necessidades da comunidade. William Mack¹¹⁹ (2015, p. 70-71) acrescenta que a relação de *xenia* promovia laços duradouros que incidiam nos descendentes dos *xénoi* originais, cabendo-lhes o auxílio mútuo em situações de dificuldade. Herman alega que os *xénoi* constituíam uma *comunidade política*, onde homens influentes criavam vínculos para além dos limites da *pólis* com o objetivo de assegurar o poder relacional de seu grupo político.

Adaptando as análises de Kadushin (2012, 15, 21), temos que a *xenia* pressupunha a mutualidade entre os nós envolvidos diante dos critérios formais e rituais que levavam ao estabelecimento desse tipo de conexão política. Portanto, a extensão de uma rede formada pela *xenia* era diminuta, mas os compromissos advindos dela eram múltiplos e impactavam de forma efetiva no modo de vida dos seus membros, uma vez que o sagrado era tomado como a sua garantia. Ainda de acordo com Kadushin (2012, p. 33-34), a *xenia* formava conexões entre os nós na *zona de primeira ordem*, mas a sua extensão se dava principalmente na *zona de segunda ordem*. Assim, caso Agesilau passasse dificuldades na Ásia Menor, o filho de Farnábazo (*zona de primeira ordem*) e os seus aliados mais próximos (*segunda ordem*) ajudariam o *basileús* a superá-las.

Sendo assim, as conexões estabelecidas por Agesilau na Jônia se definem como uma rede política informal, nos moldes de uma *rede-ego*. Com o cenário político conturbado em Esparta a ampliação dos vínculos de Agesilau para além de Esparta e da Lacedemônia legitimavam o seu *status*, a sua influência e a sua imagem entre os seus partidários espartanos. Por outro lado, ainda que muitas de suas conexões fossem informais, estas

¹¹⁹ A *xenia* poderia ser empregada com uma finalidade coletiva através da *proxenia*, que permitia que alguém fosse o *benfeitor* de outra *pólis* junto aos concidadãos de sua pátria. Assim, um ateniense poderia ser um *próxenos* de Esparta e sempre que um espartano fosse a Atenas, caberia a esse *próxenos* recebê-lo, hospedá-lo e auxiliá-lo em seus objetivos, desde não prejudicasse a *pólis* que o acolhia. Essa proximidade permitia que uma *pólis* utilizasse as conexões de *proxenia* de seus cidadãos para obter benefícios em outras comunidades (Herman, 1987, *passim*).

serviam de *ponte* entre os interesses que o governo espartano tinha em território estrangeiro, em virtude da supremacia que exercia na Ásia Menor.

Embora as conexões de Agesilau com homens poderosos e com os seus guerreiros na Jônia fossem fundamentais para reequilibrar o seu poder político entre os partidários de Lisandro, o buraco estrutural formado com a saída deste não era facilmente contornável. Afinal, a densidade das conexões de Lisandro facilitaria a interação de Agesilau com outros homens poderosos da Jônia. Do mesmo modo, caso Agesilau soubesse lidar com o seu ímpeto, a probabilidade de uma derrota como a de Cnido seria menor. Embora os interesses políticos de Agesilau com outros atores de suas conexões políticas fossem evidentes, reconhecemos que a sua conexão com Lisandro tinha um grande potencial no cenário político que se seguia.

Em resumo, todo suporte recebido por Agesilau impactaria positivamente na força militar de Esparta caso houvesse a necessidade. Portanto, esse foi um dos motivos pelos quais Esparta não interferiu em qualquer medida tomada por Agesilau, cujas atitudes seriam vistas como reflexos das decisões de sua comunidade. A distância geográfica também deve ser considerada no que se refere às prerrogativas militares dos *basileis*, pois não somente estes magistrados tinham a autoridade suprema durante uma expedição, como também o espaço que separava Esparta da Jônia levou o governo espartano a se abster de qualquer interferência nas ações de Agesilau. Logo, se o resultado fosse “positivo”, tanto Esparta quanto Agesilau e as suas conexões se beneficiariam; mas, se fosse “negativo”, apenas confirmaria que o oráculo de Apolo citado por Diopites sobre a realza deficiente, na disputa pelo trono de Esparta¹²⁰, estavam corretas.

2.6 As conexões políticas de Esparta com Siracusa e o Egito

Concomitantemente à expedição de Agesilau, Esparta construiu conexões políticas e alianças com Siracusa e o Egito. A interação entre espartanos e siracusanos vinha ocorrendo desde o final da década de 410, quando os atenienses atacaram a Sicília e fracassaram. Com o fim da Guerra do Peloponeso, ela foi reforçada, uma vez que Siracusa precisava de todo o apoio necessário para enfrentar os anseios expansionistas de Cartago, os segmentos inferiores de Esparta serviram a esse propósito (Talbert, 1997,

¹²⁰ Sobre a disputa de sucessão do trono Euripôntida, entre Agesilau e Leotíquidas, vide o capítulo 1.

p. 144-145; Fornis, 2016, p. 203). Para o governo espartano, contribuir com guerreiros de grupos sociais marginais garantia-lhe a gratidão de Dionísio e diminuía um contingente que, segundo Xenofonte (*Hell.* 3.3.4-11), se amotinou pouco tempo depois da ascensão política de Agesilau¹²¹.

Por sua vez, entre 397 e 396, Esparta firmou uma aliança com Nefereu, o faraó do Egito, que se rebelou contra o domínio aquemênida em 404. Simon Hornblower (2008, p. 66) nos diz que a negociação partiu do governo egípcio. Em contrapartida, Nefereu retribuiu Esparta com cem trirremes e quinhentas medidas de grãos (Diod. Sic. 14.79.7-8). Apesar disso, a frota persa já estava em atividade e a ilha de Rodes – um ótimo entreposto marítimo – se voltou contra Esparta. Quando as embarcações egípcias cruzaram Rodes, Cônon, o navarco das embarcações persas, as cercou e apreendeu todos os recursos que traziam consigo. César Fornis (2016, p. 203) explica que a contribuição de Nefereu (que nunca chegou aos espartanos) seria empregada na expedição de Agesilau.

Diante disso, admitimos que a conexão entre Esparta e o Egito sedimentava a oposição que vinha se desenvolvendo para com Artaxerxes e o Império Aquemênida. Amelie Kuhrt (2007, p. 347) afirma que as manifestações contrárias à autoridade persa não foram um indício de desestruturação política, afinal as satrápias da Ásia Menor não eram a base financeira do império. O fato do reinado de Artaxerxes estar relativamente equilibrado reforçaria a necessidade de conexões entre Esparta e o Egito, os quais eram diminutos – em tamanho e recursos – se comparados à Pérsia.

Lembramos que o auxílio prestado a Ciro, em sua tentativa de destronar Artaxerxes II, inseriu Esparta numa dinâmica perigosa, haja vista que a sua hegemonia junto aos helenos era instável e os persas seriam excelentes inimigos. Deixar de enfrentar os persas significava abandonar toda a propaganda elaborada com a Guerra do Peloponeso, na qual os espartanos lutaram pela liberdade dos helenos. Ao rivalizar com Artaxerxes na Jônia, Agesilau mantinha a imagem de defensor da Hélade e poderia obter o apoio de um número significativo de *póleis*, ampliando a influência de Esparta através das redes políticas que vinha estabelecendo.

Portanto, a conexão múltipla que Esparta formou com Siracusa reforçou as necessidades econômicas e militares de ambas as *póleis*. Por um lado, os espartanos precisavam de recursos para manter a sua supremacia e os siracusanos necessitavam de guerreiros para lutar contra Cartago. Diante

¹²¹ Este evento citado por Xenofonte (*Hell.* 3. 3.4-11) foi a Revolta de Cínadon. Para maiores informações, ver Gish (2009) e Fornis (2016).

da diminuição do número de cidadãos espartanos causada empobrecimento, uma massa de pessoas economicamente arruinadas teria se formado na cidade e se associado aos segmentos sociais marginalizados, como os *periecos* e *hilotas*. Nesse sentido, enviar guerreiros desses segmentos sociais para Siracusa, Esparta diminuiria as tensões na Lacedemônia.

A conexão entre Esparta e o Egito se tornou ainda mais emblemática quando direcionamos o nosso enfoque para o Império Aquemênida. A maior parte das análises sobre esse período manifesta todos os esforços que espartanos e egípcios tiveram para se livrarem de Artaxerxes, gerando a falsa impressão de que o Império Aquemênida estivesse enfraquecido. Sendo assim, interpretamos que toda a energia empregada pela conexão entre Esparta e o Egito se deu pela aflição de se verem como inimigos de uma entidade política, militar e geográfica que os superava exponencialmente. De todo modo, como as comunidades mediterrâneas estavam na periferia do Império Aquemênida, não compensaria investir grandes somas em recursos e riquezas para apaziguar levantes irrisórios diante da magnitude do reino de Artaxerxes II – sendo esta uma eventualidade que favorecia egípcios e helenos.

Para Agesilau, confrontar os persas em seus domínios era uma tarefa arriscada, cujo sucesso consolidaria a sua influência político-militar, bem como da sua *pólis*, no Mediterrâneo. Com isso, o apoio do Egito fortalecia as incursões de Agesilau por contar com mais um rival de Artaxerxes e por ampliar o fluxo de bens e informações entre os envolvidos nessa contenda. Quanto a Siracusa, esta foi um *investimento*, pois os seus esforços seriam necessários caso a situação diante dos exércitos persas se tornasse insustentável. Logo, embora essas conexões endossassem as redes espartanas – sejam elas no interior sejam no exterior do Peloponeso –, recordamos que elas eram simétricas, posto que o interesse de uma comunidade não suplantava o das demais. Esparta também tinha a consciência de que promover conexões assimétricas com comunidades influentes acarretaria para si tensões e conflitos com os quais não poderiam arcar. Portanto, estrategicamente, a formação de vínculos com Siracusa e o Egito ampliava as possibilidades de Esparta sair vitoriosa de conflitos com a Hélade visando à consolidação de sua supremacia.

2.7 O retorno de Agesilau, as novas conexões políticas na Hélade e a Guerra de Corinto

A cena enunciativa criada por Xenofonte (*Agés.* 1.35-36) e o historiador de Oxirrínco (*Hell. Oxy.* 21.1) garantiu centralidade às atitudes de Esparta em domínios aquemênidas. Essa representação é plausível se considerarmos a formação discursiva desses autores e o lugar social que ocupavam nessa dinâmica relacional enquanto helenos. Assim, a derrota de Tissafernes nas proximidades de Sárdis fez com que Agesilau e o seu exército se tornassem uma ameaça aos interesses de Artaxerxes, uma vez que *basileús* invadiria os domínios aquemênidas ao leste. Segundo Xenofonte (*Hell.* 3.4.25-26), o *grande rei* dos persas enviou Titraustes para tentar minimizar os efeitos da vitória de Agesilau sobre Tissafernes. Por fim, o Agesilau e Titraustes fizeram um acordo, no qual o primeiro se retirou de Sárdis ao receber o pagamento de trinta talentos. A documentação literária torna o Império Aquemênida uma força secundária diante dos esforços helênicos. Contudo, o desgaste material e humano da Jônia não interessava a Artaxerxes II, que mantinha a região como tributária de seus domínios.

César Fornis (2016, p. 218) pontua que as incursões de Agesilau adquiriram grandes quantidades de riquezas das satrâpias da Lídia, da Frígia, do Helesponto e da Capadócia. Além do prestígio advindo desse botim, Agesilau e os espartanos foram considerados uma ameaça para muitos helenos do continente, os quais temiam que a sua dominação aumentasse. Por outro lado, John Buckler (2003, p. 68) ressalta que a atitude de Agesilau seria o exemplo da sua completa falta de estratégia e preparo militar. Para o autor, o *basileús* estava sem recursos para realizar qualquer ato grandioso após derrotar Tissafernes, o que o teria levado a barganhar a sua retirada com Titraustes. Sendo assim, Agesilau foi, no máximo, um incômodo aos persas, bem longe de ser uma ameaça.

Embora Buckler se mostre um tanto radical, concordamos que Agesilau estava coletando um botim expressivo em suas incursões sem que demonstrasse um claro objetivo de dominação do Império Aquemênida. Agesilau recebeu apoio militar da rede política que tinha formado na Jônia, porém isso era insuficiente para qualquer *aventura* voltada para subjugar Artaxerxes e os seus domínios. No entanto, seguindo a premissa de Fornis, a expedição de Agesilau se tornou lucrativa para a economia de Esparta. Como o governo espartano se inseria numa nova realidade política junto à Hélade, as riquezas obtidas por Agesilau eram fundamentais para a realização plena desse novo império (*arkhé*).

Agesilau, portanto, consolidou a imagem de Esparta como a salvadora da Hélade, ao penetrar os domínios persas para retirar as riquezas

do *grande rei*, além de assegurar a liberdade dos jônios. Esse cenário serviu como base para o desenvolvimento da cena enunciativa de Xenofonte no seu *Agésilau*, no qual o *basileús* figura como um herói pan-helênico.

Titraustes teve de adotar outro tipo de estratégia militar, uma vez que não assegurou a retirada imediata de Agésilau da Jônia. Ao solicitar que o *basileús* lacedemônio partisse da Ásia Menor, Agésilau afirmou que não tinha autoridade suficiente para tomar esse tipo de decisão (Xen. *Hell.* 3.4.25-26). A postura de Agésilau demonstrou que mesmo um dos *basileús* heráclidas dependia do aval de sua *pólis* para tomar as medidas mais significativas no campo de batalha. De fato, a atitude de Agésilau pretendia atrasar a retirada, pois a devastação e o saque da Ásia Menor garantiam o enriquecimento de seu exército. Ainda assim, concordamos que Agésilau ainda obedecia aos desígnios espartanos diante dos persas.

Como todos os procedimentos de Agésilau influenciavam a dinâmica política na Jônia, Titraustes tomou uma decisão imediata para afastá-lo dos domínios do *grande rei*. Nas palavras de César Fornis (2008, p. 33), “à medida que Esparta consolidava as suas redes [políticas ou militares] em diferentes direções por todo o mundo grego, acabava levando a desestabilização ou a ruptura do equilíbrio de forças [das *póleis* do Continente]”. Isso demonstra que Titraustes e os seus aliados perceberam que Esparta ganhava inimigos na mesma proporção em que estabelecia conexões de reciprocidade. Sendo assim, o sátrapa se aproveitou da circunstância e enviou recursos para as *póleis* mais poderosas da Hélade na esperança de que estas declarassem guerra a Esparta.

Essa atitude foi apoiada pela criação da frota persa liderada por Cónon e Farnábazo, a qual poderia abrir outra frente de combate para minar o poder e a influência de Esparta no Pequeno Mundo helênico. Charles Kadushin (2012, p. 8, 31) assinala que uma rede atua como um conduíte de bens e informações. Como as atitudes de Agésilau eram visíveis aos seus aliados e inimigos e a situação de Esparta era do conhecimento dos demais helenos, foi fácil para Titraustes adotar essa estratégia. Como muitas *póleis* estavam insatisfeitas com Esparta e precisavam de recursos para organizarem uma ofensiva, o sátrapa apenas se utilizou de bens que tinha em excesso para fomentar conexões informais contra os espartanos.

Diante do desse cenário, o discurso de Xenofonte (*Hell.* 3.5.1) criou uma cena enunciativa na qual Agésilau não pretendia se retirar dos territórios jônicos, levando Titraustes a investir recursos nos inimigos de Esparta. Em seu relato, o ateniense afirmou que as riquezas enviadas à Hélade por Titraustes, através do ródio Timócrates, no valor total de

cinquenta talentos de prata e ouro, os quais foram divididos entre Tebas, Corinto e Argos. Embora não saibamos o quanto cada *pólis* recebeu de Timócrates, somos informados que Androclidas, Ismenias e Galaxidoro tomaram uma parcela por Tebas; em Corinto, o ouro e a prata ficaram com Timolau e Poliantes; enquanto em Argos foram Cilon e os seus seguidores que ficaram com os recursos. Embora Atenas tenha participado dessa interação, Xenofonte (*Hell.* 3.5.2) destaca que ela não partilhou da riqueza persa, mas estava ansioso por guerrear os espartanos a fim de recuperar a hegemonia perdida com o fim da Guerra do Peloponeso.

O fato de Xenofonte ser ateniense fez com que não inserisse Atenas nesse exercício prático de suborno antiespartano. Christopher Tuplin (1993, p. 61) adverte que Xenofonte foi cauteloso ao escrever sobre esse episódio, afinal a sua representação de Atenas era a de uma *pólis* justa que pretendia enfrentar os espartanos pelos seus próprios motivos. Ampliando as considerações de Tuplin, César Fornis (2008, p. 62) considera que a emergência de Cónon no cenário militar encorajou os atenienses a adotarem uma postura ofensiva mais clara contra Esparta. A *Helênica Oxirrinca* (7.2) e o geógrafo Pausânias (3.9.8) informam que Epícrates e Céfalo fizeram com que os atenienses aceitassem os recursos de Timócrates pelo anseio de inserirem Atenas numa guerra contra Esparta.

Maingueneau (1997, p. 34) adverte que essa cena enunciativa reflete apenas uma parcela da realidade a partir das variáveis existentes. Contudo, mesmo que Xenofonte tenha perdido a sua cidadania e estivesse aos cuidados de Esparta, este poderia recuperá-la – como de fato o fez – com o passar dos anos. Desse modo, a imagem de Atenas criada por Xenofonte a colocou num patamar distinto dos demais inimigos de Esparta, os quais queriam apenas lucros e benefícios com o conflito, enquanto os atenienses tinham motivos justos para participarem da Guerra de Corinto.

O ouro de Tiraustes e as inimizades que Esparta angariou com o final da Guerra do Peloponeso deram início à chamada Guerra de Corinto. Esta tinha a finalidade de unir todas as *póles* contrárias à hegemonia espartana sobre a Hélade. As comunidades que encabeçavam o chamado *sinédrio de Corinto*¹²² eram Tebas, Corinto, Argos e Atenas. Como a coalizão

¹²² O termo *sinédrio de Corinto* é empregado por César Fornis (2008, *passim*) para se referir ao local onde os aliados da coalizão antiespartana se reuniam para delimitar parte de suas atuações conjuntas. Em outra ocasião, Fornis (2016, p. 224) declara que carecemos de informações para precisar como os membros dessa aliança atuavam. Ainda assim, essa associação não foi permanente e as suas capacidades não iam além do esforço bélico conjunto composto por aliados bilaterais. Contudo, o *sinédrio de Corinto* não poderia ser

helênica demandava altos investimentos para ser combatida, Agesilau precisou retornar de sua expedição na Ásia (Xen. *Hell.* 4.2.1-2; *Ages.* 1.38; Plut. *Ages.* 15.4; Paus. 3.9.12).

O retorno de Agesilau teria inúmeras motivações, dentre elas, Esparta não poderia manter três frentes de combate distintas¹²³. Muito embora as operações de Agesilau fossem financiadas pelos seus saques bem-sucedidos, ele precisava reportar a sua *pólis* as atividades realizadas e, sempre que necessário, esta poderia intervir em suas atitudes. Por outro lado, os recursos advindos das campanhas de Agesilau contra as satrápias jônias eram indispensáveis para a manutenção de Esparta como *hégemôn* dos helenos, para assegurar a contratação de mercenários e para a obtenção do armamento para participar da Guerra de Corinto.

Em seu elogio a Agesilau, Xenofonte afirmou que os seus aliados na Jônia decidiram ajudá-lo voluntariamente nesse enfrentamento contra o *sinédrio de Corinto*:

Por isso, os helenos da Ásia [Menor] lamentaram com a sua partida, pois não o consideravam somente o seu líder, mas também o seu pai e companheiro. Por fim, provaram que a sua afeição era sincera. De qualquer forma, muitos foram com ele voluntariamente ajudar a Lacedemônia, mesmo tendo o conhecimento de que seria preciso combater homens que não eram inferiores a eles mesmos (Xen. *Ages.* 1.38)¹²⁴.

Segundo Paul Cartledge (2001, p. 65), Agesilau se utilizou de dois mecanismos para suprir as deficiências políticas dos *basileis* de Esparta, impactando na maneira como este foi representado por uma parcela

compreendido como uma liga, uma confederação ou qualquer outra forma de entidade supraestatal.

¹²³ Como discorremos no primeiro capítulo, Agesilau entregou o comando da frota peloponésia ao seu cunhado Pisandro, que não tinha experiência na função, o que acarretou no desastre naval de Cnido. Logo, quando Agesilau iniciou a sua marcha de volta à Hélade, a frota da Confederação do Peloponeso ainda estava em atividade e contava com uma frente de batalha liderada por Esparta no Egeu. As outras duas frentes seriam a própria campanha de Agesilau na Ásia Menor e a Guerra de Corinto recém-iniciada.

¹²⁴ “τοιγαροῦν οἱ ἐν τῇ Ἀσίᾳ Ἕλληγες οὐχ ὡς ἄρχοντος μόνον ἀλλὰ καὶ ὡς πατρὸς καὶ ἑταίρου ἀπίοντος αὐτοῦ ἐλυποῦντο. καὶ τέλος ἐδήλωσαν ὅτι οὐ πλαστὴν τὴν φιλίαν παρτεῖχοντο. ἐθελούσιοι γοῦν αὐτῷ συνεβοήθησαν τῇ Λακεδαιμόνι, καὶ ταῦτα εἰδότες ὅτι οὐ χείροσιν ἑαυτῶν δεήσοι μάχεσθαι.”

significativa dos autores clássicos. César Fornis (2016, p. 223) corrobora Cartledge e destaca que as nomenclaturas que Xenofonte atribui a Agesilau, para ressaltar as suas virtudes, pretendiam atenuar o partidarismo excessivo do *basileús* para com os seus clientes, prática denominada de *philetairía*. Fornis expõe que esses indivíduos foram beneficiados com recursos e defendidos pessoalmente por Agesilau, pois dessa forma a sua dívida de gratidão seria imensurável e ampliaria a assimetria das conexões existentes entre eles e Agesilau.

Se considerarmos que a Guerra de Corinto começou em 395 com a batalha de Haliarto, e que Agesilau foi chamado de volta à Hélade em 394, temos mais uma razão para a sua convocação pelo governo espartano. Mesmo com o apoio dos guerreiros da Fócida e de Orcômeno, Esparta foi derrotada pelos tebanos e Lisandro acabou morrendo ao atacar as muralhas de Haliarto (Xen. *Hell.* 3.5.17-18; Diod. Sic. 14.81.2). O *basileús* Pausânias atrasou a sua marcha e não pôde evitar a sua morte do *esparciata*, contudo recuperou os corpos dos peloponésios por meio de uma trégua.

Uma vez que Pausânias já havia sido acusado de favorecer os democratas atenienses em detrimento dos Trinta, a morte de Lisandro pesou para que fosse condenado à morte – ainda que tenha preferido o exílio em Tegeia (Xen. *Hell.* 3.5.22-25; Diod. Sic. 14.81.6; Paus. 3.5.5-7). Scott Rusch (2011, p. 166) enfatiza que Haliarto representou a perda de dois líderes militares importantes para Esparta, requerendo medidas urgentes diante da aliança antiespartana. Quem poderia assumir o comando dos exércitos peloponésios diante da nítida oposição que Tebas perpetrava contra Esparta? Portanto, a falta de um comandante militar reconhecido para enfrentar um inimigo poderoso tornou necessário o regresso de Agesilau para a Hélade¹²⁵.

Nesse sentido, a centralidade de Agesilau nas redes espartanas aconteceu em virtude de circunstâncias inesperadas, como o exílio de Pausânias e a morte de Lisandro. Do contrário, seria provável que Agesilau permanecesse na Jônia angariando fundos para o governo espartano e não interviesse na dinâmica política de sua *pólis*. Nessa conjuntura, Esparta

¹²⁵ Muito mais que uma simples estratégia defensiva, o chamado de Agesilau parecia a atitude mais sábia a se tomar pelo governo espartano. James T. Hooker (1980, p. 218-219) adverte que o apoio recebido por Agesilau de seus partidários da Ásia Menor foi imprescindível diante da diminuição do número de cidadãos espartanos no decorrer do século V e IV.

aumentou a sua influência e autoridade no Peloponeso e na Hélade central sem ameaçar o seu contingente diminuto de guerreiros.

John Buckler (2003, p. 79) afirma que Agesilau foi uma das poucas opções de Esparta para lidar com essa situação adversa. Os espartanos estavam ameaçados por Corinto e Argos e não poderiam utilizar os portos da Acaia para atacar a Beócia, devido à possível interceptação que a frota coríntia realizaria no Golfo de Corinto. Outro agravante era a falta de recursos, pois a riqueza enviada por Tiraustes não chegou a beneficiar os espartanos. Buckler acrescenta que Tebas havia conseguido o apoio da Calcídia, liderada por Olinto, além de conquistar o apoio de uma parcela da Tessália, minimizando a influência de Esparta no norte da Hélade e dificultando o retorno de Agesilau.

O posicionamento de Buckler foi excessivamente crítico em relação a Agesilau e Esparta, entretanto a sua assertiva se fundamenta no desgaste que a *pólis* vinha sofrendo em seu contingente populacional e militar. Mesmo com a dificuldade de marcha, Agesilau seria a única maneira de Esparta resistir às investidas militares do *sinédrio de Corinto*. Verificamos que o governo espartano pouco interveio nas ações de Lisandro e Agesilau fora da Lacedemônia, dada a necessidade de apoio político, econômico e militar que Esparta demandava. Embora muitas conexões firmadas por Agesilau e o seu *erastés* com homens influentes da Hélade primasse pelos seus próprios interesses, o governo de Esparta sabia da importância que tais conexões teriam em momentos de dificuldade político-militar.

Além do seu contingente de cidadãos, a posição geográfica de Esparta se constituía como outro problema estratégico, já conhecido dos demais helenos. O coríntio Timolau expressou esse fato a partir de uma estratégia de invasão da Lacedemônia:

Companheiros, parece-me que a atuação dos lacedemônios é idêntica a dos rios. Afinal, em suas fontes os rios não são largos e, por isso, se tornam fáceis de cruzar, porém, quanto mais se distanciam, recebem a afluência de outros rios, tornando a sua corrente mais impetuosa. Da mesma maneira são os lacedemônios que, ao saírem da pátria, estão sozinhos, mas, ao avançarem e unirem-se a outras *pólis*, ficam mais numerosos e difíceis de combater. Novamente, eu vejo que todos aqueles que desejam destruir vespas ao tentarem capturá-las quando estão fora de sua colmeia são severamente feridos, mas, se ateiem fogo em seu

enxame quando ainda estão dentro, não sofrem absolutamente nada. Ao considerar estas coisas, eu acredito que a maneira mais adequada seja combatê-los na Lacedemônia e, se isto não for possível, o mais próximo que pudermos desta região (Xen. *Hell.* 4.2.11-12) ¹²⁶.

A exposição Timolau ressaltou a fragilidade dos espartanos e, em certa medida, como os seus inimigos pretendiam surpreendê-los. Para Christopher Tuplin (1993, p. 66), o império espartano se assemelhava a um *gigante de mármore com pés de barro* que dependia bastante de seus aliados, seja no Peloponeso em particular, seja na Hélade como um todo. Portanto, a capacidade de forjar uma imagem militar que transmitisse temor e respeito em seus aliados e inimigos seria um meio de impedir que a estratégia de invasão da Lacedemônia fosse empreendida. Aqui as atitudes de homens como Lisandro e Agesilau foram essenciais por difundirem a *grandeza* de Esparta, tanto em relação aos seus valores quanto às suas práticas no exterior. Isso nos permite afirmar que a formação de redes políticas por Agesilau visava salvaguardar a vulnerabilidade de Esparta diante da supremacia político-militar que havia criado com a derrota de Atenas em 404. Do mesmo modo, reiteramos a perspectiva de Charles Kadushin (2012, p. 26) segundo a qual o *status* e a influência de Esparta diante de suas conexões fomentou a ideia de que os espartanos não tinham tantas fraquezas. Isso foi complementado pelas representações inerentes às cenas enunciativas dos autores do século IV, como Xenofonte, cuja audiência acreditaria na grandeza do poderio espartano expressa em seus discursos.

Enquanto Agesilau marchava em direção à Hélade, Esparta não pôde evitar um enfrentamento com os membros do *sinédrio de Corinto* na batalha de Nemeia, realizada em 394. Como o *basileús* ainda estava regressando e Agesípolis, herdeiro de Pausânias, era muito jovem para assumir o comando das forças da Confederação do Peloponeso, essa

¹²⁶ “ἀλλ’ ἐμοὶ δοκεῖ, ἔφη, ὅ ἄνδρες σύμμαχοι, ὅμοιον εἶναι τὸ τῶν Λακεδαιμονίων πρῶγμα οἴοντες τὸ τῶν ποταμῶν. οἷ τε γὰρ ποταμοὶ πρὸς μὲν ταῖς πηγαῖς οὐ μεγάλοι εἰσὶν ἀλλ’ εὐδιάβατοι, ὅσφ δ’ ἂν πορρωτέρω γίνωνται, ἐπεμβάλλοντες ἕτεροι ποταμοὶ ἰσχυρότερον αὐτῶν τὸ ρεῦμα ποιοῦσι, καὶ οἱ Λακεδαιμόνιοι ὡσαύτως, ἔνθεν μὲν ἐξέρχονται, αὐτοὶ μόνοι εἰσὶ, προϊόντες δὲ καὶ παραλαμβάνοντες τὰς πόλεις πλείους τε καὶ δυσμαχώτεροι γίνονται. ὁρῶ δ’ ἔγωγε, ἔφη, καὶ ὅποσοι σφῆκας ἐξαιρεῖν βούλονται, ἐὰν μὲν ἐκθέοντας τοὺς σφῆκας πειρῶνται θηρᾶν, ὑπὸ πολλῶν τυπτομένους: ἐὰν δ’ ἔτι ἔνδον ὄντων τὸ πῦρ προσφέρωσι, πάσχοντας μὲν οὐδέν, χειρουμένους δὲ τοὺς σφῆκας.”

expedição foi conduzida pelo seu guardião, Aristodemo (Xen. *Hell.* 4.2.9). Nas palavras de Robert Buck (1994, p. 44), a estratégia de Esparta era reunir o contingente de aliados até alcançar a área destinada ao combate, posto que havia o interesse de se atingir a base do inimigo. Essa batalha ocorreu após o mês de junho¹²⁷, afinal, como grande parte dos guerreiros helenos era formada por camponeses, a campanha aconteceria depois das colheitas.

Com o início da marcha, a coalizão antiespartana se dirigiu para o sul de Corinto, demonstrando o interesse dos membros do *sinédrio* em cumprir o plano de Timolau e atacar os espartanos em seu território. Scott Rusch (2011, p. 168) sugere que os inimigos de Esparta estariam interessados em interceptar os aliados espartanos antes que estes se associassem ao contingente de Aristodemo. O enfrentamento se deu às margens dos rios Rachiani e Nemeia, onde os espartanos venceram os atenienses e os argólidas para, em seguida, auxiliarem os seus aliados que estavam sendo derrotados pelos tebanos (Xen. *Hell.* 4.2.14-23).

A documentação literária nos revela como os helenos organizaram as suas redes e áreas de influência diante das inúmeras variáveis que os circundava. Nesse sentido, a maior preocupação dos helenos era a colheita de suas plantações e evitar que um combate campal fosse iniciado, seja através da interceptação dos inimigos, seja pela captura de suas bases antes de o conflito começar. Esse cenário destaca a singularidade com que as *póleis* combatiam, pois, diferentemente, dos persas e da sua incomensurável riqueza, os helenos efetuavam ações para que os seus gastos humanos e materiais fossem mínimos, o que também expressa a preocupação de se conservar conexões e redes com grandes potências para os momentos de maior dificuldade.

Rusch (2011, p. 169) afirma que a batalha de Nemeia legitimou a preponderância espartana nas batalhas hoplíticas, enquanto John Buckler (2003, p. 89) adota uma postura neutra na qual a vitória de Esparta se deu sobre uma parcela dos inimigos, ao mesmo tempo em que os tebanos derrotaram os aliados dos espartanos. Para Buckler, a incapacidade espartana em destruir por completo o contingente inimigo foi um indício de que essa *pólis* não poderia vencer a guerra facilmente. Já Robert Buck (1994, p. 44-45) prefere um posicionamento em benefício do *sinédrio* com ênfase na atuação tebana, a qual foi responsável por aniquilar os *symmakhoi*

¹²⁷ No calendário ático, entre os meses de Muníquion e Targélion havia o período da colheita de grãos, que correspondia ao nosso mês de maio (Isager, Skydsgaard, 1995, p. 25, 162).

de Esparta. Buck expôs que o desempenho de Tebas e dos beócios era algo que merecia a preocupação dos espartanos. Diante desses posicionamentos, afirmamos que a resistência de Esparta diante do *sinédrio* serviu para reafirmar, em certa medida, a sua preponderância no cenário militar helênico. Essa *vitória* foi um elemento propagandístico espartano, fazendo com que outras *póleis* se associassem à Lacedemônia e gerando temor em seus oponentes. De todo modo, a vitória na batalha de Nemeia evidenciou aos membros do *sinédrio* que atacar a Lacedemônia requeria uma estratégia aprimorada.

Agésilau alcançou a fronteira norte da Beócia em aproximadamente um mês após a batalha de Nemeia, devido ao combate que teve com os trácios e os tessálios em sua marcha de volta à Hélade. Entretanto, no dia em que alcançou o território beócio, os guerreiros de Agésilau presenciaram um eclipse parcial do sol. Isso simbolizava um mal presságio e, em seguida, Agésilau soube que a frota dos peloponésios comandada pelo seu cunhado Pisandro foi destruída pelas embarcações de Farnábazo e Cônnon na batalha de Cnido¹²⁸ (Xen. *Hell.* 4.3.10-13; Plut. *Ages.* 17.2-3).

Segundo Plutarco (*Ages.* 17.1), tendo Agésilau chegado à Beócia, o *éforo* Dífridas foi ao seu encontro com ordens para que o *basileús* invadisse imediatamente o território inimigo. De início, Agésilau pretendia postergar as suas investidas, mas preferiu não desobedecer aos magistrados de sua *pólis*. Sugerimos que o desgaste dos guerreiros em marcha tenha motivado Agésilau a atrasar o ataque, mas a notícia da derrota em Cnido acabaria fragilizando o moral dos combatentes¹²⁹. Considerando que as conexões informais se fundamentam em *redes-ego*, Agésilau precisava combater para que os seus aliados se mantivessem conectados, já que Esparta carecia de recursos humanos.

Ao incitar os seus guerreiros e oferecer os sacrifícios pela *vitória naval* em Cnido, Agésilau avançou com os seus homens obedecendo às ordens de Esparta. Além dos guerreiros que retornaram à Hélade com Agésilau, este recebeu o apoio de Orcômeno, *pólis* que rivalizava com Tebas pela

¹²⁸ Platão (*Men.* 246 a), Isócrates (4.142; 5.62-63; 7.65; 9.56) e Dinarco (1.75) mencionam os esforços de Cônnon na batalha de Cnido, levando ao desmantelamento da supremacia marítima espartana. Isócrates (4.119) acrescenta que foi uma vitória persa, por causa dos investimentos de Artaxerxes e da liderança de Farnábazo sobre a frota.

¹²⁹ Xenofonte e Plutarco afirmam que Agésilau optou por mentir para os seus companheiros e aliados a fim de que ficassem empolgados com a falsa vitória marítima dos peloponésios e estivessem dispostos a enfrentar os membros do *sinédrio* (Xen. *Hell.* 4.3.13; *Ages.* 2.8; Plut. *Ages.* 17.3).

hegemonia da Beócia. Quando o embate estava prestes a começar, os aliados do *sinédrio*¹³⁰ se dirigiram para Coronéia vindos da região do monte Hélicon enquanto os de Agesilau¹³¹ vieram da região do rio Cefiso (Xen. *Hell.* 4.3.16; *Ages.* 18.1).

Dois aspectos merecem uma análise mais direta, sendo o primeiro deles o apoio recebido por Agesilau ao longo de sua trajetória para a Hélade continental. Xenofonte enfatiza que a postura de Agesilau foi fundamental para que ele ampliasse o número de aliados, sobretudo, após ludibriar Tissafernes. A postura de Agesilau de enriquecer os seus companheiros lhe permitiu formar conexões informais com homens influentes da Ásia Menor e das regiões pelas quais marchou em seu retorno. Logo, a influência e o *status* de Agesilau foram empregados como um atributo singular de sua autoridade diante dos companheiros e clientes em marcha, bem como para legitimar a preponderância de Esparta em sua rede com diversas *póleis*.

O segundo aspecto refere-se à ampliação do poderio militar tebano no cenário helênico, de tal maneira que as suas conexões interferiram diretamente nos assuntos políticos do norte da Hélade e de regiões mais próximas à Beócia. Esse dado rompe com a tendência da supremacia militar de Esparta junto às *póleis* helênicas. A emergência de Tebas como potência militar durante a Guerra do Peloponeso começou a preocupar o governo espartano, sendo esse um dos motivos pelos quais os espartanos optaram por não devastar Atenas em 404. Dessa maneira, Tebas se tornou um inimigo a ser combatido com todas as forças militares da Confederação do Peloponeso, caso Esparta almejasse conservar a sua posição político-militar com os demais helenos.

No que tange à batalha de Coroneia, esta terminou sem um vencedor aparente, pois embora Agesilau tenha sobrepujado a ala dos argivos, o seu contingente precisou realizar uma contramarcha para evitar que os tebanos saqueassem as bagagens com o botim trazido da Ásia Menor (Xen. *Hell.* 4.3.18). Ao se deparar com os tebanos, Agesilau optou por um choque frontal, mas acabou sendo ferido gravemente e retirado da

¹³⁰ Xenofonte (*Hell.* 4.3.15) pontua que os beócios, os atenienses, os argivos, os coríntios, os eniânios, os eubeus, os lócrios ozólios e opúntios estavam todos unidos para enfrentar Agesilau e os seus homens.

¹³¹ O contingente de Agesilau para a batalha de Coroneia se constituía de uma *mora* e meia de espartanos – *neodamódeis* na sua maioria –, um contingente de aliados estrangeiros comandados pelo *esparciata* Herípidas e guerreiros das *póleis* da Ásia que se voluntariaram em segui-lo e dos helenos que passaram a acompanhá-lo durante o seu regresso para a Hélade, além de homens de Orcômeno e da Fócida (Xen. *Hell.* 4.3.15)

formação pelos seus companheiros enquanto os demais continuavam a refrega (Xen. *Hell.* 4.3.19-20; *Agēs.* 2.11; Diod. Sic. 14.84.2; Plut. *Agēs.* 18.3, 19.1). Plutarco declarou que quebrar a formação dos tebanos era algo difícil, assim os espartanos preferiram abrir o seu contingente para que se refugiassem no monte Hélicon, deixando os tebanos orgulhosos por não terem sido derrotados efetivamente (Plut. *Agēs.* 18.4).

César Fornis (2008, p. 134-135) afirma que, ao final da batalha de Coroneia, a vitória espartana foi inegável. Nesse momento, Agesilau ordenou que fosse erigido um troféu e que os guerreiros marchassem coroados com guirlandas, assegurando a passagem dos inimigos, que se refugiaram no templo de Atena Itônia (Xen. *Hell.* 4.3.20). O que essa assertiva de Xenofonte nos permite afirmar?

Possivelmente, Agesilau tinha o conhecimento de que a vitória de seu exército foi duvidosa, aspecto que o levou a legitimar os seus feitos por meio do elemento simbólico que, ao ser interiorizado visualmente, foi identificado como real. Nesse caso, o elemento visual serviu de mecanismo para reforçar as conexões espartanas, pois muitos vínculos eram estabelecidos visando à segurança dos envolvidos. Ao expressar a sua capacidade de proporcionar o bem-estar e os interesses de suas conexões, Esparta garantiu o seu *status* como um nó central no interior da rede política que havia construído na Hélade¹³².

Segundo Polieno (2.1.4-5), Agesilau consentiu o deslocamento seguro dos refugiados por não querer se arriscar contra homens estimulados pelo desespero. As considerações de Polieno são coerentes, pois os tebanos estariam dispostos a morrer lutando caso não tivessem a liberdade de partir. Naquele instante, havia a possibilidade de os guerreiros de Agesilau não combaterem da melhor maneira devido à ameaça de saque do botim, somada à ausência de seu comandante ferido. Sendo assim, corroborando o discurso de Polieno e Plutarco (*Agēs.* 19.4), defendemos que Agesilau conservou o seu poder e a sua influência, através de sua bravura, e Esparta pôde usufruir de recursos abundantes para enfrentar os

¹³² Conjeturando Scott Rusch (2011, p. 174-175), a batalha de Coroneia foi importante para Esparta porque manteve firme a sua reputação diante dos inimigos e, no âmbito econômico, Agesilau garantiu recursos para propiciar a supremacia de sua *pólis* na Hélade. Portanto, a postura de Agesilau ao enfrentar diretamente os tebanos e depois permitir que os derrotados partissem foi uma tentativa de projetar uma representação na qual ele seria um modelo de conduta *poliade*. Afinal, Agesilau não fugiu do combate – embora tenha sido demasiadamente ferido – e honrou o sagrado por garantir a retirada dos tebanos ao templo de Atena.

seus inimigos, posto que os persas não estavam financiando os peloponésios, mas os membros do *sinédrio de Corinto*.

O fato de Esparta e Agesilau serem tomados como os grandes vencedores da batalha de Coroneia foi debatido por diversos autores modernos, os quais se diferenciam daqueles que apresentamos para tratar dessa temática. Raphael Sealey (1976, p. 391-392) declara que as vitórias de Esparta em Nemeia e Coroneia foram evidentes. No entanto, a maior falha de Agesilau foi não promover uma invasão à Beócia para colocar um fim às ameaças e aos objetivos tebanos na Hélade. Em duas ocasiões, Charles Hamilton concordou com Sealey. Na primeira delas, Hamilton (1979, p. 226-227; 1991, p. 108-109) afirma que Agesilau recebeu a ordem para invadir a Beócia, para além da batalha de Coronéia. Todavia, os espartanos e os tebanos foram incapazes de promover um confronto decisivo, embora os guerreiros de Tebas tenham obtido um melhor resultado. Em sua segunda manifestação, Hamilton confirma a ideia de que Agesilau queria punir Tebas devido ao seu ódio pessoal, o que serviu para aumentar a confiança dos membros do *sinédrio* quanto à possibilidade de derrotarem Esparta numa batalha campal.

Robert Buck (1994, p. 46-47) ressalta que Agesilau foi incapaz de realizar qualquer gesto grandioso para a sua *pólis* após o início da Guerra de Corinto, afinal, durante a sua marcha de volta, ele não minimizou a influência que Tebas exercia no norte da Hélade. Por sua vez, com a batalha de Coroneia, Agesilau teve a oportunidade de invadir a Beócia e impor a autoridade e os interesses de Esparta a uma região na qual grande parte de suas *pólis* estava contrária aos espartanos. Logo, a vitória de Agesilau foi meramente simbólica e os seus feitos irrisórios. Paul Cartledge (1987, p. 362-363) pontua que a batalha de Coroneia foi a maior batalha que Agesilau lutou em território helênico, mas ela não garantiu a supremacia militar que Esparta almejava.

John Buckler e Hans Beck (2008, p. 69) não criticaram as manobras militares de Agesilau em Coroneia, apenas destacaram a sua falha em não invadir e dominar a Beócia com o exército que dispunha na ocasião. Em outra publicação, Buckler (2003, p. 93-95) adota uma postura mais incisiva, defendendo que Tebas foi a grande vitoriosa pelos efeitos que proporcionou aos seus aliados com o fim da batalha de Coroneia. Contudo, o autor afirma que Agesilau expôs as fraquezas de Esparta, qualificando as suas ações militares como estúpidas e motivadas pela raiva.

A nossa interpretação acerca desses dois eventos militares tangencia grande parte das opiniões historiográficas. A postura de Agesilau ao chegar

na fronteira norte da Beócia correspondeu ao esperado de seu *status* à frente de um contingente de guerreiros reunidos para aquela finalidade. Embora Agesilau e os seus combatentes estivessem submetidos a variáveis distintas das dos seus oponentes – sobretudo no que concerne à marcha e aos embates realizados no trajeto de volta –, a habilidade destes era inegável. Por outro lado, ao considerarmos a guerra e as relações políticas inseridas em grandes cenas, Agesilau soube mobilizar os aspectos rituais de sua atuação para assegurar as conexões que havia fomentado, algo que tornava densa a sua rede com os helenos da Ásia. Contudo, a projeção tebana e do *sinédrio* eram significativos diante das perdas de Esparta, uma vez que a proporcionalidade do poder espartano era equiparável a dos seus oponentes.

Nesse caso, Agesilau não invadiu a Beócia após a batalha de Coroneia e assegurou o botim para a sua *pólis*, sendo este um dos objetivos de sua expedição à Ásia Menor. Entretanto, a incapacidade de submeter os tebanos deu forças aos opositores de Esparta, os quais se viram motivados a vencerem os lacedemônios em batalha. Dessa forma, o *basileús* optou por conduzir para à sua *pólis* os resultados materiais de sua missão à Jônia devido à certeza de que estes seriam suficientes para vencer os seus inimigos, em vez de se arriscar em uma empreitada cujos resultados eram obscuros.

No mesmo ano da batalha de Coroneia, a frota persa liderada por Farnábazo e Cónon ampliou a sua autoridade sobre as Cíclades, diminuindo as áreas de influência espartana no Egeu e tomando o controle de Cítera (Xen. *Hell.* 4.8.7). César Fornis (2016, p. 231) salienta que a presença de Farnábazo e Cónon em Cítera era um grande perigo para Esparta e uma manifestação evidente de insatisfação helênica, uma vez que essa ilha era estratégica por se encontrar a dez quilômetros a sudeste da Lacedemônia. A ilha de Cítera se tornou um mecanismo para reter as embarcações líbias e egípcias que iriam para o Peloponeso.

De Cítera, a frota persa se dirigiu ao istmo de Corinto, onde incentivou a guerra contra Esparta, concedendo recursos para que se renovassem as investidas à Confederação do Peloponeso, garantindo que os membros do *sinédrio* ficassem leais a Artaxerxes II. Em seguida, no ano de 393, Farnábazo e Cónon foram para Atenas e ali restabeleceram as suas fortificações¹³³ (Xen. *Hell.* 4.4.7-10; Diod. Sic. 14.84.4-5). Paul Cartledge

¹³³ Isócrates (5.63) e Demóstenes (20.68-70) defenderam que a reconstrução das muralhas de Atenas foi um feito de Cónon, ignorando que este estava trabalhando para Artaxerxes e recebeu o apoio financeiro de Farnábazo para a realização desse feito.

declara que Cônia aproveitou a proximidade do istmo de Corinto com Atenas para zarpar até o Pireu e garantir a reconstrução das grandes muralhas. Cartledge (1987, p. 362-363) ainda argumenta que a incapacidade de Esparta em reverter a situação proposta por Cônia e Farnábazo comprovava a sua aparente impotência diante dos seus inimigos.

Grande parte das conexões firmadas pelos persas na Hélade continental e nas Cíclades eram informais, embora as pretensões de Artaxerxes fossem assegurar a tributação da Jônia. Ainda assim, o elemento estratégico empregado por Farnábazo e Cônia reforça a lógica de que Esparta carecia de recursos para assegurar a sua supremacia entre os helenos. Por outro lado, os investimentos que o Império Aquemênida promoveu na Guerra de Corinto eram desgastantes para os helenos que, a médio prazo, seriam incapazes de resistir a sua influência na Ásia Menor. Diante disso, afirmamos que, para Artaxerxes, não importava qual das *póleis* seria hegemônica no Pequeno Mundo helênico, desde que os seus interesses particulares fossem realizados e as revoltas em seus domínios suplantadas.

Após as batalhas de Nemeia e Coroneia, Esparta e os membros do *sinédrio* não realizaram grandes empreendimentos militares, mas apenas escaramuças para assegurar as posições defensivas que haviam conquistado (Xen. *Hell.* 4.4.14; Diod. Sic. 14.86.1). Como os enfrentamentos estavam acontecendo em território coríntio, somente os seus habitantes tinham prejuízos, sobretudo os homens de recursos. A insatisfação da aristocracia coríntia passou a preocupar os beócios, os argivos, os atenienses e uma parcela dos demais coríntios, o que não tardou para iniciar uma dissensão política (*stásis*) na região em 392. Os habitantes de Corinto adeptos de Esparta foram massacrados durante as Eucleias, festividade em honra à Ártemis Eucleia¹³⁴.

A *Helênica Oxirrinca* (7.2-3) demonstra que os coríntios apoiadores de Tebas e Argos eram oligarcas vinculados a Epícrates e Céfalo, os quais nutriam o desejo de uma mudança política em sua *pólis*. Xenofonte (*Hell.* 4.4.6) afirma que essa disposição levou a união de Argos e Corinto. Para César Fornis (2016, p. 233), Corinto estava indisposta com Esparta pelos resultados da Guerra do Peloponeso, porém não queria uma transformação nos valores de sua comunidade. Os homens que almejavam mudanças em Corinto eram uma minoria e, por isso, se aliaram a Argos. Com o massacre das Eucleias, os exilados de Corinto solicitaram o auxílio de Esparta, sendo auxiliados pela *pólis* lacedemônia em 392 (Xen. *Hell.* 4.5.1; Plut. *Ages.* 21.1).

¹³⁴ Ver Fornis (2016, p. 232-233) e Pascual-González (2017, edição Kindle).

Realizados alguns enfrentamentos liderados pelo polemarco lacedemônio Praxitas, os membros do *sinédrio* viram a sua autoridade no istmo de Corinto ameaçada e o risco de uma invasão à Ática e à Beócia. Contudo, antes que pudessem tomar medidas mais contundentes, Agesilau foi enviado numa expedição junto ao seu meio-irmão Telêutias, na qual passaram a controlar as grandes muralhas de Corinto e o porto de Lequeio. Xenofonte afirma que a investida conjunta de Agesilau e Telêutias permitiu que os coríntios exilados realizassem os Jogos Ístmicos no lugar dos argivos, os quais vinham controlando a celebração (Xen. *Hell.* 4.5.2; *Ages.* 2.17-18). A postura de Agesilau diante dos exilados de Corinto fez com que ele ampliasse a sua influência através das conexões políticas estabelecidas. Do mesmo modo, a falta de densidade entre as conexões dos membros do *sinédrio* tornava os seus vínculos frágeis, o que favorecia as redes espartanas. Nesse sentido, as conexões políticas de Agesilau refletiam uma parcela dos interesses de Esparta, pois a possibilidade de tecer conexões com revoltosos do *sinédrio de Corinto* assegurava o benefício por meio da *fratura* existente entre os opositores dos espartanos.

Nesse período (ano de 392), o governo de Esparta enviou Antálcidas com uma embaixada ao sátrapa Tiribazo para que juntos firmassem uma aliança com Artaxerxes II (Xen. *Hell.* 4.8.12-15). Embora essa embaixada não tenha obtido os resultados esperados, ela manifestava os interesses espartanos por uma trégua ou pelo fim das guerras que assolavam a Hélade, fazendo com que Esparta extenuasse os seus recursos. A realidade político-econômica de Esparta e dos nós de suas redes evidenciava os desgastes dos envolvidos na Guerra de Corinto. Portanto, o governo espartano reconsiderou as suas atitudes diante da deterioração da sua influência nas Cíclades e na Ásia Menor, que se deu pela oposição que Artaxerxes II promoveu à Confederação do Peloponeso.

Nesse cenário, Tiribazo se comprometeu a ceder recursos aos espartanos, prendeu Cônon afirmando que esse ofendia os interesses persas e partiu para o encontro do *grande rei* para tentar estabelecer a paz com os helenos. Enquanto Tiribazo permanecia com Artaxerxes, este enviou Estrutas para manter o equilíbrio da Jônia. Contudo, este último era partidário dos atenienses, o que reavivou o conflito na Hélade (Xen. *Hell.* 4.8.17-18). Para John Buckler e Hans Beck (2008, p. 71), a manutenção da Guerra de Corinto era interessante para os persas, pois enfraquecia os helenos e garantia que lutassem pela liberdade da Jônia ou interferissem nas atitudes de satrápias revoltosas.

Entre 389 e 388¹³⁵, Agesilau interveio na Acarnânia para preservar a influência de Esparta sobre o norte do Peloponeso numa posição dominada pelos interesses de Corinto e Argos, além de fazer com que os espartanos atuassem no Golfo de Corinto (Xen. *Hell.* 4.6.1-14). As ações de Agesilau na Acarnânia expandiram as redes políticas de Esparta no Peloponeso diante das possíveis ameaças dos membros do *sinédrio*. Contudo, a imposição do *basileús* aos acarnânios gerou a insatisfação que muitos helenos nutriam por Esparta. Com isso, a edificação de redes políticas também estabeleceu oposições diametralmente proporcionais as conexões espartanas. O esgotamento de recursos e a fragilidade de seu *status* diante dos nós de suas redes fizeram com que Esparta buscasse vínculos mais efetivos, embora de pouca densidade, com o Império Aquemênida.

Apesar disso, as conexões espartanas se mostraram relativas conforme as circunstâncias, pois não somente corresponderam aos seus compromissos com Ciro, mas também reiteraram os seus esforços com a sua imagem de *libertadora da Hélade*. Portanto, quando essas variáveis se mostraram inadequadas aos seus interesses, os espartanos reviram a sua postura no Pequeno Mundo helênico. Assim, as mudanças da conjuntura política helênica fizeram com que os autores clássicos produzissem um discurso que caracterizasse os esforços de Esparta e dos demais helenos de acordo com o lugar social que ocupavam em nós centrais nas redes políticas que se formavam ao redor do Mediterrâneo.

2.8 Considerações Parciais

Com o fim da Guerra do Peloponeso, Esparta se tornou a grande potência militar entre os helenos, embora muitas cidades tenham ficado insatisfeitas com a sua liderança. De imediato, as conexões políticas de Lisandro – com Ciro e os aristocratas da Jônia e das Cíclades – engendrou uma *rede-ego* ampla que realçou o *status* e a influência de Esparta no Egeu e na Hélade. No entanto, essa aliança se constituiu num risco para Esparta, uma vez que o fracasso de Ciro em sua tentativa de tomar o trono aquemênida ruiu a conexão entre espartanos e persas.

¹³⁵ Ainda em 388, o *basileús* da dinastia ágida, Agesípolis, foi designado para comandar um contingente contra Argos visando minimizar a oposição aos espartanos nas fronteiras de sua região. Com essa mobilização, Agesípolis causou prejuízos a Argos, impedindo-a de interferir nos negócios espartanos no Peloponeso (Xen. *Hell.* 4.7.2-7).

Nesse contexto, inaugurou-se uma nova realidade entre as *pólis*, tendo em vista que muitos helenos e persas estavam insatisfeitos com Esparta. Portanto, para conseguir equilibrar a autoridade no Egeu e em suas imediações, o governo espartano desenvolveu a sua rede política com Dionísio I de Siracusa. Em seguida, Agesilau foi enviado à Jônia com o intuito de angariar o apoio dos aristocratas da Ásia Menor com a propaganda política de liberdade dos helenos diante dos persas. Se essa expedição fosse um sucesso, Agesilau conseguiria diminuir as áreas de influência persa no Egeu, obtendo recursos para assegurar a supremacia (*arkhḗ*) de Esparta junto à Hélade e preservando o apoio de aristocratas jônios que foram entregues aos domínios persas com a vitória espartana na Guerra do Peloponeso.

A campanha de Agesilau na Ásia Menor promoveu a imagem espartana de grande libertadora da Hélade, permitindo que Agesilau difundisse as suas conexões assimétricas com os seus comandantes e os aristocratas jônios e persas. Concomitantemente, Agesilau conquistou um grande botim para prevenir qualquer investida contra a sua *pólis*, infligindo danos significativos aos domínios jônios de Artaxerxes, fazendo-o financiar o início da Guerra de Corinto. Essa ameaça à comunidade espartana teve como um dos seus objetivos afastar Agesilau da Ásia Menor por meio de investidas ao território lacedemônio. A Guerra de Corinto pode ser compreendida como um marco da desestruturação dos recursos *políades*, os quais já estavam escassos devido à Guerra do Peloponeso. A objeção que Tebas e Corinto desenvolveram por Esparta se difundiu para Argos e Atenas que, apoiadas por outras *pólis* menores, iniciaram os embates em Haliarto.

Até a chegada de Agesilau, os espartanos e os seus aliados da Confederação do Peloponeso tiveram de combater em Nemeia. Nesse mesmo ano (394), Agesilau regressou à Hélade por vias terrestres, demonstrando a fragilidade da frota peloponésia diante da poderosa armada persa liderada por Farnábazo e Cónon. Embora inconclusiva, a batalha de Coroneia legitimou a preponderância espartana junto aos helenos e reforçou as suas redes políticas já existentes. Quase ao mesmo tempo, Tebas fortaleceu as suas conexões com as comunidades ao norte da Hélade e Atenas e direcionou os seus interesses às atividades marítimas com a presença de Cónon nas embarcações persas.

O desgaste socioeconômico das *pólis* e das suas conexões políticas fez Esparta manifestar o interesse, em 392, de uma paz com o Império Aquemênida, que parecia pouco interessado com essa medida devido à

força de sua frota e por estar enfraquecendo os helenos em seus próprios domínios. As investidas de Esparta em Corinto e Argos, bem como a detenção de Cónon por Tiribazo, permitiu que o governo espartano reavivasse o seu *status* e a sua influência entre os helenos, os quais passaram a defender a ideia de uma trégua para renovar os seus recursos e manterem as suas necessidades *poliades*.

Todo esse cenário ampliou as conexões políticas de Esparta e as de Agesilau, criando-se redes informais e lucrativas com aristocratas e oligarcas de inúmeras *póleis*. Ainda que muitos helenos estivessem insatisfeitos com os espartanos, o cenário geopolítico do Egeu fez com que estes ignorassem os seus ressentimentos para que houvesse um momento de paz. Portanto, em 386, após toda a conjuntura exposta e as conexões de Esparta com homens poderosos do Império Aquemênida, temos o início da Paz de Antálcidas ou Paz do Rei, que será analisada no próximo capítulo.

Capítulo III

A Paz de Antálcidas e o abuso de poder espartano

O nosso objetivo neste capítulo é analisar as circunstâncias que levaram à Paz de Antálcidas, enfatizando o desgaste de Esparta e os interesses do Império Aquemênida com o estabelecimento de uma paz comum entre os helenos. Dessa forma, discorreremos sobre a postura espartana diante de seus aliados e inimigos na Hélade, utilizando-se da sua posição como defensora da paz para impor os seus interesses entre os helenos. Isso fomentou a insatisfação e a resistência à supremacia de Esparta no Pequeno Mundo helênico. Outro ponto será discutir a representação de Agesilau e outros comandantes espartanos na cena enunciativa dos autores clássicos, o que nos permite analisar a influência da formação discursiva em que foi formada, as determinações de seu lugar social e as intenções inerentes à sua enunciação. Para o desenvolvimento deste capítulo, analisaremos, sobretudo, as *Helênicas*, o *Agesilau* e a *Constituição dos Lacedemônios* de Xenofonte e a obra de Diodoro da Sicília, a *Biblioteca de História*, muito embora outros indícios documentais tenham sido mobilizados em menor escala.

3.1 Antecedentes à Paz de Antálcidas

Embora a Paz de Antálcidas fosse um acordo emblemático de paz, é importante verificar como ela foi estabelecida para daí analisarmos os seus efeitos imediatos nas redes políticas de Esparta e de Agesilau II. Para tanto, consideramos que o poder se fundamenta nas conexões estabelecidas entre entidades e atores políticos, as quais permitem que o poder se conserve e se desdobre em redes políticas de ampla densidade e/ou extensão. Portanto, o poder é relacional e devemos considerar as interações helênicas para entendermos as possíveis motivações dos atores sociais aqui tratados.

No capítulo anterior, observamos que Artaxerxes II estava disposto a empregar os seus recursos visando enfraquecer a hegemonia político-militar que Esparta estabeleceu nas Cíclades e na Ásia Menor. Para isso, o *grande rei* financiou a Guerra de Corinto e construiu uma frota de amplas proporções na Fenícia. O escolhido para comandar essa frota foi Farnábazo, que nomeou o ateniense Cônnon como o seu almirante (Xen.

Hell. 3.2.1, 4.1; Diod. Sic. 14, 39.1-4). Uma vez que a Guerra de Corinto abalaria a dinâmica terrestre de Esparta no Peloponeso e no continente, Farnábazo e Cónon atuaram para prejudicar os espartanos em seus empreendimentos marítimos.

Para realizarem a vontade do *grande rei*, o sátrapa e o ateniense apoiaram o *sinédrio de Corinto* e partiram para Atenas, reforçando a necessidade de eliminar a influência de Esparta sobre o Peloponeso e a Hélade (Xen. *Hell.* 4.8.7-9; Diod. Sic. 14.85.2-3; Nep. 9.4.1-5). A documentação literária demonstra que a percepção político-militar das dinâmicas *interpolíades* na Hélade eram do conhecimento de Artaxerxes e Farnábazo. Isso se exprime na capacidade que estes tiveram de agir pontualmente contra o inimigo que angariaram. O caso de Farnábazo é evidente por ter contratado Cónon como seu almirante, pois a sua experiência para o cargo e os embates que liderou contra os peloponésios durante a Guerra do Peloponeso seriam de suma importância para os interesses persas contra Esparta.

Para o Império Aquemênida, o desgaste dos helenos representava o aumento das possibilidades de intervenção direta no Egeu, afinal, o *grande rei* e os seus sátrapas tinham as comunidades mediterrânicas como a periferia de seus domínios. Portanto, manter essas regiões sob controle garantiria tributações – no caso das comunidades submetidas – ou recursos humanos para ampliar o número de seus combatentes. Visto que o desgaste material da Hélade, no decorrer do século V, fez com que muitos helenos encontrassem no mercenarismo o seu sustento. Diante disso, o Império Aquemênida se utilizou das tensões nas conexões helênicas para impedir que algum de seus nós se destacasse, tal como foi com Esparta, pois esse desgaste das *póleis* interessava à estratégia político-militar de Artaxerxes.

Com isso, os persas atuaram como investidores e financiadores das *póleis* para assegurar os seus interesses no Mediterrâneo, tornando-se um elo fundamental nas conexões helênicas num contexto de crise. Conjeturando Charles Kadushin (2012, p. 57), o Império Aquemênida atuava como um intermediário (*broker*) nas redes helênicas, com o papel de mediador e manipulador de recursos e informações, os quais foram fornecidos visando *lucros* políticos, sociais, econômicos e/ou militares.

Cónon se tornou um instrumento fundamental para a atuação dos persas, conseguindo apoio financeiro para Atenas retribuir a Esparta a derrota sofrida em Egospótamo, além de formentar a política antiespartana

de Artaxerxes em território ático¹³⁶. A documentação citada narra como os recursos persas foram empregados por Cónon na reconstrução das muralhas de Atenas, demolidas por Lisandro como um sinal da rendição ateniense. Com isso, a vivência de Cónon diante da política e da economia atenienses, atrelada à sua experiência marítima e aos anos na Guerra do Peloponeso, permitiu-lhe assegurar o fortalecimento de sua *pólis* sem angariar o desafeto de Artaxerxes. Afinal, Cónon era conhecedor da fragilidade¹³⁷ marítima de Esparta em sua tentativa de manter a influência de sua supremacia sobre os helenos.

Nesse momento, a documentação cria uma cena enunciativa (Maingueneau, 1997, p. 62-64) na qual Esparta sofre a retaliação dos helenos e do Império Aquemênida por ser comportar de modo injusto com a Hélade. Assim, os persas são tomados como oportunistas pelo uso de recursos e informações voltados para o desmantelamento da supremacia espartana, enquanto os helenos contrários a Esparta – com ênfase aos atenienses – são justos por lutarem pela sua liberdade. Dentre as motivações desses autores, temos a tentativa de demarcar a impunidade de Esparta diante da Hélade e a reação ateniense como um sinônimo da natureza de seus cidadãos, os quais não aceitariam viver sob o jugo de nenhuma *pólis*.

Esparta e a Confederação do Peloponeso não podiam arcar com os gastos da Guerra de Corinto, associados ao sucesso de Cónon e Farnábazos no Egeu. Para tanto, Esparta enviou Antálcidas à Ásia Menor para tratar das possibilidades de uma trégua para esse novo ciclo de contendas *interpoliades*. Xenofonte destacou que todas as medidas tomadas por Cónon pretendiam beneficiar Atenas:

¹³⁶ Isócrates (5.64; 7.65) afirma que Cónon foi um ateniense singular, pois, mesmo depois de se tornar um apátrida, reverteu a sua situação e se converteu no libertador de Atenas. Em outro discurso, Isócrates (9.56) reforça a importância de Cónon para a recuperação político-militar ateniense durante a supremacia espartana, mas não atribui qualquer participação persas no processo, ao contrário, ele exalta Cónon e Evágoras como os responsáveis pela vitória em Cnido, o primeiro por experiência e habilidade e o segundo por financiar o armamento da expedição. Também Dinarco (1.14) e Demóstenes (20.68-70) elogiaram Cónon como libertador da Hélade, tendo citado as inscrições feitas em homenagem ao almirante ateniense na Hélade. Pausânias (6.3.16) acrescenta dizendo que se erigiram estátuas de Cónon em bronze no santuário de Hera, em Samos, e no de Ártemis, em Éfeso.

¹³⁷ Em Isócrates (9.55-56), Evágoras era um líder exemplar, cuja observação permitiu conhecer as limitações marítimas de Esparta e projetar, ao lado de Cónon, uma estratégia para destruir a supremacia espartana no mar mediante recursos persas.

Os lacedemônios, ao ouvirem que Cónon estava reconstruindo as muralhas dos atenienses com o recurso recebido do rei, e ainda mantendo a sua frota [de Cónon] com esses recursos, empenhado em adquirir o controle das ilhas e das cidades costeiras do continente para os atenienses, tiveram a ideia de se informar com Tiribazo, o estrategista do rei, e sobre essas coisas [os lacedemônios] pensaram que poderiam atrair Tiribazo inteiramente para a sua causa ou, ao menos, acabar com o auxílio que vinha fornecendo à manutenção da frota de Cónon. Tendo chegado a essa conclusão, eles [os lacedemônios] enviaram Antálcidas diante de Tiribazo com ordens para se informar sobre esses acontecimentos e tentar conseguir do rei a paz para a sua cidade [Esparta] (Xen. *Hell.* 4.8.12)¹³⁸.

Cornélio Nepos (9.5.1-4) afirma que o bom desempenho da frota persa ampliou a influência marítima ateniense. Isso levou à captura de Cónon pelo sátrapa Tiribazo¹³⁹. O fato de os persas serem intermediários dos interesses helênicos assegurava os seus próprios interesses políticos, visando a manutenção das conexões e as redes helênicas sob controle. Desse modo, a prisão de Cónon era justificável, pois este tentou ludibriar o Império Aquemênida para que os recursos persas fossem empregados a favor de Atenas.

Visando se beneficiar com a conjuntura política que se apresentava, ou seja, a tensão de Cónon com os sátrapas da Ásia Menor, Esparta enviou Antálcidas para estabelecer uma conexão com os persas. A escolha de Cónon como almirante se deu para favorecer unicamente os interesses de Artaxerxes e não os de Atenas. Portanto, a constante interação dos helenos no Egeu e no continente fez Esparta conhecer a movimentação de Cónon, em sua tentativa de fortalecer a autoridade marítima ateniense. Como o

¹³⁸ “οἱ δὲ Λακεδαιμόνιοι ἀκούοντες ὅτι Κόνων καὶ τὸ τεῖχος τοῖς Ἀθηναίοις ἐκ τῶν βασιλέως χρημάτων ἀνορθοίη καὶ τὸ ναυτικὸν ἀπὸ τῶν ἐκείνου τρέφων τάς τε νήσους καὶ τὰς ἐν τῇ ἡπείρῳ παρὰ θάλατταν πόλεις Ἀθηναίοις εὐτρέπιζοι, ἐνόμισαν, εἰ ταῦτα διδάσκοιεν Τριβάζον βασιλέως ὄντα στρατηγόν, ἢ καὶ ἀποστῆσαι ἂν πρὸς ἑαυτοὺς τὸν Τριβάζον ἢ παῦσαι γ’ ἂν τὸ Κόνωνος ναυτικὸν τρέφοντα. γνόντες δὲ οὕτω, πέμπουσιν Ἀνταλκίδαν πρὸς τὸν Τριβάζον, προστάξαντες αὐτῷ ταῦτα διδάσκειν καὶ πειρᾶσθαι εἰρήνην τῇ πόλει ποιῆσθαι πρὸς βασιλέα.”

¹³⁹ Diodoro da Sicília (14.85) havia exposto uma perspectiva semelhante à de Nepos, porém enfatizando a percepção de Tiribazo sobre os planos de Cónon.

Império Aquemênida estava insatisfeito com a postura de Esparta diante das ações de Ciro, o governo espartano afastou de si a marca de sua traição ao denunciar as atitudes de Cónon e a fortificação ateniense.

Xenofonte (*Hell.* 4.8.15) declara que Tiribazo era de inclinação filolacônica e não se agradava com as ações de Cónon. Dessa forma, sugerimos que a relação de Antálcidas com Tiribazo estimulou a prisão de Cónon para que este não desequilibrasse a relação de poder entre helenos e persas. A reunião entre Antálcidas e Tiribazo, na presença de embaixadores de outras *póleis*¹⁴⁰, não obteve o sucesso esperado por Esparta¹⁴¹. Assim, Artaxerxes substituiu Tiribazo por Estrutas na satrápia da Ásia Menor, já que este tinha uma inclinação filo-ateniense junto à dinâmica política do Egeu e da Jônia. Essa postura nos leva a duas interpretações. A primeira, de que as redes políticas de Esparta eram mais perigosas aos interesses de Artaxerxes do que as de Atenas, havendo a necessidade do seu enfraquecimento antes que um tratado de paz fosse estabelecido. A segunda manifestaria a tentativa do Império Aquemênida em punir os espartanos pelo auxílio prestado a Ciro. Portanto, Artaxerxes tinha conhecimento dos limites do poder marítimo lacedemônio e preferiu se preocupar com a influência das conexões que Esparta mantinha na Hélade.

De todo modo, a política de Cónon permitiu a reestruturação de Atenas como *pólis*, algo que não estava nos planos de Farnábazo e de Artaxerxes. César Fornis (2008, p. 291-292) declara que as ações de Cónon passaram a ameaçar os interesses e pretensões de Artaxerxes sobre as satrápias do Ocidente. De fato, a conexão de Cónon com atenienses influentes, como Trasíbulo, assegurou impostos e taxações na região do Helesponto, a qual era tributária do Império Aquemênida. Ainda assim, o *grande rei* teve de ponderar sobre qual das conexões deveria nutrir para

¹⁴⁰ Essa reunião teria ocorrido no inverno de 393 e o início de 392.

¹⁴¹ Entre 392 e 391, os helenos tentaram reorganizar uma trégua, agora sediada em Esparta. Em seu discurso *Sobre a Paz*, Andócides manifestou a importância de se estabelecer esse tipo de acordo com os espartanos, chegando a pontuar que os atenienses também haviam feito mal a Esparta. Robert Buck (1994, p. 52) nos esclarece que os embaixadores atenienses – dentre os quais Andócides – estavam inclinados à paz, porém foram rejeitados pela Assembleia de Atenas e exilados. Os beócios, liderados por Tebas, também pareciam dispostos a aceitar a paz mas Argos e Corinto se opuseram às determinações para a trégua. César Fornis (2016, p. 238) corrobora grande parte dos apontamentos de Buck, mas destaca que os coríntios adeptos da política argólida não eram democratas e não aceitaram o seu distanciamento de Argos para não se verem privados do poder político.

manter os seus interesses ativos na Hélade, afinal, a política ateniense prejudicaria a supremacia persa no Egeu e Esparta representava o ressentimento do apoio prestado a Ciro.

Através da Teoria de Redes, vemos que o estabelecimento de relações políticas voltadas à reciprocidade pode fomentar relações de tensão entre os envolvidos. Por exemplo, a reciprocidade de Cónon com Atenas, em detrimento da política intervencionista persa que o financiava, levou ao choque de interesses e pretensões das comunidades e dos atores sociais envolvidos nessa dinâmica inter-regional. Isso porque as atitudes de Cónon e de atenienses influentes objetivavam fortalecer Atenas no cenário geopolítico helênico. Para Atenas, a hegemonia marítima que os persas e os espartanos exerciam no Egeu era algo a ser combatido para que a democracia recuperasse o poder de outrora.

Nesse sentido, Cónon e Trasíbulo obtiveram condições para que Atenas se aliasse ao Chipre e ao Egito. Stephen Ruzicka (1997, p. 114-115) expõe que a proximidade de Evágoras do Chipre e Cónon preocupava as satrápias do Ocidente, pois em 391 Evágoras se uniu ao Egito¹⁴² contra o *grande rei* tendo o apoio de Atenas. Conjeturando Ruzicka e Fornis, demarcamos que Cónon, Trasíbulo, Evágoras e o Egito – governado por Acoris – preocupavam a segurança político-administrativa do Império Aquemênida na década de 380.

A documentação indica que os comandantes atenienses perceberam a necessidade de firmar conexões políticas densas no Egeu para recuperar a supremacia marítima de Atenas. O estabelecimento de vínculos com comunidades poderosas e dispostas a combater Artaxerxes II foi importante para a recuperação do poder ateniense. A estratégia de Cónon era obter recursos para que Atenas irrompesse no cenário político-militar helênico. Nesse caso, ele conseguiu o apoio de Farnábazo, cuja atuação na Guerra de Corinto reabilitou Cónon na dinâmica de poder ateniense. Após a batalha de Cnido (394), a política de manutenção da soberania persa no Egeu, sob a liderança de Cónon, contribuiu para a sua aproximação com Trasíbulo. Sendo assim, Cónon e Trasíbulo foram os responsáveis por arquitetar a emergência de Atenas nas redes que integravam a política da Hélade. Cónon se projetou com o Império Aquemênida por meio do

¹⁴² Num dos seus discursos pan-helênicos, Isócrates (4.139-141, 161) citou a fragilidade do poderio persa na incapacidade de lidar com as revoltas do Egito e do Chipre. Esse cenário favorecia, segundo o orador, uma união helênica para acabar com guerras internas e assegurar o domínio sobre os *bárbaros* da Pérsia.

combate à Esparta, na Guerra de Corinto. Como Artaxerxes almejava conter a oposição ao seu governo entre as satrápias e privar Esparta da sua supremacia sobre os helenos, Cônon se projetou como leal aos persas em sua *ânsia* de abater os interesses espartanos na Hélade.

Ao formarem novas conexões e projetarem uma rede semelhante à confederação marítima ateniense de outrora, Cônon e Trasíbulo revelaram os seus planos, os quais foram percebidos por Tiribazo. Nessa situação, Esparta agiu para minimizar a oposição que sofria de Artaxerxes e privar Atenas da preponderância que vinha obtendo no Egeu, com o auxílio de Cônon e de seus aliados. Para os espartanos, era urgente afastar os atenienses dos persas, tendo em vista que isso impediria o investimento de Artaxerxes no *sinédrio de Corinto*. Com isso, o estabelecimento de uma paz comum evidenciava os interesses de Esparta aos seus inimigos, isto é, garantir o *status quo* de algumas das potências político-militares helênicas.

O fracasso na primeira tentativa de paz levou Esparta a fortalecer as suas frentes de combate contra o *sinédrio de Corinto*, por meio da estratégia de combater os inimigos geograficamente mais próximos. Essa postura se mostrou adequada aos interesses de Esparta por assegurar as suas fronteiras com a submissão de *póleis* peloponésias. O fato de Esparta não possuir muralhas manifestava a necessidade de se conservar um *cinturão de proteção* poliade para além da Lacedemônia, evitando ataques diretos ao seu território. Para tanto, Agesilau foi enviado com um contingente de guerreiros em direção à Acarnânia, para impedir que esta afetasse a preponderância da Acaia sobre Cálidon (Xen. *Hell.* 4.6.1-7.1). Como quase a totalidade das *póleis* da Acaia integravam a Confederação do Peloponeso, Esparta deveria proteger os interesses de seus aliados diante de seus inimigos.

Destacamos que a Confederação do Peloponeso foi uma rede pautada em alianças defensivas, pressupondo a proteção mútua das *póleis* que a integravam. Portanto, havia a necessidade de os seus integrantes terem os mesmos inimigos para impedir que combatessem mutuamente. Xenofonte (*Hell.* 4.6.1-2) manifesta que os aqueus se queixaram aos espartanos sobre os ataques que vinham sofrendo e por não receberem auxílio contra os seus opositores da Acarnânia. Diodoro (15.31.1-2) acrescenta que Esparta modificou a maneira como tratava os seus aliados.

Segundo Catherine Morgam e Jonathan Hall (2004, p. 472), a região da Acaia estava ao norte do Peloponeso, entre Corinto (a leste) e Élis (a oeste), situada numa posição estratégica para as atuações militares de Esparta contra os membros do *sinédrio de Corinto*. O fato de a Acaia

tangenciar o Golfo de Corinto e o de Cálidon facilitava qualquer intervenção espartana na Beócia, na Etólia e mesmo no mar Jônio. Nesse sentido, dominar a Acaia era do interesse de Esparta, corroborando as necessidades políticas, econômicas e militares de seus aliados da Confederação do Peloponeso.

A cena enunciativa criada por Xenofonte indica que Esparta tinha consciência da posição desvantajosa que vinha ocupando na Hélade. Por isso, ela reforçou as conexões de suas redes no Peloponeso, para que os seus aliados suprissem as suas deficiências geopolíticas e materiais diante de um inimigo perigoso e conhecedor de suas limitações, como foi o *sinédrio de Corinto*. Sendo assim, Esparta precisou modificar a forma como tratava os seus aliados, caso quisesse manter o seu *status* e a sua posição diante dos peloponésios, os quais formavam a base da rede política espartana na Hélade. Charles Kadushin (2012, p. 21-22) endossa esse viés ao afirmar que toda conexão política lida com a reciprocidade dos envolvidos, algo que Esparta precisou reconsiderar para que os nós de sua rede no Peloponeso não fossem injustiçados e rompessem os seus vínculos com os lacedemônios.

A observância dos interesses mútuos nesse tipo de poder relacional era o que assegurava o sucesso das conexões políticas espartanas. As atitudes indesejadas também gravavam efeitos sobre as suas conexões, por fragilizar os vínculos entre os nós de uma rede. Partindo dessa premissa, a posição de Esparta nessas redes influenciava a maneira como esta organizava as suas atitudes diante de seus aliados e inimigos, pois as suas ações ditavam a conservação de sua autoridade e a lealdade de seus companheiros.

Dito isso, a insatisfação de muitas *póleis* com Esparta levou a formação do *sinédrio de Corinto*, cujos membros compunham uma aliança defensiva contra os desmandos espartanos. No entanto, esta aliança se formou com o descontentamento de Tebas e Corinto para com Esparta, no final da Guerra do Peloponeso, a qual se somou às tentativas atenienses de recuperar o seu poder marítimo e de Argos por enfraquecer as conexões espartanas no Peloponeso. Diante de todos os seus opositores, Esparta precisou revigorar as suas redes políticas em toda a Hélade, caso quisesse conservar a sua supremacia entre os helenos.

Xenofonte (*Hell.* 4.8.17-19) afirma que o insucesso na negociação de paz com o Império Aquemênida fez Esparta retomar os seus

empreendimentos militares na Jônia, sob a liderança do *harmostés* Tíbron¹⁴³. A derrota de Tíbron, em 391, foi um golpe doloroso na dinâmica espartana, ao subtrair o controle de Esparta na Jônia e privá-la dos recursos investidos para a manutenção dos territórios conquistados pelo navarco Lisandro, na passagem do século V ao IV, na Ásia Menor. O fracasso de Tíbron significou a perda de riquezas para a preservação da Confederação do Peloponeso em seu embate contra o *sinédrio de Corinto*, fazendo com que as conquistas de Lisandro e Agesilau fossem perdidas e se criasse um buraco estrutural na fragilizada rede espartana. Tal situação reforçou as motivações do governo espartano e de Antálcidas ampliarem-no sentido de ampliar as conexões de sua *pólis* na Hélade após a derrota em Cnido e o insucesso da expedição de Tíbron.

Pouco tempo depois, Esparta recebeu homens exilados de Rodas, os quais integravam a *facção* oligárquica e pró-espartana da ilha. Segundo Xenofonte, os espartanos ficaram temerosos de que os democratas dominassem Rodas:

Quando os ródios expulsos pelos democratas chegaram à Lacedemônia, afirmaram que não era justo deixar indiferente a submissão de Rodas aos atenienses, bem como o fato de eles terem somado uma força tão grande. Ao se darem conta de que se a facção democrática dominasse, toda [a ilha de] Rodas seria dos atenienses, mas, se os mais ricos prevalecessem, estes seriam a favor dos lacedemônios, estes últimos equiparam oito embarcações e designaram como navarco Ecdico (Xen. *Hell.* 4.8.20)¹⁴⁴.

¹⁴³ Xenofonte (*Hell.* 4.8.18-19) destaca que Tíbron não agia como um verdadeiro comandante, uma vez que se entregava aos prazeres do corpo em vez de objetivar a plena realização de suas funções. Diodoro da Sicília (14.99.1-3) não foi depreciativo com a figura de Tíbron, ressaltando apenas a sua movimentação à frente do exército e a sua derrota para o sátrapa Estrutas. Melina Tamiolaki (2012, p. 568-569) caracteriza Tíbron como um dos contramodelos de líderes construídos por Xenofonte ao longo de sua obra. Nas palavras de Tamiolaki, Tíbron seria um dos comandantes que falharam em sua busca pela virtude perfeita.

¹⁴⁴ “ἐπεὶ δ’ ἦλθον εἰς Λακεδαιμόνα οἱ ἐκπεπτωκότες Ῥοδίων ὑπὸ τοῦ δήμου, ἐδίδασκον ὡς οὐκ ἄξιον εἶη περιδεῖν Ἀθηναίους Ῥόδον καταστρεψαμένους καὶ τοσαύτην δύναμιν συνθεμένους. γνόντες οὖν οἱ Λακεδαιμόνιοι ὡς εἰ μὲν ὁ δῆμος κρατήσοι, Ἀθηναίων ἔσται Ῥόδος ἅπασα, εἰ δὲ οἱ πλουσιώτεροι, ἑαυτῶν, ἐπλήρωσαν αὐτοῖς ναῦς οἰκτά, ναύαρχον δὲ Ἐκδικον ἐπέστησαν.”

Jonh Buckler (2003, p. 156) e César Fornis (2008, p. 239) destacam que Rodes era um ponto estratégico para a manutenção da supremacia espartana no Egeu. Rodes atuava como um entreposto para as embarcações egípcias de grãos que tinham a Ática como o seu destino. Logo, os espartanos ignoraram os riscos de uma derrota marítima no Egeu em virtude da oportunidade de dominar Rodes. Afinal, se integrassem Rodes à sua rede política, os espartanos afetariam as conexões atenienses e fortaleceriam as suas bases econômicas diante do *sinédrio de Corinto*. O estabelecimento de uma conexão com Rodes através de um governo oligárquico daria forças para Esparta se manter na Guerra de Corinto por mais tempo, ampliando a sua influência com os helenos do Egeu¹⁴⁵.

Interessa-nos pensar que, embora Esparta quisesse restabelecer a sua centralidade político-militar no Pequeno Mundo helênico, esta não seria alcançada pela força. Ainda que os espartanos almejassem a sua preponderância em vias terrestres, eles reconheciam o quão indispensável era o controle de rotas marítimas para a legitimação de seu *status*, poder e influência na Hélade. Em vista disso, a Confederação do Peloponeso adotou estratégias de combate voltadas para o enfraquecimento econômico de seus adversários, cujo maior exemplo foi a paz que Antálcidas tentara angariar com o auxílio de Tiribazo.

Para consolidar a sua estratégia em Rodes, Xenofonte (*Hell.* 4.8.20-21) nos informa que além de Ecdico como navarco à frente de oito embarcações, Esparta designou Dífridas para se tornar estrategista no lugar de Tíbron com ordens para combater Estrutas. Por sua vez, Diodoro (14.97.1-4) declara que Eudócimo, Filódoco e Dífilas foram indicados para equilibrar a política de Rodes, porém, antes de chegarem à ilha, deveriam retirar os atenienses do poder em Samos. O cruzamento desses indícios destaca as medidas espartanas para ampliar as suas áreas de influência entre as conexões existentes no Egeu. Chama a atenção o foco dos espartanos sobre Samos e Rodes dada a vantagem geopolítica dessas ilhas para os persas e atenienses. Como Esparta e os seus aliados não tinham uma frota poderosa, era necessário escolher pontos específicos para não perderem o pouco do efetivo marítimo do qual dispunham.

¹⁴⁵ No **Mapa 2** – no início do livro – verificamos que a posição de Rodes era estratégica caso Esparta almejasse influenciar a dinâmica da Ásia Menor por vias marítimas, servindo de entreposto para as embarcações vindas do Chipre (leste de Rodes) e do Egito (ao sul), além de facilitar a intervenção militar nas Cíclades.

Assim, vemos a necessidade espartana em equilibrar as suas conexões políticas na Hélade. Entretanto, a Confederação do Peloponeso não diminuiu os seus gastos com a guerra, impactando Esparta de forma negativa. Como o governo espartano deveria prezar pelo bem-estar de todos os membros da Confederação, a realização de conflitos visando os seus interesses gerava despesas com os quais nem todos os seus aliados poderiam arcar, *afrouxando* as conexões das redes políticas lacedemônias. A situação se agravou quando Dífridas teve que enfrentar Estrutas e levando a sua *pólis* a criar uma representação de força diante das investidas do *sinédrio de Corinto*. Nesse contexto, Esparta precisava recuperar pontos estratégicos no Egeu – como Rodes, Samos e Cnido – e manter a sua hegemonia entre os helenos. Concordamos que havia inúmeros caminhos para a preservação de seu poder, mas poucas oportunidades para que essa meta fosse alcançada.

Segundo Xenofonte (*Hell.* 4.8.21), Dífridas se preocupou em obter recursos para diminuir os gastos de Esparta e da Confederação do Peloponeso, algo adequado diante da conjuntura em que se encontravam¹⁴⁶. Em Rodes, Ecdico não obteve o mesmo sucesso que Dífridas na Ásia Menor, sendo por isso substituído por Telêutias. César Fornis (2016, p. 242-243) sugere que a indicação de Telêutias tinha ligações com a influência de Agesilau em Esparta, na Lacedemônia e na Hélade. No entanto, a escolha de Telêutias como comandante foi adequada diante da derrota de diversos líderes espartanos.

Caroline Falkner (1992, p. 254, 371) afirma que Telêutias foi navarco em pelo menos três ocasiões durante a Guerra de Corinto. Embora isso pareça inadequado para a política espartana, o parentesco entre Agesilau e Telêutias permitiu que este não estivesse submetido às leis de Esparta de forma estrita, tal como os demais esparciatas. Entretanto, seria inadequado para a imagem de Agesilau consentir benefícios ao seu irmão, ainda que nada o impedisse disso. Com base nos indícios literários, sugerimos que Telêutias foi representado como um comandante habilidoso, sendo a solução de sua *pólis* em momentos críticos. Portanto, tal como Lisandro em Egospótamo, Telêutias foi considerado a melhor escolha para os interesses de sua *pólis*. Nesse caso, é possível que essa ideia tenha sido

¹⁴⁶ Merece destaque a captura da filha e do genro de Estrutas, Tigranes, quando partiam para Sárdis. Ambos foram libertados após o pagamento de uma grande soma em riquezas, a qual foi empregada para pagar os mercenários que atuavam na Ásia Menor sob o comando de Esparta e da Confederação do Peloponeso.

propagada por Agesilau e as suas redes políticas, no interior da Lacedemônia e fora dela.

Ainda que Telêutias manifestasse os interesses de Agesilau nas *pólis* do Egeu, ele representava os interesses da supremacia espartana sobre os helenos. Com isso, embora Agesilau influenciasse uma parcela das determinações políticas de Esparta, grande parte de suas atitudes visavam a vantagem de sua *pólis*. Logo, qualquer resultado obtido não seria da exclusiva responsabilidade do *basileús*, posto que a escolha de comandantes recaía sobre as instituições governamentais de Esparta, composta por homens de diversas inclinações políticas. Endossamos essa perspectiva pelo fato de Agesilau ter sido pouco citado nas conexões políticas de Esparta no Egeu. Dentre as possibilidades interpretativas, sugerimos que houve outros grupos de preponderância política em Esparta preocupados com a preservação da supremacia espartana sobre as demais *pólis*, tal como o de Agesilau. Por outro lado, haveria grupos influentes na marinha e nestes Agesilau teria pouca influência.

Portanto, os cargos militares de Telêutias foram associados à autoridade de Agesilau. Apesar disso, Telêutias obteve um desempenho positivo diante da conveniência de Esparta, auxiliando Agesilau na tomada de Lequeio (392) e investindo contra o Golfo de Corinto. Em sua trajetória a Rodes, Telêutias foi a Samos e posteriormente a Cnido, assumindo o cargo de Ecdico. Xenofonte (*Hell.* 4.8.23) manifesta que Telêutias se encarregou daqueles que desejassem se aliar a Esparta, estabelecendo algumas interpretações específicas sobre as ações de Esparta nas Cíclades. A existência de grupos aristocráticos nas ilhas do Egeu era a justificativa de uma intervenção espartana nessa área, visto que estes poderiam integrar as conexões de Agesilau e as redes de sua *pólis*.

Se Telêutias foi indicado pelo seu laço de parentesco com Agesilau ou pela sua habilidade de comando, nunca saberemos. Preferimos considerar ambas as causas, afinal, a navarquia de Telêutias foi garantida tanto pela sua capacidade militar quanto pela preponderância de Agesilau na Lacedemônia. Concordamos com John Buckler (2003, p. 156) quando este afirma que, naquele momento, não havia em Esparta um homem mais indicado para o cargo de navarco que Telêutias. César Fornis (2016, p. 243) partilha desta visão, destacando que Telêutias promoveu uma intervenção mais efetiva no Egeu do que os comandantes que o precederam. O cruzamento dos dados documentais e das análises historiográficas destaca, portanto, que as habilidades de Telêutias o levaram a ser escolhido como navarco. Diante de sua crise econômica, Esparta precisava de um

comandante que assegurasse o seu poder na Hélade, o que tornava Telêutias a escolha mais adequada para essa conjuntura político-militar¹⁴⁷.

Em meio a esse cenário de tensões, em 389 Telêutias regressou à Lacedemônia e foi substituído por Hierax. Este esparciata deixou o seu vice-almirante (*epistoleús*), Górgopas, como *harmostês* de Egina para ameaçar os interesses comerciais de Atenas (Xen. *Hell.* 5.1.5). O sucesso de Trasíbulo permitiu que os atenienses controlassem o Helesponto, interferindo na economia da Jônia e das ilhas do Egeu, o que chamou a atenção de Artaxerxes II¹⁴⁸. Para reagir às ações atenienses, Artaxerxes restabeleceu Tiribazo como sátrapa de Sárdis para que favorecesse os interesses espartanos (Xen. *Hell.* 5.1.6). Contudo, Tiribazo não prezava unicamente pelo bem-estar de Esparta, mas também considerava os riscos que a política imperialista de Atenas causaria aos interesses persas. Portanto, a sua conexão com Esparta e o Peloponeso se adequava à existência de um inimigo comum a ser combatido. Assim, o governo espartano e Artaxerxes retomaram os seus vínculos políticos que, devido a sua amplitude, passaram a congregar inúmeras redes políticas periféricas em toda a Hélade.

3.2 A Paz de Antálcidas e os seus efeitos nas redes políticas de Esparta

Entre 388 e 387, as circunstâncias levaram Antálcidas a ser nomeado navarco com o intuito de beneficiar Tiribazo. A ideia era de que, juntos, persuadissem Artaxerxes a concordar com um tratado de paz composto por todos os helenos (Xen. *Hell.* 5.1.6). Como demonstra Xenofonte (*Hell.* 5.1.25), em 387, Antálcidas e Tiribazo haviam regressado do encontro com Artaxerxes, do qual firmaram uma aliança entre Esparta e a dinastia aquemênida. Na cena enunciativa composta, Esparta sabia o

¹⁴⁷ Xenofonte (*Hell.* 4.8.25-30) indica que, nesse momento, Trasíbulo foi nomeado estrategista na Ásia Menor para combater as investidas espartanas na região. Muito embora ele tenha obtido sucesso em suas incursões no Helesponto, a desmedida de seus guerreiros fez com que fosse morto em Aspendon, em 388 (ver Diod. Sic. 14. 99.4-5). Em seguida, os atenienses enviaram Ifícrates para substituí-lo. Ifícrates enfrentou e venceu o esparciata Anaxibio, *harmostês* de Ábidos. Xenofonte (*Hell.* 4.8.32-39) enfatiza que Anaxibio agiu de forma inadequada por não manter os seus homens em ordem e por não realizar os sacrifícios necessários à marcha.

¹⁴⁸ Charles Hamilton (1979, p. 298) manifestou essa perspectiva e destacou que o *grande rei* passou a suspeitar de Atenas em virtude da conjuntura apresentada.

que fazer diante da conjuntura e a quem beneficiar, o que levou à escolha de Antálcidas como emissário junto a Artaxerxes. Embora a nomeação de Antálcidas se alinhasse ao interesse político de algum grupo particular de Esparta, defendemos que essa decisão foi tomada visando aos interesses gerais de sua *pólis*.

Em Xenofonte (*Hell.* 5.1.25-29), Antálcidas foi representado como um homem dotado de grandes habilidades políticas e estratégicas, as quais eram passíveis de utilização em praticamente todas as instâncias políticas esperadas por Esparta. Nas *Helênicas*, vemos Antálcidas soube efetuar manobras militares que ameaçaram a supremacia dos atenienses no Egeu. Além de ampliar embarcações frota com os navios peloponésios vindos de Siracusa, o apoio de Tiribazo assegurou a tripulação (de mercenários) para os seus barcos de guerra.

No entanto, a documentação literária nos informa que Antálcidas tinha uma conexão de *xenia* com o sátrapa Ariobarzanes. Segundo a *Encyclopaedia Iranica Online*, Ariobarzanes foi sub-sátrapa dos territórios da Frígia Helespontina e, em 387, substituiu Farnábazo¹⁴⁹ na condição de sátrapa dessa mesma localidade.¹⁵⁰ Ao considerarmos que Farnábazo era partidário da política expansionista ateniense e atuou com Cónon no Egeu, a sua retirada do cenário político-militar da Ásia Menor favoreceu os interesses espartanos. Por sua vez, como Ariobarzanes era *xénos* de Antálcidas, a colaboração entre ambos favorecia os interesses espartanos, posto que Antálcidas atuava como embaixador espartano nessa ocasião. Caso ele tivesse uma boa atuação como embaixador e navarco, a sua carreira e influência política ganhariam destaque.

As conexões políticas entre Antálcidas, Ariobarzanes e Tiribazo confirmam a perspectiva de que toda e qualquer realização de grandes proporções – como foi a aliança entre Esparta e o Império Aquemênida – necessitava da atuação conjunta de homens e grupos políticos influentes. Nesse caso, citamos Charles Kadushin (2012, p. 3), para quem a finalidade de uma rede é formar ligações que gerem dependências mútuas entre os seus nós, em que as obrigações reforcem a necessidade de se atuar em

¹⁴⁹ Segundo Xenofonte (*Hell.* 5.1.28), Farnábazo se retirou para se casar com uma das filhas de Artaxerxes. Em certa medida, esse trecho dialoga com outro passo da obra de Xenofonte (*Hell.* 4.1.34-37), no qual Farnábazo se reuniu com Agesilau para discutir as diretrizes de uma possível aliança. Afinal, Artaxerxes concedeu a liderança militar de sua frota a Farnábazo e honrou-o com a mão de sua filha pelos serviços prestados.

¹⁵⁰ Link de acesso: <http://www.iranicaonline.org/articles/ariobarzanes-greek-form-of-old-iranian-proper-name-arya-brzana> Acessado em: 17/10/2023.

conjunto. Sendo assim, pensar a associação entre esses comandantes é considerar que as relações e as redes políticas individuais de cada um se vinculavam com algo muito mais denso. Em outras palavras, uma parcela significativa dos nós das conexões políticas destes atores sociais se atrelou às redes políticas de suas respectivas comunidades.

O que nos remete a outro elemento importante, ou seja, o uso que a *pólis* ou o reino fazia das conexões políticas de seus homens mais influentes. A existência de indivíduos poderosos com vínculos para além do espaço geopolítico de suas comunidades permitia que o governo atuasse no exterior através deles. Portanto, embora um ator social almejasse o benefício de suas conexões e de suas redes políticas, nenhuma rede individual se formou sem o conhecimento e a vantagem do poder político de sua pátria. No caso de Antálcidas, Esparta teve consciência das suas conexões políticas na Hélade, bem como das vantagens advindas dessas interações. Entretanto, como Antálcidas mantinha conexões de *xenia*, isso facilitou as atitudes espartanas na Jônia, as quais tanto privilegiaram o governo espartano quanto o desempenho de Antálcidas na Ásia Menor.

Diante disso, pensar as ações de um sujeito dissociadas de toda a realidade que o circundava é simplificar a percepção de uma comunidade e realizar investigações deficitárias em sua base fundamental de análise. Charles Kadushin (2012, p. 11) apontou que não podemos pensar as conexões humanas alheias às redes sociais em que se inserem, afinal as organizações sociais agem diretamente no modo de pensamento e nas atitudes dos atores sociais e impactam nas conexões que estes estabelecem.

Dessa forma, a atuação de Antálcidas na costa da Ásia Menor e nas Cíclades ameaçava o desenvolvimento da confederação marítima ateniense¹⁵¹. Antálcidas, por outro lado, adotou uma postura semelhante à de Lisandro após a vitória de Egospótamo, bloqueando o Helesponto e impedindo que as embarcações atenienses voltassem com suprimentos para a sua *pólis*. Isso fez Atenas repensar a sua posição na dinâmica geopolítica do Egeu, dispondo-se a firmar um tratado de paz com Esparta e os persas. A situação para Atenas se tornou delicada, pois embora apoiasse as revoltas contra Artaxerxes, ela acabou priorizando a sua própria preservação. Sendo assim, as ações de Antálcidas, Tiribazo e Ariobarzanes contribuíram para que os interesses imediatos de Esparta e do Império Aquemênida se realizassem.

¹⁵¹ Nesse momento, Atenas não detinha uma confederação consolidada, mas vinha alicerçando as bases de uma aliança político-militar nos moldes confederativos de outrora.

Defendemos que a postura de Esparta foi estratégica e cautelosa diante da situação em que se encontrou com o desenvolvimento da Guerra de Corinto. Assim, o governo lacedemônio teve de considerar o seu *status* e posição no Pequeno Mundo helênico para decidir os meios de conservar uma dinâmica política favorável, mesmo em um cenário desfavorável à sua supremacia na Hélade. Por isso, Esparta considerou a sua autoridade como um nó central nas redes que existiam em grande parte da Hélade para suplantar os excessos de suas medidas e reforçar a sua conexão com aqueles que garantiriam a sua influência política num *Pequeno Mundo* com múltiplos poderes políticos.

Diferentemente da Guerra do Peloponeso, em que identificamos uma polarização de interesses, o século IV vivenciou algo distinto. Muitas *pólis* se fortaleceram com a desestruturação de Atenas e com os lucros advindos de expedições militares no Mediterrâneo. Tebas foi o exemplo mais significativo, chegando a estabilizar a sua supremacia entre os beócios (Pascual González, 2007). Como o nosso intuito foi cruzar indícios documentais para evitarmos anacronismos históricos, ampliamos a percepção histórica dos embates helênicos do século IV, para aperfeiçoarmos o nosso entendimento das redes políticas de Esparta.

Com a Paz de Antálcidas, Esparta submeteu uma parcela dos helenos aos seus interesses. Para Robin Seager (2008, p. 156), os espartanos conseguiram subordinar os seus inimigos, tornando-os impotentes diante de suas medidas. Rafael Sealey (1976, p. 395-396) destaca que esse tratado reforçou a preponderância de Esparta sobre a Hélade com o *beneficício* e o financiamento de Artaxerxes II. Essa situação foi consolidada com o apoio que Esparta recebia de sua conexão com Dionísio I de Siracusa. Nesse caso, Esparta passou a contar com o Império Aquemênida e Siracusa como parte integrante dos elos de sua rede política. O poder econômico e militar dos persas e dos siracusanos fazia com que Esparta fosse cautelosa em suas ações, uma vez que a supremacia sobre os helenos era o seu verdadeiro objetivo.

Para conservar esse apoio Esparta, renunciou a Jônia, além de dedicar uma parte dos seus esforços no auxílio mútuo a Artaxerxes e a Dionísio, quando fosse necessário. Com isso, a mutualidade foi essencial para que Esparta alcançasse os seus objetivos na Hélade e minimizasse as oposições oriundas de seus inimigos. Se nos voltarmos aos esforços de Tebas e Atenas em ampliar a sua influência no continente e no Egeu, estabilizar as disputas helênicas a favor da Confederação do Peloponeso era fundamental para os espartanos e as suas conexões políticas. Diante disso,

consolidar vínculos com Artaxerxes e Dionísio I impedia que outras potências ameaçassem o poder político-militar de Esparta, além de suprimir o prestígio da Ática e da Beócia. Essas ações difundiram como era grandioso o lugar espartano nas redes mediterrânicas, consolidando as conexões políticas da Lacedemônia com *póleis* fragilizadas pela crise que se abatia na Confederação do Peloponeso.

3.3 Agesilau e a Paz de Antálcidas

Com a Paz de Antálcidas, Esparta ganhou tempo para reorganizar as suas conexões políticas, o que nos remete à ideia de conexões de homofilia proposta por Charles Kadushin (2012, p. 9, 18), e que consistem em vínculos estabelecidos entre nós que manifestam interesses em comum. Tanto os espartanos quanto os persas tinham o interesse de impedir que os helenos ficassem sem uma liderança no Egeu. Para Artaxerxes o governo espartano era um intermediário dos seus objetivos na Hélade, impedindo Atenas de ampliar a sua influência nas Cíclades e na Jônia¹⁵². Como a posição de Tebas na Beócia não estava consolidada, Artaxerxes preferiu firmar uma aliança com Esparta em vez de arriscar uma conexão densa com os tebanos.

John Buckler e Hans Beck (2008, p. 71) consideram que a Paz de Antálcidas apenas consolidou os interesses de Artaxerxes com a Hélade. O primeiro dos objetivos persas era o fim das contendas entre as *póleis*, para que o seu contingente de guerreiros bem-treinados ficasse à disposição do Império Aquemênida. Por outro lado, ao tornar as *póleis* economicamente

¹⁵² Isócrates (4.117, 121) enfatiza que a Paz de Antálcidas foi injusta em suas pretensões, posto que escravizou muitos helenos para o Império Aquemênida. O orador se aproveita do discurso para denunciar Esparta, cuja supremacia favorecia unicamente aos persas, enquanto Atenas soube estabelecer – no século V – uma autoridade marítima que tinha a liberdade dos helenos como o seu objetivo fundamental. Demóstenes (15.29) segue uma linha semelhante, ao elogiar os acordos de paz feitos por Atenas, no século V, e denunciando a Paz de Antálcidas proposta por Esparta. A cena enunciativa desses autores foi singular, afinal, Isócrates vivenciou a transformação de Atenas na passagem do século V ao IV e criou um discurso denunciando a postura espartana com os termos de paz firmados com Artaxerxes. Demóstenes, por sua vez, nasceu depois da Paz de Antálcidas e escreveu o seu discurso (*Pela liberdade dos ródios*) baseado nos feitos atenienses do passado para demonstrar que as ações do sátrapa da Cária, Mausolo, foram inadequadas, manifestando a necessidade de os democratas retornarem ao território ródio. Com isso, Demóstenes se esforçou para representar Atenas como uma *pólis* historicamente justa.

dependentes, Artaxerxes garantiria o auxílio dos helenos nos enfrentamentos que tinha de realizar nas satrápias revoltosas. Logo, os persas não dispunham somente de mercenários, mas de apoio político-militar das *pólis* com as quais mantinha conexões políticas. Buckler e Beck (2008, p. 71-73) exaltaram a postura de Antálcidas, ao perceber que a hegemonia espartana diante da rede informal que constituía o *sinédrio de Corinto* seria alcançada quando os persas deixassem de ser inimigos. Sendo assim, a Paz de Antálcidas beneficiava, sobretudo, a autoridade persa na Ásia Menor e numa parcela das Cíclades. Do mesmo modo, Antálcidas foi um político e um estrategista singular, cuja fama foi fomentada num período em que os espartanos careciam de comandantes competentes e envolvidos com os interesses de sua *pólis*.

A preponderância da dinastia aquemênida no estabelecimento da Paz de Antálcidas está associada a assimetria de recursos que ela tinha se comparada às *pólis*. Portanto, para Artaxerxes e os seus sátrapas, era interessante que os helenos estivessem dispostos a combater, impedindo uma mobilização conjunta entre as *pólis* para enfrentar os domínios persas. Essa premissa acaba se chocando com as cenas enunciativas dos autores helênicos – ou de matriz helênica – que focaram as suas análises nos feitos e nas ações *poliades*.

Graças ao auxílio persa, Esparta se beneficiou com a Paz de Antálcidas e consolidou os seus interesses político-militares na Hélade. Entretanto, é possível que Agesilau tenha influenciado muitas decisões políticas dos magistrados espartanos, pelo poder de suas conexões na Lacedemônia. Paul Cartledge (1987, p. 369-370) partilha dessa perspectiva, destacando que Agesilau retribuiria aos tebanos a ofensa que sofrera em Áulis às vésperas de sua partida para a Ásia Menor – sendo impedido de sacrificar a Ártemis, tal como Agamêmnon em sua partida para Troia. Se as palavras de Cartledge estiverem corretas, a intervenção política do Agesilau se tornou possível devido às conexões que fomentou entre os espartanos desde a sua juventude. O poder que Agesilau engendrou com a sua rede política espartana fez com que o seu *status* e influência fossem instrumentos a seu favor na tomada de decisões políticas do governo. Por outro lado, mesmo possuindo conexões densas na Lacedemônia, ele conservava

inimizades que o impediam de tomar decisões diretas e amistosas entre os magistrados espartanos¹⁵³.

Entretanto, a documentação literária não converge sobre os benefícios de Agesilau com a Paz de Antálcidas. Para Plutarco, Agesilau não participou dessa paz comum (*koinḗ eirḗnē*) para não ser considerado um traidor pelos jônios, posto que o acordo com os persas tornava os helenos da Ásia Menor tributários do Império Aquemênida:

Quando Cõnon e Farnábazo, com a frota do grande rei, tornaram-se senhores do mar e passaram a devastar a costa da Lacedemônia, e após as muralhas de Atenas terem sido reconstruídas com as riquezas fornecidas por Farnábazo, os lacedemônios decidiram fazer a paz com o *basileús* [da Pérsia]. Para esse fim, eles enviaram Antálcidas para Tiríbazos, e da maneira mais vergonhosa e ilícita entregou ao rei todos os helenos que viviam na Ásia, em cujo nome Agesilau havia travado guerra. Logo, Agesilau não poderia ter tomado qualquer parte em toda essa infâmia (Plut. *Ages.* 23.1)¹⁵⁴.

Considerando os esforços de Agesilau em fomentar conexões com os jônios como um *salvador*, o argumento de Plutarco fez sentido. Plutarco (*Ages.* 23.1-3) deu continuidade a sua cena enunciativa, destacando que Antálcidas pretendia acabar com a Guerra de Corinto para que Esparta se recuperasse de tantas perdas humanas e materiais oriundas de anos sucessivos de enfrentamentos militares.

Se tomarmos Xenofonte (*Hell.* 3.4.25-26) e a cena enunciativa do diálogo entre Títrostes e Agesilau, este manteve o enfoque no bem-estar de Esparta, ainda que isso significasse abandonar os seus interesses imediatos. Esse cenário contrapõe a imagem proposta por Plutarco, afinal, a circunstância tornava preferível para Esparta entregar os jônios aos persas

¹⁵³ No capítulo 1 debatemos sobre como Agesilau se utilizou das circunstâncias e da influência de suas conexões políticas para manifestar os seus interesses diante de todas as magistraturas de Esparta.

¹⁵⁴ “ἐπεὶ δὲ Κόνων καὶ Φαρνάβαζος τῷ βασιλέως ναυτικῶν θαλαττοκρατοῦντες ἐπόρθουν τὰ παράλια τῆς Λακωνικῆς, εἰτειχίσθη δὲ καὶ τὸ ἄστυ τῶν Ἀθηναίων Φαρναβάζου χρήματα δόντος, ἔδοξε τοῖς Λακεδαιμονίοις εἰρήνην ποιῆσθαι πρὸς βασιλέα: καὶ πέμπουσιν Ἀνταλκίδαν πρὸς Τίριβαζον, αἰσχίστα καὶ παρανομώτατα τοὺς τὴν Ἀσίαν κατοικοῦντας Ἕλληνας, ὑπὲρ ὧν ἐπολέμησεν Ἀγησίλαος, βασιλεῖ παραδιδόντες, ὅθεν ἦμισα συνέβη τῆς κακοδοξίας ταύτης Ἀγησίλαφ μετασχεῖν.”

a lutar para conservá-los autônomos. Uma vez que Agesilau priorizava os interesses de sua *pólis*, ele não foi contrário à aliança com os persas.

A sua representação de Agesilau e Antálcidas desenvolveu modelos de conduta política para uma audiência helênica e latina, entre os séculos I e II EC. Plutarco estabeleceu posições específicas para cada um dos personagens, posicionando-os em polaridades específicas em sua enunciação. Esse contexto fez com que representasse Antálcidas e Agesilau como rivais políticos, algo que não verificamos em outra documentação.

Por outro lado, Xenofonte (*Ages.* 2.21) apresenta a ideia de que Agesilau era contrário à Paz de Antálcidas até que os tebanos, os coríntios e os flísiolos desterrados fossem aceitos em suas *pólis* de origem. Nas *Helênicas* (5.1.32), Agesilau não aceitou compactuar com os helenos se Tebas permanecesse como líder da Confederação Beócia. Diferentemente de Plutarco, Xenofonte defende que Agesilau não se opôs ao acordo de paz com Artaxerxes, pois este beneficiava Esparta e as conexões políticas de Agesilau com os exilados de Tebas, de Corinto e de Fliunte. A imagem elaborada por Xenofonte enfatiza como Agesilau pensava a posição dos jônios em sua rede, considerando que o contato com eles se tornou pouco usual com a derrota de Cnido e o seu retorno para Esparta. Portanto, era mais vantajoso para o *basileús* e para Esparta firmarem vínculos com Artaxerxes em vez de conservarem a imagem de *protetores da Ásia Menor*.

As *Helênicas* foram utilizadas pela historiografia contemporânea para endossar o seu ponto de vista, no qual Agesilau foi o artífice da desestruturação de Esparta, iniciada com a sua ofensiva a Tebas. No entanto, a nosso ver, Agesilau tinha interesses políticos maiores, os quais não se limitavam a Tebas. Ainda que os tebanos ameaçassem os interesses militares espartanos, justificando todas as tentativas de Esparta por debilitá-los.

Scott Rusch (2011, p. 182) endossa essa perspectiva, pois, se Antálcidas e Agesilau eram inimigos, ambos ao menos souberam lidar com as suas divergências pelo bem de Esparta. Do mesmo modo, eles concordaram sobre a necessidade de dismantelar a influência tebana na Beócia e de Atenas no Egeu. Com a Paz de Antálcidas, Esparta rejeitou a sua preponderância marítima, perdida com a batalha de Cnido, e se voltou unicamente às expedições terrestres, cujo potencial poderia restabelecer o poder da rede política espartana sobre os helenos. Nesse caso, alinhamos a Xenofonte, posto que o interesse de Agesilau era enfraquecer todos os inimigos de Esparta para que esta ampliasse as suas áreas de influência na Hélade.

Xenofonte (*Hell.* 5.1.33) e Plutarco (*Ages.* 22.1-2) afirmam que Agesilau se utilizou da Paz de Antálcidas para prejudicar Tebas em virtude do ódio pessoal que nutria por ela. Embora Agesilau nutrisse rancor pelos tebanos, não devemos generalizar esse sentimento, uma vez que os exilados de Tebas integravam as suas conexões políticas. De todo modo, a indignação pessoal do *basileús* se iniciou com a situação em Áulis ou mesmo com a liderança de Tebas no *sinédrio de Corinto*.

Considerando as cláusulas do acordo de paz – estabelecidas e apresentadas entre o outono de 387 e o inverno de 386 – os objetivos de Esparta e ao papel do Império Persa na dinâmica político-militar da Hélade foram explicitados:

O *basileús* Artaxerxes considera justo que sejam suas as cidades da Ásia e as ilhas de Clazômenas e Chipre. Ele acredita que todas as outras *póleis* da Hélade, pequenas e grandes, devam ficar livres para se governarem, com exceção de Lemnos, Imbros e Esciros, que permanecerão sujeitas aos atenienses, como no passado. Se alguma das partes não aceitar essa paz: “eu declararei guerra, na companhia dos que desejarem, por terra e por mar, com naus e recursos” (*Xen. Hell.* 5.1.31)¹⁵⁵.

Vemos nesse trecho das *Helênicas* que Atenas era menos ameaçadora aos interesses de Esparta do que Tebas. O aparente desinteresse espartano pelas vias marítimas e mesmo pela Ásia Menor destacou a sua preocupação imediata com as conexões regionais do Peloponeso e adjacências. Ao ceder Lemnos, Imbros e Esciros a Atenas, Esparta angariou o apoio ateniense contra a ampliação do poder político-militar tebano. Esse posicionamento ratifica os motivos pelos quais Esparta não destruiu Atenas com o fim da Guerra do Peloponeso, dado que o posicionamento geográfico dessa *pólis* seria útil contra o expansionismo tebano na Hélade.

Ao determinar que só aceitaria a paz se os exilados coríntios, tebanos e flíasios regressassem às suas *póleis*, Agesilau manifestou um

¹⁵⁵ “Ἀρταξέρξης βασιλεὺς νομίζει δίκαιον τὰς μὲν ἐν τῇ Ἀσίᾳ πόλεις ἑαυτοῦ εἶναι καὶ τῶν νήσων Κλαζομενάς καὶ Κύπρον, τὰς δὲ ἄλλας Ἑλληνίδας πόλεις καὶ μικρὰς καὶ μεγάλας αὐτονόμους ἀφεῖναι πλὴν Λήμνου καὶ Ἴμβρου καὶ Σκύρου: ταύτας δὲ ὥσπερ τὸ ἀρχαῖον εἶναι Ἀθηναίων. ὁπότεροι δὲ ταύτην τὴν εἰρήνην μὴ δέχονται, τούτοις ἐγὼ πολεμήσω μετὰ τῶν ταῦτα βουλομένων καὶ πεζῇ καὶ κατὰ θάλατταν καὶ ναυσὶ καὶ χρήμασιν.”

interesse pessoal e a vontade do governo espartano. Num aspecto particular, Agesilau fortaleceu a dependência das conexões de sua rede política, fazendo com que os exilados tivessem uma dívida de gratidão com ele e o auxiliassem quando houvesse a necessidade¹⁵⁶. Por outro lado, a presença de exilados em suas *póleis* de origem desestabilizaria a política local e favoreceria qualquer tipo de intervenção espartana.

Outra decisão importante foi estabelecer que os tebanos deveriam libertar as *póleis* da Beócia para serem aceitos no acordo de paz. Embora a determinação tenha partido de Agesilau, esta demarcava o fim da Confederação Beócia e a diminuição da influência tebana em suas conexões na Hélade Central e do Norte (Xen. *Hell.* 5.1.32-33). As medidas de Agesilau destacam que, embora beneficiassem as suas conexões em instâncias políticas, sociais e econômicas, estas integravam a política expansionista de Esparta, visando minimizar a influência de possíveis rivalidades militares na Hélade. Em suma, o governo espartano concordou com a decisão de Agesilau para que Tebas enfraquecesse as suas redes políticas na Hélade, enquanto as de Esparta se fortaleciam.

Embora a Paz de Antálcidas tenha esfacelado a propaganda pan-helênica que Xenofonte atribuiu a Agesilau, a manutenção de contingentes na Jônia requeria investimentos que Esparta não possuía. Com isso, o tratado de paz fez os espartanos se dedicarem unicamente aos embates na Hélade Central e do Norte e no Peloponeso. Somadas a isso, as cláusulas da paz comum (*koinè eiréne*) permitiram que Esparta se aproveitasse da situação para se impor sobre os seus antigos inimigos, legitimando a sua supremacia na Hélade. Consideramos que a Guerra de Corinto debilitou o poder político-militar de Esparta e, portanto, o fim dos enfrentamentos bélicos permitiu que os espartanos recuperassem a sua soberania militar. Agesilau se aproveitou da ocasião para impedir que Tebas mantivesse a liderança sobre a Confederação Beócia, tendo como justificativa a determinação de que todas as *póleis* deveriam ser livres. Essa política se estendeu a Argos e Corinto¹⁵⁷ e à conexão política que ambas vinham mantendo no início do século IV.

Diodoro da Sicília (14.110.4) afirma que os tebanos, os atenienses e outros helenos não estavam satisfeitos com a entrega dos jônios a

¹⁵⁶ Questionamos se não foi essa a situação de Xenofonte na batalha de Coroneia, em 394.

¹⁵⁷ Como um representante direto de Esparta, Agesilau teria ameaçado Argos e Corinto para que se separassem e, diante da situação, os coríntios que haviam promovido o massacre de oligarcas se exilaram voluntariamente (Xen. *Hell.* 5.1.34).

Artaxerxes II, mas desejavam o fim dos conflitos e aceitaram os termos da paz. Diodoro nos leva a problematizar a ideia de uma verdadeira conciliação entre os helenos. Aparentemente, as grandes potências entre as *póleis* não pareciam dispostas a renunciar os seus privilégios diante de *póleis* menores. Segundo Xenofonte (*Agés. 2.21*), certas comunidades helênicas se tornaram tolerantes às imposições espartanas.

Françoise Ruzé e Jacqueline Christien (2007, p. 266) esclarecem que as intervenções político-militares de Esparta em outras *póleis* se deram em nome da paz comum. Xenofonte (*Hell.5.2.1*) parece ter sido a base do argumento dessas autoras, ao expor que Esparta castigou os helenos que tinham atuado em favor do *sinédrio de Corinto* e dos persas, antes do tratado de paz. Isso demonstra que os espartanos consideravam os seus opositores como desleais à supremacia de Esparta sobre a Hélade e mereciam ser punidos. Entretanto, tal como Agesilau e Lisandro, o ímpeto do governo espartano se mostrará uma *faca de dois gumes*, pois, em vez de se utilizar da Paz de Antálcidas para reequilibrar a sua política interna, Esparta preferiu instigar enfrentamentos entre os próprios helenos.

3.4 A Paz de Antálcidas como instrumento político-militar de Esparta

A autoridade adquirida por Esparta com o fim da Guerra do Peloponeso e por meio de sua aliança com Artaxerxes revitalizou a sua autoridade militar entre os helenos. O governo espartano não permitiu que a soberania recém-recuperada com a Paz de Antálcidas fosse novamente ameaçada. César Fornis (2008, p. 317) indica que a paz comum entre os helenos fez Esparta alcançar com a diplomacia o que não havia conseguido por meio das armas. Esparta almejava fortalecer as suas redes políticas através da força e da coerção, estratégia parcialmente eficiente e que trazia em si consequências desfavoráveis. Nesse caso, a hegemonia espartana se legitimou nos princípios da paz, cuja efetividade foi garantida com o estabelecimento de oligarquias laconizantes nas *póleis* inimigas. A criação de guarnições com *harmostai* e a imposição de tributos aos aliados asseguraram os gastos dessa política e a posição que Esparta ocupou junto aos helenos.

Esparta empregou a Paz de Antálcidas como prova de lealdade para os helenos, na qual todas as *póleis* que atuaram em benefício espartano não foram punidas, enquanto os seus inimigos eram atacados para servirem de exemplo aos demais. A postura espartana foi um grande abuso de poder político que se travestiu da ideia de justiça. Ao exigir que Tebas *libertasse* os

membros da Confederação Beócia sem suprimir a Confederação do Peloponeso, Agesilau e Esparta demarcaram a diferença de posição entre os adeptos da Paz de Antálcidas. John Buckler e Hans Beck (2008, p. 72-73) afirmam que “pela primeira vez em dezoito anos a Hélade desfrutou de uma paz geral, mas a questão permaneceu sobre como ela perduraria. A História muitas vezes ensinou que é mais fácil vencer uma guerra que manter uma paz”. A assertiva de Buckler e Beck representou a situação das *pólis* frente à hegemonia espartana imposta com a Paz de Antálcidas.

O primeiro alvo do intervencionismo espartano foi Mantineia, em 385. Segundo Xenofonte (*Hell.* 5.2.1-2), o ataque a Mantineia se justificou pelo seu auxílio prestado aos argivos durante a Guerra de Corinto, além de não acompanhar os espartanos em batalhas, chegando inclusive a agir de malgrado nos enfrentamentos de que participou. Esparta enviou emissários aos mantineus para que estes demolissem as suas muralhas como um sinal de confiança, ou seriam considerados inimigos. Para os espartanos, os mantineus se agradavam dos problemas de Esparta e ficavam invejados com os benefícios que esta obtinha. Nesse sentido, se o governo espartano não projetasse uma imagem de autoritarismo em suas ações, as *pólis* inimigas poderiam se tornar aliadas umas das outras, haja vista que, segundo Kadushin (2012, p. 27), o nó central de uma rede tende a atrair conexões pela sua capacidade de fornecer bens, recursos e informações, bem como a proteção aos seus associados.

Xenofonte (*Hell.* 5.2.3) relata que Agesilau pediu para não participar da expedição contra os mantineus como um sinal de gratidão por todo o auxílio que estes prestaram ao seu pai, Arquídamos II, na Guerra do Peloponeso. Uma vez que Xenofonte percebeu a ilegalidade das medidas espartanas, foi adequado criar argumentos capazes de afastar essa imagem desfavorável de Agesilau. Por sua vez, embora Agesilau tivesse muitos aliados em Mantineia, a sua abstenção do serviço militar pretendia assegurar a lealdade de seus amigos e a manutenção de suas conexões políticas com os mantineus.

Diodoro da Sicília (15.5.1) manifesta que Esparta tinha motivos particulares para não obedecer ao acordo de paz, pois desejavam recuperar o poder que tinham sobre a Hélade. Essa visão coaduna Xenofonte na *Constituição dos Lacedemônios*¹⁵⁸ (14.3-4), onde vemos que os espartanos de seu

¹⁵⁸ O capítulo quatorze da *Constituição dos Lacedemônios* é considerado uma inserção posterior ao conjunto da obra, uma vez que Xenofonte rompe o seu discurso e a sua representação elogiosa de Esparta para caracterizar os seus excessos. Michael Lipka (2002, p. 28) sugere

tempo eram desejosos do comando em regiões estrangeiras e se exaltavam por possuírem riquezas. Ao denuncia-los, Isócrates (4.126; 8.100) informa que estes foram injustos com os helenos, o que culminará na insatisfação de muitas *póleis* e nos desastres que se abaterão sobre a Lacedemônia.

Assim, Esparta perdeu toda a preponderância que tinha antes da Guerra de Corinto e os seus cidadãos ansiavam por recuperar a influência e as riquezas oriundas dos conflitos na Hélade. Desse modo, os *esparciatas* não aceitaram as limitações impostas pela Paz de Antálcidas. Por meio do cruzamento dos indícios Xenofonte, Isócrates e Diodoro, verificamos que, embora Agesilau tenha tentado intervir em diversas conexões políticas de sua *pólis*, a autoridade político-social de Esparta era soberana. Esta tendência enfatizou a preocupação dos *esparciatas* em assegurar o poder afim de enriquecer e ampliar os seus vínculos com homens poderosos de toda a Hélade. Nesse caso, subjugar os inimigos de Esparta não foi uma prática exclusiva de Agesilau, pois todos os espartanos influentes se beneficiaram com essa política intervencionista.

Diodoro (15.5.2) reitera que Esparta obteve suporte para as suas investidas militares durante a Paz de Antálcidas por ter aliados políticos prestigiosos (*philóxenois*) em outras *póleis*. Isso demonstra que Esparta realizou os seus interesses com o apoio de pessoas importantes em outros territórios. Sendo assim, a pressão promovida por Agesilau para que as demais *póleis* helênicas aceitassem o regresso de seus exilados para concretizar a Paz de Antálcidas enfatiza que estes atuariam em benefício de Esparta. Aqui, temos o funcionamento das conexões políticas assimétricas – nos moldes do clientelismo –, pois, o auxílio do governo espartano aos desterrados de inúmeras regiões estabelecia a retribuição destes ao(s) seu(s) benfeitor(es) quando houvesse necessidade¹⁵⁹.

Os indícios documentais demonstram que os espartanos receberam auxílio em suas expedições e o apoio necessário para elas não fossem concebidas como uma violação ao acordo de paz ou, ainda que fossem, não houvesse retaliações. No caso de Mantínea, Agesilau não teve participações

que o capítulo quatorze é fruto das decepções que Xenofonte sofreu pelo comportamento inadequado de Esparta no século IV. O autor acrescenta esse trecho foi escrito já no final da vida de Xenofonte, num pedaço de papiro junto ao restante da obra, sendo depois inserido por um copista tardio no lugar errado.

¹⁵⁹ Por outro lado, Isócrates (4.175) defendeu que os helenos que integraram a Paz de Antálcidas e agiram a favor de Esparta foram forçados a tais atitudes. Esse ponto de vista se adequa às denúncias fomentadas por Isócrates e ignora que muitos helenos se associaram a Esparta para receber benefícios e proteção.

diretas na expedição contra esta *pólis*, legitimando o interesse particular de Esparta sobre Mantineia. Desse modo, Agesilau não foi o único culpado pela desestruturação espartana, uma vez que a maioria das determinações políticas desta *pólis* se deu por objetivos próprios ou de outros homens influentes desta *pólis*.

Esses indícios assinalam que muitos helenos compactuaram com o descomedimento espartano, o que nos remete aos estudos de Kadushin (2012, p. 74-75), nos quais os nós que integram uma rede reconhecem a centralidade de seu líder, o que não significa a ausência de interesses. Numa rede com conexões formais (alianças e vínculos de *xenia*), há uma obrigação mútua entre os atores/grupos sociais envolvidos, porém, em conexões informais, os nós se aglomeram em pequenos grupos (*clusters*) em relação ao seu líder. Isso cria um sistema de posições (*ranking system*), no qual o apoio às atitudes de um nó central pode angariar apoio aos laços que integram a sua rede. Contudo, mesmo que esses atores/grupos concordem com os gestos de seu líder, eles acabam desenvolvendo sentimentos de repulsa para com o seu dirigente e esperam o momento oportuno para firmar conexões com nós mais poderosos para suplantar o seu antigo vínculo.

Convergimos Peter Funke (2009, p. 7-9) de que a liderança de Esparta sobre a Confederação do Peloponeso se desgastou, sobretudo com a conclusão da Guerra do Peloponeso. Entretanto, o governo de Esparta atuou de forma intensa para recuperar e assegurar a sua supremacia, inicialmente sobre as *pólis* da ilha de *Pélops*. Funke (2009, p. 9) afirma que a intervenção de Esparta em Mantineia e, ao citar Tucídides¹⁶⁰, Mantineia consolidou o seu poder sobre as *pólis* da Arcádia, cuja extensão alcançava o norte da Lacedemônia. A existência de uma Confederação na Arcádia, opondo-se aos interesses de Esparta e atuando como sua inimiga, era inaceitável aos espartanos.

Nessa ocasião, era admissível que os magistrados espartanos se mobilizassem contra as ameaças que existiam no Peloponeso para conservarem a segurança de seu território, bem como o *status* e a influência de Esparta. Assim, Esparta investiu todos os esforços possíveis para se manter à frente dos helenos, ainda que isso fosse uma violação à Paz de Antálcidas. Por outro lado, o uso que fizeram da força levou à degradação

¹⁶⁰ As passagens de Tucídides citadas por Peter Funke foram: 4.134.1; 5.29.1, 33.1, 47.1, 67.2, 81.1.

de sua imagem como líder e defensora da paz comum, ampliando o número de seus opositores.

Dessa maneira, o respeito oriundo da liderança sobre os helenos angariou recursos humanos e econômicos capazes de reforçar a representação de poder espartano diante de suas conexões simétricas com Siracusa e o Império Aquemênida¹⁶¹. Isso porque Esparta era uma *pólis* pequena e sem muros físicos que controlava uma área geográfica de dimensões consideráveis, além de liderar a Hélade. Dessa maneira, havia a necessidade de se criar uma imagem de autoridade que legitimasse a sua posição política com amigos, aliados e inimigos. Defendemos que Esparta desenvolveu uma representação de *si mesma* que não correspondia ao seu efetivo poder político-militar. Assim, a *glória do passado*¹⁶² fundamentou uma autoridade que, materialmente, já não existia devido ao desgaste que Esparta vinha sofrendo desde a Guerra do Peloponeso.

A expedição a Mantínia confirmou os objetivos espartanos de construir uma representação de sua força, punindo qualquer ato de injustiça, ainda que isso a levasse a cometer excessos¹⁶³. Nessa situação, Agesípolis foi escolhido comandante dos exércitos espartanos e aliados. No entanto, Diodoro da Sicília (15.19.4) defende que Agesípolis era contrário ao intervencionismo espartano devido à sua natureza pacífica. Não concordamos com esse viés, visto que polariza a relação entre Agesípolis e Agesilau, tal como se representassem sentimentos, práticas e ideais políticos opostos. Nas *Helênicas* (Xen. *Hell.* 5.2.3), Agesípolis atacou Mantínia ainda que o seu pai tivesse boas conexões com os democratas da região.

Xenofonte destoa de Diodoro ao estabelecer uma divergência de valores, interesses ou ideologias políticas entre as dinastias espartanas dos ágidas e dos euripôntidas. Isso porque a sua cena enunciativa representou os primeiros como *basileús* de boa disposição com grupos democráticos da Hélade, enquanto os últimos seriam tradicionalmente voltados aos interesses dos segmentos aristocráticos.

¹⁶¹ Reiteramos que a simetria da conexão entre Esparta e os persas se fundamentou no ponto de vista helênico.

¹⁶² Esparta foi elogiada por uma parcela da documentação literária como uma das poucas *pólis* que não vivenciou a tirania em virtude do equilíbrio de sua constituição.

¹⁶³ Como verificamos no **Mapa 1** no início do livro, Mantínia ficava quase no centro da Arcádia, próxima a Tegéia, e equidistante de Orcômeno e de Argos. Logo, o controle dessa *pólis* facilitaria a mobilização espartana para auxiliar os seus aliados, atacar os seus inimigos e proteger a entrada de invasores na Lacedemônia.

Consideramos essa dualidade uma simplificação de relações políticas muito mais densa. Possivelmente, Xenofonte e, em menor escala, Diodoro pretendiam caracterizar as divergências existentes entre Agesípolis e Agesilau. Se as conexões desses *basileús* eram compostas por homens influentes da Lacedemônia, do Peloponeso e da Hélade, havia a possibilidade de se associarem com pessoas/grupos distintos para legitimarem a sua identidade dinástica perante a outra casa real espartana.

Isso se fundamenta na concepção de que o poder político dos *basileús* espartanos era relativamente pequeno se comparado ao de outras magistraturas de Esparta. Sendo assim, como havia uma diarquia em Esparta, um *basileús* se destacaria se obtivesse o apoio de grupos mais relevantes do que aqueles obtidos pela outra casa real. Logo, não era comum que dois governantes tivessem a mesma base de apoio político se, na maioria dos casos, eles rivalizavam no cenário político de Esparta. Com isso, os euripôntidas mantiveram conexões políticas com a aristocracia de Mantinea por muitos anos. Diante da necessidade de angariar apoiadores em Mantinea, os Ágidas se associaram com o grupo que não integrava às redes euripôntidas, ou seja, os democratas. Isso não implicaria que Agesípolis fosse apoiador da democracia, mas que o interesse por expandir as suas conexões superaria qualquer adversidade que tivesse pela inclinação política dos grupos ali existentes.

Por outro lado, Xenofonte integrava as conexões de Agesilau e foi um defensor dos valores aristocráticos da Hélade. Como Xenofonte não tinha dívidas de gratidão com os ágidas, estes serviram de contraponto para a sua representação das redes políticas dos *basileús* espartanos, cabendo-lhes uma associação direta com os democratas ou com os grupos contrários a Agesilau em qualquer *pólis*. Por fim, supomos que Agesípolis herdou as conexões de *xenia* de seu pai com homens influentes de Mantinea que, por serem contrários a Agesilau, foram considerados membros da democracia.

De todo modo, antes de Agesípolis iniciar a sua expedição, o governo de Esparta enviou uma embaixada aos mantineus, e que não obteve sucesso. Daí o ágida foi mobilizado para impor os interesses de sua *pólis*, como verificamos abaixo:

Desde que as coisas aconteceram tal como os lacedemônios desejavam, eles decidiram castigar os aliados que foram contrários à guerra e mais favoráveis aos inimigos, colocando-os em uma situação onde não poderiam ser desleais. Primeiramente, eles [os lacedemônios] enviaram mensageiros aos mantineus e

ordenaram que demolissem as suas muralhas, afirmando que se eles [mantineus] agissem de outra forma não seriam confiáveis e que iriam tomar o lado do inimigo [...] Como não quiseram destruir as muralhas, os lacedemônios decretaram uma mobilização contra os mantineus. Agesilau solicitou a Esparta que o liberasse do cargo de estratego, alegando que a *pólis* de Mantineia havia ajudado demasiadamente o seu pai durante as guerras contra a Messênia. Agesípolis liderou as tropas ainda que o seu pai, Pausânias, mantivesse boas relações com os dirigentes do partido democrático de Mantineia (Xen. *Hell.* 5.2.1, 3)¹⁶⁴.

Diodoro (15.5.5) destaca que os mantineus expediram uma embaixada a Atenas solicitando o seu auxílio, mas os atenienses se isentaram de qualquer participação nesse conflito em respeito à Paz de Antálcidas. O posicionamento ateniense correspondeu aos seus interesses particulares, posto que a paz comum lhe garantiu o controle sobre Imbros, Esciros e Lemnos. A isso se somava o desinteresse de guerrear com Esparta, o que levaria à dilapidação dos recursos que poderia acumular com um período de paz.

Ao invadir Mantineia, Agesípolis devastou o território e cavou um fosso ao redor de suas muralhas. A sua conduta à frente dos exércitos peloponésios foi significativa, afinal, poucos foram os *basileús* espartanos que se destacaram pela engenhosidade no campo de batalha. Agesípolis minimizou o tempo e os esforços dessa expedição, além de obter resultados expressivos, ordenando, por exemplo, que os seus homens construíssem um dique no curso de um rio que passava pelo centro de Mantineia, inundando a fundação das casas e da muralha (Xen. *Hell.* 5.2.4-5). Além de

¹⁶⁴ “τούτων δὲ προκεχωρηκότων ὡς ἐβούλοντο, ἔδοξεν αὐτοῖς, ὅσοι ἐν τῷ πολέμῳ τῶν συμμάχων ἐπέκειντο καὶ τοῖς πολεμίοις εὐμενέστεροι ἦσαν ἢ τῇ Λακεδαιμόνι, τούτους κολάσαι καὶ κατασκευάσαι ὡς μὴ δύναντο ἀπιστεῖν. πρῶτον μὲν οὖν πέμψαντες πρὸς τοὺς Μαντινέας ἐκέλευσαν αὐτοὺς τὸ τεῖχος περιαιρεῖν, λέγοντες ὅτι οὐκ ἂν πιστεύσειαν ἄλλως αὐτοῖς μὴ σὺν τοῖς πολεμίοις γενέσθαι. [...] ἐπεὶ δ’ οὐκ ἤθελον καθαιρεῖν τὰ τεῖχη, φρουρὰν φαίνουσι ἐπ’ αὐτοῦς. Ἀγησίλαος μὲν οὖν ἐδεήθη τῆς πόλεως ἀφείναι ἑαυτὸν ταύτης τῆς στρατηγίας, λέγων ὅτι τῷ πατρὶ αὐτοῦ ἢ τῶν Μαντινέων πόλις πολλὰ ὑπηρετήκοι ἐν τοῖς πρὸς Μεσσηνίαν πολέμοις. Ἀγησίπολις δὲ ἐξήγαγε τὴν φρουρὰν καὶ μάλα Πausανίου τοῦ πατρὸς αὐτοῦ φιλικῶς ἔχοντος πρὸς τοὺς ἐν Μαντινείᾳ τοῦ δήμου προοστάτας.”

evitar a fuga dos mantineus, Agesópolis os submeteu e os levou a aceitar as condições impostas por Esparta.

Como os mantineus haviam desobedecido às deliberações espartanas, eles foram levados a realizar o *dioikismós* de sua *pólis*, isto é, a divisão nos vilarejos originais e anteriores a sua unificação poliade (Xen. *Hell.* 5.2.5). Embora isso fosse uma clara violação da Paz de Antálcidas, Xenofonte (*Hell.* 5.2.7) declara que os proprietários de terras de Mantineia e os membros de grupos oligárquicos ficaram satisfeitos com a separação da *pólis* em aldeias (*kómai*). Os aristocratas mantineus se tornaram partidários dos espartanos e ficaram exultantes por não estarem submetidos aos demagogos democratas que inundavam a sua *pólis*.

A partir de Xenofonte, consideramos a questão da proporcionalidade das conexões e das redes políticas, pois a cada aliado que adquirido poderia se obter algum inimigo. Embora essa prática não seja equilibrada – como a afirmação pode sugerir –, ela demonstra que, enquanto muitas *pólis* desenvolveram ojeriza pelas ações de Esparta, outras cidades e grupos políticos se beneficiaram. Portanto, não devemos generalizar a percepção das interações de Esparta com a Hélade durante a Paz de Antálcidas, tendo em vista que estas atitudes ocorreram pelo apoio que os espartanos receberam de suas redes políticas.

César Fornis (2008, p. 318) endossa Xenofonte ao problematizar que a intervenção de Esparta sobre Mantineia assegurou o controle dos vilarejos mantineus pelas antigas aristocracias locais. De forma semelhante, a inclinação política desses grupos familiares os aproximou da política de Esparta e os inseriu nas conexões de *esparviatas* importantes e de recursos. Para esta *pólis*, o apoio dos aristocratas mantineus ampliou a influência de suas redes no Peloponeso. Junto à imposição espartana sobre Corinto e Argos, Mantineia foi outra das manifestações do *imperialismo* lacedemônio, associado à iniciativa retórica de uma paz comum pautada em atitudes justas.

Chamou-nos a atenção o apoio que Agesópolis recebeu das famílias aristocráticas mais tradicionais de Mantineia. Nesse contexto, os aristocratas mantineus não se restringiam às conexões políticas com Agesilau, tornando a perspectiva de Xenofonte um aparente equívoco. Nada impediria que Agesópolis mantivesse boas conexões com os democratas de Mantineia, no entanto, para a sua formação político-cultural, era mais adequado aos *basileús* ágidas se vincularem a segmentos sociais mais conservadores.

A submissão de Mantinea e a aparente supremacia que Esparta exercia na Arcádia levou o seu governo a prosseguir com a expansão de suas áreas de influência em virtude da segurança que a Paz de Antálcidas lhe forneceu. Diante disso, Esparta direcionou as suas atenções para o norte da Hélade, com ênfase na Macedônia e na Trácia. Aqui, Xenofonte (*Hell.* 5.2.11) introduziu os embaixadores de Acanto e Apolônia em sua narrativa, os quais solicitaram o auxílio espartano em seus negócios políticos. Nesse sentido, sugerimos que a postura de Esparta foi precipitada, pois entendemos que era mais vantajoso consolidar as bases de sua rede política no Peloponeso com o apoio dos atenienses e, talvez, dos beócios. A participação espartana na dinâmica política de Acanto e Apolônia estava além dos seus próprios limites militares e econômicos. Esparta parecia receosa com os eventos da Guerra de Corinto e ansiava pela supressão dos seus opositores em potencial ao longo da Hélade. O seu envolvimento em inúmeras frentes de batalha durante a Paz de Antálcidas gerou a insatisfação dos aliados e fomentou a organização de grandes opositores à sua supremacia sobre os helenos.

Xenofonte (*Hell.* 5.2.12-16) representa a embaixada de Acanto e Apolônia por meio do acântio Clígenes, o qual denunciou a conduta inadequada de Esparta com outras *póleis* e confederações poderosas. Clígenes pontuou que Olinto, a maior cidade da Trácia, estava expandindo os seus domínios em direção à Macedônia. No entanto, o *basileús* macedônio, Amintas, foi incapaz de enfrentar os olíntios e isso ameaçava a Hélade Central e o Peloponeso. Dois trechos do pronunciamento do acântio nos chamou a atenção: no primeiro, por destacar que Olinto enviou representantes políticos a Atenas e Tebas solicitando uma aliança; no segundo, por saber que Esparta teve o cuidado de desestruturar o poder político-militar tebano, prática incoerente diante dos avanços de Olinto.

A representação de Clígenes na cena enunciativa de Xenofonte salientou que as comunidades helênicas sabiam o quanto Atenas e Tebas preocupavam a supremacia de Esparta. Para tanto, algumas *póleis* compreendiam as motivações espartanas e a sua aproximação com os persas, como demonstrou Clígenes ao expor que o governo de Esparta deveria sobrepular toda e qualquer *pólis* poderosa que não fosse sua aliada. Clígenes se fundamentou no esforço espartano por dismantlar a Confederação Beócia e diminuir as conexões políticas de Tebas. Afinal, o discurso de Esparta sobre a liberdade dos helenos não faria sentido diante dos tebanos, cabendo-lhes agir de forma semelhante com uma *pólis* mais poderosa e influente, tal como Olinto. Essa passagem demonstra que

Clígenes colocou a supremacia espartana em *xequê*, pois, se Esparta não se pronunciasse sobre a expansão de Olinto, ficaria evidente que o seu problema era Tebas. Embora os espartanos tenham correspondido positivamente ao apelo de Acanto e Olinto, a proximidade geográfica de Tebas com o Peloponeso tornava-a uma ameaça muito mais imediata a Esparta do que Olinto.

De todo modo, auxiliar as *póleis* do norte a se manterem livres, em conformidade à Paz de Antálcidas, fez com que Esparta se deparasse com um grande problema político-militar. No primeiro capítulo destacamos que Esparta escolheu Eudâmidas para comandar essa expedição a Olinto. Entretanto, a velocidade que a expedição demandava fez com que esse comandante uma parte do contingente esperado e partisse. Para que o empreendimento não falhasse, Eudâmidas solicitou que o seu irmão, Fébidas, fosse o responsável por conduzir os guerreiros que faltavam. A capacidade de Eudâmidas em promover o seu irmão como estrategista demonstrou a sua influência (ou a de sua família) no cenário político espartano.

As atitudes de Fébidas rumo à Trácia levaram à invasão de Tebas, afetando a imagem e o *status* de Esparta diante dos helenos no período da Paz de Antálcidas. Xenofonte (*Hell.* 5.25-27) assinala que Fébidas acampou nos limites do território tebano, num período de disputa entre grupos políticos, um liderado por Ismêneas e outro por Leontíades. Segundo Xenofonte, Leontíades era de inclinação filolacônica enquanto Ismêneas nutria ódio pelos espartanos. Possivelmente, esse rancor se deu pelo empenho espartano em desestruturar a Confederação Beócia, significando a submissão tebana aos interesses de Esparta e a perda de recursos generosos para os partidários desse grupo político. Leontíades, por sua vez, sabia que a aproximação com os interesses espartanos era um meio efetivo para impulsionar a sua autoridade em Tebas.

Se considerarmos a postura de Agesilau na apresentação dos termos da Paz de Antálcidas (Xen. *Agés.* 2.21), é provável que Leontíades apoiasse o retorno dos exilados tebanos à Beócia, os quais constituíam a sua principal base de apoio político. Por meio de Xenofonte (*Hell.* 5.5.25-26), identificamos que somente uma parte dos tebanos era contrária a Esparta, enquanto os demais queriam que esta conservasse o seu domínio sobre Tebas.

Plutarco (*Agês.* 23.7, 24.1) expõe que Leontíades¹⁶⁵ atuava com Arquias e, juntos, governaram Tebas de forma despótica. Em outra obra, Plutarco (*Pelop.* 5.2) afirma que Leontíades, Arquias e Filipe integravam uma *fação* oligárquica e filolacônica de Tebas. Em virtude de sua ambição, estes homens persuadiram Fébidas a tomar Cadmeia e expulsaram os seus opositores. Plutarco (*Pelop.* 4.5) declara que os adversários de Leontíades eram de inclinação democrática e lutavam por uma forma popular de governo.

Ao cruzarmos o discurso de Xenofonte e Plutarco, consideramos que a supressão da Confederação Beócia causaria algum tipo de distúrbio à autoridade político-militar espartana, pois, se Ismênicas e os seus partidários tivessem maior proeminência junto ao *dêmos*, seria fácil mobilizá-lo contra Esparta. Essa conclusão se fundamenta na ideia de que Ismênicas nutria ódio pelos espartanos, levando-o a criar uma propaganda contrária à Paz de Antálcidas e à supremacia de Esparta na Hélade. Partindo do argumento de uma *guerra preventiva*¹⁶⁶, Leontíades ajudou Fébidas a tomar Cadmeia durante a celebração das Tesmofórias, no ano de 382. Dessa maneira, Leontíades difundiu que os democratas tebanos consideravam Esparta inimiga.

A postura de Fébidas transgrediu a Paz de Antálcidas e a sua absolvição reforçou que Esparta estava disposta a assegurar a sua influência na Hélade (*Xen. Hell.* 5.2.32). Como havíamos pontuado, Agesilau participou ativamente no cenário político espartano que se refere à punição de Fébidas. Ainda assim, a *incriminação* historiográfica sofrida por Agesilau ao defender Fébidas se baseou no fato de as magistraturas espartanas não terem se reunido para discutir o seu controle sobre Tebas. Diodoro (15.20.2) destaca que os espartanos impuseram uma multa a Fébidas, mas não retiraram a guarnição de Cadmeia. Portanto, embora Agesilau tenha atuado a favor de um cliente em potencial¹⁶⁷, os indícios literários demonstraram que Esparta não tinha revogado o controle exercido sobre Tebas.

Na captura de Cadmeia, alguns partidários de Ismênicas fugiram e se refugiaram em Atenas¹⁶⁸, sendo esta conexão perigosa aos interesses de Esparta, porque o sentimento antiespartano desses tebanos poderia se

¹⁶⁵ Nas obras de Plutarco, Leontíades foi denominado Leontidas.

¹⁶⁶ Essa perspectiva foi defendida por César Fornis (2008, p. 322).

¹⁶⁷ Embora nada impedisse que Fébidas já integrasse as redes políticas de Agesilau.

¹⁶⁸ Quando os Trinta chegaram ao poder em Atenas, os exilados atenienses conseguiram refúgio em Tebas. Na ocasião os tebanos estavam desenvolvendo uma política de retaliação a Esparta.

somar à insatisfação ateniense de ser privada do seu império marítimo. Os exilados de Tebas legitimaram as suas ações político-militares ao estabelecerem uma conexão informal com atenienses de ideias antiespartanas. Plutarco (*Pelop.* 6.3) argumenta que a injustiça espartana fez com que o seu governo solicitasse a expulsão dos tebanos refugiados em Atenas. O governo ateniense se negou, ao reconhecer o auxílio tebano no período dos Trinta Tiranos. O gesto ateniense demonstrou a insatisfação que Esparta vinha angariando com os helenos pelos seus excessos político-militares, desde o final da Guerra do Peloponeso. Esses fatores formaram a base das conexões helênicas contra os espartanos, as quais se dispuseram a retirá-los de sua supremacia no *Pequeno Mundo* helênico.

Para Françoise Ruzé (2018, p. 341), as atitudes de Esparta influenciaram o equilíbrio das redes políticas helênicas desenvolvidas no início do século IV. Os métodos de controle de Esparta com os seus aliados fizeram com que estes almejassem o fim de sua supremacia. Por fim, a incapacidade espartana de corresponder às necessidades de seus aliados foi determinante para o processo de enfraquecimento do poder político, militar e relacional de suas redes (RUZÉ, 2018, p. 348). Em certa medida partilhamos dessa ideia, afinal o governo espartano deu indícios do seu despreparo na liderança das *póleis*, sejam as do continente sejam as do Egeu, o que desgastou a sua imagem com os seus aliados. Endossamos essa premissa com Diodoro (15.20.2) e Plutarco (*Pelop.* 6.2), que confirmam que a absolvição de Fébidas tornou os espartanos desacreditados diante dos helenos¹⁶⁹.

3.5 Os excessos e a fragilidade das redes de Esparta

Com a submissão temporária de Tebas, Esparta direcionou a sua atenção para Olinto. As ações espartanas em Tebas e Olinto ocorreram de forma simultânea, pois Eudâmidas foi designado estrategista para atuar contra os olíntios e Fébidas deveria auxiliá-lo. Diodoro (15.21.1) afirma que Eudâmidas se associou ao *basileús* macedônio Amintas e juntos combateram Olinto. Eudâmidas e as suas forças eram menores que as do inimigo e não

¹⁶⁹ Isócrates (4.126) elencou a trajetória dos desmandos espartanos durante a Paz de Antalcidas, iniciada com a tomada da acrópolis de Tebas, passando por Olinto e Fliunte. Em seguida, denunciou os espartanos por se associarem com líderes políticos de comunidades, por vezes, tidas como bárbaras, tais como Amintas da Macedônia, Dionísio de Siracusa e Artaxerxes.

venceram. Isso reforça a ideia do desgaste dos recursos humanos de Esparta, os quais seriam fundamentais para os seus conflitos, em vez de serem enviados à Macedônia. Considerando que uma derrota para os olíntios danificaria a imagem de Esparta, esta reuniu um contingente ainda maior para combater Olinto, os quais foram liderados por Telêutias.

A escolha de Telêutias como comandante foi considerada um indício da influência política de Agesilau em Esparta, no final da década de 380. De fato, interessava-lhe ampliar ou consolidar as suas conexões políticas com homens influentes do norte da Hélade e que eram dominados por Olinto. Por sua vez, a habilidade de Telêutias havia sido testada em mais de uma ocasião, tornando a sua escolha adequada e justificável para esta expedição. Ainda que Agesilau se interessasse em ampliar as conexões de suas redes políticas em regiões onde a influência de Esparta era menor, a escolha de Telêutias para essa expedição estava além da sua autoridade.

Como Agesilau e Telêutias foram agentes/atores sociais de uma instituição política que os superava – a *pólis* espartana –, eles poderiam promover as suas conexões para além dos limites *políades*. Entretanto, seria ingenuidade acreditarmos que Esparta não desconhecia esses vínculos em uma Hélade onde todas as *póleis* se relacionavam direta ou indiretamente. Portanto, Telêutias era uma escolha interessante para o seu irmão, pois fomentaria conexões pessoais e expandiria a extensão de suas redes familiares. Do mesmo modo, ele correspondia às demandas do governo espartano e de muitos cidadãos poderosos, os quais obtiveram vínculos com homens de recursos do norte da Hélade.

Para John Buckler e Hans Beck (2008, p. 75), ao representar o posicionamento da embaixada de Acanto e Apolônia, bem como a mobilização de Esparta, Xenofonte justificou o expansionismo de Esparta através do seu temor em perder a sua hegemonia. Somada a isso, a possibilidade de uma aliança entre Tebas, Atenas e Olinto simbolizaria uma ruptura dos pressupostos da Paz de Antálcidas e a diminuição do poder político espartano sobre a Hélade. Buckler e Beck (2008, p. 75-76) afirmam que pairava sobre Esparta o *espectro* de uma possível Confederação Marítima Ateniense, a qual se beneficiaria com os recursos naturais e financeiros dos territórios helênicos do norte para resistir a supremacia lacedemônia.

Tornou-se importante para Esparta intervir em qualquer pretensão expansionista de Olinto, garantindo conexões políticas com *póleis* oriundas da Trácia e da Macedônia, além de evitar uma associação dos olíntios com Atenas e Tebas. Contudo, os interesses de Esparta, Tebas e Atenas no norte da Hélade eram semelhantes. Essas *póleis* necessitavam de recursos materiais

para continuarem com os seus intentos, ou seja, os espartanos queriam conservar a sua supremacia entre os helenos, Atenas poderia reaver as bases para a reorganização da sua confederação marítima, enquanto os tebanos estavam dispostos a se organizarem para enfrentar Esparta, com o auxílio de Olinto e dos atenienses. Portanto, todas as *póleis* que atuavam como nós centrais de redes densas ou aquelas que conservaram muitas de suas conexões, buscavam intensificar os seus elos e se verem livres de possíveis ameaças espartanas.

Xenofonte (*Hell.* 5.2.37) pontua que Telêutias recebeu um contingente de dez mil homens e o auxílio de *póleis* aliadas durante a sua marcha, e que se mostravam entusiasmadas por auxiliarem o *harmostés* espartano. Dentre eles, os tebanos se destacaram ao contribuírem com hoplitas e cavaleiros. Diodoro (15.21.1) afirma que Telêutias foi nomeado estrategista pela sua bravura, mas ressaltou que ele era irmão de Agesilau. Ao cruzarmos a cena enunciativa criada por Xenofonte e Diodoro, consideramos que a escolha de Telêutias se deu por alguns motivos particulares, tais como: a) assegurar que os ganhos advindos da expedição fossem convertidos em benefícios para as redes políticas de Agesilau; b) impedir que outros espartanos se tornassem comandantes e tomassem atitudes inesperadas¹⁷⁰; c) a falta de esparciatas proeminentes no cenário militar para desempenhar funções de comando e d) a carência de cidadãos interessados em liderar essa expedição.

A nomeação de Telêutias como estrategista da expedição de Olinto ressaltou a sua proeminência no cenário político-militar espartano. Embora Agesilau pudesse contribuir para essa escolha, destacamos os feitos individuais de Telêutias. Assim, levantamos a hipótese de que este soube criar conexões políticas com esparciatas e helenos de prestígio. Isso fortaleceu as redes políticas e a influência de Agesilau, dando importância pessoal e individual a Telêutias no cenário político-social do Peloponeso e da Hélade. Esse posicionamento corresponde a pelo menos três das quatro possibilidades levantadas sobre a sua nomeação como estrategista. Diante dos *benefícios* obtidos por Esparta com a Paz de Antáclidas, não se poderia arriscar uma derrota diante dos seus aliados do norte da Hélade, posto que isso abalaria a imagem que o governo espartano construiu do poder de suas redes políticas.

¹⁷⁰ Tal como aconteceu a Pausânias em Atenas e com Fébidas. No que concerne a Pausânias, foi inesperado que recuperasse o corpo de Lisandro por meio de um tratado e não lutando.

A submissão de Olinto interessava aos espartanos dada à ameaça que esta comunidade representaria caso se aliasse aos atenienses. Se considerarmos que Tebas e grande parte da Beócia foram submetidas, o governo espartano acreditou que a chave para a sua hegemonia era solapar a influência de Atenas sobre os helenos. Contudo, as excessivas intervenções militares de Esparta não criaram conexões ou ampliaram os vínculos já existentes na Hélade, pelo contrário, muitas *póleis* ficaram receosas com os espartanos e manifestaram o interesse em combater a sua supremacia. Portanto, se antes os esparciatas eram considerados os homens mais adequados para exercerem a liderança sobre os helenos, agora se tornaram os mais inconvenientes cargos de autoridade. Na *Constituição dos Lacedemônios* (14.6), Xenofonte nos diz que muitas *póleis* se esforçavam e se uniam para impedir que os espartanos liderassem as expedições militares:

Desse modo, em tempos passados, os helenos iam à Lacedemônia e imploravam que ela os liderasse contra malfeitores de grande reputação; mas, agora, eles [os helenos] se chamam mutuamente para impedir os lacedemônios de tomarem o comando (Xen. *Lac.* 14.6)¹⁷¹.

Embora seja uma referência à Guerra de Corinto, sugerimos que Xenofonte possa se aplicar ao período da Paz de Antálcidas, pois a formação do *sinédrio de Corinto* se deu pelo interesse de Corinto, Tebas, Argos e Atenas de impedir a preponderância espartana entre os helenos. Entretanto, durante a Paz de Antálcidas, as ações de Esparta se tornaram incisivas com grande parte da Hélade continental, o que se somou ao *abandono* dos jônios. Essa representação contrastou com a imagem de libertadora dos helenos que a Lacedemônia adquiriu com a derrota de Atenas na Guerra do Peloponeso e a intervenção de Agesilau na Ásia Menor.

James Roy (2018, p. 355) declara que o cerne do poder político-militar de Esparta foram as redes e as conexões políticas que ela fomentou com os peloponésios, desde o período Arcaico. Lynette Mitchell (2013, p. 61) compartilha esse viés, demonstrando que os vínculos entre líderes eram fundamentais para que promovessem a sua identidade e legitimassem o

¹⁷¹ “τοιγαροῦν οἱ Ἕλληγες πρότερον μὲν ἰόντες εἰς Λακεδαίμονα ἐδέοντο αὐτῶν ἡγεῖσθαι ἐπὶ τοὺς δοκοῦντας ἀδικεῖν: νῦν δὲ πολλοὶ παρακαλοῦσιν ἀλλήλους ἐπὶ τὸ διακωλύειν ἄρξαι πάλιν αὐτούς.”

lugar que ocupavam. Roy e Mitchell nos ajudam a corroborar os nossos pressupostos de pesquisa, afinal, nenhuma comunidade se torna influente e poderosa sem o auxílio de outras que a apoiem. Portanto, um governante – ou mesmo políticos influentes – só mantém o seu poder por meio de apoiadores que o sustentem nesta condição. Isso se manifesta em Charles Kadushin (2012, p. 3-4), ao destacar que um líder precisa receber irradiações e irradiar ações que assegurem a sua popularidade numa rede, recebendo o voto de confiança e o apoio de suas conexões para manter-se no poder. A perspectiva de Mitchell e Roy destaca que Esparta adquiriu preponderância entre os helenos pelos seus valores e pela organização de seus exércitos, mas também pelos poderosos aliados que conseguiu com o passar do tempo.

Agesilau se enquadra nessa lógica, pois dependeu de sua conexão com Lisandro para se legitimar como *basileús*, se utilizando das redes deste *esparciata* para ampliar a sua influência política, no Peloponeso e na Hélade. Dito isso, as análises que Charles Hamilton (1991) e Paul Cartledge (1987) desenvolveram sobre o reinado de Agesilau, reforçam o viés tradicional e taxativo que esses pesquisadores adotaram para tratar das conexões políticas promovidas por Agesilau. As contribuições desses especialistas foram fundamentais para os estudos sobre Esparta, contudo seguiram uma lógica de causa e efeito, tendo Agesilau como a base de suas críticas. Em certa medida, Cartledge e Hamilton criaram um modelo de História Política típico do XIX, voltada para os feitos dos grandes homens de seu tempo, os quais foram as responsáveis por mudar a trajetória de sua comunidade ou sociedade.

Hamilton tenta desenvolver uma psico-história de Agesilau, algo que consideramos questionável. Não pretendemos desqualificar os estudos de psico-história, no entanto Hamilton se mostrou convicto na ideia de que Esparta se desestruturou pelas atitudes de Agesilau, percepção que foi fundamentada em indícios literários oriundos de outras comunidades. Nesse sentido, Hamilton esqueceu a intencionalidade dos autores antigos, assom como a sua formação discursiva e o lugar social em que foram produzidas. Diante disso, como poderíamos desenvolver um trabalho voltado para a percepção da personalidade de um ator social, se este não nos deixou indícios pessoais? Se tomarmos o exemplo de Xenofonte ou Plutarco, como eles expressaram a mentalidade de Agesilau, cujos feitos foram descritos, pensados e problematizados ao longo do tempo? No entanto, Hamilton (1991, p. x) defende a sua postura argumentando que “se os historiadores podem escrever sobre a personalidade de Alexandre [o

Grande], por que não [escrever] sobre Agesilau?”. A proposta de Hamilton se torna questionável – até mais que Cartledge – por enfatizar a culpa de Agesilau num processo que se desenvolveu a partir do século V. A sua conclusão veemente destaca que a personalidade de Agesilau levou Esparta ao seu derradeiro destino político-militar entre os helenos.

Outro autor importante para essa discussão foi John Buckler, cujos motivos para as suas críticas a Agesilau são facilmente identificáveis¹⁷². As suas contribuições são imprescindíveis para se analisar a dinâmica política da Hélade no século IV, sobretudo no que concerne à *pólis* de Tebas e à região da Beócia. Apesar disso, Buckler se mostrou demasiadamente envolvido com o seu objeto de análise, defendendo a ideia plutarqueana de que Agesilau e Esparta foram os grandes algozes de Tebas no século IV. A necessidade de Buckler (2003, *passim*) enfatizar as ações tebanas no interior das redes helênicas o levou a desqualificar Esparta e a representar Agesilau como um governante despreparado e um comandante inábil.

Com a publicação do volume duplo de *A Companion to Sparta*, verificamos que essa tendência conservadora – e até mesmo radical¹⁷³ – ainda é vista na historiografia especializada em Esparta. Foi Françoise Ruzé quem contribuiu para o *hall* dos pesquisadores que consideraram Agesilau o grande expoente da desestruturação política, social, militar e econômica de Esparta. Ao longo de seu artigo, Ruzé (2018, p. 320-321) afirma que Agesilau ficou obcecado por retribuir a Tebas a humilhação sofrida em Áulis. Para a autora, a compulsão do euripôntida o fez tomar decisões inadequadas e agir de forma emotiva, desconsiderando a importância de sua posição político-militar em Esparta. Tal como Hamilton, Ruzé (2018, p. 329) defende que a política espartana do século IV se dividia em *facções* políticas rivais de inclinação político-ideológica clara, o que impedia o equilíbrio nas decisões governamentais de Esparta. O desenvolvimento de grupos políticos foi uma tendência comum a todas as comunidades helênicas; no entanto, tentar obter a materialidade de onde não se tem e estabelecer as áreas de atuação e interesse de cada um desses grupos com precisão nos pareceu forçoso.

De todo modo, por que fizemos esse *desvio* em nossa análise das redes políticas de Esparta, durante a Paz de Antálcidas? Porque as análises

¹⁷² Fizemos referências a essa questão no primeiro capítulo deste livro.

¹⁷³ Defendemos a ideia de que essa visão foi extremamente tradicional, beirando o radicalismo, tal como aconteceu em Charles Hamilton *Agesilaus and the Failure of Spartan Hegemony*.

que realizamos da documentação literária nos fez considerar que as ações espartanas almejavam à sua supremacia sobre as outras *póleis*. Embora os interesses de Esparta superassem o de seus aliados, o seu governo dependia das conexões com as *póleis* helênicas para conservar o seu *status* e posição nas redes da Hélade. Assim, mesmo quando o governo espartano agiu de forma inadequada, outras comunidades a auxiliaram. Isso reforça que, apesar de os espartanos serem culpados por essas ações, muitos helenos apoiaram essas medidas visando benefícios políticos, militares e econômicos. Temos a expedição de Fébidas como exemplo, na qual um grupo de tebanos apoiaram e facilitaram a tomada de Cadmeia.

O nosso posicionamento acadêmico e historiográfico não pretende contestar a credibilidade dos autores citados, porém é questionável a ideia recorrente de que o problema da desagregação política, econômica e social de Esparta foi o descomedimento das atitudes de Agesilau. Ao invés de pensarmos que todas as decisões de Esparta foram influenciadas por Agesilau, não poderíamos sugerir o inverso? Não teria sido Agesilau influenciado por Esparta ou os seus magistrados para tomar grande parte de suas decisões?

Ainda que isso seja possível, seríamos levados ao extremo oposto das análises aqui apresentadas e atuaríamos de forma contrária à nossa proposta de pesquisa. Com isso, o fundamental foi investigar como as conexões e as redes políticas engendradas por *póleis* e homens determinaram as decisões políticas de suas respectivas comunidades no século IV. Assim, entrelaçamos as atitudes de *grandes heróis* e de *póleis* poderosas – até então individualizadas por uma parcela da historiografia – e ampliamos a nossa percepção historiográfica da Hélade por meio do cruzamento de indícios documentais, com ênfase em Esparta.

Sendo assim, as ações espartanas pretendiam enfraquecer as ameaças externas à sua supremacia sobre os helenos. Essa precaução se associou ao temor de que uma nova rede político-militar, como o *sinédrio de Corinto*, se organizasse. Esparta se encontrava numa situação relativamente favorável graças ao apoio recebido do Império Aquemênida e de Siracusa, além de um grande número de *póleis*, permitindo justificar as suas ações em nome da paz e em virtude de seus interesses particulares. Consideramos que as atitudes espartanas foram descomedidas para com os seus inimigos e rivais, bem como com os seus aliados, afinal, estes foram obrigados a contribuir com expedições a contragosto, gerando a insatisfação de uma parcela da Hélade com a liderança espartana.

No que tange à atuação de Telêutias, Xenofonte (*Hell.* 5.2.37-39) descreve a sua preocupação em formar conexões densas com os macedônios (o que incluía o *basileús* Amintas e o líder de Elímia, Derdas) para fortalecer as redes políticas de Esparta. A cena enunciativa do discurso de Xenofonte se tornou interessante para pensarmos a representação de Telêutias dentro de um *jogo* de conexões políticas, cujo principal artifício foi expor que os macedônios e os lacedemônios deveriam se unir para superar uma ameaça comum. Telêutias (Xen. *Hell.* 5.2.38) enfatiza que os olíntios parariam de dominar as *póleis* macedônicas quando acabassem com a sua presunção. Através de Telêutias, Xenofonte inseriu os olíntios na categoria de injustos e presunçosos, mas em que medida a política espartana do período não tornava os espartanos os mais pretensiosos nessas interações?

Xenofonte (*Hell.* 5.2.40) informa que Telêutias posicionou os cavaleiros espartanos, tebanos e todos os macedônios à direita de sua formação de combate. A relevância desse trecho reside na generalização historiográfica sobre o comportamento de Agesilau diante de Tebas. Será que Agesilau teria realmente um rancor desmedido pelos tebanos? Em caso positivo, essa ojeriza seria por todos os homens de Tebas? Novamente, se a resposta for positiva, o que levou Agesilau a tolerar a presença da cavalaria tebana com os guerreiros espartanos, considerando a sua influência política? Do mesmo modo, por que o governo espartano, o qual Agesilau integrava, aceitou a ocupação de Cadmeia e a formação de conexões políticas de seus cidadãos com Leontíades e os seus aliados, uma vez que todos esses homens eram tebanos?

Considerar Agesilau o homem mais poderoso de seu tempo não é equívocado, mas não acreditamos que ele agiu sem consultar os membros de suas redes políticas e os magistrados de Esparta, tanto no interior quanto no exterior da Lacedemônia. Diante dessa perspectiva, a lógica de que Agesilau foi um líder político-militar despreparado, que se deixou dominar pelos sentimentos, parece-nos o enredo de uma *trama ficcional*.

Nesse contexto, consideramos que Xenofonte desenvolve uma cena enunciativa visando atrair e agradar à sua audiência. Logo, embora Agesilau tenha tido repulsa pelos tebanos, não tratamos essa questão por uma via generalista, pois todos os comandantes espartanos desejavam algum tipo de benefício com a sua posição política sem que fossem impedidos de lutar pelo bem de sua *pólis*. Soma-se a isso o fato de o governo espartano não nomear um esparciata proeminente com o intuito de beneficiá-lo – ou mesmo a sua família – se esta atitude causasse problemas para a *pólis*. Portanto, mesmo questionando a documentação literária e os

elogios que esta fez a Telêutias e a qualquer homem vinculado a Agesilau, consideramos que o primeiro foi escolhido por sua habilidade militar e pela necessidade de Esparta.

Apesar do sucesso inicial das incursões de Telêutias e de seus aliados, em especial o desempenho de Derdas, a expedição contra Olinto não obteve sucesso. Xenofonte (*Hell.* 5.3.3-6) afirma que os olíntios enviaram a cavalaria contra o *esparciata*, e este designou os peltastas para combatê-la. Como estes falharam, Telêutias avançou enfurecido contra o inimigo e morreu em combate. Xenofonte (*Hell.* 5.3.5, 7) advertiu que ninguém deveria agir sob a influência da raiva para não afetar a sua capacidade de julgamento em situações difíceis.

Em certa medida, a derrota de Telêutias foi o reflexo da sua incapacidade como comandante, sendo este um indício da superioridade militar de Olinto, da debilidade dos exércitos de Esparta – em virtude da drástica diminuição do número de *esparciatas* – ou mesmo do resultado da intervenção divina em virtude dos excessos espartanos, através da Paz de Antálcidas.

Segundo Melina Tamiolaki (2012, p. 563, 568), Xenofonte concebe Telêutias como um dos seus líderes virtuosos, cujos feitos eram dignos de menção pelas suas qualidades morais. Contudo, os líderes de Xenofonte foram homens em um constante processo de amadurecimento, chegando a falhar em suas atividades. Assim, Telêutias foi um comandante exemplar até se deixar levar pelos próprios sentimentos. Mesmo que Telêutias tenha sido escolhido como *harmostês* pelas suas virtudes morais e militares, a sua falha demonstra que um líder não deve agir pela emoção no campo de batalha. Tamiolaki endossa que Telêutias foi um *esparciata* digno do cargo que ocupou ao falecer. O fato de ser meio-irmão de Agesilau influenciou na sua escolha como estrategista, porém a sua habilidade e experiência foram mais importantes para a sua indicação ao cargo.

Com isso, interpretamos a derrota de Telêutias por inúmeros vieses, os quais serviriam para justificar uma nova intervenção espartana em Olinto. Para tanto, o governo lacedemônio nomeou Agesípolis como o comandante que deveria continuar a expedição. Xenofonte (*Hell.* 5.3.8) esclarece que os espartanos escolheram Agesípolis como substituto de Telêutias, acompanhado por trinta conselheiros *esparciatas*, tal como Agesilau em sua expedição à Ásia Menor.

A postura de Esparta foi uma estratégia para assegurar que o comandante da expedição atuasse em benefício de sua *pólis*. Embora possamos interpretar o discurso de Xenofonte de muitas formas,

consideramos que Agesilau foi o mais indicado para liderar uma expedição a Olinto, visando compensar à morte de Telêutias. Entretanto, a *ekklesiá* de Esparta — formada pelo *dêmos* — e os magistrados mais importantes optaram por Agesópolis. Teria sido essa uma retaliação a Agesilau e à sua abstenção na expedição de Mantinea? Ou essa escolha foi uma proposta por Agesilau dada a aparente dificuldade da missão?

Ainda que não tenhamos uma resposta precisa para esses questionamentos, destacamos que Agesópolis foi a escolha mais sensata pela fragilidade em que Esparta se encontrava. Como havíamos exposto, Diodoro (15.19.4) caracterizou Agesópolis como um homem mais pacífico que Agesilau, adequado para se recuperar os aliados que Esparta havia perdido. Diodoro manifestou que os *sýmmakhoi* de Esparta estavam insatisfeitos em contribuir com recursos para as expedições que interessavam somente aos lacedemônios. Considerando que uma conexão, mesmo que assimétrica, pressupõe a realização de interesses mútuos entre os envolvidos, esses investimentos militares enfatizavam os prejuízos helênicos ao invés dos benefícios inerentes às expedições.

Diodoro nos permitiu problematizar a condição de Esparta diante das redes políticas existentes no *Pequeno Mundo* helênico. Na posição de *pólis* hegemônica da Hélade e responsável por assegurar os termos da Paz de Antálcidas, Esparta atuaria em prol de todos os membros da paz comum. Entretanto, a postura espartana foi individualista e prezou unicamente os seus interesses. Esta atitude expressou o esforço espartano em dismantelar a Confederação Beócia, além de não se opor à atuação de Fébidas em Cadmeia. A isso se somaram os eventos anteriores à Paz de Antálcidas, como a invasão de Élis no final do século V e a interferência na *união* entre Argos e Corinto.

Partindo de Diodoro, sugerimos que, mesmo na Antiguidade, Agesilau foi apontado como o responsável pelas atitudes enérgicas de Esparta com as suas conexões políticas na Hélade. Dessa forma, é justificável que a historiografia tenha tratado Agesilau como o fator determinante para os excessos de sua *pólis*. A partir de de Dominique Maingueneau (1997, p. 86), Diodoro produziu a sua obra três séculos após a morte de Agesilau, herdando toda uma memória oriunda da interdiscursividade helênica. Esta representou Agesilau como um herói pan-helênico, mas também como um traidor da Hélade. Diante de seus

objetivos Diodoro¹⁷⁴ resumiu grande parte dos acontecimentos passados, materializando o *espírito de uma época* na figura de um único ator social.

Ainda assim, Agesípolis foi representado como o comandante mais apropriado para essa expedição, pois este era mais novo que Agesilau e um herdeiro direto ao trono dos Ágidas, tendo recebido uma formação voltada para a liderança e visando promover a realeza espartana em função dos interesses *poliades*. Por isso, durante a expedição à Calcídia, muitos cavaleiros da Tessália se aproximaram de Agesípolis, não só demonstrando as vantagens de se tornar *xénos* de um *basileús* oriundo de uma *pólis* influente, mas também corroborando os interesses espartanos de ampliar as suas redes políticas (Xen. *Hell.* 5.3.9).

Temos a hipótese de que, em 381, o governo espartano tentou diminuir a influência político-militar de Agesilau junto aos helenos – o que não significava que um dos *basileús* espartanos era mais violento ou propenso a intervenções que o outro. Contudo, os aliados de Esparta temiam as ações de seu *hégemón* e, defendemos que a imagem desta *pólis* estava desgastada com os seus aliados, culminando na criação de conexões entre os helenos para combaterem a sua supremacia.

Xenofonte (*Hell.* 5.3.10) relata que a *pólis* de Fliunte foi elogiada por Agesípolis ao contribuir em demasia com a expedição. Os democratas fliaários pretendiam manter Agesípolis fora de Esparta para que Agesilau não liderasse nenhuma expedição na Hélade. Num trecho anterior, os oligarcas exilados de Fliunte solicitaram o auxílio de Esparta para retornarem à sua pátria (Xen *Hell.* 5.2.8). Dentre esses exilados, estaria Podânemo e os seus partidários, bem como Procles e os seus aliados (Xen. *Hell.* 5.3.13). Podânemo e os seus homens eram *xénoi* de Arquídamos II e Procles era *xénos* de Agesilau II. Como a *xenia* era herdada, um número significativo de oligarcas e aristocratas de Fliunte integravam as conexões e a rede política de Agesilau entre os helenos. Sendo assim, é plausível que os democratas buscassem o auxílio de Agesípolis, afinal era possível que o governo espartano enviasse uma expedição para restaurar os segmentos tradicionais no poder político daquela *pólis*.

Por sua vez, em Esparta havia a determinação constitucional na qual um *basileús* permaneceria na pátria enquanto o outro estivesse em expedição. Assim, os democratas de Fliunte buscaram criar boas conexões

¹⁷⁴ Charles Fornara (1983, p. 44-46) caracterizou a obra de Diodoro como uma *História Universal* interessada em descrever a trajetória de todo o *mundo conhecido*, o que incluía os helenos e as comunidades *bárbaras* que tangenciavam a Hélade.

políticas com outros espartanos influentes para evitar uma possível intervenção em sua *pólis*. Aqui, a influência de Agesilau atuaria a favor dos oligarcas *flíasios*, pois, para o governo de Esparta, era mais fácil e adequado lidar com regimes políticos de alinhamento semelhante ao seu do que interagir com grupos democráticos.

Os democratas *flíasios* não esperavam, segundo Xenofonte (*Hell.* 5.3.11-13), que Esparta abrisse exceções nos casos que necessitassem de uma intervenção direta dela. Portanto, quando os exilados de Fliunte solicitaram o auxílio espartano, Agesilau foi designado como estrategista de uma expedição voltada ao restabelecimento dos oligarcas *flíasios* em seu território. Mesmo com Agesípolis liderando um contingente militar em Olinto, os espartanos mobilizaram uma expedição a Fliunte. A decisão de Esparta demonstrou que os seus valores e as suas leis eram adaptáveis às circunstâncias e aos interesses de seu governo, em benefício dos seus cidadãos mais poderosos.

Concomitantemente, os espartanos empreenderam duas ações militares de porte significativo para assegurar o poder político de seus aliados em suas respectivas *pólis*. Isso tornaria a rede política espartana mais densa entre os helenos, uma vez que estes se tornariam dependentes de Esparta. A aparente subordinação de Acanto, Apolônia e Fliunte à Lacedemônia se inseriu na lógica da retribuição de um favor, fazendo com que os seus aliados retribuíssem esse benefício quando necessário.

A intervenção de Agesilau em Fliunte se deu entre 381 e 380, entretanto ele não dispunha de um contingente capaz de invadir uma cidade com aproximadamente cinco mil homens. De acordo com Xenofonte (*Hell.* 5.3.14), ao cruzar a Lacedemônia cumprindo todos os rituais para uma expedição segura, muitas embaixadas foram ao encontro de Agesilau solicitando que não realizasse uma expedição contra Fliunte. Essa *pólis* se localizava no noroeste da Argólida, no Peloponeso, e uma campanha em seu território pretendia retirar do poder os políticos contrários à Esparta. Como havia amigos estrangeiros (*philóxenois*) de Agesilau entre os exilados *flíasios*, percebemos a sua influência no processo de mobilização militar contra Fliunte. Apesar disso, a existência de governos democráticos contrários à liderança de Esparta no Peloponeso era algo que, estrategicamente, não seria tolerado.

Portanto, seria simplista a lógica de que tal incursão foi obra unicamente da influência política de Agesilau. Lembramos que este *basileús* foi requisitado pelas embaixadas aliadas, pois, considerava justo auxiliar os que sofreram um grande mal (*Xen. Hell.* 5.3.14-15). Muito embora o

governo de Fliunte estivesse disposto a compactuar com Agesilau, este solicitou a entrega da acrópolis e os fliásios não aceitaram, levando-o a sitiá-la esta *pólis* e tomando as medidas necessárias para que os exércitos aliados se ampliassem com os amigos e parentes dos exilados de Fliunte¹⁷⁵.

O cerco de Fliunte se estendeu até 379, quando a estratégia de Agesilau surtiu um efeito prático. A presença dos guerreiros espartanos e de muros ao redor da cidade restringiu o acesso aos alimentos. Por fim, Agesilau obteve de Esparta o direito de decidir o destino de Fliunte (Xen. *Hell.* 5.3.21-25), agindo para que qualquer atitude espartana não fosse de sua responsabilidade. O *basileús* determinou que cem homens – cinquenta entre os exilados e cinquenta entre os democratas – escolhesse quem deveria viver e quem deveria morrer, para daí criarem outra constituição em Fliunte. Feito isso, Agesilau deixou uma guarnição de espartanos com o pagamento para seis meses de serviço, demonstrando que a nova constituição de Fliunte era de matriz aristocrática ou oligárquica e favorável aos interesses espartanos.

A supremacia dos aristocratas em Fliunte era do interesse de Agesilau e proveitosa para Esparta. Afinal, o território fliásio tangenciava Sícion, a Argólida e Corinto, tornando vital o controle dessa área para a manutenção dos interesses de Esparta no norte do Peloponeso. Embora essa expedição fosse importante para conservar as conexões políticas de Agesilau com homens influentes e ricos do Peloponeso, ela também era de utilidade prática para Esparta e para a sua política de imposição pautada nos termos da Paz de Antálcidas.

Por sua vez, Agesípolis invadiu e devastou uma parte do território de Olinto em 380, além de atacar os aliados dos olíntios. Nesse momento, Agesípolis foi acometido por uma febre e faleceu no templo de Dioniso em Palene, também na Calcídia (Xen. *Hell.* 5.3.19). O seu sucessor, Polibíades conseguiu levar Olinto à rendição, através da diplomacia (Xen. *Hell.* 5.3.26; Diod. Sic. 15.23.2-3). A documentação demonstrou que a postura de Polibíades entre os olíntios foi uma aparente continuidade da política de Agesípolis, o que nos sugere que esta era a maneira de se obter sucesso nas negociações.

De todo modo, a morte de Agesípolis foi prematura e afetou o funcionamento das redes políticas de Esparta no norte da Hélade.

¹⁷⁵ Como havíamos citado, Isócrates (4.126; 8.100) denunciou as ações de Esparta contra Fliunte e destacou que esta, somadas as demais expedições realizadas durante a Paz de Antálcidas, levaram à desestruturação de Esparta, em virtude do ódio dos helenos.

Considerando a sua escolha para o comando da expedição, esta foi uma possível retaliação à preponderância político-social de Agesilau e de suas conexões na Lacedemônia. A morte de Agesípolis fez com que o euripôntida consolidasse o seu poder devido à ausência de uma liderança espartana na região. Para César Fornis (2016, p. 257), a morte de Agesípolis marcou a supremacia de Agesilau nas redes políticas de Esparta por não haver rivais com a sua envergadura e influência político-social entre os espartanos.

Se Agesilau foi representado como o maior expoente na realidade interpoliade helênica durante a Paz de Antálcidas, a inexistência de alguém que se opusesse às suas medidas tornou as suas conexões e redes políticas hegemônicas na Hélade. A conduta de Agesilau em beneficiar os seus companheiros e o falecimento de Agesípolis ampliou as áreas de influências de seus aliados *esparciatas*, os quais passaram a exercer poder político na Lacedemônia, mesmo durante a ausência do *basileús*, ressaltando como as conexões entre os nós de uma rede política foram tomadas como extensões da influência e da posição de seu líder.

3.6 Considerações Parciais

Neste capítulo, discorreremos sobre a postura de Esparta no estabelecimento da Paz de Antálcidas. De fato, a Hélade se encontrava num momento conturbado pela Guerra de Corinto, posto que todas as comunidades estavam desgastadas. A escolha de um tratado de paz partiu de Esparta, uma vez que a sua supremacia estava ameaçada com a emergência de potências militares como Tebas e Atenas, além da influência que o Império Aquemênida exercia no Egeu e na Ásia Menor.

A presença de Cónon e Farnábazo na frota persa impediu que os espartanos expandissem as suas conexões às *póleis* das Cíclades e da Ásia Menor, gerando preocupação sobre a capacidade tática e os recursos que estes tinham para intervir em regiões da Hélade Continental e mesmo na costa do Peloponeso. A partir de então, o governo de Esparta reconsiderou a sua política com os helenos para minimizar as perdas geopolíticas que vinha sofrendo. Embora a situação de desgaste fosse generalizada, o Império Aquemênida poderia arcar com as despesas de grande parte dos helenos dispostos a atacar os espartanos ou os seus aliados ao redor do Egeu. Esse cenário fragilizou a influência das redes de Esparta na Hélade,

enquanto fortalecia a imagem dos atenienses – através de Cônio – como os *verdadeiros* libertadores das *pólis*.

Quando o Império Aquemênida se deparou com revoltas no Chipre e no Egito, além do fortalecimento marítimo de Atenas, o *status quo* se modificou e Artaxerxes se viu obrigado a ficar a favor de Esparta. Como os espartanos, após a derrota em Cnido (394), não tinham pretensões políticas sobre a Jônia, esta se tornou uma *moeda de troca* para o Império Aquemênida na dinâmica interpolíade da Hélade.

Para os espartanos, compactuar com os persas assegurou recursos imediatos para qualquer tipo de empreendimento político-militar no Peloponeso e na Hélade, podendo intervir em *pólis* como Corinto, Argos, Tebas e mesmo em Atenas se necessário. Portanto, a Paz de Antáclidas foi o mecanismo adotado pelo Império Aquemênida para debilitar as possíveis ameaças à sua no Egeu e na Ásia Menor, enquanto Esparta passou a exercer a autoridade sobre os helenos do continente. No entanto, a postura reprovável de Esparta com os aliados e os seus inimigos desenvolveu redes políticas que pretendiam se opor ao poder dos lacedemônios, afinal, o abuso da força coercitiva criou argumentos e evidências contra a supremacia espartana no *Pequeno Mundo* helênico.

Através dos vestígios documentais, observamos que o governo espartano se equivocou no tratamento de suas conexões com as *pólis*, principalmente, ao puni-las com intervenções militares sob a acusação de terem sido injustas. Esse cenário levou os helenos a buscarem alternativas à liderança de Esparta. Todavia, mesmo que Agesilau fosse um dos homens mais poderosos de seu tempo, influenciando direta e indiretamente as escolhas políticas de sua *pólis*, grande parte de suas intervenções esteve alinhada aos interesses de Esparta. Muito embora as suas redes assimétricas e as conexões políticas — no interior da Lacedemônia, em particular, e da Hélade, como um todo — fossem poderosas, elas não sobrepujavam o poder político de Esparta. Por outro lado, ainda que as escolhas e as intervenções políticas de Agesilau tenham contribuído para o desgaste da supremacia de sua comunidade, não o consideramos o único culpado por todo o conjunto de decisões tomadas pela pluralidade de magistrados espartanos.

Capítulo IV

A *nêmesis*¹⁷⁶ de Esparta e o fim do reinado de Agesilau II

Neste último capítulo, analisaremos os efeitos diretos das atitudes desmedidas de Esparta. Nesse sentido, os conceitos de conexões, redes políticas, buracos estruturais, homofilia e intermediários, oriundos das análises teóricas de Charles Kadushin, foram importantes para problematizarmos os vínculos estabelecidos por Esparta e os seus respectivos interesses. Contudo, os pressupostos da História Cruzada nos levaram a discorrer como grande parte das potências políticas e militares do *Pequeno Mundo* helênico convergiram os seus interesses até formarem redes políticas de alta densidade ou iniciarem longos períodos de guerra. Por fim, abordamos os últimos anos de vida de Agesilau e como as suas atitudes almejavam a recuperação do *status* e da influência de sua *pólis* diante dos demais helenos.

Do mesmo modo, o arcabouço conceitual da Análise do Discurso nos ajuda a lidar com a especificidade de nossa documentação por meio da concepção de cena enunciativa, discurso e representação. Sendo assim, no intuito de correspondermos aos nossos pressupostos e objetivos, empregamos, principalmente, a documentação de Xenofonte, Diodoro e Plutarco, mas não deixamos de citar outros indícios quando necessários.

4.1 O descomedimento das ações de Esparta e a retomada de Tebas

A morte de Agesípolis iniciou outro momento na trajetória político-militar de Esparta. Isso porque a dinastia ágida enfrentava um momento de fragilidade marcado pelo exílio de Pausânias e pela morte prematura de

¹⁷⁶ Esse termo foi utilizado a partir da obra de Scott Rusch (2011). Ao dialogarmos com Emma Stafford (2005, *passim*), verificamos que Rusch empregou este vocábulo para manifestar que o excesso das atitudes espartanas diante da Hélade acarretaria a *nêmesis*, isto é, a retribuição justa e divina pelos seus atos. Como as atitudes de Esparta e dos seus atores sociais fragilizaram as suas conexões políticas, a sua *nêmesis* seria perder a supremacia entre os helenos. Isócrates (8.58, 100) denuncia os espartanos, cujas ações levaram ao ódio dos helenos. Demóstenes (9.23-25) corrobora essa visão ao discorrer sobre o expansionismo de Filipe da Macedônia. O orador rememora a supremacia de Esparta e destaca que esta foi combatida pelos helenos por abusar da sua autoridade. A partir destes oradores, temos que a *nêmesis* espartana foi o resultado de suas ações desrespeitosas para com a Hélade; ao menos essa foi a crença que se desenvolveu no século IV.

Agesópolis. Como a rivalidade era uma característica da dupla realeza espartana, já não havia poder suficiente entre os ágidas para rivalizarem com a influência que Agesilau¹⁷⁷ e as suas redes exerciam no Peloponeso e na Hélade como um todo. Embora essa situação aparentasse equilíbrio político, a preponderância política das conexões de Agesilau impactou inúmeras instâncias políticas, sociais, militares e econômicas de Esparta.

A cena enunciativa desenvolvida por Xenofonte no *Agesilau*¹⁷⁸ manifesta os seus esforços de representar o governante lacedemônio como o mais amável entre os helenos e um grande apoiador dos interesses de seus amigos¹⁷⁹. A intencionalidade do discurso de Xenofonte expôs os feitos espartanos durante a Paz de Antálcidas, manifestando à sua comunidade discursiva os benefícios de Agesilau para a Hélade e de sua justiça com os seus *phíloi*. Nesse sentido, tanto a política do euripôntida, que visava beneficiar os seus amigos, quanto as conexões de clientelismo afetaram as redes espartanas na Hélade de modo emblemático. Diante disso, temos a hipótese de que, embora Agesilau desconhecesse todas as atitudes de seus amigos, ele os apoiou mesmo em situações controversas. A sua incessante busca por poder, influência, *status* e centralidade dentro de suas redes influenciou muitas decisões do governo espartano, para o qual a Paz de Antálcidas se tornou um instrumento de supremacia sobre os helenos.

Esse cenário foi caracterizado por Xenofonte como favorável aos lacedemônios, visto que os seus principais rivais de Esparta foram desarticulados através da Paz de Antálcidas, e os demais foram punidos por deslealdade:

Esses acontecimentos eram favoráveis aos lacedemônios, pois os tebanos e os demais beócios estavam à sua disposição, os coríntios haviam se tornado os mais fiéis, os argivos estavam humilhados

¹⁷⁷ César Fornis (2016, p. 255-256) afirma que a submissão de Olinto e Fliunte, em 379, foi o ápice do intervencionismo de Esparta e de Agesilau sobre a Hélade. Ainda segundo o autor, a morte de Agesópolis fez com que não houvesse ninguém na Lacedemônia com poder suficiente para rivalizar com Agesilau.

¹⁷⁸ Esses foram os trechos nos quais Xenofonte manifestou, explicitamente, a conduta de Agesilau em favorecer cegamente os seus companheiros para torná-los dependentes de suas conexões. Percebam que esses fragmentos correspondem somente à obra *Agesilau*. São eles: 1.17-19; 2.21; 4.3; 6.4-5; 8.1-2; 9.2, 7; 10.10; 11.11-12.

¹⁷⁹ Vide a referência na nota 120, na qual apontamos a crítica de Isócrates a essa postura do euripôntida, pois este prezava unicamente pelos interesses de suas conexões e não pelo bem-estar da Hélade.

pela razão dos meses sagrados, os atenienses se encontravam destituídos de aliados, enquanto os aliados hostis aos lacedemônios foram castigados, pareceu aos lacedemônios que haviam alcançado uma supremacia mais excelente e segura (Xen. *Hell.* 5.3.27)¹⁸⁰.

Xenofonte destacou que os lacedemônios estavam convencidos de que alcançaram uma supremacia (*arkhḗ*) mais segura do que nunca. A interdisciplinaridade com a Análise do Discurso francesa de Patrick Charaudeau (2014, p. 180) nos levou a afirmar que a postura de Xenofonte se inseria no efeito pretendido, ou seja, é o resultado que se almeja e se busca causar em seu receptor suposto e elaborado de forma ideal, posto que o enunciador não tem controle sobre os efeitos que causará em seu destinatário. O discurso de Xenofonte destacou que a percepção espartana sobre a sua autoridade não era algo compatível com a realidade política da Hélade. Entretanto, para o autor, essa situação se modificaria em pouco tempo em virtude do descomedimento das práticas lacedemônias. Essa estratégia discursiva, contudo, tentou fomentar a imagem de como Esparta percebia a sua posição nas redes helênicas, além de pretender gerar a expectativa em sua audiência para as consequências da postura espartana.

Nesse momento, Xenofonte¹⁸¹ declara que a atitude indevida dos lacedemônios seria passível de punição pelos deuses. O autor (Xen. *Hell.* 5.4.1)¹⁸² pontua que muitos dos feitos de helenos e *bárbaros* poderiam “provar que os deuses não deixam de dar atenção aos ímpios ou àqueles

¹⁸⁰ No texto grego: “προικεχωρηγόντων δὲ τοῖς Λακεδαιμονίοις ὥστε Θεβαίους μὲν καὶ τοὺς ἄλλους Βοιωτοὺς παντάπασιν ἐπ’ ἐκείνοις εἶναι, Κορινθίους δὲ πιστοτάτους γεγενῆσθαι, Ἀργείους δὲ τεταπεινωθῆσαι διὰ τὸ μηδὲν εἶναι ὠφελεῖν αὐτοὺς τῶν μηνῶν τὴν ὑποφορὰν, Ἀθηναίους δὲ ἡρημῶσθαι, τῶν δ’ αὖ συμμάχων κεκολασμένων οἱ δυσμενῶς εἶχον αὐτοῖς, παντάπασιν ἤδη καλῶς καὶ ἀσφαλῶς ἢ ἀρχὴν ἔδδοκει αὐτοῖς κατεσκευάσθαι”.

¹⁸¹ Um dos princípios fundamentais da perspectiva socrática, da qual Xenofonte faz parte, seria edificar ideias por meio de exemplos reais ou alegóricos. Com isso, Esparta estava se tornando um modelo daquilo que não deveria ser seguido pelos helenos. Para endossarmos essa premissa citamos a *Constituição dos Lacedemônios* (14.1-7), na qual Xenofonte estabeleceu que toda a virtude espartana de outrora foi perdida com o poder que adquiriu sobre a Hélade. Para Xenofonte (*Lac.* 14.7), o motivo desta drástica transformação político-cultural foi a desobediência aos deuses e às leis de Licurgo.

¹⁸² No texto em grego: “πολλὰ μὲν οὖν ἂν τις ἔχοι καὶ ἄλλα λέγειν καὶ Ἑλληνικὰ καὶ βαρβαρικὰ, ὡς θεοὶ οὔτε τῶν ἀσεβούντων οὔτε τῶν ἀνόσια ποιούντων ἀμελοῦσι”.

que fazem coisas injustas”¹⁸³. Como os lacedemônios se comprometeram em assegurar a liberdade dos helenos, a sua postura diante destes foi uma afronta aos termos da Paz de Antálcidas. Hugh Bowden (2004, p. 243-244) destaca que a ênfase dada por Xenofonte de que nada escapa aos deuses manifesta a sua crença pessoal, o que se assemelharia a Heródoto, visto que apresenta um proêmio de modo a nortear a sua audiência daquilo que estaria por vir em seus escritos.

Xenofonte apresenta as vias de conclusão das atitudes de Esparta, uma vez que as suas práticas seriam um exemplo aos demais helenos. Desse modo, o posicionamento do ateniense transparece que, muito embora ele partilhasse da postura espartana, não negou que os lacedemônios haviam atuado de modo inadequado e seriam punidos pelos deuses. Dessa forma, o descomedimento político-militar de Esparta serviria de exemplo para que outros governos ou homens de recursos ou influência não procedessem da mesma maneira. Isso porque os exageros de Esparta a teriam levado à sua própria *pólis*.

A historiografia tradicional tomou o argumento de Xenofonte para estabelecer um responsável pela desestruturação de Esparta por meio de uma relação de *causa e efeito*. Todavia, uma vez que os indícios documentais — sejam eles do período Clássico, sejam posteriores — evidenciam que Agesilau era o ator político-social de maior proeminência na Lacedemônia, a injustiça de Esparta foi atrelada à figura do *basileús* euripôntida. Não refutamos integralmente a ideia de que Agesilau interveio, em inúmeros momentos, na política espartana através de suas conexões e redes políticas. Contudo, divergimos da noção que o responsabilizou pelo desmantelamento do poder de sua *pólis*, pois isso seria ignorar toda a conjuntura do século IV. Diante disso, o contexto social helênico com a Paz de Antálcidas favoreceu as ações de Esparta e de sua elite política, mas a repercussão causada por essas ações fragilizou as redes lacedemônios e as de Agesilau.

¹⁸³ Conjeturando a partir de Priscila Gontijo Leite (2014, p. 39), as atitudes de Esparta levaram o *Pequeno Mundo* helênico ao desequilíbrio, haja vista que os espartanos não souberam identificar a sua *moira* e quiseram superar os limites de seus feitos. Sendo assim, o desequilíbrio entre as suas palavras/determinações políticas e as suas atitudes tornaram Esparta suscetível à punição divina. O interessante é perceber que Xenofonte não discute sobre as técnicas militares ou a falta de recursos que levaram ao desgaste de Esparta, seja no âmbito *poliade*, seja no âmbito helênico. Para o autor, as respostas para a desestruturação espartana estariam, em sua maioria, sob a esfera do sagrado.

Por isso, Xenofonte representa os tebanos como injustiçados por Esparta, em virtude da tomada de Cadmeia por Fébidas, durante o período de paz entre os helenos. Nas *Helênicas* (5.4.1), a cena enunciativa de Xenofonte insere os tebanos nas redes lacedemônias como homens que pensavam em seu próprio benefício, visto que passaram a governar de forma tirânica. Desse modo, a conduta de Leontíades e de seus partidários foi injusta e não prezou pelo bem-estar de Tebas, que acabou sendo governada de forma despótica. Portanto, Xenofonte ressaltou como a desobediência ao sagrado havia desmantelado os governos mais fortes da Hélade. Ao denunciar as ações espartanas e de seus aliados, Xenofonte forneceu indícios de como a perda de popularidade de um nó central e de suas irradiações imediatas levam à supressão da densidade de suas conexões e à fragilidade de suas redes. Nesse caso, Esparta foi o nó cujas atitudes enfraqueceram as suas próprias conexões.

O relato de Xenofonte se inicia pela retomada de Cadmeia pelos desterrados tebanos, em 379. Por ser ateniense, este autor se posiciona de forma contrária a governos despóticos e opressores, tal como a maioria dos autores áticos do período Clássico. Considerando o regime político dos pistrátidas, a tomada de Atenas pelos persas e o governo dos Trinta, Xenofonte se colocou a favor da liberdade política. Interessa-nos pensar que Xenofonte foi coerente, pois, embora não concordasse com a democracia radical que se estabeleceu em Atenas na década de 410, ele reforçou que admirava a justiça nas atitudes dos homens. Com isso, mesmo o governo dos Trinta, que inicialmente pretendia afastar a democracia e assegurar uma administração em prol dos grupos mais abastados, Xenofonte não deixa de criticar a sua política de perseguições e mortes em Atenas¹⁸⁴.

Como resultado do descomedimento espartano, temos as ações dos exilados tebanos, os quais figuraram como exemplos de liberdade, equilíbrio e justiça. Dito isso, Xenofonte (*Hell.* 5.4.2-12) pontua que, mesmo entre os tebanos, havia partidários de Esparta, o que não inviabilizou a atitude dos opositores da política lacedemônia oriundos de Tebas. Um elemento importante foi o auxílio que Téspia e Plateia forneciam a Esparta frente à submissão de Tebas. Afinal, antes da

¹⁸⁴ Como destacamos no decorrer desta obra, autores como Isócrates, Platão, Demóstenes, Lísias, Dinarco e Êsquines foram alguns dos que manifestaram como o governo dos Trinta foi dramático para os atenienses. Em certas ocasiões, como em Isócrates, os Trinta são diretamente associados a Esparta. Vide o capítulo 1.

dominação de Cadmeia, Tebas era uma comunidade que se impunha às demais *pólis* da Beócia. Novamente, observamos que todas as conexões políticas estabelecidas por Esparta atuavam em seu próprio benefício, embora fossem estabelecidas com o apoio de seus aliados.

Isócrates (14.28-29) comenta que os tebanos foram obrigados a se refugiar em Atenas, após a injustiça espartana¹⁸⁵. Dinarco (1.38) corrobora Isócrates exaltando a justiça dos atenienses, pois, mesmo diante do poder lacedemônio, ajudou os exilados de Tebas com a tomada de Cadmeia. A cena enunciativa desses oradores pretende, portanto, utilizar-se das ações de Esparta para demonstrar como Atenas seria o seu contraponto, já que eles acreditam que a supremacia ateniense foi mais justa do que a de qualquer *pólis*.

Diodoro da Sicília (15.25.1-2) também compartilha essa noção, destacando a importância das conexões políticas para a realização de grandes feitos em uma comunidade – tanto no caso de Esparta quanto no de Tebas e de Atenas. Dessa maneira, Diodoro nos remete aos estudos de Charles Kadushin (2012, p. 9), ao tratar da homofilia entre os nós de uma rede, ou seja, quando os nós se conectam pela semelhança de gostos e interesses. Em certa medida, Diodoro reforçou a lógica da justiça divina exposta por Xenofonte no que se refere à retomada de Cadmeia, posto que Esparta se comprometeu a defender a liberdade dos helenos, ao invés de submetê-los. Por não cumprir com o seu juramento, os lacedemônios foram punidos pelos deuses.

A cena enunciativa de Plutarco (*Pelop.* 11.4-5) enfatiza a postura do tebano Pelópidas, cujas ações permitiram que Tebas se livrasse de um governo autoritário e ilegítimo, bem como da guarnição lacedemônia, que assegurava os interesses dos oligarcas. Plutarco nos forneceu um número maior de envolvidos no processo de *libertação* de Tebas, tanto para os partidários de Esparta quanto para os seus opositores. Essa informação nos interessa por alguns aspectos fundamentais, que são: a) Plutarco obteve maiores informações sobre esses eventos por ser beócio; b) por estar situado entre os séculos I e II EC., Plutarco teve acesso a perspectivas desenvolvidas sobre esse período por pensadores helênicos e latinos; c) ao confrontarmos os seus indícios com os do período Clássico, notamos a

¹⁸⁵ Esse trecho se encontra no *Plataico* e, por isso, após comentar sobre a tomada de Cadmeia e o auxílio de Atenas com os refugiados de Tebas, o interlocutor de Isócrates – um plateense anônimo – critica a postura tebana ao recuperar a sua preponderância entre os beócios, chegando a devastar Plateia.

importância da diacronia para a expansão das interpretações históricas das realizações dessa época. A formação discursiva desse biógrafo foi considerada para estabelecermos esses três critérios relativos às conclusões plutarqueanas. Portanto, a especificidade das obras de Plutarco obedeceu às determinações do lugar social que ocupou numa Hélade dominada pelos romanos. Mesmo diante dessa singularidade, empregamos os seus indícios documentais a fim de ampliarmos as nossas investigações.

Todos os autores citados ressaltaram que a participação de Atenas nesse processo foi determinante, destacando que a insatisfação ateniense com os desmandos espartanos se fortaleceu com o passar do tempo, mesmo durante a Paz de Antálcidas. A postura de Atenas se insere na tentativa de obter (ou recuperar) a influência junto aos helenos, culminando na segunda confederação marítima, por volta de 378. Ainda assim, todas as ações helênicas diante da hegemonia militar de Esparta foram reações aos seus excessos de poder. Ao cruzarmos os indícios documentais, notamos que o Império Aquemênida não foi citado nesse processo que uniu as *póleis* contra Esparta. Afinal, aos persas interessava que as conexões do *Pequeno Mundo* helênico estivessem tensas e prestes a desenvolver buracos estruturais. Visto que a fragilidade das *póleis* beneficiava Artaxerxes II e o seu reino, os quais não teriam de mobilizar recursos para conter revoltas na Hélade. Em certa medida, tanto as invasões promovidas por Esparta quanto aquelas estimuladas pelos helenos contra a supremacia lacedemônia estavam nos planos do Império Aquemênida.

Ao cruzarmos o discurso de Xenofonte (*Hell.* 5.4.1-13), Isócrates (14.28-29), Diodoro (15.25.1-3, 27.1-4) e Plutarco (*Pelop.* 12.1-13,1), verificamos que estes promoveram uma representação singular da atitude dos tebanos exilados em sua tentativa de recuperar o controle de Tebas. Os documentos citados reforçam que os tebanos não atacaram os lacedemônios, mas somente os seus inimigos políticos oriundos de Tebas. Tanto Xenofonte quanto Diodoro e Plutarco citaram que Mélon e os seus partidários tebanos atacaram inimigos políticos entre os seus concidadãos. Isso ressalta que estes não queriam enfrentar os lacedemônios, mas por quê? Supomos que isso tenha se dado por dois motivos: a) o contingente de Esparta era demasiadamente grande para que estes o enfrentassem; b) os exilados de Tebas manifestavam que, na ocasião, não estavam contrários a Esparta, e sim aos seus inimigos políticos entre os tebanos. Embora tais apontamentos sejam plausíveis, lembramos que Leontíades e os seus companheiros estavam conectados à Esparta e qualquer atitude contra estes seria uma ofensa aos espartanos.

Ao tomarmos a ideia de uma propaganda política elaborada pelos exilados tebanos, estes pretendiam atacar unicamente os seus inimigos dentre os concidadãos para que os estrangeiros presentes em Tebas vissem a justiça de suas ações. Para tanto, a atitude de Mélon, Pelópidas e de seus seguidores pretendia angariar o apoio dos atenienses contra Esparta, visto que os tebanos queriam recuperar o que lhes foi *tomado de forma injusta*, sem ofenderem pessoalmente os espartanos.

Xenofonte (*Hell.* 5.4.10-13) explicita que os lacedemônios estavam preocupados com a retomada de Cadmeia pelos exilados tebanos, que foram liderados por Mélon. Em certa medida, muitos foram os esparciatas que se beneficiavam com as atividades militares em território estrangeiro e, por outro lado, perder o controle de Tebas faria emergir a *nêmesis* espartana, uma vez que Esparta reconheceu a injustiça de suas atitudes para com os tebanos¹⁸⁶. A incapacidade de resistir aos exilados tebanos fez o contingente lacedemônio se retirar de Cadmeia, pois os cavaleiros de Plateia, que vieram em seu auxílio, foram derrotados pelos guerreiros de Mélon:

Depois de ouvir sobre a proclamação, o *harmostiês* lacedemônio na acrópole tebana enviou mensageiros a Plateia e Téspia com o objetivo de obter auxílio. Ao verem os homens de Plateia se aproximando, os cavaleiros de Tebas saíram ao seu encontro e mataram mais de vinte deles; entraram na cidade após essa conquista, e os atenienses da fronteira tinham chegado e juntos atacaram a acrópole (*Xen. Hell.* 5.4.10)¹⁸⁷.

Com a retirada dos lacedemônios de Cadmeia temos o reconhecimento da liberdade de Tebas, haja vista que a retirada do *harmostiês* da acrópole tebana impediu que Esparta mobilizasse um contingente de

¹⁸⁶ À guisa de exemplo, Xenofonte (*Hell.* 5.4.13) nos informa que o governo de Esparta condenou este *harmostiês* à pena capital por ter abandonado Cadmeia. Xenofonte prossegue dizendo que as autoridades espartanas ordenaram uma mobilização imediata com o intuito de recuperar o controle da acrópole tebana.

¹⁸⁷ No texto em grego: “ὁ μέντοι ἐν τῇ ἀκροπόλει ἀρμοστής ἐπεὶ ἦσθετο τὸ νυκτερινὸν κήρυγμα, εὐθὺς ἐπεμψεν εἰς Πλαταιᾶς καὶ Θεσπιᾶς ἐπὶ βοήθειαν. καὶ τοὺς μὲν Πλαταιᾶς αἰσθόμενοι προσιόντας οἱ τῶν Θηβαίων ἰππεῖς, ἀπαντήσαντες ἀπέκτειναν αὐτῶν πλεον ἢ εἴκοσιν· ἐπεὶ δὲ εἰσῆλθον ταῦτα πράξαντες καὶ οἱ Ἀθηναῖοι ἀπὸ τῶν ὁρίων ἤδη παρεῖσαν, προσέβαλον πρὸς τὴν ἀκρόπολιν”.

aliados para lutar em prol de seus interesses. A saída desse comandante representou a incapacidade espartana de resistir às investidas inimigas e a libertação quase voluntária da acrópole tebana. Xenofonte (*Hell.* 5.4.13) nos diz que Agesilau se eximiu da liderança de uma possível expedição, alegando que o seu tempo de serviço militar havia expirado. Dessa maneira, quando a mobilização antitebana foi organizada, o seu comando coube ao *basileús* Cleômbroto, irmão e herdeiro de Agesípolis.

Diante disso, defendemos que o interesse do governo espartano era manter o domínio sobre Cadmeia e o controle de Tebas, a qual se configurava como um dos maiores rivais político-militares dos espartanos no século IV. Assim, os esparciatas mais influentes na Lacedemônia tomavam as intervenções militares em territórios estrangeiros como um mecanismo para a consolidação do poder de sua *pólis* e da influência de suas conexões além do Peloponeso. Do mesmo modo, muitos indivíduos poderosos, em toda a Hélade, utilizavam-se da proximidade que tinham com esparciatas proeminentes para se manterem no governo de suas respectivas *pólis*, como foi o caso do tebano Leontíades e a sua possível conexão com Agesilau e os seus companheiros.

4.2 Os efeitos das ações de Esfódrias para a supremacia espartana

A solicitação de Agesilau para não comandar essa expedição nos pareceu uma estratégia política pessoal para evidenciar desinteresse quanto aos negócios relativos a Tebas. A experiência política de Agesilau deve ser considerada, pois em 379 ele estaria há, aproximadamente, vinte anos no trono dos euripôntidas e conhecia muito bem o funcionamento das instituições políticas de Esparta. Portanto, Agesilau sabia do impacto negativo que acarretaria uma nova intervenção em Tebas, tanto para Esparta quanto para o seu comandante. Do mesmo modo, ele parecia interessado em combater a imagem de belicoso para expandir a conexão de suas redes pessoais, como denunciavam os seus opositores.

César Fornis (2016, p. 256-257) evidencia que o governo espartano não se interessava pela libertação de Cadmeia, pois queria conservar uma supremacia *firme e segura* com a submissão dos seus principais opositores. Fornis, no entanto, pontua que Cleômbroto, *basileús* lacedemônio e comandante da expedição contra Tebas, não partilhava da aversão de Agesilau pelos tebanos. A conclusão de Fornis se fundamentou em

Xenofonte (*Hell.* 5.4.16), enfatizando que Cleômbroto se preocupou em causar pequenos danos a Tebas, retirando-se, logo em seguida, da Beócia.

Não corroboramos totalmente com a hipótese de Fornis, pois ela demonstra que Agesilau representava uma política antitebana cujo contraponto seriam os *basileús* ágidas. Defendemos que Agesilau agiu conforme as circunstâncias para obter benefícios políticos e econômicos, sem que o governo espartano interviesse em suas atitudes. Evidenciamos essa sua medida devido ao fato de ele se abster do comando com a justificativa de sua idade avançada, pois, embora a submissão de Tebas interessasse a Esparta, os resultados dessa expedição manchariam a imagem dos espartanos como benfeitores e protetores da Hélade.

Entretanto, Agesilau não se opôs às ações dos magistrados lacedemônios e utilizou as determinações legais de sua *pólis* para se ausentar dessa campanha. Dessa forma, se ele nutria um rancor incontrolável pelos tebanos — como sugeriu a documentação literária e a historiografia contemporânea — o seu tempo de serviço militar não seria um impedimento para que atacasse Cadmeia¹⁸⁸.

Com o retorno de Cleômbroto à Lacedemônia, o esparciata Esfódrias ficou na posição de *harmostés* de Téspia¹⁸⁹ (*Xen. Hell.* 5.4.15; *Plut. Ages.* 24.3). Esse foi um momento simbólico por marcar o início da desestruturação de sua supremacia entre os helenos. A historiografia, de uma maneira geral, pouco problematizou as ações de Esfódrias e as de Esparta diante de seus feitos¹⁹⁰. De todo modo, concordamos com Jonh

¹⁸⁸ Num artigo recente, Ellen Millender (2018, p. 466) declara que a capacidade de Agesilau em mobilizar recursos em benefício próprio permitiu que este influenciasse ações político-militares sem que estivesse presente. Contudo, não corroboramos essa ideia, mesmo que apresente apontamentos interessantes e pertinentes, por afirmar que a obra de Paul Cartledge foi o melhor trabalho existente sobre a vida de Agesilau. Consideramos que a formação discursiva de Millender e o lugar social que ocupa no cenário historiográfico dos estudos sobre Esparta influenciou o seu elogio ao trabalho de Cartledge, dada a sua preponderância entre os autores anglófonos.

¹⁸⁹ Esse assunto foi abordado no primeiro capítulo deste trabalho.

¹⁹⁰ Considerando a perspectiva de Charles Hamilton (1991, p. 169), a qual teria se fundamentado numa análise proposta por George Cawkwell (1973), as ações de Esfódrias seriam uma manifestação direta dos interesses de Cleômbroto e de sua preocupação com a expansão político-militar de Atenas através da organização da segunda confederação marítima. Contudo, Charles Hamilton (1979; 1991) estaria preocupado em identificar as *façôes* políticas existentes em Esparta para construir uma estrutura política pautada na rivalidade entre grupos de cidadãos e *basileús*. O ponto de vista de Hamilton reverberou na historiografia através de Paul Cartledge (1987, p. 174-175), John Buckler (2003, p. 220-222; 2008, p. 79-84) e Dan Friedman (2014, p. 89-91). O elemento fundamental de todos

Buckler e Hans Beck (2008, p. 79), ao afirmarem que as ações de Esfódrias mudaram os rumos político-militares da Hélade, sobretudo por romper com a Paz de Antálcidas e fomentar a organização de uma ofensiva antiespartana que culminou na batalha de Leuctra (371). Interessa-nos pensar as ações de Esfódrias em conformidade à dinâmica política de Esparta, bem como a sua absolvição com o auxílio de Agesilau. Levantamos a hipótese de que Esfódrias emulou os feitos de Fébidas — ideia já apontada por Cartledge (1987, p. 156-159). No entanto, julgar as suas atitudes como impulsivas ou ambiciosas em realizar coisas extraordinárias limitaria a nossa interpretação sobre esse assunto. As variáveis que envolvem o sentimento e a personalidade de Esfódrias devem ser consideradas com ressalvas, em virtude da intencionalidade da documentação. Ainda assim, como devemos analisar as saas ações¹⁹¹?

Mesmo na condição de *harmostés*, a marcha de Esfódrias era impossível em virtude da distância e do tempo estimado. Ainda assim, ele levou o seu contingente até Atenas. Entretanto, não consideramos Esfódrias um comandante despreparado, visto que foi representado como um homem de confiança de Cleômbroto. Se Esfódrias foi subornado pelos tebanos (Xen. *Hell.* 5.4.20), a sua impulsividade e ambição justificariam o ataque a Atenas. Todavia, se estas foram ordens de Cleômbroto (Diod. Sic. 15.29.5), Esfódrias teria correspondido adequadamente à conexão mais poderosa e influente de sua rede política.

Seguindo a premissa de Diodoro, esta nos pareceu contraditória se considerarmos que Cleômbroto herdou as conexões políticas de *xenia* de seu pai, Pausânias, e de seu irmão, Agesípolis. Isso porque, durante o governo dos Trinta, Pausânias firmou conexões de *xenia* com os democratas atenienses, as quais passaram para os seus filhos, tornando improvável o interesse de Cleômbroto em atacar Atenas através de Esfódrias. Nesse caso, se os amigos estrangeiros (*philóxenoí*) de Cleômbroto provinham dos democratas de Atenas, a devastação que Esfódrias promoveu em Elêusis nos diz muitas coisas. A região de Elêusis era controlada por famílias proeminentes da Ática e um ataque manifestaria a oposição de Cleômbroto aos segmentos mais abastados de Atenas.

esses autores foi destacar a intencionalidade de Cleômbroto em desarticular os interesses *imperialistas* de Agesilau e em alertar Esparta de que havia problemas maiores que os tebanos — nesse caso, Atenas.

¹⁹¹ Comentamos sobre as ações de Esfódrias no capítulo I deste livro, cujo objetivo era invadir Atenas durante a Paz de Antálcidas.

Como os atenienses auxiliaram os exilados tebanos, expulsos de sua *pólis* por Esparta, as ações contra Elêusis demonstrariam a insatisfação espartana pela acolhida fornecida aos tebanos por Atenas. Por outro lado, temos a hipótese de que Cleômbroto culpou a aristocracia ateniense pela retomada de Tebas. Afinal, a elite de Atenas foi incapaz de conter as determinações da democracia. Muito embora Atenas e Esparta fossem aliadas no período da invasão de Cadmeia, aquela apoiou a causa tebana, possivelmente por temer que o mesmo fato acontecesse em seu território¹⁹².

A própria organização da segunda confederação marítima aconteceu com o intuito de recuperar o poder político, militar e econômico que Atenas detinha no século V. Embora Cleômbroto mantivesse vínculos de *xenia* com homens influentes da democracia de Atenas, consideramos que os aristocratas continuavam tendo relevância política para essa *pólis*. Nesse caso, a prioridade era assegurar os interesses de Esparta em detrimento de questões pessoais. Dito isso, Cleômbroto tentou afastar o estigma atrelado à figura de seu pai. Contudo, se Esfódrias agiu em conformidade com Cleômbroto, o seu planejamento não foi bem-sucedido.

A presença de embaixadores (*prébeis*) lacedemônios em Atenas durante as ações de Esfódrias merece ser analisada. Xenofonte (*Hell.* 5.4.22) esclarece que estes embaixadores (Etímocles, Aristólocos e Ócilos) estavam na casa de Cálías, seu *próxenos*, quando receberam a notícia da invasão de Esfódrias à Ática. Xenofonte afirma que esses esparciatas ficaram consternados com o ataque a Elêusis, pois não ficariam em território ateniense sabendo que poderiam ser capturados. Na passagem seguinte (*Xen. Hell.* 5.4.23), os embaixadores esclareceram que o governo lacedemônio desconhecia as atitudes de Esfódrias e fariam de tudo para que a justiça acontecesse.

O que as palavras desses embaixadores nos evidenciam? De imediato, que as conexões políticas dos esparciatas com as redes das dinastias heráclidas exerciam influência nas determinações políticas da Lacedemônia¹⁹³. Dessa forma, se a invasão da Ática foi orquestrada em uma

¹⁹² O governo ateniense também poderia ter-se identificado com a situação dos tebanos em virtude do ocorrido em sua *pólis* após a derrota na Guerra do Peloponeso, em que Esparta passou a intervir diretamente na organização política da Ática. A isso se somava a insatisfação dos helenos com o descomedimento espartano através do uso da força. Além disso, tendo a Paz de Antáclidas como justificativa, logo interessava a Atenas o enfraquecimento da supremacia de Esparta.

¹⁹³ Embora o contrário ocorresse, isto é, os diarcas se beneficiarem das conexões com homens poderosos entre os lacedemônios.

betaireía, é possível que as demais magistraturas de Esparta — nesse caso *gérontes* e *éforos* — tivessem certo conhecimento de que aconteceria à invasão da Ática. Ainda assim, uma informação encontrada no catálogo prosopográfico de Poralla e Bradford (1985, p. 54, n°285) nos chamou a atenção, pois um dos embaixadores espartanos — Etímocles¹⁹⁴ — era amigo de Agesilau II.

Se Etímocles¹⁹⁵ foi embaixador, era evidente a sua importância política entre os lacedemônios. Consideramos também que a conexão entre Etímocles e Agesilau assegurou benefícios mútuos, pois, segundo Heródoto (6.60), na Lacedemônia, os filhos herdavam a profissão dos pais. Portanto, sugerimos que Etímocles seguiu os passos de seu pai enquanto embaixador da Lacedemônia¹⁹⁶. Sendo assim, tanto Etímocles se beneficiaria ao se conectar a Agesilau quanto este poderia intervir em esferas políticas que estavam além das suas prerrogativas. Ampliando essas possibilidades, consideramos que Etímocles e Agesilau herdaram essa conexão. Seguindo essa hipótese, a aparente surpresa que o ataque de Esfódrias à Ática surtiu sobre Etímocles foi um indício de que nem o governo espartano nem mesmo Agesilau apoiavam essa ação. Ao se isentarem da responsabilidade das ações de Esfódrias, os embaixadores lacedemônios mantinham a credibilidade de sua posição política, bem como a de sua comunidade. No que tange a Etímocles, a sua abstenção permitiu que se retirasse em segurança de Atenas e ainda desse tempo para que Agesilau e os membros de suas redes organizassem as resoluções a serem tomadas contra os seus rivais na Lacedemônia, dentre os quais estavam Esfódrias e Cleômbroto.

Como havíamos esclarecido, Agesilau e os seus partidários contribuíram para a absolvição de Esfódrias. Logo, o que podemos concluir sobre essa dinâmica política envolvendo Esparta e a sua supremacia na

¹⁹⁴ A evidência da amizade entre Agesilau e Etímocles se confirma em Xenofonte (*Hell.* 5.4.32), quando este nos diz que um amigo de Esfódrias reconhecia Etímocles como partidário de Agesilau.

¹⁹⁵ Etímocles atuou como embaixador lacedemônio em Atenas entre 370 e 369 após a batalha de Leuctra (*Xen. Hell.* 6.5.33).

¹⁹⁶ No primeiro capítulo, ao discutirmos os vínculos de parentesco de Antálcidas, verificamos que somente os homens mais influentes em Esparta eram designados para as atividades políticas de importância significativa, como o caso da fundação de uma *pólis* ou mesmo a atuação como embaixador. Antálcidas foi um exemplo emblemático pelo fato de, possivelmente, seu pai ter sido enviado como um dos fundadores de Heracleia Traquínia, em 426. A importância da família de Antálcidas permitiu que este fosse embaixador lacedemônio diante de Artaxerxes, bem como navarco e *éforo* em Esparta.

Hélade? O ataque de Esfódrias evidenciou que os esparciatas – ou uma parcela deles – não permitiriam que Esparta perdesse a influência das conexões que detinha sobre os helenos. Afinal, as atividades militares em territórios estrangeiros eram altamente lucrativas em uma *pólis* onde a falta de recursos acarretaria a perda da cidadania¹⁹⁷.

A situação engendrada por Esfódrias apresentaria, ao menos, duas possibilidades de resolução, sendo elas a sua condenação ou o seu perdão. Cada uma acarretaria uma consequência específica: a primeira ampliaria as conexões de Esparta e Atenas, beneficiando imagem dos lacedemônios entre os helenos. A partir da documentação literária, defendemos que Agesilau e as suas conexões impediram que Esfódrias fosse acusado. Essa decisão também pode ser problematizada.

Uma vez que Atenas construiu conexões com as *póleis* do Egeu, era uma questão de tempo para que a segunda confederação marítima fosse organizada¹⁹⁸ e ameaçasse a supremacia espartana na Hélade. Cynthia Schwenk (1997, p. 20-21) afirma que a política de Esparta — iniciada com a Paz de Antálcidas (387) — monstrou aos atenienses que o governo lacedemônio estava preocupado em garantir os seus próprios interesses entre os helenos. Ainda segundo Schwenk, as atitudes de Esparta contra Fliunte, Mantineia e Olinto permitiram que os atenienses direcionassem as suas atenções para atividades político-econômicas em benefício próprio. Para tanto, a autora menciona que Atenas estabeleceu conexões com Quios, Metimna e Mítilene, além de um acordo com Hebrizelmis, *basileús* dos odrísios, na Trácia, por volta de 384.

As considerações de Schwenk corroboram as análises de Charles Kadushin (2012, p. 27), tendo em vista que Atenas pretendia expandir as suas conexões políticas para recuperar o seu *status* e influência no Egeu e na Ásia Menor. A princípio, a criação de uma confederação marítima não ameaçava os interesses espartanos, mas influiria nos interesses de Artaxerxes ou de algum dos membros da Confederação do Peloponeso. Assim, não tardaria para que as redes políticas de Atenas atritassem as redes políticas e os compromissos que Esparta mantinha com grupos proeminentes na Hélade. Esse posicionamento nos ajuda a responder o

¹⁹⁷ O capítulo catorze da *Constituição dos Lacedemônios* trata diretamente desses aspectos, uma vez que Xenofonte denuncia os lacedemônios do século IV por terem abandonado as leis de Licurgo e se interessarem pela autoridade sobre os helenos e pela acumulação de riquezas.

¹⁹⁸ Perspectiva proposta por Cawkwell (1973) e Hamilton (1991).

motivo de Agesilau e dos membros de sua rede política lacedemônia auxiliarem na absolvição de Esfódrias, já que seria questão de tempo para Atenas obter um poder político significativo, capaz de prejudicar o fluxo de bens e informações das conexões de Esparta.

A indulgência de Esfódrias apenas agilizou um processo que vinha tomando forma nas alianças defensivas estabelecidas entre Atenas e os habitantes do Egeu e da Trácia. Para Jacqueline Christien e Françoise Ruzé (2007, p. 269), as conexões atenienses se deram nos termos da Paz de Antálcidas, de tal maneira que as suas ações fossem reconhecidas como justas diante da proposta de liberdade e da paz comum (*koinê eiréne*). O *Decreto de Aristóteles* (IG II² 43) indica que os atenienses se colocavam como responsáveis pela liberdade e pela autonomia dessas *póleis*, tal como fizeram os espartanos na Guerra do Peloponeso e com a Paz de Antálcidas. Além disso, verificamos que Atenas, ao se considerar injustiçada com o ataque de Esfódrias, seguido da sua impunidade, organizou uma confederação para combater as desmedidas de Esparta. No *Decreto de Aristóteles*, temos os nomes de um número significativo de *póleis* que apoiaram os atenienses, comprovando a insatisfação dos helenos com as atitudes espartanas¹⁹⁹.

O argumento do *Decreto de Aristóteles* levou à criação de uma cena enunciativa na qual os atenienses se representaram como injustiçados diante de Esparta e buscaram conexões com *póleis* numa posição semelhante. Nesse sentido, relacionamos os conceitos de homofilia e buraco estrutural, vindos dos estudos de Charles Kadushin (2012, p. 9, 27, 62), e verificamos que os atenienses construíram representações que permitiram a criação de conexões com grupos que tinham os mesmos interesses políticos,

¹⁹⁹ Dentre as *póleis* que aderiram ao *Decreto de Aristóteles*, temos Quios, Tênedos, Tebas, Mítilene, Cálquis, Metimna, Erétria, Rodes, Poessa, Aretusa, Bizâncio, Cáris, Perinto, Icus, Pepareto, Palene, Esciato, Maroneia, Dium, Paros, Atenas Diades, Córcira, Abdera, Tasos, Calcídia, Trácia, Aenus, Samotrácia, Dicaia/Dicaiópolis, Acarnânia, Cefalênia, Pronus, Hestiae, Iassos, Tenos, Míconos, Antissa, Ceos, Iulis, Carthae, Coresia, Élis, Amorgos, Selimbria, Sífinos, Sicinos, Neapolis e Zacintos (IG II² 43, A.79-90, B. 1-35). Muito embora Richard Talbert (1985, p. 60) tenha apresentado um número muito maior de *póleis* envolvidas, somente os nomes dessas já citadas demonstra a insatisfação dos helenos com a dinâmica política de Esparta, uma vez que esta não estava disposta a lutar pelos interesses comerciais marítimos de muitas dessas localidades. Como verificamos em Talbert, até mesmo cidades que estavam sob o controle de Artaxerxes integraram a aliança ateniense, ainda que o *Decreto de Aristóteles* afirmasse o seu interesse de cumprir as determinações da Paz de Antálcidas. Outro elemento singular foi que este decreto nomeou os seus integrantes como representantes da população de cada *pólis*, como sinônimo de liberdade e autonomia.

econômicos e militares que os seus. Logo, à medida que Atenas ampliou as conexões de suas redes, também aumentou os buracos estruturais na rede que Esparta detinha no Egeu.

A decisão de Agesilau em apoiar a remissão de Esfódrias se alinhava à sua percepção de que a organização de redes contrárias a Esparta, tendo Atenas ou Tebas como líderes, era inevitável. Portanto, a representação que Xenofonte (*Hell.* 5.4.32) edifica de Etímocles demonstrou o pensamento de Agesilau e do seu grupo político. Isso porque, num cenário político-militar no qual Esparta estava fadada a perder muitas de suas conexões, eram necessários homens com as aptidões militares de Esfódrias para impor os seus interesses através da força. Sendo assim, Agesilau e as suas conexões se aproveitaram do contexto político helênico para ampliarem a sua influência entre os lacedemônios. Nesse caso, os vínculos de clientelismo, que criou com Esfódrias, e a sua rede política foram exemplos respeitáveis.

4.3 As novas investidas de Esparta e a fragilidade de suas conexões políticas

Os anos que sucederam à liberação de Cadmeia, à absolvição de Esfódrias e à organização da segunda confederação marítima de Atenas determinaram a desestruturação da supremacia político-militar de Esparta no *Pequeno Mundo* helênico. Diferentemente da tendência historiográfica hegemônica, não temos como precisar o responsável — ou os responsáveis — por essa situação. Apesar disso, analisamos o contexto histórico descrito na documentação literária para mapearmos os fatores que contribuíram para a fragmentação do poder e do *status* de Esparta na Hélade.

Nesse sentido, consideramos que a deterioração da estrutura militar, econômica e social de Esparta se iniciou no século V e obteve a sua culminância após a batalha de Leuctra, em 371. Isso se deu pela incapacidade espartana de se adequar à posição que passou a ocupar nas conexões políticas com os helenos, com o final da Guerra do Peloponeso. Essa situação se agravou com a Paz de Antáclidas, uma vez que a imagem dos espartanos como *libertadores da Hélade* diante dos *anseios imperialistas* de Atenas se esvaiu.

Tal conjuntura se acentuou com a tomada de Cadmeia, ainda que tenha sido um evento fundamental para que Esparta consolidasse as suas áreas de influência na Hélade continental. Segundo John Buckler (1980, p. 15-16), o grupo político antiespartano que vigorava em Tebas mantinha

conexões com Olinto e Atenas. Embora os tebanos e os atenienses tivessem interesses específicos com os olíntios, Esparta não estava disposta a aceitar uma rede entre essas três comunidades. Quando os embaixadores de Acanto e de Apolônia solicitaram o auxílio espartano diante de Olinto, essa foi uma oportunidade para que os principais inimigos dos lacedemônios fossem sobrepujados. Portanto, o ataque promovido por Fébidas à Cadmeia foi considerado adequado aos interesses do governo espartano.

Contudo, o conjunto das ações espartanas – sejam as manifestadas pelo governo espartano, sejam as desenvolvidas pelos seus comandantes – constituiu-se numa aparente inaptidão político-militar. A falta de sensibilidade dos magistrados lacedemônios (com a excessão, possivelmente, de Lisandro e Antálcidas) para os efeitos de suas atitudes, fez com que os benefícios advindos de suas redes políticas se tornassem grandes ameaças a terceiros, os quais se conectaram para acabar com a supremacia de Esparta²⁰⁰. Essa especificidade e o amplo poder que Agesilau exercia no cenário político lacedemônio fizeram com que a historiografia contemporânea o representasse como o alicerce da fragilidade espartana diante dos helenos.

A tomada de Cadmeia deixou muitas *póleis* angustiadas com a ideia de que poderiam ser as próximas a sofrer um ataque. Ainda que os atenienses não tivessem motivações evidentes para uma oposição a Esparta, eles desenvolveram conexões para resistir a um possível assalto espartano. Uma das bases da segunda confederação de Atenas foi não depender de Esparta, além de obter áreas de influência para além da Hélade continental. Na verdade, o governo espartano não foi contrário às tentativas atenienses de promover uma nova confederação marítima, devido ao desinteresse lacedemônio de combater no Egeu. Havia muitos conflitos e comunidades para combater — caso Esparta quisesse consolidar a sua supremacia por meio da força — e as Cíclades não estavam ao alcance imediato da política espartana.

O principal interesse de Esparta, por sua vez, era o de levantar uma rede política no Peloponeso para impedir que os seus inimigos se aproximassem de suas fronteiras geográficas, algo semelhante àquilo que foi desenvolvido com a Confederação do Peloponeso. A grande dificuldade desse projeto foi a existência de Tebas nessa conjuntura, afinal, os tebanos não ignoraram os desmandos espartanos sobre a sua *pólis*. Logo, a

²⁰⁰ Vide a nota 198.

intervenção lacedemônia no norte da Hélade tentou enfraquecer Tebas até que esta não pudesse retribuir a Esparta os danos sofridos com a atitude de Fébidas e o governo de Leontíades.

Nesse cenário, a atitude de Esfódrias ao invadir Atenas foi uma manifestação — inadequada e frustrada — de insatisfação espartana com o auxílio ateniense aos exilados tebanos, em 382. Na condição de *líder dos helenos e guardião da liberdade da Hélade* — nos termos da Paz de Antálcidas —, Esparta não admitiu que Atenas apoiasse os desterrados de Tebas, pois isso representaria uma crítica aos excessos políticos espartanos e uma ameaça à sua conduta com os seus aliados²⁰¹. Por outro lado, o governo de Esparta não agia de modo adequado para o representante de uma paz comum. Sendo assim, ela não soube lidar com os deveres inerentes à centralidade de seu nó na Hélade nem aceitou que os helenos se opusessem às suas desmedidas, tornando inevitável o desgaste de suas conexões e a formação de buracos estruturais em suas redes políticas.

Por estar inclinado unicamente aos seus próprios interesses, o governo lacedemônio tinha o conhecimento dos efeitos diretos de suas atitudes. Xenofonte evidencia essa situação, pois, ao decretar uma mobilização contra os tebanos, Esparta solicitou a liderança de Agesilau dado o fracasso de Cleômbroto em retomar o controle de Tebas:

Por sua vez, os lacedemônios decretaram uma mobilização contra os tebanos e, considerando que Agesilau era mais adequado que Cleômbroto para o mando, lhe pediram que comandasse a expedição. Ele [Agesilau] respondeu que não iria se opor a qualquer decisão da *pólis* e se preparou para a campanha (Xen. *Hell.* 5.4.35)²⁰².

²⁰¹ A documentação transparece que o grande erro de Esfódrias foi ter falhado em seus objetivos, afinal, se Atenas fosse invadida e a sua acrópole, tomada ou o Pireu, sitiado, a postura dos atenienses partidários de Esparta faria dessa *pólis* uma ferrenha apoiadora em sua luta contra Tebas. A malfadada investida de Esfódrias apenas permitiu que os atenienses se posicionassem no extremo oposto de Esparta em sua contenda contra Tebas. A atuação de Esfódrias, seguida de sua absolvição, interessava a uma parcela do governo espartano e, sobretudo, a Agesilau pelos benefícios que esta renderia a sua rede política na Lacedemônia.

²⁰² No texto em grego: “οἱ δ’ αὖ Λακεδαιμόνιοι φρουράν τε ἔφηναν ἐπὶ τοὺς Θηβαίους, καὶ τὸν Ἀγησίλαον νομίσαντες φρονιμώτερον ἂν σφίσι τοῦ Κλεομβρότου ἡγεῖσθαι, ἐδέοντο αὐτοῦ ἄγειν τὴν στρατιάν. ὁ δὲ εἰπὼν ὅτι οὐδὲν ἂν ὅ τι τῇ πόλει δοκοίη ἀντειπεῖν παρεσκευάζετο εἰς τὴν ἕξοδον”.

O discurso de Xenofonte demonstra que Agesilau reconheceu o impacto de suas ações pelo indulto de Esfódrias, uma vez que aceitou comandar uma expedição que havia rejeitado. Do mesmo modo, a cumplicidade do governo de Esparta pretendia consolidar a sua política de dominação externa, algo que na prática não se realizou.

Embora a segunda confederação marítima tenha sido formalizada somente em 377 com o *Decreto de Aristóteles*, a oposição a Esparta já havia se materializado com a retomada de Cadmeia e, por isso, Agesilau assumiu a posição de comandante em 378. A estratégia de Agesilau foi a de conseguir o máximo de apoio na Beócia, pois a submissão de Tebas só aconteceria com a captura do monte Citerón (Xen. *Hell.* 5.4.36-37). Para isso, Agesilau arregimentou os mercenários da *pólis* de Cleitor²⁰³, que estavam em conflito na região de Orcômeno.

A atuação de Agesilau enfatizou a sua preocupação com a possibilidade de Esparta perder áreas de influência na Hélade continental. Afinal, ele se absteve de comandar a primeira expedição a Tebas após a reconquista dos exilados. Todavia, Xenofonte representou a forma como os homens mais poderosos e influentes de Esparta pensavam e geriam as suas redes políticas, ou seja, se as suas conexões fossem amplas e influentes também beneficiariam a sua *pólis*. O contrário também pode ser pensado, visto que o governo espartano se utilizou das conexões e das redes de seus homens proeminentes para ampliar o seu prestígio ao redor da Hélade.

Xenofonte (*Hell.* 5.4.37-41) elabora uma cena enunciativa na qual os feitos de Agesilau foram exaltados em detrimento dos de Cleômbroto. Por isso, a descrição do ateniense sobre as manobras militares de Agesilau tiveram um tom de exaltação. Ao cruzarmos esses indícios com os de Diodoro (15.32.1, 33.1), constatamos que Agesilau não realizou grandes feitos entre os beócios, embora dispusesse do exército espartano em sua totalidade. Diodoro afirma que Agesilau²⁰⁴ não atacou os tebanos devido à

²⁰³ Thomas Nielsen (2004, p. 515) afirma que Xenofonte foi o único autor entre os períodos Arcaico e Clássico a classificar Cleitor como uma *pólis*, porém isso se deu em seu sentido político.

²⁰⁴ Xenofonte (*Hell.* 5.4.39) diz que Agesilau sofreu um ataque inesperado dos tebanos enquanto o seu exército se preparava para a ceia. Nessa ocasião, tombaram três lacedemônios influentes, o que impactaria os recursos humanos e militares de Esparta. Xenofonte cita Epicídidas e Cleas, mas também o *perieco* Eudico. Epicídidas fora o esparciata responsável por notificar Agesilau sobre os perigos que Esparta estava enfrentando contra o *sinédrio de Corinto* (Xen. *Hell.* 4.2.2; Plut. *Ages.* 15.2). Cleas e Eudico

presença do *esquadrão sagrado*²⁰⁵, liderado por Pelópidas, e ao auxílio que Atenas lhes prestava por meio da liderança de Cábrias e de seu exército de cidadãos e mercenários.

Em suma, Agesilau agiu tanto quanto Cleômbroto no território beócio, pois sabia das limitações de seu exército e da sua incapacidade em enfrentar o contingente inimigo – tanto pela sua posição no campo de batalha quanto pela diferença numérica de seus combatentes²⁰⁶. Embora Xenofonte tenha exaltado os feitos de Agesilau, a sua cena enunciativa pretendia minimizar a impressão negativa que a sua audiência criou a respeito das invasões de Esparta, lideradas pelo euripôntida. De todo modo, o discurso de Xenofonte foi incapaz de ofuscar os buracos estruturais das redes espartanas, haja vista o descomedimento de seu governo e dos seus comandantes.

Para os aliados e membros das redes políticas de Esparta, a mobilização desse amplo contingente tinha uma função visual e performática, posto que a situação não favorecia o número de guerreiros liderados por Agesilau. No entanto, o fato de Esparta determinar a contribuição de seus aliados em suas investidas militares impactou a afinidade deles com o *status* obtido pela Lacedemônia entre os helenos. Enquanto a liderança de suas redes coubesse aos esparciatas, estes seriam os responsáveis por determinarem como, quando, quantos e onde os seus aliados contribuiriam para as investidas militares de Esparta. Essa situação revelou a indisposição dos membros da Confederação do Peloponeso em conservarem uma rede política assimétrica com Esparta, pois os benefícios não correspondiam às despesas, bem como as perdas dos helenos com expedições interessavam somente aos lacedemônios.

não figuram em outros momentos na narrativa documental, o que nos leva a afirmar que estes eram homens conhecidos no cenário político-militar de Xenofonte, bem como para os interlocutores de sua obra. Por fim, seriam homens influentes entre os lacedemônios e atuariam como membros diretos das redes políticas de clientelismo criadas por Agesilau.

²⁰⁵ O *esquadrão sagrado* de Tebas foi, segundo Stephanie Larson (2013, p. 5996), um corpo de guerreiros de elite desenvolvido no século IV, cuja maior peculiaridade era a sua composição de 150 pares de amantes (*erastés* e *erómenos*). O objetivo ao se ter amantes combatendo lado a lado seria garantir que um se esforçaria ao máximo para defender o outro, porém, quando um dos amantes morresse, o sobrevivente iria combater sem limitações para retribuir a sua perda ao inimigo.

²⁰⁶ Scott Rusch (2011, p. 188) descreve o posicionamento dos contingentes neste enfrentamento, destacando a vantagem geográfica dos atenienses e dos tebanos diante de Agesilau. A descrição apresentada por Rusch segue, sobretudo, os indícios de Diodoro da Sicília (15.32).

Além de Agesilau ter sido incapaz de enfrentar os tebanos, o comandante que o substituiu em Tebas foi Fébidas que, na primeira de suas investidas, acabou falecendo (Xen. *Hell.* 5.4.42-45; Diod. Sic. 15.33.6). Esse insucesso aumentou a disposição dos tebanos em seus enfrentamentos, levando os helenos a promoverem conexões contrárias a Esparta. Como a posição de Tebas diante dos lacedemônios era de uma aparente desvantagem e a sua organização militar estava envolta em riscos, estes se mostraram interessados em correr o risco de enfretar os lacedemônios, pois, se saíssem vitoriosos, dismantlariam as redes políticas de Esparta e o *status* que o seu exército cultivou entre os helenos²⁰⁷.

Xenofonte (*Hell.* 5.4.47-51) tenta, sem sucesso, manifestar a excelência militar de Agesilau, mesmo com a diminuição da densidade das conexões espartanas. Para tanto, ele narrou a mobilização decretada pelos *éforos* contra Tebas, em 377. Agesilau foi representado como um comandante inovador que se antecipou ao inimigo, enganando-o quanto à direção do ataque²⁰⁸. Xenofonte conclui que Agesilau obrigou os tebanos a recuarem pelo temor de terem o seu território invadido, mas chegou a

²⁰⁷ O discurso de Xenofonte nos permitiu destacar alguns elementos da organização militar espartana e do comportamento tebanos para com os seus inimigos. Inicialmente, a mobilização espartana manifestou a confiança de que a sua razão era justa e o número de seus guerreiros suficientes. Essa situação foi dismantlada pelo preparo que os tebanos tiveram para com o território, deixando-o organizado para um ataque oriundo de Téspia, mas também por contarem com o auxílio ateniense e dos mercenários sob o comando de Cábrias. Como descreveu Xenofonte, os tebanos ficaram animados e passaram a atacar Téspia, muito embora não a tenham tomado. A confiança de Tebas com a derrota de Fébidas ressalta que os tebanos pareciam estar arriscando aquilo que tinham em nome de sua luta. Do mesmo modo, tornou-se fundamental para os tebanos se lançarem em todo o tipo de combate para que treinassem os seus guerreiros, aspecto pelo qual o *esquadrão sagrado* fez fama. Plutarco (*Pelop.* 15.5) defendeu que a batalha de Téspia foi vencida pelos tebanos.

²⁰⁸ Agesilau fez com que os tebanos acreditassem num ataque vindo de uma região (Téspia) quando na verdade viria de outra (Eritras). No *Agesilau* (1.17), Xenofonte destaca que o *basileús* enganou Tissafernes em sua expedição à Cária. Em trechos posteriores (*Ages.* 6.5, 11.4), Xenofonte enfatiza que enganar os inimigos era uma ótima estratégia em batalha, destacando as capacidades engenhosas de um comandante. Nas *Memoráveis* (4.2.14-15), o Sócrates de Xenofonte destaca as vantagens de se enganar e escravizar os inimigos. No entanto, a situação descrita nas *Helênicas* é singular, posto que os inimigos de Esparta fossem helenos, enquanto o elogio feito no *Agesilau* se deu pela maneira como o *basileús* enganou Tissafernes, sendo este um posicionamento pan-helênico. Embora, nas *Memoráveis*, Sócrates tenha se referido aos inimigos em geral, este tipo de posicionamento seria inadequado no contexto da Paz de Antálcidas, visto que os helenos estavam mobilizando uma paz comum para acabar com a contenda entre as *póleis*.

saquear o território de Tânagra antes de retornar à Lacedemônia. Por sua vez, Plutarco (*Pelop.* 15.5) assegurou que a batalha de Tânagra também marcou uma derrota espartana.

Esse parágrafo reforça a preocupação de Xenofonte em instituir uma representação elogiosa dos feitos de Agesilau diante de outros comandantes, sejam eles esparciatas, sejam os inimigos. Entretanto, bastaria que a audiência de Xenofonte adotasse uma posição crítica para que percebessem como as ações e a movimentação de Agesilau já não correspondiam à efetividade de seus inimigos. Com isso, se Xenofonte objetivou fortalecer a imagem de Agesilau e, indiretamente, ampliar a densidade das suas conexões com os helenos, esse propósito acabou não se cumprindo²⁰⁹.

4.4 O desgaste da supremacia de Esparta e as resistências ao seu poder político

Terminada essa campanha, Xenofonte não descreveu qualquer atividade militar relevante após o verão de 377. Mas, ao iniciar a sua exposição de 376, (*Xen. Hell.* 5.4.58) apontou a enfermidade que tinha acometido Agesilau em Mégara, durante o seu retorno a Lacedemônia²¹⁰.

²⁰⁹ Xenofonte (*Hell.* 5.4.55) elabora uma cena enunciativa na qual a sua audiência poderia observar a justiça das atitudes de Agesilau. Essa postura permitiu que Agesilau obtivesse o apoio de toda a população de Téspia — o que incluía os democratas. Esse apontamento serviu para que, através de uma retórica da moralidade, Xenofonte demonstrasse como as boas ações são seguidas de resultados adequados, enquanto os excessos são passíveis de punição. Xenofonte (*Hell.* 5.4.56-57) afirma que os tebanos estavam passando por necessidades de alimentos e que tentavam supri-las através do comércio marítimo com a Tessália. Nesse momento, o navarco esparciata Alcetas estava na costa da Eubeia e pôde capturar as embarcações com cereais para Tebas, fazendo os seus homens prisioneiros. Xenofonte conclui a sua exposição dizendo que Alcetas acabou sendo morto pelos prisioneiros que fez após se descuidar ao visitar o seu *erômenos* todos os dias. Em seu *encômio* a Agesilau, Xenofonte (*Ages.* 5.4-7) se utiliza da pederastia como um elemento de elogio ao *basileús*, afinal, este foi descrito como um homem que vencera os prazeres dos sentidos e, por isso, deveria ser reconhecido como um verdadeiro líder, digno da admiração de todos.

²¹⁰ Xenofonte pontua que as veias da *perna boa* de Agesilau romperam e ele teve hemorragia. Depois houve um grande inchaço na região e o *basileús* começou a ter dores insuportáveis. Foi aí que um médico siracusano resolveu efetuar uma sangria, abrindo a veia abaixo do tornozelo para que o sangue retido na região escoasse. Contudo, ele foi incapaz de conter

Diante disso, o governo lacedemônio decretou que Cleômbroto liderasse uma expedição, dando continuidade à estratégia militar de Agesilau. O *basileús* ágida não seguiu a estratégia de Agesilau e retornou da expedição ao perder um pequeno quantitativo de guerreiros. Em que medida essa passagem nos ajuda a entender as redes políticas de Esparta?

Xenofonte destaca que o retorno de Cleômbroto fez os aliados de Esparta se reunirem na Lacedemônia para discutir algumas *diretrizes* de guerra. Xenofonte (*Hell.* 5.4.60) afirma ainda que os aliados se reuniram para denunciar o desgaste que vinham sofrendo enquanto os espartanos estavam sendo negligentes em sua atuação. Esses homens questionaram a estratégia militar de Esparta e o gasto desnecessário com expedições sem resultado, quando poderiam equipar embarcações para cercar os atenienses e levá-los à fome — como fizeram ao fim da Guerra do Peloponeso — e com esses mesmos barcos levar um exército a Tebas.

A partir de Xenofonte, levantamos algumas análises sobre esse momento político de Esparta. Tanto os seus aliados demonstravam a sua indignação quanto declaravam, implicitamente, que as suas conexões deixariam de existir caso o governo lacedemônio não mudasse a sua postura. A acusação de negligência se tornava outra ameaça, destacando-se a incapacidade de Esparta em assegurar a centralidade de uma posição político-militar entre os helenos e as suas redes. Nesse sentido, os aliados de Esparta enfatizaram que os lacedemônios careciam de grandes contingentes e líderes militares, posto que a referência sobre o que deveria ser feito a Atenas remeteu aos gestos de Lisandro e de Antálcidas, respectivamente.

Se considerarmos que, numa rede política de homofilia, as conexões entre os nós se beneficiam mutuamente para conservar a estrutura da própria rede como um todo, os gastos espartanos e os seus resultados duvidosos colocavam em risco a integridade de todas as *póleis* vinculadas à Esparta. O governo espartano aceitou as proposições de seus aliados, corroborando a ideia de que Esparta sabia da sua dependência com os demais helenos. Portanto, o governo espartano reconhecia a imagem desfavorável que desenvolveu entre os helenos com a tomada de Cadmeia e a absolvição de Esfódrias. Sendo assim, receber os representantes aliados e ouvir as suas reclamações faziam parte de uma estratégia política adequada

a sangria e Agesilau perdeu muito sangue, ficando prostrado durante muito tempo, sendo que ele só reapareceu no cenário político espartano em 371.

para a conservação de suas conexões nas redes políticas helênicas e na manutenção da Confederação do Peloponeso.

César Fornis (2016, p. 260) pontua que todas as medidas tomadas pela assembleia espartana, após a reclamação dos seus aliados, foram influenciadas por Cleômbroto. Isso porque o adoecimento e a ausência política de Agesilau minimizou os impactos das conexões políticas de suas *betairéai* sobre a tomada de decisões do governo lacedemônio. No entanto, o fato de cada *basileús* ou embaixador adotar estratégias políticas distintas reflete a oportunidade e a circunstância do momento, sem que isso manifeste a sua tendência política pessoal. Ainda assim, o adoecimento de Agesilau serviu como oportunidade para Cleômbroto, bem como para os membros das suas conexões e os inimigos de Agesilau, reforçar a influência de suas redes no Peloponeso. A consolidação das redes e das conexões de Cleômbroto não significou que as conexões de Agesilau foram sobrepujadas, pois a ausência do *basileús* euripôntida em muitas das decisões políticas dificultava a intervenção dos integrantes de suas redes na Lacedemônia nas deliberações do governo de Esparta. Nesse sentido, interessou aos membros do governo lacedemônio atuar em prol de suas conexões particulares, ampliando a sua densidade e minimizando oposições e buracos estruturais em suas redes políticas.

Ainda assim, o governo espartano aceitou a reclamação dos aliados e direcionou as suas ações militares para o mar. A primeira delas se deu nas proximidades de Naxos e Paros, quando a frota peloponésia liderada pelo esparciata Póllis tomou o conhecimento de embarcações com grãos que iam na direção de Atenas. Este então partiu com o intuito de capturá-las (Xen. *Hell.* 5.4.61; Diod. Sic. 15.34.3; Polieno, 3.11.11). Com a ameaça de Póllis, o ateniense Cábrias foi indicado estrategico para impedir um cerco a Atenas²¹¹. Diodoro (15.34.3-35.2) fez uma descrição ampla da contenda, que tinha envolvido lacedemônios e atenienses em Naxos e pontuou que essa batalha se assemelhava a de Arginusas. Por fim, Diodoro declarou que essa foi a primeira batalha naval vencida pelos atenienses após a Guerra do Peloponeso²¹².

²¹¹ Recordamos que todo o investimento econômico e militar de Atenas se direcionava às atividades marítimas, aspecto que foi determinante para o sucesso de suas expedições.

²¹² Alguns dos oradores áticos do século IV citaram a batalha de Naxos como um referencial da habilidade marítima ateniense e a justificativa para a supremacia marítima que Atenas pretendia no Egeu e na Ásia Menor. Demóstenes (9.23; 13.22; 20.76; 23.198; 24.180) foi um dos mais elogiosos aos feitos de Cábrias, de tal maneira que a sua dedicação e esforço a Atenas renderam frutos à democracia, sendo um exemplo para os atenienses

As ações de Esparta e dos membros de suas redes políticas, com ênfase na Confederação do Peloponeso, almejavam obter recursos materiais para a manutenção de seus interesses político-militares na Hélade. A emergência de Atenas e de Tebas como nós centrais nas redes helênicas afetou os fundamentos das redes espartanas, baseados na segurança, efetividade e *status* dos seus membros (Kadushin, 2012, p. 74).

Por outro lado, a oportunidade de rivalizar com Atenas fomentava a ideia de que uma vitória marítima sobre os atenienses fortaleceria as redes de Esparta, bem como o poder e a influência dos nós que a compunham. Caso isso ocorresse, Atenas seria obrigada a atuar em prol dos peloponésios e contra os tebanos, o que parecia um devaneio diante da fragilidade das conexões espartanas e dos seus aliados mais próximos.

Entre 376 e 375, os atenienses enviaram uma expedição marítima ao redor do Peloponeso em retribuição à impunidade de Esfódrias. Com sessenta embarcações lideradas pelo estrategista Timóteo, filho de Cónon, os atenienses controlaram Córcira e derrotaram os peloponésios liderados pelo esparciata Nicóloco, em Alícia (Xen. *Hell.* 5.4.62-66). Segundo Isócrates (15.109), foi a vitória de Timóteo sobre Nicóloco e a perda de Córcira que forçaram Esparta a promover um acordo de paz com os atenienses²¹³. Diodoro (15.36.5) comenta que Timóteo navegou em direção à Cefalênia e conseguiu tornar a Acarnânia aliada de Atenas. Xenofonte e Isócrates apenas endossam que a perda de influência e recursos afetou a posição e o *status* de Esparta perante o *Pequeno Mundo* da Hélade. Logo, em vez de angariar apoiadores com a reversão de suas atitudes, Esparta exibiu e fomentou a necessidade de ser combatida pelos seus maiores rivais.

de períodos posteriores. Ésquines (3.222, 243) destaca que Cábrias só conseguiu o seu feito em Naxos devido ao investimento que a *pólis* fez na marinha, enquanto, no segundo trecho, exalta os feitos de Cábrias, Ifícrates e Timóteo para a supressão da supremacia espartana após a Paz de Antálcidas. Tal como Ésquines, Dinarco (1.75) reforça que a contribuição militar de Cábrias correspondeu aos interesses atenienses, sendo equiparada aos esforços de Cónon, Ifícrates e Timóteo.

²¹³ Dinarco (1.14; 3.17) expôs as disputas políticas que havia no interior de Atenas, no período em que a segunda confederação marítima ateniense emergiu. O orador destacou que, mesmo tendo Timóteo realizado este feito e capturado Samos, Metone, Pidna, Potideia e outras vinte cidades, ele acabou sendo acusado por Aristofonte de receber riquezas dos homens de Quios e Rodes. Esse processo gerou uma multa de cem talentos a Timóteo, o que Dinarco denunciou como uma postura inadequada diante de um homem que tantas coisas havia realizado em nome de Atenas. Essa acusação demonstra que as conexões de Timóteo atritavam com as conexões de Aristofonte.

O governo espartano se tornou então uma *sombra* indesejada, cujos feitos ficaram embotados na história da Hélade no século IV.

A cena enunciativa de Diodoro destaca que os atenienses promoveram a expedição ao redor do Peloponeso para retribuir a injustiça espartana, marcada pelas ações de Esfódrias. Xenofonte, por sua vez, declara que o governo de Atenas agiu por solicitação de Tebas. No discurso de Xenofonte, os tebanos são representados como oportunistas, afinal, a necessidade lacedemônia de defender o Peloponeso fez com que desviasse a sua atenção dos tebanos. Nesse momento, Tebas pôde atacar os aliados espartanos na Beócia e consolidar o poder da Confederação Beócia, sob a liderança tebana. A intencionalidade de Xenofonte, mais uma vez, correspondeu às demandas de sua formação discursiva e de seu lugar social. O autor não se opôs a Esparta pela gratidão que lhe nutria, mas nem por isso deixou de representar Atenas de modo elogioso. Dessa forma, o arcabouço conceitual da Análise do Discurso nos permite supor que o discurso de Xenofonte foi equilibrado diante dos lacedemônios e de enaltecimento dos atenienses, afinal, ele pretendia obter a sua cidadania novamente em algum momento.

Mark Munn (1997, p. 79) propõe que os enfrentamentos desenvolvidos entre 376 e 375 determinaram a consolidação do poderio militar tebano e ateniense diante de Esparta. No entanto, Scott Rusch (2011, p. 190-192) nos afirma que o sucesso tebano nas escaramuças de pequeno porte promovidas por Esparta aumentou a sua confiança e passou a ameaçar os atenienses. As perspectivas de Munn e Rusch destacam a formação de um terceiro poder no *Pequeno Mundo* helênico, que contrastava a supremacia dos dois nós mais poderosos (Atenas e Esparta). A emergência de Tebas como uma potência militar na Hélade continental transformou a dinâmica das *póleis* imersas em conexões regidas por Esparta e Atenas. Embora os espartanos tenham despontado com a vitória na Guerra do Peloponeso, havia uma confluência de interesses que os atenienses passaram a representar diante das *póleis*. Atenas era vista como um contraponto aos excessos de Esparta e aos benefícios que esta fornecia às oligarquias helênicas²¹⁴.

Ainda que esse dualismo político-militar estivesse no campo discursivo, a rivalidade entre Tebas e Esparta permitiu que Atenas captasse

²¹⁴ Esta visão foi desenvolvida durante a Guerra do Peloponeso, a qual considerou Atenas uma *pólis* dominadora diante da Hélade. Tal imagem se inverteu durante a primeira metade do século IV, sendo que muitas *póleis* se aliaram a Atenas para combater a Lacedemônia.

apoiadores na sua *luta* contra os desmandos lacedemônios. Com isso, o sucesso militar dos tebanos garantiu a ampliação de suas conexões, as quais se tornaram mais densas. A centralidade e a popularidade de Tebas fizeram com que ela aumentasse a sua influência e o seu *status*, indispensáveis para enfrentar Esparta sem depender de sua conexão com Atenas. Assim, verificamos que a conexão entre Atenas e Tebas era informal e frágil, visto que os atenienses não se opuseram à tomada de Cadmeia por Fébidas e consideravam a submissão de Tebas necessária para conservar as antigas bases de poder helênicas — centradas nos atenienses e nos espartanos desde a guerra contra os persas.

A liberação de Cadmeia, somada ao ataque a Atenas, fez com que os atenienses se opusessem a Esparta e acreditassem que os tebanos estariam endividados, dado o auxílio prestado aos seus exilados democratas. Entretanto, Tebas se aproveitou das circunstâncias para alicerçar a sua influência através da submissão de inimigos e da obtenção de conexões com *póleis* aliadas, as quais se tornaram possíveis graças às vitórias que alcançaram sobre inimigos mais numerosos e mais poderosos. Para tanto, o *oportunismo* tebano²¹⁵ foi fundamental nesse processo, como ficou comprovado na batalha de Tegira²¹⁶ (375). Não podemos minimizar os feitos de Tebas diante de Esparta, porém as derrotas dos lacedemônios manifestaram o seu desgaste sócio-econômico depois de anos ininterruptos de conflito.

²¹⁵ Consideramos que a estratégia militar de Tebas, nesse momento, baseava-se no oportunismo. Afinal, os recursos materiais e humanos estavam escassos desde a recuperação de Cadmeia. Diante dessa situação, a estratégia tebana se mostrou efetiva para os seus interesses e não deve ser tomada de modo pejorativo, posto que o oportunismo é um instrumento valioso em combate.

²¹⁶ Xenofonte não comenta sobre esse enfrentamento entre tebanos e espartanos porque isso marcou uma grande derrota sofrida pelo contingente militar de Esparta. No entanto, temos conhecimento disso através de Diodoro e Plutarco. Diodoro (15.37.1-2) se limita em afirmar que os tebanos venceram a guarnição espartana que se mantinha em Orcômeno e que esta vitória encheu de confiança os guerreiros de Tebas, os quais chegaram a se colocar na posição de disputar a supremacia da Hélade. Plutarco (*Pelop.* 16.4-17.6), no entanto, fez uma descrição ampla deste evento com o intuito de exaltar os feitos do tebano Pelópidas, cujas inovações e manobras militares foram fundamentais no processo de consolidação da proeminência militar de Tebas após a recuperação de Cadmeia. Plutarco chegou a qualificar a batalha de Tegira como o prenúncio do que aconteceria em Leuctra. John Buckler e Hans Beck (2008, p. 108-110) destacam que Tegira foi um marco na trajetória militar dos tebanos e consolidou a carreira militar de Pelópidas, que soube se utilizar da cavalaria e da infantaria de modo coordenado.

A deterioração sócio-econômico de Esparta se materializou em sua conexão com os tessálios, os quais foram à Lacedemônia pedir auxílio contra a expansão das redes de Jasão de Feras. Xenofonte (*Hell.* 6.1.2) apresenta essa circunstância por meio do farsálio Polidamas, reconhecido em toda a Tessália e *próxenos* de Esparta. O discurso de Polidamas (Xen. *Hell.* 6.1.4-12) foi enfático quanto à proeminência de Jasão e como este vinha ampliando os seus recursos, a sua influência e o seu *status* no norte da Hélade. A situação de Polidamas se assemelhava à dos embaixadores de Apolônia e Acanto, os quais pontuaram as vantagens e as desvantagens para Esparta, caso os seus aliados fossem perdidos. No caso de Polidamas, Jasão estaria disposto a submeter a Tessália e isso prejudicaria a supremacia espartana sobre os helenos.

O argumento de Polidamas evidencia a degradação da dinâmica político-militar da Hélade, na década de 370. O pedido de auxílio feito por Polidamas foi emblemático à medida que destacou como Jasão havia expandido as suas redes e conservado o seu poder político-militar. Embora Jasão promovesse conexões políticas com as comunidades que dominou, estas eram frágeis e informais por se fundamentarem na imposição, típicas de uma *rede-ego*. Ainda assim, o contexto histórico de 375 era mais favorável a Jasão do que aos espartanos, os quais viam as suas redes políticas extenuadas pelos gastos com os conflitos, com a subsequente falta de recursos, com a continuidade nas tensões e guerras, além da resistência de seus aliados aos desmandos políticos lacedemônios. O elemento basilar do discurso de Polidamas se deu ao declarar que Jasão era aliado de Tebas e que estaria disposto a enfrentar os lacedemônios em batalha, se fosse necessário:

Além disso, os beócios e todos os outros que estão em guerra contra os lacedemônios são meus aliados, e estão prontos a me seguirem caso eu seja capaz de libertá-los dos lacedemônios. Os atenienses também fariam de tudo para serem nossos aliados, mas eu não acho que seja adequado estabelecer relações de amizade com eles, afinal, acredito que seja mais fácil obter a supremacia através do mar do que pela terra. Para que você perceba que meus cálculos são razoáveis, ele [Jasão] disse que considerasse esses pontos: Efetivamente, se obtemos a Macedônia, o lugar de onde os atenienses retiram a sua madeira, sem dúvida, seremos capazes de construir muito mais embarcações

que eles. Do mesmo modo, quem são os mais aptos a equiparem essas naus com homens em grande quantidade e qualidade, os atenienses ou eu mesmo? E quem poderia manter os marinheiros, nós – que enviamos cereais a outras regiões – ou os atenienses – que mal têm alimentos para si, a menos que os compre? (Xen. *Hell.* 6.1.10-11)²¹⁷.

Jasão sabia da insatisfação que muitos helenos tinham com Esparta, fazendo com que se conectassem facilmente a ele para obterem a sua *liberdade*. Jasão evidenciou, segundo Polidamas, que pretendia submeter os helenos utilizando-se do mar, o que lhe impedia de firmar uma aliança com Atenas. Os indícios de Xenofonte descrevem a situação de Esparta sem representar os atenienses como seus inimigos, o que reforça a ideia de que almejava recuperar a sua cidadania ateniense. Xenofonte explicita que as fraquezas militares e as conexões espartanas eram amplas, as quais já não podiam contar com as conexões formadas com muitas *póleis*. Como os espartanos não corresponderam às demandas de seus aliados, estes buscaram alternativas para se livrarem das conexões que tinham com as redes de Esparta. Isso enfraqueceu o poder espartano de modo irreversível.

A cena enunciativa de Xenofonte nos dá a resposta de Esparta a Polidamas, que, diante dos seus gastos e dos seus contingentes empregados em território estrangeiro, estava impossibilitada de contribuir com forças adequadas para enfrentarem Jasão. Contudo, os lacedemônios reforçaram que Polidamas organizasse os seus negócios e os de sua pátria da melhor maneira que pudesse. O comportamento de Esparta manifestava a degradação de sua política intervencionista e das condições para conservar a supremacia sobre a Hélade.

²¹⁷ No texto grego: “καὶ μὴν Βοιωτοὶ γε καὶ οἱ ἄλλοι πάντες ὅσοι Λακεδαιμονίοις πολεμοῦντες ὑπάρχουσι μοι σύμμαχοι: καὶ ἀκολουθεῖν τοίνυν ἀξιοῦσιν ἐμοί, ἂν μόνον ἀπὸ Λακεδαιμονίων ἐλευθερῶ αὐτούς. καὶ Ἀθηναῖοι δὲ εὖ οἶδ’ ὅτι πάντα ποιήσαιεν ἂν ὥστε σύμμαχοι ἡμῖν γενέσθαι: ἀλλ’ ἐγὼ οὐκ ἂν μοι δοκῶ πρὸς αὐτούς φιλίαν ποιήσασθαι. νομίζω γὰρ εἶτι ῥᾶον τὴν κατὰ θάλατταν ἢ τὴν κατὰ γῆν ἀρχὴν παραλαβεῖν ἂν. εἰ δὲ εἰκότα λογιζομαι, σκόπει, ἔφη, καὶ ταῦτα. ἔχοντες μὲν γε Μακεδονίαν, ἔνθεν καὶ Ἀθηναῖοι τὰ ζύλα ἄγονται, πολὺ δὴπου πλείους ἐκείνων ἱκανοὶ ἐσόμεθα ναῦς ποιήσασθαι. ἀνδρῶν γε μὴν ταύτας πληροῦν πότερον Ἀθηναίους ἢ ἡμᾶς εἰκὸς μᾶλλον δύνασθαι, τοσοῦτους καὶ τοιοῦτους ἔχοντας πενέστας; τοὺς γε μὴν ναύτας τρέφειν πότερον ἡμᾶς ἰκανωτέρους εἰκὸς εἶναι τοὺς δι’ ἀφθονίαν καὶ ἄλλοσε σίτον ἐκπέμποντας ἢ Ἀθηναίους τοὺς μὴδ’ αὐτοῖς ἰκανὸν ἔχοντας, ἂν μὴ πρίωνται”;

Entre 375 e 374, Xenofonte (*Hell.* 6.2.1) informa que os atenienses desejavam uma trégua, tendo em vista as despesas que vinham sofrendo com: 1) a manutenção das embarcações; 2) as perdas com a pirataria; 3) o fato de Tebas não contribuir com as expensas marítimas e 4) a necessidade de vigiar o seu próprio território. Dessa forma, Atenas e Esparta firmaram uma paz comum que não durou muito tempo, por causa das atitudes do estrategista ateniense Timóteo. Segundo Xenofonte (*Hell.* 6.2.2-3), Timóteo recebeu ordens para regressar a Atenas em virtude do tratado de paz. No entanto, Timóteo fez com que os exilados de Zacinto desembarcassem em sua pátria.

A decisão de Timóteo nos apresenta a efemeridade deste acordo de paz e como as redes políticas helênicas eram frágeis e fluidas. O fato de Timóteo ter exilado zacintios ao seu lado enquanto navegava pelos arredores do Peloponeso demonstra que Zacinto vivenciava um governo oligárquico incapaz de tolerar esses exilados em seu território. Ao desembarcá-los em Zacinto, Timóteo desrespeitou as decisões políticas dessa *pólis*, bem como afetou as conexões políticas entre Esparta e Atenas. Isso levou ao desequilíbrio político de Zacinto, que convocou os lacedemônios para remediarem a situação causada por Timóteo. Em suma, supomos que as ações de Timóteo foram uma afronta a Esparta e ao governo ateniense, que decidira pela paz após um grande investimento em guerras. A atitude de Timóteo levou Esparta a reaver o acordo de paz e a iniciar uma expedição a Córçira, região na qual Atenas tinha grandes interesses estratégicos.

Diodoro (15.38.1-2), por sua vez, pontua que a proposta de uma paz entre os helenos partiu de Artaxerxes II, que, nsua tentativa de combater o Egito, precisava de mercenários para os seus exércitos. Stephen Ruzicka (1997, p. 116-119) adverte que o império aquemênida vinha sofrendo grandes reveses com as rebeliões do Chipre e do Egito, no início do século IV²¹⁸. Ele ainda aponta (2012, p. 99-101) que, entre os anos 386 e 380, os egípcios organizaram um sistema de defesas obstinado contra os ataques de Artaxerxes II. Nessa ocasião, os egípcios tiveram o auxílio do ateniense Cábrias²¹⁹, que esteve em expedição no Egito naqueles quatro

²¹⁸ Isócrates (4.139-141) elogiou os esforços do Egito e do Chipre em sua oposição aos persas, expondo que o primeiro repeliu três dos melhores sátrapas de Artaxerxes – Abrocomas, Titraustes e Farnábazo – enquanto o segundo, liderado por Evágoras, resistiu bravamente às tentativas de invasão dos persas, conservando a autonomia da ilha.

²¹⁹ A atuação militar de Cábrias foi elogiada por Demóstenes (20.76), o qual ajudou os tebanos contra Esparta, derrotou os peloponésios em Egina, atuou como mercenário no

anos. No período apresentado por Ruzicka, Atenas estava promovendo conexões e redes com todas as *póleis* que quisessem se rebelar contra o *grande rei*, pois este era considerado o seu maior rival dos atenienses, que poderia atrapalhar seus esforços para estabelecer uma nova confederação marítima.

Os indícios de Demóstenes (20.76), Ésquines (3.343) e Diodoro (15.29.2-4) expuseram que Cábrias havia atuado em benefício dos egípcios. No entanto, somente este último afirmou que Cábrias agira até a indicação de Farnábazo como comandante das forças persas em sua tentativa de submeter o Egito. Farnábazo levou aos atenienses a mensagem de que Cábrias deveria recuar em seus esforços pela independência do Egito, caso contrário Atenas seria tratada como inimiga e punida em conformidade às cláusulas da Paz de Antálcidas. Com isso, Farnábazo solicitou que Ifícrates fosse enviado ao Egito como aliado do *grande rei* em seus esforços para recuperar a satrápia egípcia. A conclusão desta empreitada foi que os persas não conseguiram invadir o Egito comandado pelo faraó Nectanebo, graças às condições geoclimáticas de seu território e ao desacordo entre Farnábazo e Ifícrates.

O retorno do império aquemênida à cena enunciativa de Diodoro legitima os interesses de Artaxerxes II sobre os helenos, afinal, era importante que os helenos se enfraquecessem para não realizarem qualquer rebelião nas satrápias da Jônia ou do norte da África. Contudo, a aparição repentina de emissários persas que se utilizaram da Paz de Antálcidas para promover os seus interesses político-militares reforça a perspectiva de que, para Artaxerxes, a Hélade se encontrava na periferia de seus domínios e deveria fornecer-lhe recursos — direta ou indiretamente — sempre que necessário. Portanto, acreditar na mobilização persa para impedir a ampliação do poder das *póleis* helênicas parece não corresponder aos indícios analisados. Afinal, era importante que uma *pólis* ocupasse o centro das redes políticas helênicas, equilibrando as tensões na Hélade e correspondendo às necessidades de recursos humanos do império aquemênida.

Independentemente desses fatores, sabemos que Esparta e Atenas estabeleceram um acordo de paz semelhante à Paz de Antálcidas, a qual não

Egito e ainda venceu a batalha de Naxos, contra a frota de Pólis. Ésquines (3.243) inferiu sobre o mercenarismo de Cábrias no Egito e a vitória em Naxos. Ambos os oradores manifestam, por meio do não dito, os benefícios militares e econômicos da atuação de Cábrias no Egito e ao subtrair os lacedemônios do que lhe restava de poder marítimo no Egeu.

durou por muito tempo em virtude das ações de Timóteo em Zacinto. Logo, o governo espartano mobilizou os seus aliados²²⁰ e indicou o esparciata Mnásipo para a posição de navarco com o dever de sitiá-la Córçira — cidade aliada de Atenas (Xen. *Hell.* 6.2.4-8). Esparta notificou Dionísio de Siracusa para que este contribuísse com a expedição, posto que o controle de Córçira era algo que também lhe interessava. Nesse sentido, Esparta somente mobilizou Siracusa quando a situação se tornou emergencial, pois o governo espartano sabia que o auxílio prestado por Dionísio seria cobrado num momento futuro e que os lacedemônios não tinham recursos para corresponder a essa demanda.

Xenofonte (*Hell.* 6.2.9-14) e Diodoro (15.47.2-3) comentaram sobre o enfrentamento de Esparta, Atenas e de seus respectivos aliados em virtude das ações de Timóteo. A atitude do comandante ateniense junto aos habitantes de Zacinto estaria atrelada à tentativa de retribuir aos lacedemônios o que fizeram ao seu pai, Cónon. Essa possibilidade se baseia na ideia de que não interessa a um comandante ateniense desobedecer às ordens de sua *pólis*, ainda que conservasse conexões políticas com os refugiados que pretendia auxiliar. Nesse sentido, haveria outra motivação para as ações de Timóteo, a qual se vincularia à oposição de Cónon e dos lacedemônios na Guerra de Corinto ou à sua objeção aos políticos hegemônicos de Atenas, responsáveis pelo estabelecimento de uma paz com Esparta.

A cena enunciativa de Xenofonte (*Hell.* 6.2.12-13) e de Diodoro (15.47.2) exprime que a mobilização desse contingente militar levou Atenas a recorrer às conexões de sua rede, as quais eram compostas por homens das Cíclades, da Trácia e de algumas *póleis* ao redor do Peloponeso. Esses eventos foram concluídos com a vitória ateniense sobre os espartanos, sendo estes liderados por Mnásipo. Xenofonte se utilizou de Mnásipo para retomar a lógica do exemplo, isto é, caberia ao líder personificar os ideais esperados pela sua posição político-militar. Na ocasião, Mnásipo²²¹ foi representado como um contramodelo, empregado para legitimar a

²²⁰ Xenofonte (*Hell.* 6.2.3) pontua que estes eram Corinto, Leucas, Ambrácia, Élis, Zacinto, Acaia, Epidauro, Trozene, Hermione e Halia. Essas *póleis* deveriam contribuir com contingentes proporcionais para ocuparem 60 embarcações. Os lacedemônios também forneceram guerreiros para ocuparem os barcos de guerra.

²²¹ Mnásipo não tratou os seus mercenários adequadamente e, além de não lhes pagar o soldo estipulado, chegou a agredi-los fisicamente. Isso fez com que esses guerreiros se tornassem negligentes e não se esforçassem pela causa de Mnásipo, enfraquecendo a influência das conexões espartanas nessa ocasião.

preponderância de Agesilau na dinâmica política da Lacedemônia e do Peloponeso. Tal hipótese é pertinente se considerarmos que o Agesilau estava se recuperando de uma doença.

Em seguida, Xenofonte (*Hell.* 6.2.27-36) elaborou um contraponto a Mnásipo, representado pelo ateniense Ifícrates²²². Novamente, Xenofonte foi amistoso e elogioso com os atenienses, algo que se fundamentaria na crítica aos excessos de Esparta, no decorrer do século IV, e no interesse do autor em regressar à sua pátria. No entanto, em que medida a documentação citada — com ênfase a Xenofonte e Diodoro — nos auxilia a entender a dinâmica política de Esparta junto à Hélade?

4.4.1 Esparta: entre excessos políticos e a batalha de Leuctra

A partir de Charles Kadushin (2012, p. 63), destacamos que a análise documental favoreceu a percepção do jogo de poder entre as *póleis* no século IV. Embora todos os nós atuassem visando objetivos específicos e particulares, o desgaste do *Pequeno Mundo* helênico impactou todas as comunidades que o compunha. Com a centralidade de algumas comunidades nessas redes, a cobrança e as demandas oriundas das *zonas de primeira e segunda ordem* tornaram a sua situação ainda mais deteriorada. Esse foi o caso de Esparta, a qual não se adaptou às transformações pelas quais a Hélade e a sua *pólis* passaram, entre os séculos V e IV, ficando incapaz de lidar com as necessidades dos membros de suas redes. Nesse cenário, alguns nós se aproveitaram da fragilidade espartana para projetarem os seus interesses e conexões. O exemplo mais emblemático foi o de Tebas, sobretudo com a retomada de Cadmeia. Os tebanos ampliaram as suas redes na Beócia e na Fócida, o que lhes garantiu recursos e apoio para resistir às investidas de seus inimigos, tal como na batalha de Tegira²²³.

Ao retomarmos Esparta, verificamos que as suas conexões e redes políticas foram reduzidas se comparadas com aquelas do período de Lisandro. Uma parcela dessas conexões foi perdida com a derrota de Cnido e com a Paz de Antálcidas, gerando buracos estruturais nas redes espartanas. O caso de Cnido se relaciona aos interesses de Agesilau e à sua política de favorecer pessoas próximas para ampliar as bases de apoio

²²² Xenofonte (*Hell.* 6.2.27-36) elogiou os feitos de Ifícrates, cuja habilidade militar permitiu que surpreendesse um contingente siracusano que tinha sido enviado para auxiliar Esparta.

²²³ No **Mapa 1** temos uma ideia da política tebana ao assegurar o controle da Beócia e da Fócida. Esta última está na direção noroeste da Beócia.

político na Lacedemônia. Nessa situação, Agesilau mantinha uma conexão simétrica com o seu cunhado Pisandro e, ao favorecê-lo, sacrificou o sucesso da frota peloponésia no Egeu. Já a Paz de Antálcidas se vinculou ao desgaste que a Guerra de Corinto causou nos recursos humanos e materiais de Esparta e da Confederação do Peloponeso. De fato, ao estabelecer a paz comum, tendo Artaxerxes II como fiador, o governo espartano renunciou a uma parcela de sua influência e *status* para conservar a autoridade numa área que considerava mais relevante aos seus interesses, isto é, a Hélade continental.

Nesse processo, as intervenções de Agesilau foram pontuais em virtude do impacto que algumas expedições gerariam em suas conexões e redes políticas. Somente com a perda gradativa de comandantes espartanos é que Agesilau retomou a liderança no campo de batalha. Entre 376 e 371, ele precisou se afastar dos jogos de poder inerentes às redes políticas de sua *pólis*, por conta de uma grave enfermidade. Considerando que Agesilau não tinha o controle das ações dos membros de suas redes, ainda que estes atuassem para beneficiá-lo, a sua ausência do cenário político de Esparta facilitou com que muitos homens influentes empregassem esforços e riquezas para intervir nas magistraturas espartanas.

A ausência de Agesilau facilitava os jogos de poder tanto para os seus aliados — que se utilizavam de seu nome e imagem — quanto para os seus inimigos. Entretanto, não temos indícios suficientes para afirmarmos que muitas das decisões tomadas pelos magistrados da Lacedemônia estivessem alinhadas aos interesses de Agesilau. Logo, os limites da documentação e as variáveis que contribuíram para a sua produção destacam que é impossível tomarmos Agesilau como o responsável pela desestruturação dos valores de Esparta. Essa postura retira a sua responsabilidade — como sugeriu Charles Hamilton, Paul Cartledge, Françoise Ruzé e Ellen Millender — e considera as suas ações e conexões em consonância às redes políticas espartanas, pós-Guerra do Peloponeso.

Dito isso, problematizamos os efeitos diretos do esfacelamento da supremacia espartana na Hélade no final da década de 370. César Fornis (2016, p. 261) expõe que os anos anteriores à batalha de Leuctra consolidaram o poder militar tebano, cujas conexões se tornaram densas e fundamentadas no combate direto à supremacia de Esparta. Já Xenofonte (*Hell.* 6.3.1-2) nos informa que o expansionismo tebano legitimou as pretensões dessa *pólis* diante dos seus rivais no interior da Beócia. Tebas

submeteu Téspia, Tânagra e Plateia²²⁴, deixando Orcômeno isolada em seu apoio aos espartanos. Sendo assim, os atenienses ficaram temerosos com o poderio tebano e propuseram, em 371, uma nova paz comum. Por meio de Xenofonte, temos que as atitudes de Tebas se assemelharam às de Esparta imediatamente após o estabelecimento da Paz de Antálcidas, ou seja, firmar um “cinturão” ao redor de sua *pólis*, ampliar o número de conexões assimétricas na Beócia e punir os seus inimigos.

Como Atenas se encontra na fronteira com a Beócia, convinha estabelecer uma trégua entre os helenos para minimizar as ameaças ao seu território. A preocupação do governo ateniense com a atividade marítima do império aquemênida também nos chamou a atenção. Para tanto, supomos que Atenas quisesse acabar com os enfrentamentos na Hélade para poder mobilizar uma coalizão contra os persas, emulando as Guerras Greco-pérsicas no momento oportuno.

Xenofonte (*Hell.* 6.3.2) representa o cuidado dos atenienses ao lidar com os tebanos e os lacedemônios. A cena enunciativa de seu discurso revela indícios das tensões entre Tebas e Esparta, bem como os interesses de Atenas com essa tentativa de paz²²⁵. Na Lacedemônia, os embaixadores atenienses manifestaram, ao menos, três percepções políticas que vigoravam na Ática sobre a supremacia espartana, e com cada uma dessas tendências, esperava obter a paz com Esparta. Com isso, Cálías foi o primeiro a se pronunciar, cujo ponto de vista obedeceu a sua condição de *próxenos* de Esparta. Em Xenofonte (*Hell.* 6.3.4-6), notamos que Cálías expôs a preocupação ateniense com a situação de Téspia e Plateia — controladas por Tebas —, destacando os objetivos comuns entre Esparta e Atenas, bem como as conexões entre lacedemônios e atenienses que superavam a esfera mortal²²⁶.

Em seguida, Autocles afirmou que a situação da Hélade era difícil pela incapacidade de os espartanos cumprirem as suas promessas (Xen.

²²⁴ A submissão de Plateia e de outras *pólis* da Beócia foi denunciada por Isócrates no *Plataico*.

²²⁵ Atenas enviou primeiro uma embaixada a Tebas para tratar da paz e convocá-la a participar da assembleia na Lacedemônia a fim de discutir os termos da paz (Xen. *Hell.* 6.3.2).

²²⁶ Cálías era sacerdote dos mistérios de Elêusis e a sua família detinha a *proxenia* de Esparta há gerações. Para endossar o seu posicionamento, Cálías argumentou que os espartanos não poderiam querer o mal dos atenienses, uma vez estes os ensinaram a plantar os frutos de Deméter. O ateniense ainda mencionou a possível iniciação de Hércules e dos Dióscuros no culto à deusa e da sua filha Kore.

Hell. 6.3.7-9). Autocles se utilizou do discurso espartano na Paz de Antálcidas e na defesa da autonomia dos helenos. Esse embaixador aludiu que o fato de os lacedemônios tomarem Cadmeia e obrigarem os seus aliados a participarem de guerras contra a sua vontade ofendia à autonomia das *póleis*. Por fim, Calístrato se pronunciou, mediando as falas de Cálías e Autocles (*Xen. Hell.* 6.3.10-17). Este último retirou então a responsabilidade de Esparta com a Paz de Antálcidas e apresentou as vantagens de uma aliança entre Atenas e Esparta. Calístrato reforçou o interdiscurso oriundo de Heródoto (8.144) e relativo à potencialidade de atenienses e lacedemônios na Hélade. Logo, uma aliança entre as duas maiores potências helênicas evitaria tensões entre as *póleis* e permitiria que vencessem qualquer comunidade interessada em guerrear, posto que uma conexão entre Esparta e Atenas venceria facilmente os seus inimigos por terra e mar.

A cena enunciativa de Xenofonte se preocupou em representar os embaixadores de Atenas como equilibrados e inclinados à paz comum. Isso reforça a hipótese de que Xenofonte estava se esforçando em recuperar a sua cidadania ateniense. O autor nos forneceu alguns possíveis pontos de vista dos helenos e/ou dos cidadãos de Atenas sobre as ações de Esparta, entre o fim da Guerra do Peloponeso e a Paz de Antálcidas. Do mesmo modo, a Atenas representada por Xenofonte se assemelhou àquela que em Heródoto buscou reafirmar uma conexão entre os helenos, para que juntos enfrentassem um mal comum. Esse viés coincide com as preocupações atenienses com a retomada das atividades marítimas dos persas no Egeu. Por fim, Xenofonte exprimiu que, se Atenas e Esparta atuassem em conjunto, seriam poucos os inimigos capazes de fazer-lhes frente²²⁷.

As *Helênicas* de Xenofonte (6.3.19-20) indicam que as atitudes espartanas, no decorrer do século IV, levaram os tebanos a buscarem meios

²²⁷ Essa foi uma perspectiva defendida por outros autores do século IV. Por exemplo, Andócides (3.7, 10-11, 24-26) expôs sobre a necessidade de um tratado de paz entre Atenas e Esparta no final da década de 390, declarando as vantagens de uma atuação conjunta no passado e como esta seria importante para o período em que se encontravam. Entretanto, Andócides foi exilado por defender esse acordo de paz, considerando a disposição ateniense em diminuir a supremacia espartana – sendo este um dos fatores que levaram à Guerra de Corinto. Isócrates (4.73, 85-91, 129) demonstrou como a aliança entre Esparta e Atenas, no passado, tinha sido benéfica aos helenos como um todo. Ainda que o orador elogie os atenienses como naturalmente justos, não deixa de afirmar que os lacedemônios contribuíram para a felicidade da Hélade. Portanto, para Isócrates (4.150-151, 184-185; 6.59), era fundamental que os helenos deixassem de guerrear e focassem em combater os *bárbaros* persas.

de beneficiar os seus próprios interesses, ainda que isso gerasse tensões entre as suas redes e as de Esparta. Xenofonte declara que os lacedemônios, os atenienses e os tebanos fizeram o acordo de paz em seu nome e no de seus aliados. No entanto, os representantes de Tebas tentaram modificar o nome inscrito no juramento para os beócios, evidenciando o modo como representavam a sua influência, *status* e centralidade diante dos interesses de inúmeras *póleis* da Beócia.

Xenofonte (*Hell.* 6.3.19-20) e Diodoro (15.50.4-5) enfatizam que Agesilau adotou uma postura enérgica, afirmando que, se os tebanos não mantivessem o tratado como foi acordado, seriam excluídos do juramento de paz. Dessa maneira, os tebanos preferiram não integrar a paz comum para conservarem a sua autoridade e influência nas conexões beócias. Tal como na Paz de Antálcidas, os espartanos decidiram atacar Tebas por esta ter-se colocado numa posição contrária.

Como Agesilau se colocou na posição de representante lacedemônio junto às embaixadas helênicas, a sua atitude foi associada aos interesses de uma parcela da aristocracia espartana em conformidade com posição e com o *status* que Esparta ocupava nas redes helênicas. Portanto, para Agesilau e para a sua *pólis*, interessava diminuir o poder e a densidade das conexões tebanas, tornando aceitável a postura de Agesilau junto aos tebanos. Nesse sentido, interessava a Agesilau e aos aristocratas espartanos conservar a independência de muitas *póleis*, as quais integravam as suas conexões políticas de *xenia* e que estariam ameaçadas com a supremacia de Tebas na Beócia.

A comparação entre os textos de Xenofonte, Diodoro e Plutarco (*Ages.* 27.3-28.2) mostrou que a imagem pejorativa de Agesilau como um ferrenho opositor de Tebas havia se consolidado nesse momento. Plutarco salienta que Agesilau mantinha uma inclinação antitebana, a qual se chocou com o embaixador tebano, Epaminondas. Nos dizeres de Plutarco, Epaminondas foi um homem de boa educação e versado em filosofia, que se opunha à maneira como todos adulavam Agesilau. Nessa cena enunciativa, Epaminondas argumenta que a guerra fez de Esparta uma *pólis* grandiosa às custas do sofrimento de outras e conclui que a paz deveria ser justa e igualitária com todos. Agesilau teria questionado se Epaminondas considerava justo que os beócios fossem submetidos por Tebas, e este retrucou-lhe, inquirindo se era justo que a Lacedemônia estivesse submetida à Esparta.

Essa cena enunciativa de Plutarco demarcou os fatores que levaram Esparta a primar pela destruição de Tebas. Onde reside a limitação do

argumento de Plutarco? A importância de Plutarco, enquanto biógrafo e historiador, é inegável para as pesquisas em Antiguidade. Contudo, devemos situá-lo em sua formação discursiva e em seu lugar social para problematizarmos o seu posicionamento sobre o século IV AEC., estando o autor situado entre os séculos I e II EC. Outro aspecto relevante foi a sua tentativa de enaltecer os feitos beócios em detrimento de outras *pólis*, afinal, Plutarco era natural de Queroneia — uma cidade da Beócia — e partidário das atitudes dos comandantes tebanos da primeira metade do século IV AEC., tidos como *libertadores* e modelos de conduta político-militar. Sendo assim, é justificável a imagem de Esparta e Agesilau como *verdadeiros* algozes da liberdade tebana para que a sua subsequente derrota fosse compreendida como justa e reconhecida pelos deuses.

Tal como Xenofonte, Plutarco se utiliza do sagrado para endossar a sua interpretação dos acontecimentos históricos. Com isso, os excessos políticos espartanos não passaram impunes aos deuses, tornando os tebanos heroicos na enunciação e na representação de Plutarco. Essa lógica corresponde à noção de *justa medida*, caracterizada pelo ideal da *sôphrosynê*, em que todo ato descomedido seria levado ao equilíbrio, tanto pela força física quanto pelo sagrado. Xenofonte (*Hell.* 5.4.1) materializou essa lógica ao afirmar que os deuses dão muita atenção àqueles que fazem coisas injustas. Portanto, todos os desmandos promovidos pela supremacia espartana seriam reequilibrados pelo ideal de *justa medida*. Logo, Xenofonte e Plutarco manifestam que a derrota de Esparta contra os tebanos era esperada, uma vez que estes passaram a figurar como representantes da justiça e da liberdade helênica²²⁸.

Em sua descrição da batalha de Leuctra, Xenofonte destaca que os atenienses cumpriram a sua parte no acordo de paz, retirando as suas guarnições dos territórios alheios e devolvendo aos helenos aquilo que haviam tomado. Entretanto, o governo espartano agiu de forma distinta, determinando que o *basileús* Cleômbroto tomasse o contingente que liderava na Fócida e o mobilizasse contra Tebas²²⁹. Entendemos que

²²⁸ Plutarco considerou os tebanos vítimas das atitudes de Esparta, sem abordar as atitudes e os posicionamentos políticos de Tebas para alcançar os seus objetivos político-militares.

²²⁹ Xenofonte (*Hell.* 6.4.2) fornece a visão do esparciata Protoo — possivelmente um éforo na ocasião — e a sua tentativa de fazer com que Cleômbroto dispensasse o exército e tentasse obter apoio para a causa da paz comum. Todavia, os membros da assembleia foram contrários a essa postura por acreditarem que foram conduzidos a ela pelo próprio Apolo. Podemos contrapor essa atitude com o ocorrido com Estenelaidas e Arquídamos II, às vésperas da Guerra do Peloponeso (Thuc. 1.79-86).

Agésilau teve uma grande influência nessa movimentação contra os tebanos, porém Xenofonte atribui essa decisão à assembleia (*ekklesiá*) de Esparta e não a Agésilau. Com certeza, a posição política de Xenofonte diante de Agésilau e de Esparta fez o autor suavizar as atitudes do governante e de sua *pólis*. Nesse caso, embora Agésilau tivesse tomado todas as decisões referentes a Tebas, Xenofonte explicitou que coube ao *dêmos* espartano a responsabilidade por essa mobilização.

Apesar disso, defendemos que a conduta de Agésilau pretendia assegurar a proeminência de sua *pólis* diante de um rival com grande poder e influência político-militar nas redes helênicas. A partir de Xenofonte, observamos que as atitudes de Agésilau como porta-voz espartano junto aos embaixadores estrangeiros ambicionava as proposições de Atenas e Esparta como as *póleis* hegemônicas da Hélade. Defendemos que Agésilau tinha o conhecimento das condições socioeconômicas de Esparta, tornando imprudente um embate direto com os tebanos quando estes já manifestavam um poder militar maior. Por outro lado, supomos que Agésilau e as suas conexões no Peloponeso acreditassem que a sua representação político-militar ainda era substancial e relevante entre os helenos. Portanto, Esparta, Agésilau e os seus aliados políticos teriam a convicção de que os tebanos não ousariam enfrentá-los no campo de batalha, por conta de toda a imagem que promoveram como potência militar terrestre.

Diante disso, corroboramos Stephen Hodkinson (1995, p. 169) ao considerarmos que Esparta vinha sofrendo com os efeitos da Guerra do Peloponeso e dos anos que se sucederam até a batalha de Leuctra. Em vista disso, Hodkinson não considerou Agésilau como a causa da *crise espartana*, mas um produto dessa instabilidade política, social, econômica e cultural na qual Esparta esteve inserida. Sendo assim, consideramos que as conexões e as redes políticas que Agésilau detinha na Lacedemônia exigiram a participação espartana no conflito, pela falsa expectativa de vitória ocasionada pela aliança com os atenienses e com muitos outros helenos, além da possibilidade de se obter recursos materiais com essa investida.

Ao caracterizar essa mobilização, Xenofonte (*Hell.* 6.4.3, 5-6) afirma que Cleômbroto estava receoso, sendo motivado por outros esparciatas a prosseguir com a expedição. Por outro lado, Diodoro (15.54.1) salienta a confiança dos tebanos por conhecerem uma profecia espartana que declarava a derrota de Esparta pelos tebanos em Leuctra. O cruzamento desses indícios destaca os pressupostos do enfrentamento, afinal, os

lacedemônios ignoravam a possibilidade de uma derrota, enquanto os tebanos sabiam que perder significaria o exílio de sua pátria.

Como o sagrado era um elemento característico e vivido no cotidiano das *póleis*, a sua manifestação para tratar da batalha de Leuctra serviu como um modelo de conduta para a audiência dos autores clássicos utilizados. Desse modo, o sagrado se manifestou em momentos derradeiros como uma referência à justiça ou uma oposição ao descomedimento humano²³⁰. Xenofonte (*Hell.* 6.4.7) cita ainda o *monumento às virgens*²³¹, as quais foram outrora violentadas e mortas por espartanos, bem como o rumor de que todos os templos beócios tinham-se aberto, espontaneamente, e as sacerdotisas, profetizado a vitória de Tebas. Por fim, as armas do Heracleion sumiram, o que indicaria que Hércules²³² saíra para guerrear.

Vasileos Aravantinos (2014, p. 151) declara que Hércules era a divindade protetora de Tebas, atuando em benefícios dos tebanos durante a batalha de Leuctra. A assertiva de Aravantinos nos interessa por considerarmos o papel de Hércules como uma divindade proeminente para a formação e a consolidação da identidade da realeza lacedemônia. Evidentemente, nada impedia os tebanos e os espartanos de terem relações com a mesma divindade, contudo, diante de um comandante heráclida com os lacedemônios, a alusão ao Heracleion endossa a lógica de Xenofonte. Afinal, a sua cena enunciativa representa que os excessos de Esparta seriam compensados pelos deuses no momento oportuno. Portanto, a documentação literária expôs que a derrota espartana era inevitável para enfatizar que os deuses favoreciam Tebas. Essa postura não minimizou a competência e a preponderância militar de Esparta diante de seus inimigos, pois, frente aos deuses, nada poderia ser feito.

²³⁰ Nas *Memoráveis* (1.1.18-19, 4.19), o Sócrates do Xenofonte reforçou esse ideal, destacando que os deuses sabiam de tudo e não deixavam as injustiças impunes.

²³¹ Plutarco (*Pelop.* 20.3-4) comentou sobre a profecia da *fúria das leucríades* e dos oráculos relativos à punição de Esparta por conta desse evento. Diodoro (15.54.2-3) amplia essa perspectiva, ao esclarecer que as donzelas da região foram violentadas por embaixadores espartanos. Em virtude da sua desonra, essas jovens fizeram imprecações contra os seus agressores e se suicidaram. Em suma, a documentação literária manifesta um fundo comum para justificar a derrota espartana em Leuctra, o qual se vincula diretamente ao sagrado.

²³² Vasileos Aravantinos (2014, p. 150-151) afirma que Hércules Promacos era o protetor da cidade de Tebas, cujo templo estaria em uma área próxima aos santuários de Apolo Ismênio e de Atena Pronaia, possivelmente nos limites da *ásty* tebana, após os Portões de Electra.

Dito isso, Xenofonte apresenta os motivos pelos quais Esparta estava *destinada* a perder a batalha de Leuctra e a sua supremacia. Para além do sagrado, o autor listou informações que levariam a sua audiência às mesmas conclusões que as suas. A primeira delas (Xen. *Hell.* 6.4.8-12) explicita que Cleômbroto, na qualidade de comandante e *basileús* lacedemônio, excedeu-se no consumo de vinho. Em outra obra, Xenofonte (*Lac.* 5.4) afirma que havia certa restrição ao consumo de vinho entre os espartanos, para que se mantivessem sóbrios, conscientes e a embriaguez não prejudicasse qualquer atividade cotidiana. O cruzamento dessas informações enfatiza o problema da atitude de Cleômbroto, uma vez que a sua embriaguez não lhe permitiria tomar as decisões mais sábias numa situação demasiadamente importante. Aqui, Xenofonte manifesta algumas justificativas possíveis para o comportamento de Cleômbroto, posto que a percepção que este tinha da batalha o levou a consumir vinho diante do inevitável. Nesse sentido, a cena enunciativa de Xenofonte enfatiza o quanto foi preferível para o *basileús* morrer em combate, ao invés de fugir do campo de batalha.

O segundo indício da falha de Esparta em Leuctra se deu quando os cavaleiros e peltastas, aliados de Cleômbroto, reconduziram para o exército beócio todos os homens que estavam fornecendo mercado aos tebanos. Segundo Xenofonte (*Hell.* 6.4.9), isso tornou o exército beócio uma força mais densa e mais ampla do que a dos lacedemônios e de seus aliados. Xenofonte explicita o aspecto determinante para a derrota de Esparta em dois parágrafos, nos quais exalta a cavalaria tebana pela boa organização e preparo, enquanto a cavalaria espartana foi chamada de inútil²³³.

[...] como o espaço entre os exércitos era uma planície, os lacedemônios colocaram os seus cavaleiros em frente à falange, e os tebanos agiram de modo semelhante. Agora, a cavalaria dos tebanos estava em boa formação, em virtude dos resultados da guerra com os orcomênios e com a guerra contra os téspios, enquanto a cavalaria dos lacedemônios era extremamente despreparada. Os homens mais ricos mantinham cavalos, mas, somente quando a mobilização era decretada, os cavaleiros se

²³³ Em grego, Xenofonte se utilizou do adjetivo *ponerótaton*, que está no acusativo superlativo. Logo, a cavalaria espartana era *inutilíssima* diante da tebana.

apresentavam, então eles tomavam o seu cavalo e as suas armas e entravam no campo de batalha devido às necessidades do momento. Com isso, os cavaleiros [de Esparta] eram os guerreiros mais débeis e menos valorosos (Xen. *Hell.* 6.4.10-11)²³⁴.

A motivação para essa debilidade estava na falta de treinamento e porque os homens mais ricos da Lacedemônia criavam cavalos para fins pessoais, em vez de utilizá-los na guerra. Do mesmo modo, os cavaleiros de Esparta só se apresentavam para o serviço militar quando havia a necessidade, ressaltando-se a falta de investimento espartano na cavalaria e a sua falta de treinamento²³⁵.

Se considerarmos o discurso de Xenofonte (*Lac.* 13.5), este já havia manifestado que os esparciatas eram artistas da guerra, enquanto os demais helenos atuavam como meros improvisadores. Ao cruzarmos e confrontarmos esses indícios, lembramos que o lugar social de Xenofonte, no decorrer do século IV, fez com que os seus interesses político-sociais se transformassem e essas mudanças se fizessem presentes em seus escritos²³⁶. Nas *Helênicas* (6.4.10-11), a maestria lacedemônia na guerra foi colocada em xeque quando o seu governo e a sua aristocracia não se mostraram interessados em investir na cavalaria. Ainda que muitos autores clássicos — sobretudo Heródoto, Tucídides e Xenofonte — representassem Esparta como tradicionalista e compromissada com os seus valores ancestrais, essa *pólis* não poderia negar a necessidade de inovar e se adequar à realidade

²³⁴ No texto grego, temos: “ἔπειτα δέ, ἄτε καὶ πεδίου ὄντος τοῦ μεταξύ, προετάξαντο μὲν τῆς ἑαυτῶν φάλαγγος οἱ Λακεδαιμόνιοι τοὺς ἰπέας, ἀντετάξαντο δ’ αὐτοῖς καὶ οἱ Θηβαῖοι τοὺς ἑαυτῶν. ἦν δὲ τὸ μὲν τῶν Θηβαίων ἰπικὸν μεμελετηκὸς διὰ τε τὸν πρὸς Ὀρχομενίους πόλεμον καὶ διὰ τὸν πρὸς Θεσπιᾶς, τοῖς δὲ Λακεδαιμονίοις κατ’ ἐκείνον τὸν χρόνον πονηρότατον ἦν τὸ ἰπικόν. ἔτρεφον μὲν γὰρ τοὺς ἵππους οἱ πλουσιώτατοι: ἐπεὶ δὲ φρουρὰ φανθείη, τότε ἦκεν ὁ συντεταγμένος: λαβὼν δ’ ἄν τὸν ἵππον καὶ ὄπλα ὅποια δοθείη αὐτῷ ἐκ τοῦ παραχρῆμα ἄν ἐστρατεύετο: τῶν δ’ αὖ στρατιωτῶν οἱ τοῖς σώμασιν ἄδυνατάτατοι καὶ ἥμιστα φιλότιμοι ἐπὶ τῶν ἵππων ἦσαν”.

²³⁵ Na obra *Agésilau* (9.6), Xenofonte faz uma crítica à criação de cavalos unicamente para competições e para a ostentação de riquezas. Não sem motivos, Xenofonte (*Hell.* 3.4.15; *Agex.* 1.23-24) enfatiza a preocupação de Agésilau com a criação e o treinamento de um corpo profissional de cavalaria, por considerar essa unidade importante para o exército e, possivelmente, teria percebido a fragilidade militar espartana pela falta de investimentos nessa área.

²³⁶ Verificamos que o elogio de Xenofonte (*Lac.* 13.5) à capacidade militar de Esparta estava atrelado ao combate dos hoplitas, não se estendendo aos cavaleiros.

militar da Hélade. Portanto, grande parte das representações que Xenofonte produziu de Esparta precisa ser tratada com cuidado e de forma crítica²³⁷.

Xenofonte (6.4.13) endossa o comentado sobre a cavalaria quando ambos os lados posicionaram esse contingente à frente da infantaria. Enquanto os tebanos conseguiram rechaçar os cavaleiros lacedemônios, estes, ao recuarem, lançaram-se contra a sua própria infantaria. O discurso de Xenofonte apenas reforça o amorismo da cavalaria de Esparta, que, diante da dificuldade, agiu de forma inconsequente para com o seu próprio exército. Em seguida, o autor (Xen. *Hell.* 6.4.13-14) ratifica a viabilidade da estratégia tebana, haja vista que os guerreiros beócios se aproveitaram da confusão causada pela cavalaria lacedemônia para atacar o contingente de infantaria²³⁸. De modo geral, o discurso de Xenofonte esclarece os equívocos da postura militar espartana na batalha de Leuctra²³⁹. Contudo,

²³⁷ Xenofonte (*Hell.* 6.4.12) destaca que outra estratégia tebana foi acabar com o contingente de guerreiros que protegiam o *basileús* Cleômbroto, pois, feito isso, os demais seriam facilmente derrotados. Em certa medida, a engenhosidade tebana analisada por Xenofonte era um indício de que a conduta espartana em seus enfrentamentos era a mesma em grande parte das ocasiões. Portanto, na ausência do comandante-em-chefe e do seu corpo direto de guerreiros, os demais não eram valorosos em demasia.

²³⁸ Ao narrar a expedição de Telêutias a Olinto, Xenofonte (*Hell.* 5.2.41) evidencia uma situação semelhante, na qual a cavalaria lacedemônia, acompanhada dos cavaleiros aliados, quase desmantelou o exército posicionado em seguida. Entretanto, diferentemente de Leuctra, o comandante lacedemônio em Olinto tinha o apoio de Derdas de Elímia, cuja experiência na arte da cavalaria evitou que os cavaleiros se chocassem com a infantaria aliada.

²³⁹ Scott Rusch (2011, p. 199) declara que a batalha de Leuctra marcou a derrota de um dos melhores exércitos da Hélade e acabou com a supremacia espartana sobre os helenos. Nigel Kennell (2010, p. 144) salienta que este foi um dos maiores desastres militares que Esparta sofreu em sua história, sobretudo pela perda de um número significativo de esparciatas. A visão de Kennell é semelhante à de Jacqueline Christien e Françoise Ruzé (2007, p. 272-273), cuja ênfase recaiu na desordem dos guerreiros espartanos em contato com os cavaleiros lacedemônios que recuavam. César Fornis (2016, p. 262) nos dá uma interpretação bastante singular do desenvolvimento da batalha de Leuctra. Segundo esse autor, a movimentação da cavalaria tebana foi uma distração para a atuação da infantaria liderada por Epaminondas e Pelópidas. Já John Buckler (2003, p. 294) pontua que a situação de Esparta se tornou severa com a necessidade de decidir o que fazer logo após a derrota de seu contingente. Para Buckler, os comandantes lacedemônios remanescentes enfrentaram o desacordo entre os aliados e a escolha entre obter os corpos dos guerreiros caídos por meio de trégua ou pelo combate. De fato, recuperar os mortos por meio de trégua seria admitir a derrota e os sobreviventes seriam qualificados como desertores. Outra contribuição fundamental foi a de Françoise Ruzé (2018, p. 320), ao afirmar que Esparta vivenciou o prenúncio de sua desestruturação com a derrota naval em Cnido,

para minimizar as críticas de seus interlocutores, Xenofonte se utilizou do elemento sagrado para justificar a derrota de Esparta frente a Tebas, demonstrando que ela era inevitável dada a presença divina junto à causa tebana²⁴⁰.

A batalha de Leuctra se tornou, portanto, um marco histórico na Antiguidade e, embora tenhamos utilizado o discurso de Xenofonte como referencial, outros pensadores do Mediterrâneo expuseram a sua percepção sobre esse momento. Os oradores Isócrates (5.47-49; 8.58, 100-101; 15.108-110), Demóstenes (9.23-25; 16.4; 18.19, 98), Dêmades (11-12) e Dinarco (1.73); o macedônio Polieno (1.10; 2.3.2); os romanos Cornélio Nepos (16.4) e Frontino (4.2.6) e o geógrafo Pausânias (3.6.1; 9.13.9) foram nomes importantes da literatura antiga e cada um deles representou os efeitos de Leuctra para a trajetória histórica de Esparta e da Hélade. Mas qual a relevância desta postura? A relevância reside na maneira como o cruzamento desses indícios amplia a nossa investigação sobre uma dada temática. Por outro lado, recordamos que esses autores foram a base para pensarmos, contemporaneamente, como os homens da Antiguidade viveram e agiram. Portanto, independentemente da ênfase que cada autor deu a esse evento, percebemos que, após a batalha de Leuctra, Esparta se deparou com a irreversível perda de sua supremacia na Hélade e do seu poder político-militar no Peloponeso.

Em certa medida, o governo e os comandantes espartanos se empenharam em assegurar a proeminência de suas conexões com os helenos — seja através de alianças defensivas, seja com o financiamento dos persas. Todavia, muitas atitudes de Esparta, ao invés de assegurarem o seu poder e a sua influência por intermédio de redes políticas densas, levaram ao gradativo desgaste de suas instituições e recursos. A isso se somou o descrédito que os espartanos angariaram com anos quase

porém demorou muito para que os espartanos reconhecessem que essas derrotas eram irreversíveis.

²⁴⁰ Diodoro (15.55.1-56.4) e Plutarco (*Pel.* 23.1-4) foram outros dos que descreveram, de forma pormenorizada, a batalha de Leuctra, mas o primeiro não fez referência à ação da cavalaria e destacou a precisão das ordens de Epaminondas para alcançar o seu objetivo diante de uma movimentação lenta dos lacedemônios e aliados. Plutarco, no entanto, direcionou a sua atenção às ações de Pelópidas e Epaminondas, cujos esforços derrotaram rapidamente Cleômbroto e os seus homens, deixando os aliados de Esparta à mercê de sua sorte. Diodoro afirmou que Arquídamos, filho de Agesilau, havia estado com Cleômbroto na formação lacedemônia derrotada em Leuctra quando, na verdade, o contingente de Arquídamos chegou posteriormente para resgatar os sobreviventes do combate.

ininterruptos de conflitos envolvendo outros helenos, os quais já não estavam dispostos a apoiá-los, o que enfraqueceu a sua posição no *Pequeno Mundo* helênico, tanto no nível políade quanto num nível particular. Sendo assim, admitimos que as atitudes de Esparta, no decorrer do século IV, foram determinantes para a sua desestruturação político-social, cuja culminância foi a batalha de Leuctra.

4.5 Os efeitos de Leuctra sobre Esparta e as ações de Agesilau

O discurso e a cena enunciativa de Xenofonte (6.4.16) e de Plutarco (*Ages.* 29.2) adquiriram um tom dramático ao abordar como o governo espartano recebeu as informações sobre a derrota em Leuctra²⁴¹. Xenofonte e Plutarco demarcaram a prudência dos éforos ao transmitir essas informações às famílias dos guerreiros mortos. Nesse momento, os éforos pareciam conscientes do ocorrido, visto que a sua representação não manifestou surpresa com as notícias.

Xenofonte (*Hell.* 6.4.17-18) prossegue em sua cena enunciativa, expondo como Esparta se preparou para minimizar os efeitos da derrota em Leuctra. A representação elaborada pelo autor evidenciou as medidas emergenciais e as preocupações do governo lacedemônio com os buracos estruturais e a perda de influência de suas redes políticas. Para tanto, os magistrados reuniram todo o contingente possível de lacedemônios e de seus aliados²⁴² que, liderados por Arquídamos — o filho de Agesilau —, dariam combate aos tebanos em Leuctra e resgatariam os sobreviventes desse enfrentamento.

²⁴¹ Nos dizeres do ateniense, as notícias chegaram no último dia das Gimnopédias, quando o coro dos homens estava se apresentando. Para que não houvesse uma comoção geral, os éforos decidiram que a festividade deveria terminar para depois informar aos familiares sobre os mortos ocorrido, embora a lamentação tenha se dado pelos parentes dos vivos, pois os sobreviventes corriam o risco de perderem a cidadania por serem considerados desertores. Plutarco (*Ages.* 29.2) lembra que os éforos tomaram essa medida porque, durante as Gimnopédias, muitos estrangeiros visitavam Esparta. Considerando a postura de Plutarco, os éforos foram prudentes para evitar que essa notícia se espalhasse de forma inadequada e mostrasse aos estrangeiros a fragilidade espartana naquela ocasião.

²⁴² Os espartanos teriam contado com o apoio dos homens de Tegeia, de uma parcela dos mantíneos, além dos coríntios, dos flísiolos, dos aqueus e dos siciônios (*Xen. Hell.* 6.4.18).

Esse cenário nos permite verificar a gravidade da situação espartana, afinal, Esparta não sofreu somente com as perdas humanas significativas²⁴³, mas também carecia de líderes emblemáticos para guiar os seus guerreiros. Isso se deu pela morte de Cleômbroto em Leuctra e por Agesilau estar se recuperando de uma enfermidade que quase o matara. Consideramos que, junto a Cleômbroto, muitos dos homens de suas redes e conexões na Lacedemônia tomaram em combate, impossibilitando que um esparciata proeminente e vinculado ao *basileús* ágida tomasse a frente contra os tebanos.

Xenofonte (*Hell.* 6.4.19-20) declara que os tebanos tiveram o cuidado de enviar um arauto a Atenas, imediatamente após a sua vitória, com o intuito de informar-lhe sobre o ocorrido e solicitar o seu auxílio. Concomitantemente, os tebanos despacharam mensageiros a Jasão de Feras²⁴⁴ por conta da aliança que tinham. Para além do discurso de Xenofonte, a vitória de Tebas materializou o temor ateniense, inicialmente exposto por seus oradores na Lacedemônia. De fato, para os atenienses, era arriscado que os tebanos detivessem a supremacia militar terrestre junto aos helenos, afinal, a Ática fazia fronteira com a Beócia. Também nos chamou a atenção a surpresa de Tebas pela sua vitória, uma vez que a sua maior preocupação era o momento seguinte ao conflito. Os comandantes tebanos pareciam cientes de suas limitações físicas e materiais para um novo enfrentamento e, por isso, recorreram às suas conexões políticas de maior proeminência²⁴⁵.

Xenofonte (*Hell.* 6.4.22-25) se utiliza da representação de Jasão para legitimar a ideia do despreparo militar dos tebanos. Em seu posicionamento, o tirano de Feras manifestou moderação ao esperar o momento oportuno para o melhor resultado de sua investida. Jasão aconselhou os tebanos que não atacassem os lacedemônios imediatamente após o sucesso de Leuctra, afinal, os guerreiros da Lacedemônia não teriam nada a perder e combateriam com as suas vidas. Isso levaria a um resultado inesperado e a favor de Esparta. Por isso, Jasão indicou que Tebas

²⁴³ Xenofonte (*Hell.* 6, 4.15) pontua que, dos seiscentos esparciatas presentes em Leuctra, quatrocentos foram mortos.

²⁴⁴ Jasão de Feras reuniu um número significativo de mercenários para ajudar os tebanos por terra e mar (*Xen. Hell.* 6, 4.21). Aqui, a conduta de Jasão foi substancial, pois os seus conselhos fizeram com que os tebanos não se precipitassem diante da situação.

²⁴⁵ Isso fez todo o sentido diante da ideia de que uma rede pressupõe o auxílio e o suporte entre os membros de suas conexões. Algo que pode angariar confiança e densidade para as conexões caso haja o sucesso de um dado empreendimento (Kadushin, 2012, p. 60-61).

recuperasse o seu fôlego e se fortalecesse para o que estaria por vir. As palavras de Xenofonte representaram Jasão como um homem sábio e tomaram os tebanos impulsivos diante de um feito inesperado. Ainda que não possamos afirmar que Jasão tomou essas atitudes, Tebas não deu combate aos lacedemônios e permitiu que estes recuperassem os seus mortos, além de voltarem em segurança para a sua *pólis*. Analisando por um viés psicológico, a conduta tebana, baseada nas palavras de Jasão, fez com que o sentimento de derrota espartano fosse vivenciado no ambiente poliáde e em suas conexões distribuídas pela Hélade. Isso deu tempo suficiente para que outros helenos se sentissem seguros em romper com Esparta e se aliassem a Tebas.

Nesse contexto, John Buckler e Hans Beck (2008, p. 133-135) expõem que Tebas não pretendia construir uma aliança nos moldes da Confederação do Peloponeso e da confederação marítima ateniense. Na verdade, os tebanos estavam interessados em garantir a sua preponderância na Hélade central, ampliando as suas conexões com os reinos do norte — os quais integravam a Macedônia e a Tessália. Para Buckler e Beck, os interesses tebanos no norte da Hélade inviabilizavam a promoção de uma confederação formal, porém inúmeras *póleis* e reinos se vincularam aos tebanos após Leuctra²⁴⁶. Com isso, admitimos que os tebanos sabiam da fragilidade de sua supremacia, ainda que o seu poder militar fosse inegável. Para tanto, era mais vantajoso desenvolver inúmeras conexões informais, cuja duração era circunstancial, do que implementar uma confederação formal com bases vulneráveis.

Por sua vez, Peter Funke (2009, p. 5-11) adverte para que não superestimássemos os feitos tebanos na reorganização política da Hélade. O autor propôs que a grande conquista de Tebas foi a de acabar com o *equilíbrio* de poderes do Peloponeso, contribuindo para mudanças nas conexões e nas redes *interpoliádes* que passaram a se organizar. Funke comentou o caso da Arcádia e da formação de uma confederação que, em certa medida, obedecia aos princípios tebanos de formação de alianças. Todavia, ele declarou que Esparta tinha sido a maior culpada pelo sucesso tebanos que os seus excessos e a intolerância para com os seus aliados haviam determinado a oposição que receberam após a batalha de Leuctra, contribuindo para o desmantelamento de seu *status* e de sua influência.

²⁴⁶ Dentre as *póleis* aliadas de Tebas, destacamos a Fócida, ambas as Lócris, a Eubeia, a Acarnânia, a Etólia, a Tessália, Argos, a Confederação da Arcádia e Élis. Posteriormente, os tebanos conseguiram o apoio da recém-fundada Messene e do império aquemênida.

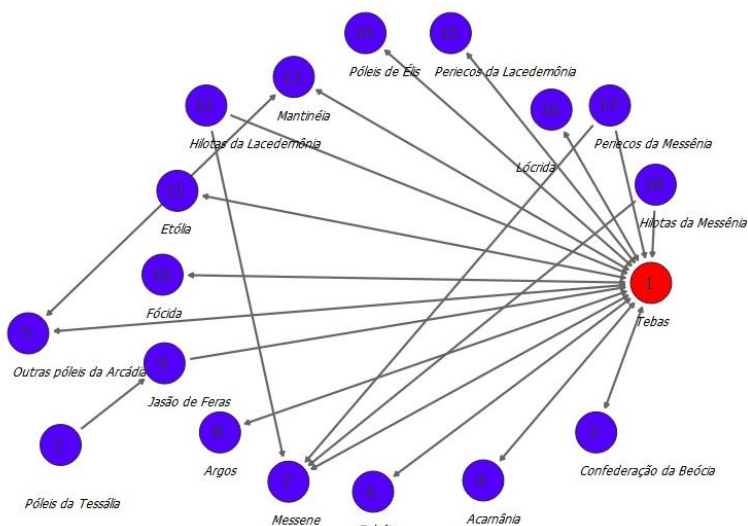


Gráfico 3 – Conexões de Tebas após a batalha de Leuctra²⁴⁷.

Esse gráfico nos ajuda a representar o que foi exposto acima, afinal, a derrota espartana em Leuctra fez com que inúmeros nós de suas redes fossem desfeitos em benefício de conexões com os tebanos. Como Esparta dependia de seus aliados para conservar a sua autoridade e influência política, essa perda marcou o início da desestruturação da hegemonia espartana na Hélade.

Partindo de Funke, sugerimos que Tebas criou uma representação de justiça ao se utilizar da imagem que Esparta tinha angariado na Hélade, ou seja, os equívocos espartanos foram empregados para legitimar as ações tebanas. Com isso, o seu modelo de aliança — como nos informou Buckler e Beck — foi estabelecido de forma deliberada para personificarem o que os espartanos não eram, isto é, justos e mantenedores da liberdade helênica. A propaganda tebana tinha efeitos políticos precisos em virtude da expectativa de muitas *pólis* em se verem livres da submissão às redes espartanas. Portanto, a postura de Tebas se deu de acordo com a conjuntura política que se havia desenvolvido após Leuctra, na qual Esparta era uma

²⁴⁷ Com exceção de Jasão e das *pólis* da Tessália, Argos e Messene, todos os nós dessa rede eram conectados a Esparta e se tornaram opositores à sua supremacia. Nesse contexto, Tebas se tornou o nó central de uma rede constituída pelo buraco estrutural da rede de Esparta.

ameaça que deveria e precisava ser combatida para que a Hélade fosse livre novamente.

A situação pós-Leuctra fez os atenienses promover uma paz comum partindo dos princípios da Paz de Antáclidas (Xen. *Hell.* 6.5.3). Atenas tomou medidas *desesperadas* para evitar que Tebas expandisse a sua influência ou mesmo que esta dominasse as comunidades na Hélade central e no Peloponeso. De todo modo, um acordo de paz, que assegurasse a autonomia de todas as *póleis*, grandes ou pequenas, prejudicava as conexões e as redes políticas de Esparta e Agesilau, ao mesmo tempo que tentava minimizar a expansão político-militar tebana.

De imediato, Élis almejou recuperar as *póleis* que perdeu para Esparta, Mantineia restabeleceu o seu sinecismo e Tegeia expulsou os filolacônicos de seu governo (Xen. *Hell.* 6.5.2-9). Nessa situação, os espartanos não permitiriam que a sua influência fosse ainda mais comprometida, realizando uma expedição contra Mantineia, tendo Agesilau como o seu líder, em 370. Anteriormente, Agesilau tentou negociar com os mantineus para que mantivessem os seus vilarejos separados, mas não obteve sucesso²⁴⁸.

Segundo Plutarco (*Ages.* 30.5), a expedição à Mantineia objetivava remover o desânimo que prevalecia entre os jovens de Esparta com a derrota em Leuctra. Anteriormente, Plutarco apresentou a importância de Agesilau — enquanto líder — para uma Esparta enfraquecida e desacreditada de sua autoridade. Uma vez que os espartanos desertores do campo de batalha perderiam a sua cidadania, Agesilau foi representado como um pleno conhecedor do *imaginário guerreiro*. Isso se deu porque Agesilau foi nomeado legislador por um dia, para que assim decidisse o que fazer com os homens que sobreviveram a Leuctra. Agesilau determinou que as leis *dormissem por um dia* para que nenhum desses esparciatas fossem acometidos pela infâmia (Plut. *Ages.* 30.4).

Por que essa assertiva não foi apresentada anteriormente? O valor desse trecho reside na representação de Agesilau elaborada por Xenofonte e, posteriormente, Plutarco. Xenofonte construiu uma cena enunciativa na

²⁴⁸ Xenofonte (*Hell.* 6.5.10-21) descreve a expedição de Agesilau contra Mantineia, de acordo com a consolidação da Confederação da Arcádia. Como Orcômeno não se predispôs a se unir aos demais arcádios, muitos mantineus se mobilizaram contra essa *pólis*. Por fim, embora Agesilau tenha devastado uma parte de Mantineia, não ocorreu um enfrentamento militar, posto que os homens de Tegeia e muitos outros arcádios se reuniram aguardando a chegada dos tebanos e pelo fato do *basileús* lacedemônio desejar o retorno à sua pátria em virtude do inverno.

qual Agesilau se mostrava preocupado em cumprir as determinações da *pólis*, estando disposto a combater para recuperar a proeminência espartana. Já Plutarco caracterizou a preocupação de Agesilau com a manutenção dos ânimos pessoais no interior de Esparta, para que não houvesse revoltas ou manifestações entre os próprios esparciatas. Efetivamente, o gênero literário adotado por esses autores influenciou na representação que conceberam de Agesilau. Do mesmo modo, recordamos que o objetivo inerente às suas respectivas obras estava submetido ao lugar social e à formação discursiva de seus autores.

Desta forma, o Agesilau de Xenofonte manifestou os interesses *poliades* e afastou a representação de que o comandava Esparta para si, através de suas conexões e redes políticas. Por outro lado, o Agesilau de Plutarco foi um homem individualista, ainda que as suas atitudes impactassem o *dêmos* de Esparta e da Lacedemônia. Contudo, a representação de Agesilau composta por Plutarco se tornou hegemônica na tradição historiográfica, a qual se mostrou interessada por encontrar as causas precisas para a desestruturação da supremacia espartana sobre a Hélade.

César Fornis (2016, p. 264) afirma que Leuctra foi o início de um período de *stásis* no Peloponeso, devido à diminuição do poder, do *status* e da influência de Esparta na região, além do gradativo desarranjo da Confederação do Peloponeso. Fornis finaliza expondo a perseguição que os grupos oligarcas e aristocratas do Peloponeso sofreram pelos democratas em suas respectivas *póleis*, pois, com o resultado de Leuctra, Esparta não poderia ajudá-los a recuperar a autoridade política em suas comunidades. Concluímos que a desestruturação do poder de Esparta enfraqueceu as conexões que mantinha com nós oriundos de outras regiões, os quais foram atacados pelo vínculo que mantinham com os espartanos. Nesse caso, defendemos que os nós de uma rede refletem o poder político do nó central e de maior preponderância, porém, com o enfraquecimento deste, as suas conexões perdem a densidade e se tornam suscetíveis aos ataques de outras redes²⁴⁹.

Xenofonte (6.5.23-24) indica que, após a retirada de Agesilau, os tebanos chegaram à Arcádia. Nesse momento, os aliados de Tebas retomaram a ideia de invasão da Lacedemônia, tal como foi proposta pelo

²⁴⁹ Essa percepção se manifesta em Isócrates (5.47-49), quando este decreve a maneira como os antigos aliados e os servos dos lacedemônios se vincularam aos tebanos com a vitória que tiveram em Leuctra.

sinédrio de Corinto. Da mesma maneira que Arquídamos II, antes da Guerra do Peloponeso, os comandantes tebanos ponderaram sobre as dificuldades de invadir o território lacedemônio. O discurso atribuído aos tebanos ressaltou o conhecimento que tinham das práticas militares helênicas, de modo que não agiriam pelo impulso. A postura tebana se modificou quando alguns periecos lacedemônios se apresentaram dispostos a se revoltarem contra Esparta²⁵⁰. Em Diodoro (15.64.1-4), os tebanos, liderados por Epaminondas, tinham comandado um amplo contingente de aliados que, devido à sua dimensão, seria difícil adentrar a Lacedemônia. Com isso, o contingente aliado foi dividido e eles invadiram o território lacedemônio por diversos caminhos.

Nesse sentido, o isolamento territorial da Lacedemônia foi questionado, pois, embora os acessos à Lacedemônia fossem desgastantes, a sua transposição não era impossível de se realizar. Charles Kadushin (2012, p. 57) recorda a importância dos intermediários (*brokers*) para a manutenção de redes políticas, sejam elas formais sejam informais. Os intermediários trocam informações por benefícios, sendo utilizados para a realização de práticas que, em muitas ocasiões, os membros formais de uma rede não poderiam fazê-las. Por outro lado, nada impede que esses intermediários sejam incorporados entre as conexões de uma rede. No caso de Tebas e dos nós de *primeira ordem*, o estabelecimento de conexões com os periecos facilitou uma atividade em virtude do conhecimento que detinham do local. Para os periecos do norte da Lacedemônia, havia a expectativa de serem libertados da autoridade espartana. Logo, o vínculo entre eles e os tebanos foi circunstancial e minimizava a influência e o *status* de Esparta. Isso permitia que estes ampliassem as suas conexões através dos buracos estruturais das redes espartanas.

Xenofonte (*Hell.* 6.5.27-29) e Diodoro (15.64.1-6)²⁵¹ descrevem a organização das tropas tebanas e de seus aliados e como estes invadiram,

²⁵⁰ Como um meio de exaltar os comandantes tebanos, Plutarco (*Pelop.* 24.2-4) expõe que Epaminondas e Pelópidas foram responsáveis por conduzirem os aliados tebanos que, ao identificarem a sua impetuosidade e segurança, seguiram-nos sem hesitar.

²⁵¹ Segundo Diodoro (15.64.1-6), o contingente foi dividido em tebanos, argivos, eleus e arcádios, os quais deveriam se reunir na *pólis* de Selásia. Nesse contexto, o desempenho do esparciata Iscolau recebeu destaque na narrativa de Diodoro, afinal, este ordenou aos mais jovens que o acompanhavam na proteção de Oios, no distrito de Escirites, que retornassem a Esparta para que servissem a sua *pólis* em um momento crítico. Quando todos se reuniram em Selásia, iniciou-se a marcha contra Esparta, devastando,

gradativamente, a Lacedemônia. A resistência dos comandantes esparciatas, situados em lugares estratégicos, e o processo pelo qual muitos lacedemônios livres aderiram à causa de Tebas destacaram a animosidade de muitos helenos com Esparta e a dificuldade de se atravessar a Lacedemônia. No entanto, muitas *pólis* se aproveitaram da fragilidade espartana para ampliar a densidade de suas conexões com outras comunidades.

Xenofonte (*Hell.* 6.5.28-29)²⁵² alega que os esparciatas foram cuidadosos para que as mulheres de sua *pólis* não se desesperassem, além de assegurarem a colaboração dos hilotas com a causa de Esparta, evitando que estes ampliassem o exército dos tebanos e de seus aliados. Nesse sentido, a postura dos guerreiros e a liberdade dos hilotas são complementares, denotando a drástica diminuição no número de cidadãos em Esparta e a necessidade de se obter combatentes por outros meios, além da procriação. Portanto, o discurso de Xenofonte manifestou a crise social e demográfica que havia em Esparta, impossibilitando uma mobilização adequada contra a invasão tebana. Xenofonte (*Hell.* 6.5.29-32) narra a trajetória dos inimigos espartanos na invasão da Lacedemônia, ressaltando que os flíásios, os coríntios, os epidáurios, os peleneus, os habitantes de outras *pólis* e os mercenários de Orcômeno se mantiveram leais aos espartanos. Ao formarem a resistência ao ataque tebano oriundo de Amicleia, os esparciatas foram bem-sucedidos e os inimigos partiram em direção ao mar, atravessando a planície de Helos e chegando à *pólis* de Giteio. Por fim, Xenofonte afirma que muitos periecos se rebelaram e atuaram como membros regulares do exército tebano. A conduta daqueles não deve ser reprovada, posto que a identidade dos periecos se fundamentava no reconhecimento da superioridade esparciata. Era de se esperar que o enfraquecimento espartano criasse tentativas pontuais de obtenção de liberdade pelos periecos e a formação de conexões entre estes e os tebanos.

paulatinamente, o vale do Eurotas e levando o desespero e a insegurança para os espartanos e para os demais habitantes da Lacedemônia.

²⁵² Xenofonte declara que os tebanos e os seus aliados desceram em direção a Esparta pelo lado direito do rio Eurotas, devastando plantações e saqueando propriedades cheias de riquezas. A ênfase em seu discurso recaiu na estratégia dos esparciatas de se colocarem em pontos importantes para impedir que a sua *pólis* fosse invadida, nas mulheres, que se desesperaram ao verem fumaça na Lacedemônia e no fato de muitos hilotas se alistarem como guerreiros para receberem a liberdade.

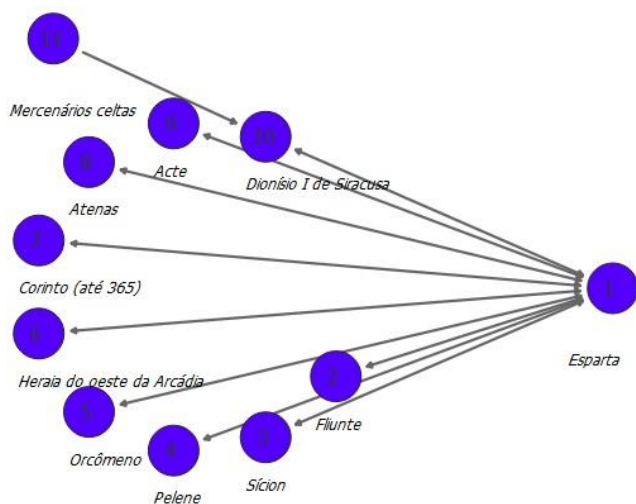


Gráfico 4 – Conexões de Esparta após a batalha de Leuctra²⁵³.

O grande feito da invasão tebana à Lacedemônia foi comprovar a fragilidade militar espartana e das defesas lacedemônias, além das limitações espartanas em equilibrar as suas demandas político-econômicas diante do desgaste que vivenciou, no decorrer do século IV. A chegada dos tebanos ao norte da Lacedemônia e a boa relação que mantiveram com algumas *pólis* da região ressaltaram a dependência que os esparciatas tinham para com os habitantes ao redor. Não podemos generalizar a aparente *tomada de consciência* dos periecos, pois nem todas as comunidades lacedemônias se rebelaram contra Esparta. Do mesmo modo, invertemos a percepção das conexões entre Esparta e as demais *pólis* lacedemônias, tendo em vista que a assimetria de poder existente entre elas não correspondia à dependência dos espartanos para com os demais grupos sociais dessa região.

Assim, a possibilidade de os espartanos rechaçarem os periecos — sejam da Lacedemônia, sejam da Messênia — fez com que estes se rebelassem. Para muitos lacedemônios era fundamental obter a liberdade para garantir um mercado isento da interferência de Esparta e para reafirmar a sua identidade étnica e política. Essa conjuntura se estende aos hilotas, dada a sua importância econômica na vida dos esparciatas. Dessa maneira, os castigos físicos realizados aplicados aos escravos era um

²⁵³ O enfoque dessa análise reside nas conexões de Esparta, logo, este gráfico não considerou os possíveis vínculos existentes entre os aliados espartanos. Do mesmo modo, esta rede passou a se opor à rede tebana.

mecanismo pedagógico para que todos os segmentos sociais da Lacedemônia reconhecessem a supremacia de Esparta. Como algumas *póleis* periecas tinham benefícios pelos serviços prestados aos esparciatas — como o caso de Escirites²⁵⁴ e Giteio —, muitas dessas *póleis* viam na autonomia política a solução para a sua submissão ao governo espartano.

Para além das conexões dos tebanos com algumas *póleis* periecas e com grupos hilotas, a debilidade social e militar de Esparta foi legitimada com a libertação da Messênia, em 369²⁵⁵. Pausânias (4.26.5-6)²⁵⁶ afirmou que os homens de Tebas tinham convocado os messênios de todo o Mediterrâneo para que retornassem ao seu território ancestral. Aproveitando a situação favorável, Epaminondas fundou a *pólis* de Messene e a consolidou como um ponto de resistência ao fortalecimento espartano no Peloponeso. Nino Luraghi (2009, p. 115-116) propõe que Messene recebeu uma fortificação aos pés do monte Ítome, tendo vias que facilitavam o contato com a Arcádia, caso precisasse resistir a uma investida espartana.

A libertação da Messênia influenciou a economia de Esparta e garantiu a Tebas um importante aliado em sua política de enfraquecimento do poder, da influência e do *status* espartano, tanto no Peloponeso quanto na Hélade. Os tebanos asseguraram que Esparta não teria recursos suficientes para organizar os seus exércitos contra a supremacia de sua *pólis*. Com isso, as redes político-militares de Tebas se expandiram para o norte da Hélade e enfraqueceram as redes e os recursos de Esparta no

²⁵⁴ Edmond Lévy (2003, p. 153-154) afirma que os habitantes de Escirites eram de etnia arcádia e, por isso, estariam mais propensos a se rebelarem contra Esparta, já que se identificavam com os invasores arcádios. César Fornis (2016, p. 266) manifesta que muitos periecos que habitavam a Lacedemônia haviam interiorizado os valores culturais dos esparciatas e resistiram à invasão tebana.

²⁵⁵ No *Arquídamos* (11-33), Isócrates demonstra o direito que os espartanos tinham sobre a Messênia, em função da autoridade ancestral que os heráclidas receberam sobre o Peloponeso. No contexto deste discurso, Isócrates defendia os interesses espartanos pela tentativa de promover a figura de Arquídamos como um herói pan-helênico. Já Demóstenes (18.19) reforça que os espartanos foram punidos em Leuctra, mas os seus inimigos não tinham força para exterminá-los, preferindo dividir o Peloponeso e minimizar o poder de Esparta. Por outro lado, Dinarco (1.73) exaltou os comandantes Pelópidas e Epaminondas, expondo a (re)fundação de Messene.

²⁵⁶ O geógrafo se utilizou de uma tradição desenvolvida posteriormente ao feito para demarcar que a libertação da Messênia foi garantida pelos deuses, o que tornava Epaminondas e os tebanos verdadeiros heróis.

Peloponeso, o que preocupava os atenienses dada a impossibilidade de firmarem uma oposição imediata a Tebas.

Na primavera de 369, os lacedemônios enviaram embaixadores a Atenas, solicitando uma aliança contra o poderio tebano. Foi acordado que atenienses e lacedemônios se ajudariam nessa circunstância, sendo que a primeira medida foi defender Corinto, impedindo que os tebanos deixassem o Peloponeso após todo o *estrago*²⁵⁷ que fizeram na Lacedemônia (Xen. *Hell.* 7.1.15). Essa mobilização obedeceu aos critérios da homofilia, proposto por Charles Kadushin (2012, p. 9), pois Esparta e Atenas se conectaram e firmaram uma nova aliança pelos interesses comuns que conservavam. Entretanto, como evidencia Xenofonte (*Hell.* 7.1.15), essa atuação conjunta não obteve o sucesso desejado, aumentando assim a confiança dos tebanos e dos arcádios. Os guerreiros da Arcádia foram representados por Xenofonte como impetuosos, posto que atacaram o território lacedemônio posteriormente, sem a presença dos guerreiros de Tebas²⁵⁸.

As perdas somadas por Esparta fizeram com que esta investisse os seus esforços em recuperar a Messênia, tida como uma das bases fundamentais de sua economia. No entanto, os esparciatas tiveram de conviver com o enfraquecimento gradativo da Confederação do Peloponeso, o que afetava as suas conexões na Hélade. Nesse momento, o buraco estrutural espartano favoreceu a intensidade das conexões e das redes tebanas, as quais chegaram ao império aquemênida. Xenofonte (*Hell.* 7.1.27) declarou que, em 368, o sátrapa Ariobárzanes²⁵⁹ havia realizado uma nova tentativa de paz comum entre os helenos, a qual obedeceria aos moldes da Paz de Antálcidas. Entretanto, um acordo de paz entre os helenos reconhecera a autonomia e a liberdade de todas as *póleis* envolvidas, legitimando a independência da Messênia e fazendo com que Esparta não concordasse com o acordo. Através de Xenofonte, verificamos que Ariobárzanes estava conectado a Esparta por meio da *xenia*, permitindo que as suas ações beneficiassem os esparciatas.

²⁵⁷ Efetivamente, os tebanos afetaram a dinâmica político-social de Esparta; portanto, a ideia de um *estrago* seria unicamente do ponto de vista dos espartanos, cujas perdas foram inestimáveis.

²⁵⁸ Dioniso I de Siracusa chegou a enviar mercenários para auxiliar os lacedemônios nessa situação adversa, mas estes nunca permaneceram por muito tempo no Peloponeso por serem pagos para ficarem um curto período em ação (Xen. *Hell.* 7.1.20-21).

²⁵⁹ Em Diodoro (15.70.2), a iniciativa desta paz coube ao próprio Artaxerxes II e não a Ariobárzanes.

Nesse processo, os helenos enviaram embaixadores a Susa, visando ao financiamento desta nova paz comum (*koinè eiréne*). O cruzamento dos indícios de Xenofonte (*Hell.* 7.1.34-36) e Plutarco (*Pelop.* 30.3-5; *Art.* 22.3-4) demonstra que a vitória de Leuctra favoreceu a conexão entre Artaxerxes e o embaixador tebano, Pelópidas. Portanto, concluímos que, para Artaxerxes, o apoio aos tebanos era vantajoso diante da instabilidade política que o império aquemênida vivenciou no decorrer do século IV. Isso porque, se os persas apoiassem Esparta, os conflitos na Hélade não deixariam de ocorrer e impossibilitariam que o *grande rei* obtivesse mercenários helênicos em abundância. Por outro lado, Esparta deixou de ser um nó central e influente no *Pequeno Mundo* helênico, levando muitos dos seus antigos aliados a se conectarem a Tebas após a batalha de Leuctra.

Diante de inúmeros conflitos e do desgaste econômico quase irreversível vivenciado pela Hélade em 365, os coríntios se dirigiram a Tebas e a Esparta para solicitarem um tratado de paz. A proposta de Corinto era a de se isentar dos conflitos em virtude de suas perdas, considerando que essa *pólis* e toda a sua região estavam cercadas pelos embates entre tebanos e lacedemônios. Xenofonte (*Hell.* 7.4.7-9) promove aqui uma cena enunciativa, na qual os lacedemônios permitiram que não somente Corinto, mas que todos os aliados concluíssem um tratado de paz que lhes ausentasse dos conflitos. Entretanto, segundo o ateniense, os espartanos continuariam combatendo até recuperarem a Messênia.

Essa passagem (Xen. *Hell.* 7.4.7-9) nos fornece os referenciais para pensarmos a desestruturação das redes políticas de Esparta e o substancial enfraquecimento das conexões políticas de Agesilau. Xenofonte expõe que Esparta reconhecia a sua posição desfavorável nas redes helênicas e que não tinha meios para manter as suas conexões sob controle. Portanto, esse trecho das *Helênicas* circunscreve o fim da Confederação do Peloponeso, o qual se manifestou pelas perdas que Esparta sofreu com a derrota em Leuctra. A situação espartana se agravou quando a Messênia foi liberada, uma vez que a sua economia dependia, em grande parte, dos recursos advindos da agricultura dessa região. Sendo assim, Esparta reconheceu a sua *ruína*, embora não aceitasse a liberdade dos messênios. Em certa medida, já no século VI, a supremacia militar que Esparta exerceu sobre os helenos favoreceu a formação de uma identidade política reconhecida pelas *pólis*, o que se expressava pelo equilíbrio de suas leis, a dominação da Messênia e o controle de toda a Lacedemônia. Com isso, a privação do território messênio afetou a imagem, a identidade e o poder de Esparta.

Para minimizar os efeitos dessa degradação político-econômica e obter riquezas para investir na reconquista da Messênia, o governo espartano se utilizou da experiência e das conexões — ainda que enfraquecidas — que Agesilau mantinha por toda a Hélade, através do clientelismo e dos seus *xénoi*. A sua influência, mesclada às necessidades de Esparta, fez com que Arquídamos, o filho de Agesilau, assumisse as expedições espartanas no Peloponeso. Somada a esses fatores, a perícia de Agesilau no campo de batalha foi empregada como instrumento para uma oposição ao império aquemênida, o qual passou a beneficiar os interesses tebanos na Hélade. Assim, Agesilau atuou como mercenário dos sátrapas revoltosos na Tróade e, posteriormente, no Egito.

Xenofonte (*Ages.* 2.26-27) nos informa que Agesilau foi embaixador junto a Ariobárzanes contra Autofrádates e depois contra Cotis/Otis. Xenofonte representou Agesilau na condição de embaixador para não o qualificar como mercenário, pois essa imagem não se adequava à cena enunciativa vinda de um discurso encomiástico, produzido em homenagem ao *basileús*. Concordamos com Paul Cartledge (1987, p. 325-327) de que a atuação de Agesilau como embaixador na Tróade se deu entre 366 e 364, cujos recursos obtidos nessa expedição foram empregados por Esparta na batalha de Mantineia de 362.

4.6 O mercenarismo de Agesilau: considerações parciais

A tarefa de recuperar a Messênia parecia distante e impossível para Esparta, visto que os messênios firmaram conexões com diversas *pólis* e tiveram a sua liberdade reconhecida pelo acordo de paz organizado por Tebas e Artaxerxes II em 368. O fato de Esparta não participar de qualquer acordo de paz comum entre os helenos²⁶⁰ a isentava de reconhecer a autonomia política da Messênia, embora a colocasse na condição de inimiga da Hélade caso atacasse os messênios. Como Esparta reconhecia a sua situação desfavorável, bem como as baixas possibilidades de recuperar o seu poder de outrora, retomar a Messênia se tornou uma questão de *honra*. Para tanto, as conexões políticas de Esparta se deram por vias informais e todas em buracos estruturais das redes políticas de seus inimigos, pois estes

²⁶⁰ Após a batalha de Mantineia em 362, os helenos teriam organizado uma *koinè eiréne* e Esparta foi a única *pólis* a não aceitar esse acordo, pois os messênios também participaram dele e a aceitação de Esparta reconheceria a liberdade dos helenos.

eram os únicos meios de obter apoio e recursos sem que Esparta fosse atacada por outros helenos — os quais integravam a paz comum de Tebas e o império aquemênida.

Os anos de 361 e 360 foram significativos para a trajetória político-militar de Esparta e de Agesilau, uma vez que este foi enviado como chefe dos mercenários que atuavam na revolta do Egito contra Artaxerxes. Embora o faraó na ocasião (Tachos) promettesse a liderança de todo o contingente a Agesilau, este ficou à frente dos mercenários helênicos (Xen. *Ages.* 2.30). Xenofonte (*Ages.* 2.28) afirma que Agesilau estava com, aproximadamente, oitenta anos quando atuou no Egito e, segundo Diodoro (15.92.1-5), deveria ter a sua experiência de comando reconhecida. A fuga de Tachos²⁶¹ devido a um equívoco militar permitiu que Nectanebo lutasse pela realeza egípcia (Diod. Sic. 15.92.3-5), embora Xenofonte (*Ages.* 2.31) tenha afirmado que os dois governantes foram escolhidos pelos egípcios e Agesilau tomou a iniciativa de se aliar a Nectanebo.

Plutarco (*Ages.* 37.3-6) pontua que Agesilau enviou embaixadores a Esparta para saber o que fazer, mas sem enfatizar que Tachos era um comandante inadequado. Xenofonte (*Ages.* 2.30-31) explicita que a decisão de Agesilau se deu pela necessidade de escolher o faraó que melhor simpatizasse com os helenos e que, ao se sair vitorioso na disputa pelo trono, teria gratidão pelos lacedemônios. Por outro lado, a perspectiva de Plutarco concedeu importância a Esparta, enquanto *pólis*, e a maneira como Agesilau obedecia à *politeia* ancestral de sua pátria²⁶². Agesilau faleceu em seu retorno para casa, porém, segundo Plutarco (*Ages.* 40.1), com duzentos e trinta talentos de prata que foram empregados em benefício de Esparta.

Tais argumentos apresentam a estratégia de Agesilau II diante da situação desfavorável em que se encontrava no Egito. O *basileús* deveria firmar conexões informais voltadas, unicamente, para a obtenção de bens e riquezas destinadas à contratação de mercenários cujos esforços seriam empregados na reconquista da Messênia. Nesse sentido, a fragilidade de suas redes fez com que Agesilau adaptasse as suas atitudes de acordo com

²⁶¹ Diodoro (15.92.1-3) demarca que Tachos não escutou os conselhos de Agesilau e tomou medidas equivocadas com as suas forças militares, sendo levado a fugir para a Fenícia e se aliar a Artaxerxes novamente.

²⁶² Em suma, a documentação (Diod. Sic. 15.93.3-5; Plut. *Ages.* 39.2-5) converge sobre como Agesilau atuou no Egito, afinal, este permitiu que a cidade onde estava fosse cercada por um fosso para que assim houvesse somente uma entrada e uma saída. Essa estratégia estaria emulando a postura de Leônidas nas Termópilas, em que o espaço físico era capaz de compensar a diferença na quantidade de guerreiros.

as circunstâncias, pois o esforço fundamental era assegurar a autonomia de sua *pólis* e a liberdade de seus habitantes. Ainda assim, até o momento de sua morte, defendemos que grande parte de suas atitudes estiveram alinhadas aos interesses de Esparta. Concomitantemente, lembramos que as redes de Esparta estavam se desmanchando, sendo isso o resultado direto dos desmandos de suas políticas durante a supremacia que ocupou entre os helenos.

Esse capítulo tratou da maneira como Esparta agiu em benefício próprio e os efeitos dessas atitudes para a manutenção de sua supremacia na Hélade. Não estamos interessados em inocentar Agesilau de qualquer atitude que tenha tomado, contudo os indícios documentais demonstraram que, praticamente, todas as suas ações estiveram vinculadas aos interesses de diversos grupos sociais de Esparta. Mesmo as suas decisões mais controversas foram consentidas pelo governo espartano, cujo julgamento teria reconhecido a sua viabilidade para Esparta.

De todo modo, os espartanos sofreram um processo gradativo e irreversível de degradação que afetou o seu poder, o seu *status*, os seus recursos, a sua *pólis* e toda a sua capacidade de comandar os helenos e defendê-los de si mesmos. Nesse contexto, as *pólis* já não tinham um inimigo comum e todos os conflitos pretendiam conservar a influência de uma rede sobre a outra. Por fim, endossamos a lógica de Kadushin (2012, p. 3), que diz que não existe uma rede sem conexões, a qual pressupõe o consentimento e o apoio de outros para a sua plena realização, como no caso das *pólis* e de seus governos. Nesse caso, à medida que Esparta foi perdendo as conexões entre os nós centrais que integravam as suas redes políticas, a sua capacidade de influenciar os helenos foi enfraquecendo ao ponto de ser considerada uma inimiga que deveria ser combatida.

Conclusão

Com a batalha de Leuctra, Esparta não pôde retomar o *status* que havia obtido com o final da Guerra do Peloponeso. Esse cenário pode ser identificado como um resultado direto da política espartana com o estabelecimento da Paz de Antálcidas, afinal, em vez de assegurar os termos do armistício, Esparta preferiu assegurar a sua área de influência e a assimetria de seu poder militar junto à Hélade. Portanto, os excessos político-militares lacedemônios motivaram os helenos ofendidos e insatisfeitos a se mobilizarem contra a hegemonia de Esparta. Essa premissa foi exposta por Xenofonte (*Lac.* 14.6-7), quando este afirma que tal situação se deu pela incapacidade dos espartanos de seguirem as leis de sua *pólis*, o que o ateniense considerou um desrespeito a Licurgo e à divindade políade — a qual poderia ser Zeus, Apolo ou Atena. A perspectiva de Xenofonte é a de que a desestruturação dos valores lacedemônios era algo esperado, uma vez que os seus cidadãos já não obedeciam e honravam o sagrado da maneira esperada.

De fato, Xenofonte tentou afastar essa imagem de Agesilau por meio de seu encômio; no entanto, o *basileús* integrava a dinâmica política de sua *pólis*, atuando diretamente em muitos de seus desmandos político-militares. Isso não justifica o posicionamento de Hamilton e de Cartledge em suas respectivas obras. A responsabilidade do euripôntida pela desestruturação de sua comunidade pode ter sido superior à de muitos esparciatas que não exerceram ou exerciam cargos políticos importantes no decorrer do período Clássico. Entretanto, as medidas e as decisões tomadas pelas instituições de poder espartanas não estavam restritas às casas reais. Como afirmamos no decorrer deste livro, a dupla realeza lacedemônia carecia de prerrogativas políticas para tomarem decisões unilaterais visando os seus respectivos interesses.

Com isso, muitas das atitudes de Agesilau, tanto no Peloponeso quanto na Hélade como um todo, objetivaram assegurar a sua participação num jogo político que, pelas regras de Esparta, o heráclida estaria em desvantagem. Logo, nenhuma atitude do *basileús* foi desinteressada. Apesar disso, reiteramos que estas não foram as únicas responsáveis pelo enfraquecimento político, social, econômico e militar de Esparta. Seguindo por essa lógica, remetemo-nos a Hamilton e Cartledge, que, em função do lugar social que ocupavam, representaram Agesilau como a justificativa pela derrota em Leuctra e pela perda da Messênia.

Para tanto, consideramos que Paul Cartledge é britânico e publicou *Agesilaos and the Crisis of Sparta* em 1987, período no qual Margaret Thatcher atuava como primeira-ministra do Reino Unido. Como nos expôs Kenneth Morgan (2000, p. 79-94), o contexto que antecedeu o governo de Thatcher foi conturbado no Reino Unido, tanto por questões internas relativas aos países membros do reino quanto em relação a elementos trabalhistas e à Guerra Fria. Ao assumir o cargo de primeira-ministra, a postura de Thatcher correspondeu aos interesses de um segmento conservador da sociedade britânica, o que explicitaria muitas das suas decisões militares e conexões políticas com líderes de outros países. Conjeturando a partir da obra de Cartledge e de Morgan, defendemos que o autor se dispôs a tecer críticas sobre como o comportamento de um governante poderia afetar toda uma comunidade. Nesse caso, a leitura dessa obra serviria de crítica a governos autocráticos, com os quais Agesilau foi identificado em virtude de suas medidas descritas por Plutarco.

Segundo César Fornis (2007, p. 61), Charles Hamilton é norte-americano, o que nos fornece indícios do teor de suas publicações e a de sua representação de Agesilau. Em certa medida, o contexto histórico da Guerra Fria impactou a forma como o governo norte-americano passou a lidar com a sua realidade política, social, econômica, cultural e ideológica. Dessa maneira, as ações de Agesilau e a aparente oposição que sofreu dos *basileis* da dinastia ágida representariam, respectivamente, as ações políticas de Richard Nixon e Jimmy Carter. Mediante o exposto, a formação discursiva de Hamilton e de Cartledge, bem como o lugar social que ocupavam em suas respectivas sociedades, foram determinantes para a representação que edificaram de Agesilau. Embora não possamos afirmar que tenham sido essas as intenções desses autores, os indícios históricos do período em que escreveram e das suas sociedades de origem nos ajudam a pensar o posicionamento excessivamente crítico quanto a Esparta e ao reinado de Agesilau.

No caso de Françoise Ruzé, é possível que tenha escrito o seu texto durante a tensão mundial que se seguiu à eleição de Donald Trump como presidente dos EUA e, no ano seguinte, de Theresa May, como primeira-ministra britânica, e de Emmanuel Macron como presidente. Considerando que Ruzé é francesa, vale destacar que as eleições presidenciais de 2017, na França, levou o atual presidente a uma disputa com Marine Le Pen. A possível eleição dessa candidata marcaria a emergência de governantes nacionalistas e conservadores em mais um país da Europa. Segundo Lewis Davis e Sumit Deole (2017, p. 10-15), o ano de 2017 foi marcado pela

projeção política de grupos conservadores que, embora não tenham se tornado hegemônicos na Europa, receberam grande apoio eleitoral. Ainda segundo esses autores (2017, p. 10-12), a ampliação dos grupos nacionalistas e conservadores interessados com políticas radicais se deu com o aumento da imigração para a Europa. Isso fez com que muitos cidadãos europeus enxergassem os estrangeiros como um mal que precisava ser combatido, promovendo assim grupos de caráter étnico-nacionalistas em muitos territórios. Nesse sentido, caracterizar as ações de Agesilau como belicosas teria a pretensão de evidenciar os prejuízos da guerra para Esparta, bem como de políticas belicistas no Ocidente contemporâneo. Do mesmo modo, temos a hipótese de que a caracterização de Agesilau como um comandante interessado em punir e perseguir helenos o inseriria no contexto de denúncia aos grupos de combate e repúdio aos imigrantes que chegavam à Europa. Logo, Ruzé esteve imersa num lugar social singular que, embora recente, reforçou os problemas político-sociais de governantes conservadores na Europa, levando a autora a denunciá-los por meio de Agesilau e Esparta.

Esses esclarecimentos nos permitem afirmar que a motivação político-institucional desses autores impactou suas conclusões sobre Agesilau. Contudo, o que podemos contribuir para esses debates? Em que medida as nossas considerações são pertinentes para lançar olhares distintos sobre as conexões de Esparta no reinado de Agesilau II?

De imediato, defendemos que Agesilau se tornou *basileús* unicamente pela densidade, influência e *status* de alguns membros de suas redes políticas. Aqui, Lisandro foi o ator social mais proeminente e dotado de conexões que superavam as de Agesilau, tanto no Peloponeso quanto na Hélade. A assimetria entre as conexões de Agesilau e Lisandro era expressiva, muito embora o navarco esparciata tivesse grandes pretensões para o seu amante.

A conexão entre Agesilau e Lisandro construiu uma rede densa entre os helenos, afinal o euripôntida mantinha vínculos com homens poderosos por meio da *xenia* herdada de seu pai e de seu irmão, enquanto Lisandro ampliou o seu poder ao favorecer a aristocracia helênica nas Cíclades e na Jônia. De fato, nenhum outro esparciata rivalizava com a posição de Lisandro com o fim da Guerra do Peloponeso. Desse modo, não culpamos Lisandro por qualquer medida político-militar que tenha impactado os rumos de sua *pólis*. Os estudos sobre as redes políticas forneceram indícios para pensarmos que Lisandro era incapaz de agir

sozinho, embora o seu acesso a recursos e informações o colocasse em um lugar de destaque no interior das redes helênicas.

Diferentemente de Charles Hamilton (1979, p. 326), não identificamos a existência de “facções” com tendências político-ideológicas restritas e bem delimitadas em Esparta e no Mediterrâneo. Na verdade, defendemos que os homens poderosos e influentes da Hélade mudaram de opinião conforme as circunstâncias políticas e o momento em que se encontravam. Isso fez com que os membros de uma rede política criassem conexões de acordo com os seus interesses e necessidades no interior das redes helênicas. Se tomarmos a formação do *sinédrio de Corinto* como exemplo, Tebas e Corinto se associaram para combater Esparta, algo que poderia ocorrer no interior da Lacedemônia. Desse modo, pensarmos em facções políticas nos moldes de Hamilton se mostrou inadequado e insuficiente, sobretudo quando se destacam os limites de suas conclusões e a amplitude dos interesses entre os homens de maior influência entre as *póleis*.

Retomando a conexão entre Lisandro e Agesilau, Xenofonte afirma que o navarco se utilizou da relação com o euripôntida para projetar os seus interesses e o de seus aliados em Esparta e na Hélade. Nesse sentido, o governo espartano sabia do ocorrido e aproveitou para se beneficiar com as conquistas de Lisandro e Agesilau. Com isso, temos a premissa de que, ao darmos uma centralidade excessiva a Lisandro ou a Agesilau, no que se refere às ações espartanas, acabaríamos ignorando outros homens e famílias poderosas na Lacedemônia e que se beneficiavam com as expedições propostas pelo *basileús* e pelo navarco esparciata. De fato, a escolha de Hamilton e Cartledge se deu em virtude da escassez de indícios sobre os atores sociais mais influentes de Esparta, na passagem do século V para o IV. A carência desses nomes inviabiliza a constituição de uma rede densa que englobasse os setores espartanos mais abastados com as famílias reais da Lacedemônia. Sendo assim, Lisandro e Agesilau foram instrumentos de poder empregados por Esparta para garantir o seu interesse político-militar em outras regiões da Hélade.

Diante esse cenário, descrito e representado pela documentação literária, notamos que Esparta usufruiu de sua posição na Hélade e ampliou as suas conexões no Egeu e no Mediterrâneo. Num primeiro momento, o governo espartano se beneficiou com a sua conexão junto ao Império Aquemênida e Siracusa; nesse caso, as redes eram simétricas e homofílicas, não havendo a preponderância de um nó em relação aos outros, além de manterem interesses em comum. No caso das *póleis* do Egeu e da Jônia, a

assimetria das conexões de Esparta era evidente devido à posição hegemônica que ocupava nessa rede, o que lhe permitiu alcançar a supremacia no *Pequeno Mundo* helênico.

Se considerarmos que as redes precisam de materialidade, as conexões entre os nós necessitavam de um acordo entre homens. Portanto, muitos foram os esparciatas que se beneficiaram dos vínculos de sua *pólis* com os territórios estrangeiros. Entretanto, a cena enunciativa de Xenofonte na *Constituição dos Lacedemônios* (14.1-2) demonstra que os espartanos se utilizaram do seu poder para sobrepujar os seus aliados. Com isso, os excessos de Esparta deram origem aos seus males, revelando que os lacedemônios não souberam lidar com a autoridade que angariaram ou receberam entre os helenos. Aqui, a postura de Agesilau pode ser considerada, posto que o tratamento dado a Lisandro exprimiu a sua falta de moderação diante daquele que o projetou politicamente (Xen. *Hell.* 3.4.7-9). Esses exemplos reforçam que os valores de Esparta sofreram com as transformações político-econômicas provenientes da Guerra do Peloponeso.

Como o objetivo de Esparta era consolidar o seu *status* e a sua posição nas principais redes políticas da Hélade, muitas das suas decisões ignoraram os interesses de seus aliados. O buraco estrutural que o governo espartano criou com o Império Aquemênida seria uma amostra desse descomedimento. Afinal, Esparta preferiu considerar a dívida de gratidão que tinha com Ciro no lugar de ponderar sobre os efeitos que a falha de sua expedição acarretaria aos helenos. Como Ciro almejava o trono aquemênida, o sucesso da sua expedição beneficiaria imensamente os seus aliados; contudo, se falhasse, estes mesmos companheiros se tornariam inimigos do Império Persa. Por fim, a derrota de Ciro fez com que Esparta perdesse muito da sua influência na Jônia e angariasse a inimizade do Império Aquemênida. Esse seria o momento mais adequado para os lacedemônios fortalecerem as suas conexões com os helenos e minimizar o seu ímpeto para com os seus aliados.

A incapacidade de Esparta em equilibrar os seus interesses com os nós de suas redes desgastou a sua imagem na Hélade, levando a formação de conexões dispostas a subjugar os lacedemônios e a obter a supremacia que estes detinham. Mais uma vez, afirmamos que a tomada de decisões de Esparta superava a figura de Agesilau e Lisandro, embora estes tenham contribuído para a deterioração de algumas das conexões espartanas — com ênfase a Atenas e ao Império Aquemênida. Portanto, consideramos os agentes sociais de Esparta como nós no interior de uma rede mais densa e

complexa, que não se restringia ao Peloponeso. Isso fazia com que todas as decisões estivessem imbricadas e fugissem ao controle de sujeitos individuais, ainda que estes participassem direta ou indiretamente desse processo.

Nesse sentido, defendemos que a aristocracia espartana foi a nêmesis do governo e da *pólis* de Esparta, pois as suas ações e o seu abuso de poder diminuíram a densidade das conexões espartanas e geraram buracos estruturais em suas redes, os quais foram ocupados por seus inimigos e rivais. O *sinédrio de Corinto* seria um exemplo dessa situação, além de enfatizar a debilidade da influência helênica diante da capacidade de intervenção dos persas. Por outro lado, a representação do Império Aquemênida como “coadjuvante” lida com a centralidade que os autores helenos deram às suas comunidades, em suas respectivas cenas enunciativas. Assim, Esparta identificou o seu lugar no interior das redes mediterrâneas somente ao romper as suas conexões com os persas e ao ser ameaçada pelo sinédrio de Corinto. Esse argumento foi legitimado pela tentativa lacedemônia de firmar a Paz de Antálcidas, na qual Artaxerxes II foi o encarregado por congregar o interesse comum de todas as *pólis*.

A Paz de Antálcidas serviu de referencial para que os autores clássicos afirmassem que as ações de Esparta foram punidas pelos deuses. Ao invés de os lacedemônios firmarem conexões homofílicas e simétricas com os seus aliados, eles se utilizaram de sua posição central e do vínculo com os persas para sobrepular os seus inimigos. Essa atitude demonstra que o governo de Esparta não aprendeu com os próprios excessos, o que se refletiu na insatisfação dos helenos. Agesilau foi um grande artífice do poder de Esparta durante a Paz de Antálcidas, o que desgastou a sua imagem em muitos lugares do *Pequeno Mundo* helênico. O acúmulo de tensões atrelado ao desagrado de muitas *pólis* fez com que o ressentimento desses nós enfraquecesse as redes de Esparta, aspecto reforçado pela impunidade de Fébidas e Esfódrias.

Em suma, a documentação literária enfatiza que grande parte das decisões individuais de esparciatas e *basileis* culminaram no benefício de sua *pólis*, embora a falta de reflexão quanto ao que deveria ser feito levou a resultados desfavoráveis para a Lacedemônia. Entretanto, esses atores sociais não tinham autonomia para fazerem as suas escolhas no jogo político das redes mediterrâneas. Portanto, consideramos que um sujeito, numa posição oficial do governo, deveria ter cuidado para que as suas decisões não reverberassem nas instâncias superiores de poder de sua *pólis*, embora isso não fosse impossível de acontecer.

Como estamos limitados às representações documentais que nos chegaram, o exemplo mais emblemático se deu com a retomada de Cadmeia e a formação da segunda confederação marítima de Atenas, as quais manifestaram a insatisfação com Esparta e uma reação ao seu comportamento. Desse momento em diante, o desgaste da Lacedemônia se tornou expressivo e nenhuma medida dos seus comandantes suprimiu as necessidades advindas da supremacia sobre os helenos.

Dessa forma, Agesilau soube influenciar um grupo significativo de conexões e ampliou a densidade de suas redes políticas no decorrer de seu governo. Entretanto, havia uma relação direta entre o seu poder, a sua posição, a sua influência e a autoridade que Esparta ocupava entre os helenos. Sendo assim, conforme a Lacedemônia foi enfraquecendo as suas conexões, Agesilau perdeu parte da influência entre os helenos. Em vista disso, Agesilau foi incapaz de determinar plenamente os rumos da política de Esparta, ainda que as suas redes políticas fossem densas e influentes. Embora sendo um magistrado e comandante de amplas prerrogativas, Agesilau não sobrepôs as determinações de sua *pólis* em benefício próprio. Em suma, todos os helenos influentes que analisamos nesta obra agiram conforme as determinações de sua pátria, em virtude da função legal que ocupavam.

A responsabilidade pela desestruturação de Esparta não foi de Agesilau, ou melhor, foi de Agesilau e de todos os esparciatas, se considerarmos que um *basileús* na Lacedemônia não poderia tomar decisões à revelia de outros. Defendemos que Agesilau iniciou o seu reinado de forma conturbada e num período de incertezas, tanto para os lacedemônios quanto para a Hélade. Para assegurar a sua autoridade, Agesilau estabeleceu conexões políticas com homens influentes (simétricas) e pessoas comuns (assimétricas) das *póleis*, de tal maneira que a sua preponderância, para além da Lacedemônia, fortalecesse a influência de Esparta. Contudo, todas as decisões tomadas pelo *basileús* com os aliados, dentro e fora de Esparta, tiveram efeitos favoráveis e outros nocivos, os quais impactaram a representação que os espartanos promoveram de si junto à Hélade. Ainda assim, o cenário político de Esparta não se resumia a Agesilau, tornando-o somente mais uma peça num complexo e impetuoso jogo de conexões e redes políticas.

Desse modo, as transformações políticas, sociais, econômicas e culturais inerentes a qualquer comunidade no tempo e no espaço foram as responsáveis pela desestruturação de Esparta no século IV. Não podemos precisar o momento em que esse processo se iniciou, porém, todas as

mudanças vivenciadas pelos espartanos no decorrer de sua trajetória política levariam à desestruturação de sua *pólis*, a menos que estes se adaptassem plenamente a essas mudanças. Diante das conquistas do final do século V, era possível que os lacedemônios não acreditassem na deterioração de sua *pólis*. Entretanto, se pudéssemos mapear todos esses fatores, estes não se resumiriam a uma única pessoa, mas a toda uma *pólis* que não soube lidar com os deveres inerentes à supremacia que passou a exercer no *Pequeno Mundo* helênico e diante de poderes que superavam a sua autoridade.

Documentação Literária

- AELIAN. *Historical Miscellany*. Trans. N. G. Wilson. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- AESCHINES. *Speeches*. Trans. C. D. Adams. London: William Heinemann Ltd., 1919.
- ANONIMO. *Antologia Palatina*. Vol. II – Libri VII – VIII. A cura di F. M. Pontani. Torino: Fiulio Einaudi Editore, 1979.
- ANONYMOUS. *Hellenica Oxyrhynchia*. Trans. P. McKechnie, S. J. Kern. Liverpool: Liverpool University Press, 1988.
- ANTIPHON; ANDOCIDES. *Minor Attic Orators*. Trans. K. J. Maidment. London: William Heinemann Ltd., 1960.
- ARISTOTLE. *Athenian Constitution; Eudemian Ethics; Virtues and Vices*. Trans. H. Rackman. London: William Heinemann Ltd., 1935.
- ARISTOTLE. *Politics*. Trans. H. Rackman. London: William Heinemann Ltd., 1959.
- CORNELIUS NEPOS. *On the Great Generals; On Historians*. Trans.: J.C. Rolfe. Cambridge: Harvard University Press, 1929.
- DEMOSTHENES. *Speeches 11-20*. Trans. C. A. Vince and J. H. Vince. London: William Heinemann Ltd., 1926.
- DEMOSTHENES. *Speeches 1-10*. Trans. J. H. Vince. London: William Heinemann Ltd., 1930.
- DEMOSTHENES. *Speeches 21-30*. Trans. A. T. Murray. London: William Heinemann Ltd., 1939.
- DINARCHUS; HYPERIDES, & LYCURGUS. *Speeches*. Trans. I. Worthington, C. R. Cooper; E. M. Harris. Austin: University of Texas Press, 2001.
- DIODORUS SICULUS. *The Library of History*. Vol. V – Books 12.41 – 13. Trans. C. H. Oldfather. Cambridge: Harvard University Press, 1950.
- DIODORUS SICULUS. *The Library of History*. Vol. VI – Books 14 – 15.19. Trans. C. H. Oldfather. Cambridge: Harvard University Press, 1954.
- DIODORUS SICULUS. *The Library of History*. Vol. VII – Books 15.20 – 16.65. Trans. C. L. Sherman. Cambridge: Harvard University Press, 1952.
- ENEAS EL TÁCTICO; POLIENO. *Poliórcética; Estratagemas*. Trad. J. V. Tejada, F. M. García. Madrid: Editorial Gredos, 1991.
- EURIPIDES. *Electra, Orestes, Iphigeneia in Taurica, Andromache, Cyclops*. Trans. A. Way. London: William Heinemann Ltd., 1929.
- EURIPIDES. *Tragedias*. Vol. I. Trad. A. M. González; J. A. L. Férez. Madrid: Editorial Gredos, 1983.

FRONTINUS. *The Stratagems and the Aqueducts of Rome*. Trans. C. E. Bennett. London: William Heinemann Ltd., 1925.

HERODOTUS. *Histories*. Books V-VII. Trans. A. D. Godley. London: William Heinemann Ltd., 1938.

HERODOTUS. *Histories*. Books VIII-IX. Trans. A. D. Godley. London: William Heinemann Ltd., 1969.

ISOCRATES. *To Demonicus; To Nicocles; Nicocles or the Cyprians; Panegyricus; To Philip; Archidamus*. Trans. G. Norlin. London: William Heinemann Ltd., 1928.

ISOCRATES. *On the Peace; Aeropagiticus; Against the Sophists; Antidosis; Panathenaicus*. Trans. G. Norlin. London: William Heinemann Ltd., 1929.

ISOCRATES. *Evagoras; Helen; Busiris; Plataicus; Concerning the Team of Horses; Trapeziticus; Against Callimachus; Aegineticus; Against Lochites; Against Euthynnus; and Letters 1-9*. Trans. L. van Hook. London: William Heinemann Ltd., 1945.

LYCURGUS; DINARCHUS; DEMADES; HYPERIDES. *Minor Attic Orators*. Trans. J. O. Burt. London: William Heinemann Ltd., 1954.

LYSIAS. *Speeches*. Trans. W. R. M. Lamb. London: William Heinemann Ltd., 1930.

PAUSANIAS. *Description of Greece*. Vol. IV, Books 8.22 – 10: Arcadia, Boeotia, Phocis and Ozolian Locri. Trans.: W.H.S. Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1935.

PAUSANIAS. *Guida dela Grecia*. Libro III – La Laconia. A cura di D. Musti e M. Torelli. Bologna: Arnoldo Mondadori Editore, 1997.

PAUSANIAS. *Guida dela Grecia*. Libro IV – La Messenia. A cura di D. Musti e M. Torelli. Bologna: Arnoldo Mondadori Editore, 1997.

PAUSANIAS. *Guida dela Grecia*. Libro VI – L’Elide e Olimpia. A cura di G. Maddoli, M. Nafissi e V. Saladino. Bologna: Arnoldo Mondadori Editore, 1999.

PAUSANIAS. *Guida dela Grecia*. Libro IX – La Beozia. A cura di M. Moggi e M. Osanna. Bologna: Arnoldo Mondadori Editore, 2010.

PLATO. *Charmides; Alcibiades I & II; Hipparchus; The Lovers; Theages; Minos; Epinomis*. Trans. W. R. M. Lamb. London: William Heinemann Ltd., 1927.

PLATO. *Laches; Protagoras; Meno; Euthydemus*. Trans. W. R. M. Lamb. London: William Heinemann Ltd., 1952.

PLATO. *Euthyphro; Apology; Crito; Phaedo*. Cambridge: Harvard University Press, 2017.

PLUTARCH. *Lives*. Vol. I – Theseus and Romulus; Lycurgus and Numa; Solon and Publicola. Trans. B. Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1967.

PLUTARCH. *Lives*. Vol. IV – Alcibiades and Coriolanus; Lysander and Sulla. Trans. B. Perrin. London: William Heinemann Ltd., 1959.

PLUTARCH. *Lives*. Vol. V – Agesilaus and Pompey; Pelopidas and Marcellus. Trans. B. Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1955.

PLUTARCH. *Lives*. Vol. IX – Aratus, Artaxerxes, Galba, Otho. Trans. B. Perrin. London: William Heinemann Ltd., 1954.

PLUTARCH. *Moralia*. Vol. III – 172 a – 263 c. Trans. F. C. Babbitt. Cambridge: Harvard University Press, 1961.

THUCYDIDES. *History of the Peloponnesian War*. 4 Vols. Trans.: C. F. Smith. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1956.

XENOPHON. *Memorabilia; Oeconomicus; Symposium; Apologia*. Trans. E. C. Marchant; O. J. Todd. Cambridge: Harvard University Press, 1923.

XENOPHON. *Anabasis*. Books I – VII. Trans. C. L. Brownson. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

XENOPHON. *Hellenica*. Books I – IV. Trans. C. L. Brownson. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

XENOPHON. *Hellenica*. Books V – VII. Trans. C. L. Brownson. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

XENOPHON. *Scripta Minora*. Trans. E.C. Marchant. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

Inscrições Epigráficas

IG II² 43. In: *Searchable Greek Inscriptions* – <https://epigraphy.packhum.org/text/2261?&bookid=5&location=7> (Acessado em 24/07/2018).

Dicionários

CHANTRAINE, P. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque: Histoire des Mots*. Tome II. Paris: Éditions Klincksieck, 1970.

LIDDELL, H. G.; SCOTT, R. *A Greek-English Lexicon*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

Bibliografia

- ANDERSON, J. K. *Xenophon*. London: Duckworth, 1974.
- ARAVANTINOS, V. L. The Inscription from the Sanctuary of Herakles at Thebes: An Overview. In: PAPAZARKADAS, N. (Ed.). *The Epigraphy and History of Boeotia: New Finds, New Prospects*. Leiden; Boston: Brill, 2014. p.149-210.
- ASSUMPCÃO, L. F. B. de. As relações de poder na pólis de Esparta através dos escritos do período clássico. In: BIRRO, R. M.; CAMPOS, C. E. da C. (Org.). *Relações de poder: da Antiguidade ao Medieval*. Vitória, ES: DLL/UFES, 2013, p. 83-112.
- ASSUMPCÃO, L. F. B. de. Discurso e Representação sobre as práticas rituais dos esparciatas e dos seus basileus na Lacedemônia, do século V a.C. 2014. 284 p. *Dissertação* (Mestrado em História Política) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.
- ASSUMPCÃO, L. F. B. de. Em busca de Licurgo – debates documentais e historiográficos sobre a tradição política espartana. In: ESTEVES, A. de A. M.; ASSUMPCÃO, L. F. B. de; NOGUEIRA, R. de S. (Org.). *Líderes Políticos da Antiguidade*. Rio de Janeiro: Desalinho, 2016, p. 56-85.
- ASSUMPCÃO, L. F. B. de. A tragédia de Esparta – Discurso, poder político e gênero na *Andrômaca* de Eurípidés. *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino*, v. 1, n. 1, p. 196-213, jan./jun. 2018.
- ASSUMPCÃO, L. F. B. de. A representação da métiis do esparciata Lisandro na Batalha de Egospótamo (405 a.C.). *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 13, p. 127-142, 2019.
- ASSUMPCÃO, L. F. B. de. A HQ “Os 300 de Esparta” e o Ensino de História – considerações, ideias e alternativas. In: BUENO, A.; CAMPOS, C. E. da C.; BORGES, A. (Org.). *Ensino de História Antiga*. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UFMS, 2020, p. 50-61.
- ASSUMPCÃO, L. F. B. de. Os elementos socráticos da *Constituição dos Lacedemônios* de Xenofonte. *Calíope – Presença Clássica*, Dossiê sobre Xenofonte, Ano 38, n. 41, p. 46-85, 2021.
- ASSUMPCÃO, L. F. B. de. A batalha das Termópilas na HQ *Mort Cinder – Política, ensino de História e consciência histórica com linguagens alternativas*. In: ASSUMPCÃO, L. F. B. de; FORNIS, C.; CAMPOS, C. E. da C.; MONTEIRO, A. F. (Org.). *Encontros Transatlânticos: Diálogos em História, Patrimônio Cultural e Educação*. Vassouras, RJ: Editora Universidade de Vassouras, 2023, p. 253-274.
- AZOULAY, V. The Medo-Persian Ceremonial: Xenophon, Cyrus and the King’s Body. In: TUPLIN, C. (Ed.). *Xenophon and his World: papers from a*

conference held in Liverpool in July 1999. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2004. p.147-174.

BARBO, D. O homoerotismo e a cultura política falocêntrica na Atenas Clássica. *Revista Escritas*, v.1, 2008.

BARROS, J. D'A. *Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BERNARDO, G. C. Honra e Philotimía na Esparta do Século IV a.C. *Dissertação* (Mestrado em História) apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. 365 f.

BOMMELAER, J.-F. *Lysander de Sparte: Histoire et Traditions*. Paris: De Boccard, 1981.

BOWDEN, H. Xenophon and the Scientific Study of Religion. In: TUPLIN, C. (Ed.). *Xenophon and his World: papers from a conference held in Liverpool in July 1999*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2004. p.229-246.

BREISACH, E. *Historiography: Ancient, Medieval and Modern*. 3rd. Edition. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2007.

BROCK, R. *Greek Political Imagery: From Homer to Aristotle*. London; New York: Bloomsbury, 2013.

BRUCE, I. A. F. *An Historical Commentary on the Hellenica Oxyrhynchia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BUCK, R. *Boiotia and the Boiotian League, 432-371 B.C.* Alberta: The University of Alberta Press, 1994.

BUCKLER, J. *The Theban Hegemony: 371-362 B.C.* Cambridge; Massachusetts; London: Harvard University Press, 1980.

BUCKLER, J. *Aegean Greece in the Fourth Century B.C.* Leiden; Boston: Brill, 2003.

BUCKLER, J.; BECK, H. *Central Greece and the Politics of Power in the Fourth Century B.C.* New York: Cambridge University Press, 2008.

CANFORA, L. *Histoire de la Littérature Grecque – D'Homère à Aristote*. Trad.: D. Fourgous. Paris: Éditions Desjonquères, 1994.

CARTLEDGE, P. *Agesilaos and the Crisis of Sparta*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

CARTLEDGE, P. The Spartan Kingship: Doubly Odd? In: *Spartan Reflections*. London: Gerald Duckworth & Co. Ltd., 2001. p. 55-67.

CARTLEDGE, P. *The Spartans: An Epic History*. London: Pan Books, 2003.

CAWKWELL, G. The Foundation of the Second Athenian Confederacy. *Classical Quarterly*, v. 23, n. 1, p. 47-60, 1973.

- CAWKWELL, G. Introduction. In: XENOPHON. *A History of My Times (Hellenica)*. Trad. R. Warner. London: Penguin Books, 1979.
- CAWKWELL, G. The Decline of Sparta. In: WHITBY, M. *Sparta*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2002, p. 236-257.
- CERTEAU, M. de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2008.
- CHARAUDEAU, P. Efeito pretendido/efeito produzido. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 180.
- CHRISTIEN, J.; RUZÉ, F. *Sparte: Géographie, mythes et histoire*. Paris: Armand Colin, 2007.
- COX, C. A. Marriage in Ancient Athens. In: RAWSON, B. (Ed.). *A Companion to Families in the Greek and Roman Worlds*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2011. p. 231-244.
- DAVID, E. Xenophon and the myth of Lykourgos. In: POWELL, A.; RICHER, N. (Ed.). *Xenophon and Sparta*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2020, p. 203-222.
- DAVIS, L.; DEOLE, S. S. Immigration and the Rise of Far-right Parties in Europe. *Ifo DICE Report – Leibniz-Institut für Wirtschaftsforschung an der Universität München, München*, Vol. 15, Iss. 4, p. 10-15, 2017.
- DEVOTO, J. *Agésilao II and the Politics of Sparta, 404-377 B.C.* A Thesis Submitted to the Faculty of Graduate School of Loyola University of Chicago in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy. Chicago, 1982.
- DORAN, T. *Spartan Oliganthropia*. Leiden; Boston: Brill, 2018.
- FALKNER, C. *Sparta and the Sea: A History of Spartan Sea-Power, c.706 – c.373 B.C.* A Thesis Submitted to the Faculty of Graduate Studies and Research in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy. Albert, 1992.
- FALKNER, C. Sparta and the Elean War, ca. 401/400 B.C.: revenge or imperialism? *Phoenix*, v. 50, n. 1, p.17-25. 1996.
- FORNARA, C. W. *The Nature of History in Ancient Greece and Rome*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- FORNIS, C. *La guerra de Corinto: Fuentes antiguas e historiografía moderna*. Oxford: BAR International Series 1652, 2007.
- FORNIS, C. *Grecia exhausta: Ensayo sobre la guerra de Corinto*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2008.
- FORNIS, C. *Esparta: La historia, el cosmos y la leyenda de los antiguos espartanos*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2016.

- FORNIS, C. El poco espartano patronazgo de Agesilao. In: PASCUAL, J.; ANTELA-BERNÁRDEZ, B.; CASTRO, D.G. (Ed.). *Cambio y pervivencia. El mundo griego en el siglo IV a.C.* Madrid: Ediciones Universidad Autónoma de Madrid, 2018, p.125-139.
- FORNIS, C. Esparta como paradigma histórico en el comic. In: CAMPOS, C. E. da C.; ASSUMPCÃO, L. F. B. de; SOUZA, J. M. G. de (Org.). *História em Quadrinhos em Perspectiva para o Ensino de História.* São João de Meriti, RJ: Desalinho, 2020, p. 123-136.
- FRIEDMAN, D. *Spartan Foreign Policy and Military Decline: 404-371 B.C.* A Thesis Submitted to the City College of the City University of New York in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Master of (Fine) Arts. New York, 2014.
- FUNKE, P. Between Mantinea and Leuctra. In: FUNKE, P.; LURAGHI, N. (Ed.). *The Politics of Ethnicity and the crisis of the Peloponnesian League.* Cambridge; Massachusetts; London: Harvard University Press, 2009. p. 1-14.
- GARCÍA LÓPEZ, J. Plutarco. In: LÓPEZ FÉREZ, J.A. (Ed.). *Historia de la Literatura Griega.* Madrid: Catedra, 1988. p. 1024-1036.
- GISH, D. Spartan Justice: The Conspiracy of Kinadon in Xenophon's "Hellenika". *Polis – The Journal of Greek Political Thought*, v. 26, n. 12, p. 339-369, 2009.
- GRAY, V. *The Character of Xenophon's Hellenica.* London: Duckworth, 1989.
- HALPERIN, D. *One Hundred Years of Homosexuality and other essays on Greek Love.* New York; London: Routledge, 1990.
- HAMILTON, C. *Sparta's Bitter Victories: Politics and Diplomacy in the Corinthian War.* Ithaca; London: Cornell University Press, 1979.
- HAMILTON, C. *Agesilaus and the Failure of Spartan Hegemony.* Ithaca; London: Cornell University Press, 1991.
- HANSEN, M. H. Was Sparta a Normal or an Exceptional Polis? In: HODKINSON, S. (Ed.). *Sparta – Comparative Approaches.* Swansea: The Classical Press of Wales, 2009.
- HARMAN, R. A Spectacle of Greekness: Panhellenism and the Visual in Xenophon's *Agesilaus*. In: HOBDEN, F.; TUPLIN, C. (Ed.). *Xenophon: Ethical Principles and Historical Enquiry.* Leiden; Boston: Brill, 2012.p. 427-453.
- HERMAN, G. *Ritualised Friendship and the Greek City.* Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

- HODKINSON, S. Warfare, wealth, and the crisis of Spartiate society. In: RICH, J.; SHIPLEY, G. (Ed.). *War and Society in the Greek World*. London; New York: Routledge, 1995. p.146-176.
- HODKINSON, S. *Property and Wealth in Classical Sparta*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2000.
- HODKINSON, S. Was Classical Sparta a Military Society? In: HODKINSON, S.; POWELL, A. (Ed.). *Sparta and War*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2006. p.111-162.
- HODKINSON, S. Transforming Sparta: new approaches to the study of Spartan Society. *Ancient History: Resources for Teachers*, v. 41-44, p.1-42, 2011-2014.
- HODKINSON, S. Sparta and the Soviet Union in U.S. Cold War Foreign Policy and Intelligence Analysis. In: HODKINSON, S.; MACGREGOR MORRIS, I. (Ed.). *Sparta in Modern Thought: Politics, History and Culture*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2012, p. 343-392.
- HODKINSON, S. The episode of Sphodrias as a source for Spartan social history. In: ASSUMPCÃO, L. F. B. de (Org.). *Esparta: política e sociedade*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.p.187-232.
- HOOKER, J. T. *The Ancient Spartans*. London; Toronto; Melbourne: J. M. Dent & Sons Ltd., 1980.
- HORNBLLOWER, S. Persia. In: LEWIS, D.M.; BOARDMAN, J.; HORNBLLOWER, S.; OSTWALD, M. (Ed.). *The Cambridge Ancient History*. Vol. VI – The Fourth Century. 2nd Ed. New York: Cambridge University Press, 2008. p. 45-96. (online publication).
- HOWATSON, M. C. (Ed.). *Oxford Companion to Classical Literature*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- ISAGER, S.; SKYDSGAARD, J. E. *Ancient Greek Agriculture: An introduction*. London; New York: Routledge, 1995.
- KADUSHIN, C. *Understanding Social Networks: theories, concepts, and findings*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- KENNELL, N. *Spartans: A New History*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2010.
- KONSTAN, D. *A amizade no mundo clássico*. Trad. Marcia Epstein Fiker. São Paulo: Odysseus Editora, 2005.
- KUHRT, A. *The Persian Empire*. Vol. I. London; New York: Routledge, 2007.
- LARSON, S. Sacred Band. In: BAGNALL, R.; BRODERSEN, K.; CHAMPION, C.; ERSKINE, A.; HUEBNER, S. (Ed.). *The Encyclopedia of Ancient History*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2013. p. 5996.

- LEITE, P. G. *Ética e retórica forense: asebeia e hybris na caracterização dos adversários de Demóstenes*. Coimbra; São Paulo: Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume, 2014.
- LEMERCIER, C. *Formal Network methods in history: why and how? Social Networks, Political Institutions, and Rural Societies*, Brepols, 2015, p.281-310.
- LENS TUERO, J. Otros historiadores del s. V y IV a.C. In: LÓPEZ FÉREZ, J. A. (Ed.). *Historia de la literatura griega*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1988, p. 568-597
- LESKY, A. *Historia de la Literatura Griega*. Trad.: J. M. D. Regañón y Beatriz R. Madrid: Editorial Gredos, 1989.
- LÉVY, E. *Sparte: Histoire politique et sociale jusqu'à la conquête romaine*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- LEWIS, D.M. Sparta as Victor. In: LEWIS, D.M; BOARDMAN, J.; HORNBLLOWER, S.; OSTWALD, M. (Ed.). *The Cambridge Ancient History*. Vol. VI – The Fourth Century B.C. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 24-44.
- LIPKA, M. *Xenophon's Spartan Constitution: Introduction, Text and Commentary*. Berlin; New York: De Gruyter, 2002.
- LOSEMANN, V. Sparta. In: LANDFESTER, M. *Brill's New Pauly – Encyclopaedia of the Ancient World*. Classical Tradition. Vol. V – Rus-Zor. Leiden; Boston: Brill, 2010.
- LOW, P. *Interstate Relations in Classical Greece: Morality and Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- LUPI, M. *Sparta: Storia e rappresentazioni di una città greca*. Roma: Carocci Editore, 2017.
- LURAGHI, N. Messenian Ethnicity and the Free Messenians. In: FUNKE, P.; LURAGHI, N. (Ed.). *The Politics of Ethnicity and the crisis of the Peloponnesian League*. Cambridge; Massachusetts; London: Harvard University Press, 2009. p.110-134.
- MACK, W. *Proxeny and Polis: Institutional Networks in the Ancient Greek World*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes Editores; Editora da UNICAMP, 1997.
- MAINGUENEAU, D. Arqutexto. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (Org.). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 64.
- MALKIN, I. *A Small Greek World: Networks in the Ancient Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

- MARINCOLA, J. A New Translation of Hellenika. In: STRASSLER, R. (Ed.). *The Landmark of Xenophon's Hellenika*. New York: Anchor, 2010.p. 1-316.
- MILLENDER, E. Kingship: The History, Power, and Prerogatives of the Spartans' 'Divine' Dyarchy. In: POWELL, A. (Ed.). *A Companion to Sparta*. Vol. II. New Jersey: John Wiley & Sons Ltd., 2018. p. 452-479.
- MITCHELL, L. *The Heroic Rulers of Archaic and Classical Greece*. London; New York: Bloomsbury, 2013.
- MORGAN, C.; HALL, J. Achaia. In: HANSEN; M. H.; NIELSEN, T. H. (Ed.). *An Inventory of Archaic and Classical Poleis*. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 472-488.
- MORGAN, K. O. *Twentieth-Century Britain – A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- MUNN, M. Thebes and Central Greece. In: TRITTLE, L. A. (Ed.). *The Greek World in the Fourth Century: From the fall of the Athenian Empire to the successors of Alexander*. London; New York: Routledge, 1997, p. 66-106.
- NIELSEN, T. Arkadia. In: HANSEN, M. H.; NIELSEN, T. H. (Ed.). *An Inventory of Archaic and Classical Poleis*. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 505-539.
- NOËL, M.-P. Ἐγκώμιον ou ἔπαινος? Définitions et usages de l'éloge dans l'*Évagoras* d'Isocrate et l'*Agésilas* de Xénophon. In: PONTIER, P. (Dir.). *Xénophon et la Rhétorique*. Paris: PUPS, 2014. p.253-268.
- PARKER, V. Sphodrias' Raid and the Liberation of Thebes: A Study of Ephorus and Xenophon. *Hermes*, v. 135, n. 1, p. 13-33, 2007.
- PASCUAL GONZÁLEZ, J. *Grecia em el Siglo IV a.C.: Del imperialismo espartano a la muerte de Filipo de Macedonia*. Madrid: Editorial Sintesis, 2017 (versão Kindle).
- PORALLA, P.; BRADFORD, A. *A prosopography of Lacedaemonians: from the earliest times to the death of Alexander the Great (X-323 B.C.)*. 2nd Ed. Chicago: Ares Publishers, 1985.
- POWELL, A. *Athens and Sparta – Constructing Greek Political and Social History from 478 BC*. London; New York: Routledge, 2001.
- RAHE, P. *The Spartan Regime: Its Character, Origins, and Grand Strategy*. New Haven; London: Yale University Press, 2016.
- RICHER, N. *La Religion des Spartiates – Croyances et cultes dans l'Antiquité*. Paris: Les Belles Lettres, 2012.
- ROMILLY, J. *A Tragédia Grega*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

- ROY, J. Elis. In: FUNKE, P.; LURAGHI, N. (Ed.). *The Politics of Ethnicity and the crisis of the Peloponnesian League*. Cambridge; Massachusetts; London: Harvard University Press, 2009. p. 30-48.
- ROY, J. Sparta and the Peloponnese from the Archaic Period to 362 BC. In: POWELL, A. (Ed.). *A Companion to Sparta*. Vol. I. New Jersey: John Wiley & Sons Ltd., 2018, p. 254-373.
- RUSCH, S. M. *Sparta at War: Strategy, Tactics, and Campaigns, 550-362 BC*. London: Frontline Books, 2011.
- RUZÉ, F. The Empire of the Spartans (404-371). In: POWELL, A. (Ed.). *A Companion to Sparta*. Vol. I. New Jersey: John Wiley & Sons Ltd., 2018, p. 230-353.
- RUZÉ, F.; CHRISTIEN, J. *Sparte: Géographie, mythes et histoire*. Paris: Armand Colin, 2007.
- RUZICKA, S. The Eastern Greek World. In: TRITTLE, L. A. (Ed.). *The Greek World in the Fourth Century: From the fall of the Athenian Empire to the successors of Alexander*. London; New York: Routledge, 1997, p. 107-136.
- RUZICKA, S. *Trouble in the West: Egypt and the Persian Empire, 525-332 BCE*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- SCHMITT, R. Cyrus the Younger. In: *Encyclopaedia Iranica Online*. Disponível em: <<http://www.iranicaonline.org/articles/cyrus-vi-younger>>. Acessado em: 01/07/2018.
- SCHWENK, C. Athens. In: TRITTLE, L. A. (Ed.). *The Greek World in the Fourth Century: From the fall of the Athenian Empire to the successors of Alexander*. London; New York: Routledge, 1997. p. 8-40.
- SEAGER, R. The King's Peace and the Second Athenian Confederacy. In: LEWIS, D.M.; BOARDMAN, J.; HORNBLLOWER, S.; OSTWALD, M. (Ed.). *The Cambridge Ancient History*. Vol. VI – The Fourth Century. 2nd Ed. New York: Cambridge University Press, 2008. p.156-186 (online publication).
- SEALEY, R. *A History of the Greek City States, ca. 700-338 B.C.* Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1976.
- STADTER, P. Biography and History. In: MARINCOLA, J. (Ed.). *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Vol. II. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2007, p. 528-540.
- STAFFORD, E. Nemesis, Hybris and Violence. In: BERTRAND, J.-M. (Ed.). *La violence dans les mondes Grec et Romain*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2005, p. 195-212.

- STEWART, D. From Leuktra to Nabis, 371-192. In: POWELL, A. (Ed.). *A Companion to Sparta*. Vol. I. New Jersey: John Wiley & Sons Ltd., 2018, p. 374-402.
- STOKES, S. Political Clientelism. In: BOIX, C.; STOKES, S. (Ed.). *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 604-627.
- TALBERT, R. J. A. The Greeks in Sicily and South Italy. In: TRITTLE, L. A. (Ed.). *The Greek World in the Fourth Century: From the fall of the Athenian Empire to the successors of Alexander*. London; New York: Routledge, 1997, p. 137-166.
- TALBERT, R. J. A. (Ed.). *Atlas of Classical History*. London; New York: Routledge, 1985.
- TAMIOLAKI, M. Virtue and Leadership in Xenophon: Ideal Leaders or Ideal Losers? In: HOBDEN, F.; TUPLIN, C. (Ed.). *Xenophon: Ethical Principles and Historical Enquiry*. Leiden; Boston: Brill, 2012, p. 563-590.
- TRITTLE, L. Introduction. In: TRITTLE, L. (Ed.). *The Greek World in the Fourth Century: From the fall of the Athenian Empire to the successors of Alexander*. London; New York: Routledge, 1997, p. 1-7.
- TRUNDLE, M. *Greek Mercenaries: From the Late Archaic Period to Alexander*. London; New York: Routledge, 2004.
- TUPLIN, C. *The Failings of Empire: A Reading of Xenophon Hellenica 2.3.11-7.5.27*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1993.
- WERNER, M.; ZIMMERMANN, B. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. *Textos de História*. v. 11, n. 1/2, p. 89-127, 2003.
- WERNER, M.; ZIMMERMANN, B. Beyond Comparison: Histoire Croisée and the Challenge of Reflexivity. *History and Theory*, v.45, n. 1, p. 30-50, 2006.
- VLASSOPOULOS, K. *Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- VLASSOPOULOS, K. Beyond and Below the Polis: Networks, Associations, and the Writing of Greek History. In: MALKIN, I.; CONSTANTAKOPOULOU, C.; PANAGOPOULOU, K. (Ed.). *Greek and Roman Networks in the Mediterranean*. London; New York: Routledge, 2009, p. 12-23.

Nota Biográfica

Luis Filipe Bantim de Assumpção possui Licenciatura em História e Pedagogia, especialização em Gestão Escolar, Mestrado em História Política e Doutorado em História Comparada, tendo realizado o Estágio de Pós-doutorado em Letras Clássicas. Possui experiência docente na Educação Básica, atuando em disciplinas como História, Sociologia, Filosofia, Ética e Cidadania e no Itinerário Formativo da BNCC em Ciências Humanas. No Ensino Superior atua em disciplinas atreladas à Antiguidade helênica, à Teoria e Metodologia da História, ao Ensino de História e à Recepção do Mundo Antigo na Contemporaneidade. Assumpção realiza pesquisas acadêmicas sobre a *pólis* de Esparta, sobretudo, na Antiguidade clássica e a sua recepção nas narrativas gráficas sequenciais, mas, também, vem discutindo a importância do pensamento decolonial para a prática de ensino e para o Ensino de História em particular. É líder do Grupo de Pesquisa Integrada em História, Patrimônio Cultural e Educação (GHPE) da Univassouras, instituição na qual exerce os cargos de Professor Adjunto II dos cursos de Pedagogia e Direito (*campus Maricá*), a supervisão do Observatório da Educação, a Coordenação Local do Doutorado em História (PRPPG) e a vice-coordenação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI).

Esta publicação se originou da tese de doutorado de Luis Filipe Bantim de Assumpção, defendida em 2019, no Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ com financiamento da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e intitulada **As redes e as conexões políticas de Esparta e Agesilau II no século IV: um exercício de História Cruzada**. Esta é uma versão revisada e corrigida do material final apresentado à banca de avaliação e à Biblioteca da UFRJ.



Podemos verificar que nas últimas décadas a produção brasileira sobre Antiguidade e, em especial, Antiguidade clássica, tem apresentado expressivo crescimento. Se, por um lado, no que se refere à Grécia antiga, há uma primazia das publicações sobre Atenas; por outro, Esparta vem ganhando espaço relevante no contexto de crescimento das produções nacionais sobre História Antiga. No entanto, o interesse contemporâneo por Esparta é diverso, tendo se renovado e excedendo às produções acadêmicas, conforme Luis Filipe destaca logo no início da introdução da obra. Luis Filipe se dedica à pesquisa sobre Esparta desde o curso de graduação em História e tem contribuído regularmente para a ampliação de nossos conhecimentos sobre a sociedade espartana e a sua interação no Peloponeso e no Mediterrâneo. Ao propor uma análise sobre os espartanos, a partir da Teoria de Redes, a obra inova na sua abordagem e evidencia o quanto os estudos sobre as sociedades antigas estão conectados à dinâmica do mundo atual. A obra colabora rompendo com a predominância do atenocentrismo nos estudos sobre o mundo antigo grego.

Fábio de Souza Lessa (UFRJ/LHIA)

